

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU  
INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS

DEIVY FERREIRA CARNEIRO

**ESPAÇOS E TEMPORALIDADES NA MICRO-HISTÓRIA ITALIANA:  
possibilidades e abordagens**

UBERLÂNDIA - MG  
2024

DEIVY FERREIRA CARNEIRO

**ESPAÇOS E TEMPORALIDADES NA MICRO-HISTÓRIA ITALIANA:  
possibilidades e abordagens**

Tese apresentada como requisito parcial para Promoção na Carreira do Magistério Superior da Classe Professor Titular da Carreira de Magistério Superior, conforme Resolução N° 03/2017, do Conselho Diretor da Universidade Federal de Uberlândia.

UBERLÂNDIA – MG  
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

C289e  
2024 Carneiro, Deivy Ferreira,  
Espaços e temporalidade na micro-história italiana [recurso eletrônico] : possibilidades e abordagens / Deivy Ferreira Carneiro. - 2024.

Tese (Promoção para classe E - Professor Titular) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.5071>

Inclui bibliografia.

1. Professores universitários - formação. 2. Micro-história. 3. Espaços. 4. Temporalidades. I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. II. Título.

CDU: 378.124

---

André Carlos Francisco  
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408

DEIVY FERREIRA CARNEIRO

**ESPAÇOS E TEMPORALIDADES NA MICRO-HISTÓRIA ITALIANA:  
possibilidades e abordagens**

Tese apresentada como requisito parcial para a Promoção da Classe de Professor Associado IV para Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior, conforme Resolução Nº 03/2017, do Conselho Diretor da Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi – UFJF (presidente)**

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dra. Carla Maria Carvalho de Almeida – UFJF**

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira - FURGS**

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt – UFRGS**

\_\_\_\_\_  
**Thomas V. Cohen (Ph.D) – University of York (Suplente)**

\_\_\_\_\_  
**Sigurður Gylfi Magnússon (Ph.D) – University of Iceland (Suplente)**

Para Laura, Emanuel e Isabella  
meus amores

"O Tempo só anda de ida. A gente nasce, cresce, envelhece e morre. Pra não morrer é só amarrar o Tempo no Poste. Eis a ciência da poesia: Amarrar o Tempo no Poste!"

Manoel de Barros em entrevista a Bosco Martins, 2007.

“A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. "A verdade nunca nos escapará" [...] Pois irrecuperável é cada imagem do passado que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela”

Walter Benjamin – Tese 6. Teses sobre o conceito de História

## Resumo

Nesta tese analiso a maneira como alguns estudiosos que participam do movimento historiográfico conhecido como micro-história italiana, (Angelo Torre, Maurizio Gribaudi, Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Christian De Vito, Francesca Trivellato, dentre outros) utilizaram os conceitos de espaço, temporalidade e seus correlatos (lugar, localidade, durações, morfologia, tempo etc.), seja como objeto de pesquisa, seja como problematização teórica. Para tanto, procurei reconstruir parte da trajetória intelectual desses historiadores, nem sempre de forma cronológica, para observar como os conceitos referidos aparecem em suas obras e, quando for o caso, como foram problematizados por eles.

**Palavras-Chave:** Micro-história, Espaços, Temporalidades

## **Abstract**

The main objective of this thesis is to analyze how some of the main historians who participate in the historiographical movement known as Italian microhistory, (Angelo Torre, Maurizio Gribaudi, Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Christian De Vito, Francesca Trivellato, among others) used the concepts of space, temporality and their correlates (place, locality, durations, morphology, time, etc.), either as an object of research, or as a theoretical problematization. To this end, I tried to reconstruct part of the research trajectory of these historians, not always chronologically, to observe how the concepts cited appear in their works and, when appropriate, how they were problematized by them.

**Key-words:** Microhistory, Spaces, Temporalities

**Sumário**

<b>Introdução</b>	<b>10</b>
<b>Parte I</b>	
<b>Micro-história italiana e a questão espacial: algumas possibilidades de abordagem</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>Espaço e Lugar: entre a Geografia e a História</b>	<b>26</b>
<b>Capítulo 2</b>	
<b>Angelo Torre e a produção das localidades</b>	<b>38</b>
<b>Capítulo 3</b>	
<b>Espaço, interdependência e morfologia urbana nas reflexões de Maurizio Gribaudi</b>	<b>49</b>
<b>Capítulo 4</b>	
<b>Christian De Vito e Francesca Trivellato: algumas possibilidades de análise espacial</b>	<b>70</b>
<b>Capítulo 5</b>	
<b>De volta à primeira geração: o espaço na reflexão recente de Carlo Ginzburg</b>	<b>80</b>
<b>Capítulo 6</b>	
<b>Algumas contribuições para uma percepção do espaço através de fontes criminais</b>	<b>89</b>
<b>Parte II</b>	
<b>Micro-História e Temporalidade: abstrações e compreensões</b>	<b>99</b>
<b>Capítulo 7</b>	
<b>A multiplicidade dos tempos históricos</b>	<b>102</b>
<b>Capítulo 8</b>	
<b>Carlo Ginzburg: entre Logosformeln e Nachleben</b>	<b>113</b>
<b>Capítulo 9</b>	
<b>Entre Warburg e Benjamin: a temporalidade na obra de Maurizio Gribaudi</b>	<b>142</b>
<b>Capítulo 10</b>	
<b>Giovanni Levi, Freud e a questão temporal</b>	<b>159</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>173</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>178</b>

## Introdução

Neste trabalho analiso como alguns dos historiadores vinculados à micro-história italiana, (Angelo Torre, Maurizio Gribaudi, Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Christian De Vito, Francesca Trivellato e outros) recorreram aos conceitos de espaço, temporalidade e seus correlatos (lugar, localidade, durações, morfologia, tempo etc.). Pretendo avaliar de que maneira esses intelectuais transformaram esses conceitos em objetos de pesquisa ou como os utilizaram de forma prática em seus trabalhos intelectuais. Para dar conta desse propósito, reconstruí parte da trajetória acadêmica desses historiadores, nem sempre de forma cronológica, para observar como os conceitos citados aparecem em suas obras e, quando for o caso, como foram problematizados por eles.

Apresento nesta tese uma pesquisa original, visto que, até o presente momento, não existem trabalhos de fôlego que dêem conta de reflexões mais teóricas sobre a questão espaço-tempo na principal corrente historiográfica italiana das últimas décadas. Devido a este ineditismo, a maior parte dos capítulos possui um caráter experimental, de caminho inaugural, de apresentação de ideias em ebulição. Tal tipo de análise possui vantagens evidentes, mas também seus problemas: alguns capítulos estão mais bem acabados e lapidados, enquanto outros apresentam sobretudo esboços e ponderações analíticas que ainda serão expandidos posteriormente. Trata-se, portanto, de uma pesquisa em andamento, mas capaz de oferecer aos seus leitores, para além de suas conclusões, vias para reflexões inaugurais e ideias para novas investigações.

A escolha desse tema segue uma premissa básica da História enquanto disciplina: é no tempo e no espaço que as ações humanas ocorrem, como afirmou Marc Bloch, em seu *Apologia da História*. Ou seja, esses dois conceitos talvez sejam os mais importantes dessa área de conhecimento, o que parcialmente, justifica a minha pesquisa. Compreender como a micro-história, ou melhor, aqueles historiadores relacionados à essa perspectiva se colocam a respeito dessas questões é fundamental para compreendermos as contribuições dessa corrente para a historiografia das últimas décadas.

Por se tratar de uma pesquisa na área da história da historiografia a intenção é examinar as contribuições para o referido debate realizadas por alguns de seus fundadores (Ginzburg e Levi) e por alguns de seus alunos, aquilo que chamo da segunda e terceira geração da micro-história italiana. Trata-se, portanto, da pesquisa realizadas por esses historiadores ao longo ou em parte de suas trajetórias, cujo recorte temporal vai dos anos 1980 até os dias atuais.

Podemos afirmar que há algumas décadas, a percepção do que seria o tempo histórico pluralizou-se. Há algumas décadas, a concepção de tempo histórico, até então percebida como um contínuo evolutivo e singular, foi analisada com maior cautela, deixando evidente que suas características são múltiplas e policrômicas, destituídas de um sentido unívoco e natural. Finalmente a multiplicidade temporal tornou-se então um problema historiográfico incontornável, pois a consciência do desmoronamento de um tempo único, homogêneo e linear apresentou inúmeros desafios ao pensamento historiográfico. Ao mesmo tempo, a pluralidade de histórias de temporalidades não podia mais ser homogeneizada nas histórias narradas pelos historiadores. Tornou-se então fundamental a elaboração não só de uma teoria dos tempos históricos, mas também a conceitualização mais precisa da temporalidade para que o trabalho do historiador se tornasse mais complexo. Como veremos, essas discussões se popularizaram no campo da História a partir das obras de Paul Ricoeur, Reinhart Koselleck, Walter Benjamin, Aby Warburg, dentre inúmeros outros.

Da mesma forma, várias discussões sobre a questão espacial surgiram nas últimas décadas. A própria Geografia, nos anos 1970, começou a questionar esse conceito em seu aspecto unicamente físico: o espaço deixaria de ser a parte ocupada por um objeto para, dentre outras, se transformar no local onde o ser humano atua para fazer alterações no meio ambiente. Alicerçado nisso, a análise da organização econômica, social, cultural e técnica, utilizada para a modificação desse espaço, se tornou fundamental. A partir desse momento o espaço se torna social e, assim, matéria de pesquisa não somente para a Geografia, mas também para a História.

Examinar essa ampla gama de discussões a partir da micro-história italiana é o objetivo principal da minha pesquisa. E com um intuito de oferecer um material mais didático, dividi a tese em duas partes. Na primeira delas, analisei a questão espacial. No primeiro capítulo apresento aos leitores as principais discussões, desenvolvidas nas últimas décadas, sobre o conceito de espaço, bem como aquele de local e localidade. Analiso como a Geografia e a História passaram a compreender esses termos, sobretudo sua capacidade de complexificar as análises historiográficas, especialmente a partir do chamado *Spacial Turn*. No capítulo seguinte, averiguo como Angelo Torre, discípulo de Edoardo Grendi e um dos principais nomes da segunda geração da micro-história italiana, contribui na inserção desse conceito não apenas como contexto no qual as relações sociais se estabelecem, mas sobretudo, como objeto de pesquisa consagrado. Na sequência examino, no capítulo 3, a contribuição de Maurizio Gribaudi nesse debate. Ao analisar

parte significativa de sua obra, percebi como sua perspectiva de espaço avançou de uma concepção de espaço social, entendido como rede de interdependências, para uma perspectiva mais morfológica de espaço, transformando esse em um objeto de análise por si mesmo. Logo depois, investigo as contribuições de Christian De Vito e Francesca Trivellato ao debate espacial e das possíveis contribuições que a micro-história poderia dar ao desenvolvimento da História Global. No capítulo 5, a obra mais recente de Carlo Ginzburg foi analisada, especialmente em comparação àquilo que discuti no capítulo anterior. Por fim, no último capítulo da primeira parte, apresento algumas possibilidades de aplicação dessas questões a partir da minha própria experiência de pesquisa.

Na segunda parte, observo então as questões relativas às temporalidades e à micro-história. Assim como fiz na parte anterior, apresento inicialmente, no capítulo 7, um debate sobre o desenvolvimento do conceito de temporalidade produzida por historiadores como Paul Ricoeur, Reinhart Koselleck, François Hartog, dentre outros e a complexificação desse conceito a partir de então. Logo em seguida, analiso as contribuições oferecidas por Maurizio Gribaudi à micro-história a partir das perspectivas temporais de Walter Benjamin e Aby Warburg, autores que também influenciaram Carlo Ginzburg, como será visto no capítulo 9. Por fim, no último capítulo, averiguo como Giovanni Levi entende e se utiliza de uma perspectiva temporal *sui generis* pautado em elementos da teoria de Sigmund Freud

Mas antes de entrarmos nessa ampla discussão, eu gostaria de apresentar ao leitor, ainda nessa introdução, parte do desenvolvimento da micro-história italiana enquanto corrente historiográfica, na tentativa de desconstruir alguns erros básicos que dificultam a sua compreensão.

\*\*\*\*\*

Muito discutida, mas pouco praticada, a *microstoria* italiana chega ao Brasil com a tradução dos livros de Carlo Ginzburg, no final dos anos 1980, e adentra os manuais de metodologia de história nos anos 1990 e 2000. Como toda novidade intelectual, sua “absorção” se deu com alguns equívocos. Se analisarmos alguns dos primeiros debates<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Ver respectivamente, os artigos de Hebe Mattos e Ronaldo Vainfas sobre a História Social e a História das Mentalidades no livro: VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro F. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997. Ver também um pequeno livro de Vainfas sobre a Micro-História onde alguns desses equívocos aparecem: VAINFAS, Ronaldo. *Micro-História: os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

ocorridos no país, ela aparece como uma variação da História Cultural ligada à chamada terceira geração dos *Annales*. Isso ocorreu por vários motivos, mas o principal, a meu ver, foi deixar de lado, por não terem sido traduzidos do italiano para o português, ainda nos anos 1990 e 2000, uma gama surpreendente de trabalhos e de autores<sup>2</sup> que modificaram os padrões da História Social europeia. Além disso, o debate acabou por resumir, por fim, a *microstoria* aos trabalhos de Ginzburg e, quando muito, a um livro de Giovanni Levi<sup>3</sup>. Desta maneira, apesar de muito discutida e de ter gerado algumas reflexões interessantes de autores brasileiros<sup>4</sup>, podemos dizer que essa corrente italiana da História Social talvez seja apreendida de forma simplista, sobretudo pelos alunos dos cursos de História, sendo frequentemente confundida com a história local/regional ou com a história das pequenas coisas. Torna-se então fundamental ampliar o estudo acerca da microstoria para além de seus pais fundadores.

Desse modo, antes mesmos de adentrarmos no objetivo da minha pesquisa, gostaria de pontuar os elementos centrais da *microstoria* italiana e de ressaltar que a *microstoria* está produzindo ainda hoje inúmeras contribuições que considero indispensáveis para pensar os temas principais de minhas pesquisas, a violência e a criminalidade, e que por isso precisam ser mais bem analisadas.

Primeiramente, é preciso mencionar que a *microstoria* não é uma escola, nos moldes que compreendemos a *Escola dos Annales*. Se analisarmos os trabalhos dos principais micro-historiadores, percebemos que as perspectivas teóricas e metodológicas são múltiplas. A título de exemplo podemos citar Carlo Ginzburg, que dialoga em seus trabalhos empíricos com conceitos caros à História Cultural de matriz francesa (cultura

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo: RAMELLA, Franco. *Terra e telai. Sistemi di parentela e manifattura nel Biellese dell'Ottocento*, Torino 1984; GRENDI, Edoardo. *Storia sociale e storia interpretativa*, Quaderni Storici, 1986, 61, pp. 201-10; GRIBAUDI, Maurizio. *Mondo operaio e mito operaio. Spazi e percorsi sociali a Torino nel primo Novecento*, Torino 1987; CERUTTI, Simona. *La ville et les métiers. Naissance d'un langage corporatif (Turin, 17e-18e siècles)*, Paris 1990; RAGGIO, Osvaldo. *Faide e parentele. Lo Stato genovese visto dalla Fontanabuona*, Torino 1990. GRENDI, Edoardo *Il Cervo e la repubblica. Il modello ligure di antico regime*, Torino 1993. TORRE, Angelo. *Il consumo di devozioni. Religione e comunità nelle campagne dell'Ancien Regime*, Venezia 1995; TORRE, Angelo. *Luoghi. La produzione di località in età moderna e contemporanea*, Roma 2011. AGO, Renata, *Il gusto delle cose. Una storia degli oggetti nella Roma del Seicento*, Roma 2006.

<sup>3</sup> LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo: LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009; FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto e SAMPAIO, Antonio Carlos. *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014; GIL, Tiago. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação da social network analysis. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Vol. 3 Nº 6, dezembro de 2011; FARINATTI, Luiz Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Revista Anos 90*, Vol. 15, n. 28, 2008.

popular, por exemplo) e se transformou em um crítico ferrenho do pós-modernismo e de algumas reflexões de Hayden White. Já Edoardo Grendi, considerado o “pai” da *microstoria*, dialoga densamente com as reflexões de E. P. Thompson, Karl Polanyi e Norbert Elias. Giovanni Levi, por sua vez, em seu livro *A Herança Imaterial*, demonstra um frutífero diálogo entre a História e a Antropologia Social de matriz inglesa, adaptando para o canteiro da história as análises de Fredrik Barth e J. Clyde Mitchell. Poderíamos estender esses comentários aos trabalhos de dois discípulos de Levi: Maurizio Gribaudi<sup>5</sup> e Simona Cerutti<sup>6</sup> que, em certos momentos, utilizam e/ou criticam os pressupostos de Thompson e Barth e ainda, Sabina Loriga<sup>7</sup>, que, em seu doutorado, dialogou com Foucault para questionar sua tese a respeito do processo disciplinar entre os soldados do Piemonte no século XVIII. Nesse sentido, apesar de apresentarem características semelhantes em sua feitura, os micro-historiadores não seguem uma cartilha.

A *microstoria* italiana também não pode ser confundida simplesmente com análise local e circunscrita. A seleção de pontos específicos do real, de localidades etc., só possuem validade para essa corrente se exemplificar conceitos gerais. Menocchio é estudado sobretudo como um meio de Ginzburg apreender, por meio do conceito de circularidade cultural, como as culturas populares e letradas interagem entre si e, assim, perceber as possibilidades de pensamento e ação dos camponeses do século XVI no contexto da Reforma Protestante e da ampliação da imprensa. Já Levi não analisa a trajetória de Chiesa, um padre exorcista, por suas peculiaridades pessoais, mas como um fio condutor que nos leva à compreensão do intrincado mercado de terras do Piemonte do século XVII, que momento àquela altura resistia ao processo de mercantilismo. Em suma, a redução de escala, nos dois casos referidos, não se afina a análises de cunho regional ou local: essa redução é encarada de forma epistemológica. É somente reduzindo a escala de observação que conseguimos explicar os elementos mais gerais de uma sociedade e perceber as contradições sociais que geram as mudanças na sociedade.

Por fim, é preciso dizer que a *microstoria* italiana não é sinônimo da *Nova História Cultural francesa*. Apesar de analisarem temas e objetos aparentemente parecidos (feitiçaria, exorcistas, operários, camponeses, elites regionais etc.), os micro-historiadores

---

<sup>5</sup> GRIBAUDI, Maurizio. *Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe siècle*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1987.

<sup>6</sup> CERUTTI, Simona. *La ville et les métiers. Naissance d'un langage corporatif (Turin, 17e-18e siècles)*, Paris : Éditions de l'EHESS, 1990

<sup>7</sup> LORIGA, Sabina. *Soldats. Un laboratoire disciplinaire : l'armée piémontaise au XVIIIe siècle*. Paris : Mentha, 1991.

italianos não produzem, como a maioria daqueles ligados a citada vertente francesa, história de longa duração nem percebem a cultura como algo homogêneo que é apreendido por um grupo da mesma maneira. Também não aceitam que o sujeito, ao estilo braudeliano, seja refém das estruturas.

É justo dizer que a *microstoria* surge na Itália como um questionamento aos métodos da História Social praticada sobretudo pelos Annales nos anos 1960 e 1970. Ela surge como uma oposição ao modelo macroscópico e quantitativo que dominou os Annales da segunda geração: um tipo de história com recorte temporal de longa duração e um recorte espacial macro que, em resposta ao estruturalismo dominante na academia francesa do período, não analisava nem as mudanças nem as rupturas. A ênfase analítica se fundamentava na percepção das continuidades.<sup>8</sup>

Após esses breves comentários sobre aquilo que a *microstoria* não é, torna-se necessário apresentarmos algumas de suas principais características. De acordo com Aguirre Rojas<sup>9</sup> o primeiro elemento que caracteriza a *microstoria* é a redução de escala como paradigma epistemológico, ou seja, a escala reduzida é percebida como um novo local de experimentação, mas sem deixar de explicar os processos globais. Não há a renúncia do macro, mas sim o seu enriquecimento. Já que a análise macro tende a ser generalizante e pouco empírica, os micro-historiadores buscam descrever as estruturas sociais sem perder o que há de mais fundamental nas interações sociais. Eles partem do princípio de que o homem possui uma liberdade de ação ou margem de manobra e que todas as ações que constroem as normas sociais são entendidas como fruto de escolhas, negociações e estratégias dos atores sociais.

Para que a redução de escala realmente tenha uma função epistemológica, a *microstoria* opta por uma análise intensa e exaustiva de um universo circunscrito. Reduzindo a escala de observação, o foco será a localidade, o caso, o sujeito, a obra de arte, a fração de classe, mas através de uma análise densa e quase total dos documentos disponíveis, no intuito de revelar os diversos e múltiplos sentidos envolvidos nas ações, práticas, relações e processos relativos às pessoas e comunidades. Há então uma ruptura com o ideal macro que elege pouquíssimos elementos de uma totalidade e que, generalizando ao extremo, esvazia o modelo de seus elementos empíricos. Reduzindo a escala de observação e através de uma análise mais intensiva das fontes, os micro-

---

<sup>8</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O Nome e o como: trocas desiguais no mercado historiográfico”. In: GINZBURG, Carlo. *Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1987.

<sup>9</sup> ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Micro-história italiana...* op. cit., p. 9 e 10.

historiadores buscam observar e analisar todas as dimensões do real em um universo circunscrito e resgatar todos os sentidos envolvidos em cada problema histórico, produzindo “descrições densas” em que são sintetizadas e combinadas, em um único sistema explicativo, as diversos maneiras pelas quais o processo social é vivido.

Convém repetir que a *microstoria* não pode ser vista como uma escola e que muitos dos seus analistas conseguem perceber que ela é constituída por fases distintas. A primeira delas abarcaria desde 1966 até 1974, correspondendo ao surgimento do projeto microanalítico, marcado pelos primeiros experimentos de Edoardo Grendi<sup>10</sup>, de Ginzburg e Levi que, juntamente com Carlo Poni, formam entre os anos 1975 e 1977, no seio da Revista *Quaderni Storici*, o núcleo duro da *microstoria*, agora já com uma proposta madura e bem explícita dos procedimentos microanalíticos. A revista *Quaderni Storici* é então o espaço de discussão, o laboratório no interior do qual se criou uma forte sinergia entre a proposta de microanálise e interesses, heterogêneos, para novos temas de pesquisa ou novas perguntas para temas antigos.

Uma segunda etapa, entre os anos de 1978 e 1988, consolida a *microstoria* como uma perspectiva historiográfica de vanguarda e como uma das mais importantes e inovadoras da segunda metade do século XX. É neste momento que os trabalhos seminais de Grendi, Levi e Ginzburg<sup>11</sup> são escritos e posteriormente traduzidos e difundidos por quase toda a Europa e outros continentes. Além disso, é neste período que Levi e Ginzburg, juntamente com Simona Cerutti, organizam e dirigem a coleção *Microstorie*, editada pela Editora Einaudi, onde publicam obras de caráter microanalítico não apenas de historiadores italianos, mas de colegas como E. P. Thompson, Natalie Zemon Davis, Anton Blok, Paul Boyer, dentre outros. Já entre os anos 1989 e 1991, temos o abandono sucessivo da revista *Quaderni Storici* pelos pais fundadores e, a partir de 1992, ocorre o surgimento da terceira etapa que chega até os dias de hoje.

---

<sup>10</sup> Segundo todos os analistas, Edoardo Grendi foi não apenas o primeiro verdadeiro micro-historiador vinculado à revista *Quaderni Storici*, mas atuou como um grande mediador dos debates do mundo anglo-saxão para a historiografia italiana. Foi ele quem introduziu as discussões de Thompson, Polanyi, Elias, Barth e os trabalhos sobre *network analysis* que levaram a criação da vertente social da microstoria. E é ainda em 1977 que Grendi publica o artigo seminal, “Microanalisi e Storia Sociale”, *Quaderni Storici*, n. 35, 1977. Ver: ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Micro-história italiana...* op. cit., p. 55.

<sup>11</sup> Ver, por exemplo: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial...* op. cit.; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989; Ginzburg, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988; GRENDI, Edoardo. *Storia sociale e storia interpretativa*, *Quaderni Storici*, n. 61, 1986; GRENDI, Edoardo. *Polanyi: Dall'Antropologia Economica alla Microanalisi Storica*. Milano: Etas Libri, 1978; GRENDI, Edoardo. Norbert Elias: storiografia e teoria sociale. *Quaderni Storici*, n. 50, 1982;

Segundo Aguirre Rojas<sup>12</sup>, essa etapa é marcada pela fragmentação do projeto mais amplo em vários itinerários individuais importantes. Oportuno mencionar, a título de exemplo, os trabalhos de Maurizio Gribaudi (*Mondo operaio e mito operaio. Spazi e percorsi sociali a Torino nel primo Novecento*, 1987) e Simona Cerutti (*La ville et les métiers. Naissance d'un langage corporatif (Turim, siècles 17e-18e)*, 1990) sobre a definição da classe trabalhadora em Turim no início do século XX e o nascimento das corporações em Turim entre os séculos XVII e XVIII. Nos dois casos, apenas o olhar mais atento e investigação intensiva permitiram reconstruir a configuração e os agrupamentos sociais, fluidos e descontínuos, como um resultado da interação de diferentes caminhos individuais através de uma variedade de contextos.

Desde sua consolidação enquanto gênero de vanguarda nos anos 1980, a *microstoria* italiana tornou-se um modelo seguido por inúmeros historiadores no cenário internacional. Mas algo que foi pouco discutido sobre essa corrente historiográfica é que, ainda nos anos 1970, ela se dividiu em duas linhas distintas: a primeira delas, que poderia ser nomeada como *microstoria* cultural ou “*microstoria* do extraordinário” e a segunda, como *microstoria* social ou “*microstoria* do ordinário”<sup>13</sup>.

A vertente cultural é, de longe, a mais conhecida em países como Brasil, EUA e Argentina, correspondendo à vertente que segue os passos de Carlo Ginzburg. De acordo com Bell<sup>14</sup>, essa linha analítica se caracteriza pela utilização de um conjunto de documentos vistos como extraordinários, ou ainda, analisa eventos com essa mesma característica. Em muitos casos, os historiadores que partilham dessa perspectiva adotam a postura de um antropólogo ou de um etnógrafo adentrando em uma cultura completamente desconhecida e estranha. É o caso de dois dos trabalhos do próprio Ginzburg, quando analisa os andarilhos do bem e o moleiro Menocchio. Essa perspectiva também comparece no trabalho de Judith Brown<sup>15</sup> que, ao descobrir uma rica documentação judicial, analisa elementos da vida da freira lésbica Benedetta Carlini de

---

<sup>12</sup> ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Micro-história italiana...* op. cit., p. 52.

<sup>13</sup> De acordo com Alberto Banti (talvez o primeiro a perceber esta situação) a existência desses dois eixos já estaria presente, em 1979, no ensaio de Ginzburg intitulado “*O nome e o como*”. Mesmo depois de Banti, poucas foram as reflexões sobre esta questão. Ver, por exemplo: BANTI, Alberto M. “*Storie e microstorie: L’histoire sociale contemporaine en Italie*”, *Genèses*, n. 3, mars, p. 134-147; GREGORY, Brad. “Is Small Beautiful? Microhistory and the History of Everyday Life”, *History and Theory* 38/1 (1999), p. 100-10; BELL, David A. *Total History and Microhistory: The French and Italian paradigms*. In: KRAMER, Lloyd and MOZA, Sarah. *A companion to western historical thought*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002, p. 262-276.

<sup>14</sup> BELL, David A. *Total History and Microhistory...* op. cit., p. 269.

<sup>15</sup> BROWN, Judith. *Immodest Acts: the life of a lesbian nun in renaissance Italy*. Oxford: Oxford Press, 1986.

Vellano, que teve suas atividades sexuais descobertas devido a uma investigação sobre suas experiências místicas, incluindo aí o aparecimento de estigmas em seu corpo. David Sabeán<sup>16</sup>, por sua vez, ao analisar os arquivos de Württemberg, explorou episódios excepcionais com o intuito de perceber as relações entre a comunidade camponesa e o Estado na Alemanha do período moderno.

Outros historiadores que seguem essa perspectiva voltaram seus olhares para eventos que geraram muitos comentários em seu próprio tempo. O caso mais conhecido é a análise realizada por Natalie Zemon Davis<sup>17</sup> sobre o “retorno de Martin Guerre”, quando ela narra a história de um francês do século XVI que, ao tomar outra identidade, engana toda uma comunidade e, ao ser descoberto, acaba sendo condenado e executado. De modo similar, Arlette Farge e Jacques Revel, na obra *Logiques de la foule*<sup>18</sup>, reexaminam o famoso conjunto de motins ocorridos em meados do século XVIII em Paris, que, aparentemente motivados pelo sequestro de crianças pobres pela polícia. Já Richard Kagan revisitou o fascinante caso de Lucrécia de Léon, colocada no banco dos réus pela inquisição de Toledo na década de 1590, após transcrever seus sonhos visionários que circularam naquela sociedade em um pequeno manuscrito. Para encerrarmos essa série de exemplos, podemos citar o trabalho de John Demos<sup>19</sup>, que analisou o famoso caso de alguns cidadãos de Nova Inglaterra do século XVIII tomados como prisioneiros no Canadá, ressaltando não o caso de um famoso pastor que conseguiu retornar para Massachusetts, mas o de sua filha, que, não sendo resgatada, acabou por se converter ao catolicismo, se casou com um índio Mohawk e se recusou, posteriormente, a retornar ao seio de sua família.

Esse tipo de escrita da história não deixou de ter suas críticas, acusada de, ao enfatizar os aspectos narrativos permeados de toques cinematográficos, deixar de lado metodologias clássicas da História Social. Mais do que isso, os pesquisadores foram criticados por tomarem como verdade os elementos apresentados por fontes criminais, sem se darem conta de que essa documentação foi produzida por meio de procedimentos técnicos e de classe que, eventualmente, alteram as vozes dos envolvidos. Além disso, vários pesquisadores colocaram em questão se tais obras conseguiram evitar o perigo do

---

<sup>16</sup> SABEAN, David W. *Power in the blood: popular culture and village discourse in early modern Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

<sup>17</sup> DAVIES, Natalie Z. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>18</sup> FARGE, Arlette; REVEL, Jacques. *Logiques de la foule : l'affaire des enlèvements d'enfants, Paris 1750*. Paris: Puf, 1988.

<sup>19</sup> DEMOS, John. *The Unredeemed Captive*. New York: Vintage, 1995.

anacronismo ao projetarem esquemas culturais contemporâneos sobre os fatos do passado<sup>20</sup>.

Já o outro caminho seguido pela *microstoria* italiana direciona sua atenção não para o extraordinário, mas para os elementos ordinários do dia a dia com o intuito de apreender a teia de relações sociais e as interdependências que constroem as normas sociais que guiam as ações e estratégias do cotidiano. É preciso destacar que, para além de Ginzburg e de alguns de seus discípulos, o restante das obras produzidas pelos micro-historiadores da Itália seguem esse caminho desenvolvido sobretudo por Edoardo Grendi, mas também por Giovanni Levi<sup>21</sup>. Essa vertente, assim como a primeira, opera numa escala reduzida, utilizando fontes primárias densas e ricas, sobretudo os arquivos paroquiais e os judiciais. No entanto, ao invés de privilegiar materiais extraordinários como ponto de partida em direção a uma cultura estrangeira, eles procuram acessá-la através do estudo dos elementos ordinários e das relações interpessoais. Enxergam os indivíduos como pertencentes a grupos e redes sobrepostas com fronteiras fluidas, com relações sociais mais ou menos instáveis, fazendo uso de status (obrigações, direitos e limites) diferentes em cada situação específica, que lançam mão de diferentes esquemas interpretativos, construindo mundos diferentes mesmo vivendo juntos. Longe de ser um todo coerente, essa corrente social da *microstoria* vê a vida social feita de diferenciais, cada um oferecendo uma possibilidade de mudança. São eles que permitem que uma inovação se generalize e se institucionalize.

A grande implicação disso nas análises das relações sociais realizados pelos micro-historiadores sociais é que eles observam tais interconexões e demarcam o sistema em questão antes de julgar sua escala. Isso evita o erro de estudar as comunidades e grupos locais como sistema de curta escala, como se a sociedade de grande escala existisse fora dessas localidades. Todo sistema social de macro escala é formado no nível micro, na estrutura dos indivíduos sociais, visto que são formados por comportamentos padronizados e assim institucionalizados. Para essa vertente da *microstoria*, é impensável que qualquer participante do jogo social seja tão somente constringido por forças externas, com suas ações predeterminadas, ao invés de serem

---

<sup>20</sup> BELL, David A. Total History and Microhistory... op. cit., p. 271.

<sup>21</sup> Podemos citar aqui, somente para ficar nos nomes mais conhecidos fora da Itália, os trabalhos produzidos por Angelo Torre, Osvaldo Raggio, Francesca Trivellato, Sandra Cavallo, Maurizio Gribaudi e Simona Cerutti

afetados também pelo seu próprio entendimento, por suas expectativas e conceptualizações a respeito dos eventos da vida.

A partir do que foi dito, podemos perceber a teoria e os conceitos que levaram os micro-historiadores a enxergar nos estudos prosopográficos uma solução para as questões que seus trabalhos colocavam no fim dos anos 1980. É por entender o sujeito como interdependente, imerso numa rede de relações, que busca maximizar seus ganhos e possuidor de um status social que permite certas estratégias nas suas transações, que os micro-historiadores buscaram na biografia, sobretudo na biografia coletiva e na metodologia da *Network Analysis*, uma forma de mapear os percursos individuais ao longo do tempo e entender as escolhas e estratégias adotadas pelos atores para lidarem com as adversidades. Procuraram, na construção de biografias coletivas, a saída para compreender como os grupos sociais são formados nos mais variados contextos. Em suma, essa maneira de fazer história é muito diferente daquela produzida nos moldes da obra de Carlo Ginzburg, por exemplo. Nesse sentido, acredito que o debate acerca das contribuições que os colaboradores dessa corrente historiográfica formularam acerca dos conceitos relacionados ao espaço e ao tempo merece ser mais bem explorado. Espero que as reflexões seguintes possam servir a outros historiadores interessados nas perspectivas analíticas da micro-história italiana.

## Micro-história italiana e a questão espacial: algumas possibilidades de abordagem

Existe atualmente, no campo da micro-história, uma discussão acerca do momento em que praticantes de tal paradigma historiográfica começaram a tratar efetivamente o espaço como objeto de pesquisa. Para Angelo Torre, a micro-história dos pais fundadores e aquelas produzidas nos anos 1980 não levaram a sério a questão espacial. Segundo ele, o espaço considerado pela micro-história italiana nesse momento, apesar de ter consistido em uma comunidade, uma cidade, um vale, uma família, um bairro ou uma instituição, era na verdade uma abstração na qual a ideia de espaço era constituída pelas relações sociais, não importando o quão bem “localizada” elas fossem. Seja expresso em termos de redes, classes ou mobilidade social, não se tratava tanto de uma noção de espaço físico como categoria, mas como construção lógica, como contexto, carecendo do espaço físico e humanizado como categoria interpretativa.<sup>22</sup>

Ainda segundo Torre, nem mesmo os trabalhos mais recentes que combinam micro e macro-história mostram grande sensibilidade à dimensão espacial. Uma vertente dessas pesquisas tem se pautado na construção de biografias – sejam elas transculturais ou globais.<sup>23</sup> Uma segunda vertente expressou as relações entre a "parte" e o "todo" em termos de um "jogo" (ou proporção) de escalas. Ainda assim, ambas consideram a escala não tanto como uma forma de olhar (na micro-história, as coisas são examinadas a partir de "close-up", e na macro-história, "de longe"), mas sim como uma série de objetos de tamanhos diferentes<sup>24</sup> – aldeia, província, estado, área transregional, etc. – que se relacionam entre si. Na prática isso acaba levando à superposição indevida do nível de análise (micro/macro) com a extensão espacial da pesquisa (local/global)", implicando

---

<sup>22</sup> TORRE, Angelo. *Production of Locality in the early modern and modern age*. London: Routledge, 2020, p. 2 e 3.

<sup>23</sup> ANDRADE, T. (2011) ‘A Chinese farmer, two African boys, and a warlord: towards a global microhistory’, *The Journal of World History*, 21(4): 573–591; GINZBURG, C. (2005) ‘Latitude, slaves, and Bible: an experiment in microhistory’, *Critical Inquiry*, 31(3): 665–683; TRIVELLATO, F. (2009) *The familiarity of strangers: the Sephardic diaspora, Livorno, and cross-cultural trade in the early modern period*, New Haven, CT: Yale University Press; SUBRAHAMANYAN, S. (2014) *Mondi connessi. La storia oltre l'eurocentrismo* (secoli XVI–XVIII), edited by Marcocci, G., Rome: Carocci; GHOBRIAL, J.-P.A. (2014) ‘The secret life of Elias of Babylon and the uses of global microhistory’, *Past & Present*, 222(1): 51–93, dentre outros.

<sup>24</sup> DE VITO, Christian ‘Verso una microstoria translocale (micro-spatial history)’, *Quaderni storici*, 150: 2015, 815–833; GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

numa divisão da pesquisa entre a macroanálise, capaz de compreender estruturas, e a microanálise, que busca compreender atores e agências. O resultado, em qualquer caso, é que "micro" é identificado com "pequeno" e não com "local". Conseqüentemente, os espaços micro e macro são frequentemente organizados implicitamente em uma hierarquia injustificada deste último sobre o primeiro.<sup>25</sup>

Ainda assim, para Torre, as principais as tentativas de espacializar a narrativa histórica tiveram seu maior sucesso não na análise de micro espaços, mas na história global. Muitas vezes se afirma que essa área de pesquisa, que cresceu a partir de estudos sobre globalização na década de 1990, contribuiu para a criação de noções mais complexas de espaço histórico. Estas vão desde a crítica à persistente referência nacional da escrita histórica à ênfase em divergências transcontinentais; ao estudo de redes mercantes do comércio transregional de longa distância até a análise de organizações translocal e da história das diásporas humanas. Essa orientação historiográfica se preocupa com o estudo de novos espaços, mas, acima de tudo, tem adotado estratégias de pesquisa histórica baseadas no rastreamento de pessoas, objetos e metáforas pelo espaço, na tentativa de identificar fluxo e movimento, mesmo a grandes distâncias. Essa perspectiva histórica, argumenta Torre, atribui um papel constitutivo à interação entre regiões, ou entre a Europa e o resto do mundo, e, portanto, coloca em questão modelos explicativos endógenos; em suma, sustenta que a mudança histórica não pode ser explicada "de dentro". Este modelo historiográfico se repete como um mantra em centenas de publicações com o objetivo de registrar (mas não explicar) a circulação.<sup>26</sup>

Desde a década de 1990, especialmente entre especialistas da abordagem global, muita ênfase tem sido colocada no fato de que o local e o global são complementares e mutuamente referenciais. Tem-se argumentado que as dimensões globais dos fenômenos são principalmente verificáveis a nível local, e que, na verdade, é essa dimensão que nos permite apreender a substância do global. Termos como "glocalidade" foram introduzidos para descrever o suposto triunfo das forças homogeneizantes. Mas todas essas abordagens entendem "local" como a simples localização de fenômenos gerais, adotando um esquema de interpretação centrado no "espaço" em vez de localidade.

Apesar de essa ser a compreensão hegemônica acerca da relação entre os primeiros trabalhos microanalíticos italianos e a questão espacial, Maíra Vendrame, em texto recente, trouxe mais elementos que complexificam as afirmações de Torre, atribuindo à

---

<sup>25</sup> TORRE, Angelo. *Production of Locality...* op. cit. p. 5.

<sup>26</sup> Idem., p. 8.

Edoardo Grendi, ainda nos anos 1970, a primazia de uma original preocupação em inserir o espaço nas análises históricas.<sup>27</sup>

De acordo com a historiadora gaúcha, uma das principais contribuições de Edoardo Grendi é a ideia da necessidade de os historiadores atentarem para a correspondência entre a morfologia social e a do espaço. A importância de se pensar as formas associativas, a organização dos grupos, a constituição das vizinhanças e comunidades sobre um território, bem como a maneira como esse vai se caracterizando, a partir de determinadas referências materiais, relacionais e práticas socioculturais, econômicas e políticas.<sup>28</sup>

Nos estudos de microanálise propostos por Grendi, ganhava destaque a compreensão dos sistemas políticos baseados no desempenho de lideranças e associações territoriais.<sup>29</sup> Como também a reconstrução da relação entre atividades econômicas, matrimoniais e as estruturas de poder e dependência, o funcionamento da vida local e a ligação entre diferentes esferas de controle, família, vizinhança, comunidade e sociedade mais ampla. O interesse estava voltado para o entendimento dos comportamentos na realidade concreta do vivido, o que possibilitava compreender os contatos interpessoais e a relação entre as instituições num determinado lugar. Nesse sentido, sugeria que o espaço local devia ser tomado não apenas como cenário das ações e práticas, mas o produto desses.

A abordagem topográfica, defendida por Grendi, possibilitava, portanto, a compreensão das ações e práticas como expressivamente ligadas ao lugar onde elas ocorreram. Ele considerava a integração entre o território e sociedade, entre o espaço e os diferentes fenômenos sociais que conformavam comunidades e lugares específicos. Assim, a perspectiva micro analítica possibilitava refletir acerca da compreensão das fontes documentais enquanto reveladoras de significados “topográficos” não evidentes, que permitiam entender os procedimentos de controle, uso de determinados recursos e poder territorial.<sup>30</sup> Todas essas questões auxiliaram a repensar os estudos ligados à história local e de comunidades a respeito dos quais Grendi tinha grande interesse. A abordagem topográfica permitia analisar de maneira peculiar os processos de construção

---

<sup>27</sup> VENDRAME, Máira Inês. A produção social de lugares. In: Vendrame, Máira Inês & KARSBURG, Alexandre. Territórios da História: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023.

<sup>28</sup> Idem., p. 191.

<sup>29</sup> Sobre essa discussão ver; GRENDI, Edoardo. “*Il sistema politico di una comunità ligure: Cervo fra Cinquecento e Seicento*”. *Quaderni storici*, XVI, n° 46, 1981, p. 92-129; GRENDI, Edoardo. “*Le confraternite nell’età moderna: l’esempio genovese*”. In: RAGGIO, Osvaldo; TORRE, Angelo. *In altri termini: etnografia e storia di una società di antico regime*. Milano: Feltrinelli, 2004, p. 45-110; GRENDI, Edoardo. *Il Cervo e la repubblica: il modello ligure di antico regime*. Torino: Einaudi, 1993.

<sup>30</sup> VENDRAME, Máira Inês. A produção social de lugares... op. cit. 196.

local das fontes, na sua relação estreita com os objetos, evitando o perigo de tomar de forma abstrata a dimensão espacial e a escala na pesquisa.

Ainda de acordo com Vendrame, o espaço, o território e seus limites como produtos de fenômenos socioculturais na abordagem grendiana foram uma constante, assim como a preocupação com o contexto específico, enquanto um lugar carregado de significados, disputas e práticas. Somava-se a isso a atenção para a morfologia das relações sociais, realizando o mapeamento dos contatos, vínculos e escolhas do ponto de partida dos trabalhos. Os modos de constituição das esferas agregativas no espaço, a relação entre instâncias (Estado, comunidade, família e parentela), as interações e práticas permitiam a compreensão dos processos de constituição socio territoriais.<sup>31</sup>

Por fim, Vendrame afirma que a contribuição de Edoardo Grendi seria uma defesa em relação a microanálise, possibilitando o estudo da dimensão espacial das estruturas sociais. Nesse sentido, ganhava destaque o diálogo com outras áreas do conhecimento, a “vocação à contextualização” e à busca por instrumentos de análise para o estudo das sociedades locais, sem deixar de pensar a relação entre diferentes escalas. Grendi propunha a constituição de paradigma forte que propiciasse integração entre espaço e sociedade territorial, entre história e os estudos sobre o território.<sup>32</sup>

Meu objetivo nessa primeira parte da tese está longe de ser uma tomada de partido nesse debate sobre as origens da preocupação espacial entre os praticantes da micro-história italiana. Após apresentar algumas definições sobre os conceitos de espaço, local e localidade construídos por geógrafos e historiadores, elaboradas a partir dos anos 1970, examino como alguns dos micro-historiadores italianos debateram e contribuíram para trazer à tona a importância de se pensar o espaço como objeto historiográfico. Para tal selecionei alguns desses historiadores que, a meu ver, trouxeram as contribuições mais originais e/ou importantes para esse debate.

Primeiramente abordo as contribuições de Angelo Torre e sua perspectiva de produção de espaços. Em seguida, analiso a obra de Maurizio Gribaudi e sua trajetória de discussão espacial como apenas um contexto no qual se desenvolveram as redes de interdependência dos atores que compunham suas pesquisas, para algo mais sofisticado, relacionado à morfologia e análises topográficas. Terminada essa parte, examino como Carlo Ginzburg e outros historiadores italianos inseridos na discussão com a História Global compreenderam e analisaram o espaço e a localidade. Por fim, utilizo uma

---

<sup>31</sup> Idem., p. 196.

<sup>32</sup> Idem., p. 197.

pequena parte das minhas pesquisas como exemplo acerca das possibilidades de uma produção de localidade apreendida a partir da utilização de processos criminais como fontes de pesquisa.

## **Capítulo 1 - Espaço e Lugar: entre a Geografia e a História**

De acordo com Charles Withers, *Lugar* é um dos conceitos mais fundamentais da geografia humana. É também um dos mais problemáticos.<sup>33</sup> O lugar, ou espaço regional de pequena escala, apresenta-se como uma subdivisão dentro da divisão tripartite clássica

---

<sup>33</sup> WITHERS, Charles W. J. Place and the "Spatial Turn" in Geography and in History. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 70, No. 4 (Oct., 2009), pp. 637-658.

da cosmografia (a terra em relação a outros corpos planetários), geografia (a terra como um todo) e corografia (partes da terra ou geografia regional).<sup>34</sup>

Nesses termos, a noção de lugar, em pelo menos um sentido na história intelectual ocidental, é central para a própria definição de geografia e de história. Para o geógrafo político John Agnew, há três aspectos fundamentais do lugar: lugar como localização, como local e o sentido de lugar.<sup>35</sup> Por localização entende-se a localização absoluta; as referências de grade que atribuímos a porções da superfície da Terra por posicionamento latitudinal e longitudinal convencional. Por local, Agnew entende o cenário material para as relações sociais, a morfometria real dos ambientes (domésticos, cotidianos, etc.) em que as pessoas conduzem suas vidas. O senso de lugar seria o apego afetivo que as pessoas teriam por um determinado espaço.<sup>36</sup>

Essas distinções são úteis como uma tipologia preliminar. Entretanto, desde o final dos anos 1960 e 1970, essas concepções passaram a receber maior atenção principalmente dentro da geografia humana. Ao mesmo tempo em que novas formas de ciência espacial orientadas matematicamente com o auxílio de computadores estavam sendo desenvolvidas, os geógrafos humanistas voltavam-se cada vez mais para as ideias relativas ao *senso de lugar*. A crítica desses intelectuais estava pautada no conceito de espaço como uma questão de geometria de poder despersonalizada, de aversão às generalizações jurídicas por meio das quais a geografia buscava um status científico. A preocupação era discutir o lugar como uma particularidade vivida e não como uma generalidade abstrata. Para geógrafos humanistas como Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, David Semon e Edward Relph, o lugar não deveria ser estudado como uma unidade fracionária do espaço, mas como uma maneira de "estar no mundo".<sup>37</sup>

O conceito de lugar foi então fortemente influenciado, sobretudo nas obras de Tuan e Relph, pela corrente chamada de Geografia humanística de inspiração filosófica. Se todo lugar é um espaço social, nem todo o espaço social é um lugar, ao menos no sentido por eles especificado: o espaço social é aquele espaço produzido socialmente, fruto da transformação e apropriação da natureza, ao passo que um lugar é um espaço dotado de

---

<sup>34</sup> Idem., p. 639.

<sup>35</sup> AGNEW, John. *Place and Politics*. Boston: Unwin Hyman, 1990.

<sup>36</sup> Idem., p. 8.

<sup>37</sup> TUAN, Yi-Fu. *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes and Values*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1974; TUAN, Yi-Fu. *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977; BUTTIMER, Anne and SEAMON, David. eds., *The Human Experience of Space and Place*. London: Croom Helm, 1980; RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. London: Pion, 1976.

significado, um espaço vivido. Assim, o lugar é um espaço dotado de significado como um espaço vivido. Um lugar não deve ser assimilado ao substrato material: eles também só existem enquanto durarem as relações sociais das quais são projeções especializadas. As imagens e o sentido de lugar não são coisas materiais e por derivação os próprios lugares enquanto tal não devem ser assimilados diretamente à materialidade.

Para Yi-Fu Tuan, em seu clássico *Espaço e lugar a perspectiva da experiência*, a familiaridade com dada porção do espaço, pela experiência, faz torná-la lugar. Espaço e lugar são designações do nosso cotidiano, indicando experiências triviais do dia a dia. Não há necessidade de fazer um esforço consciente para estruturar nosso espaço, uma vez que este espaço em que nos movemos e nos locomovemos, integrante de nossa vida diária é de fato o nosso lugar. Conhecemos o nosso lugar já que cada um tem seu lugar. Assim sendo, onde vivemos; nossa residência e nosso bairro inteiro se torna um lugar para nós. A própria pátria vista como o nosso lar afetivamente se torna um lugar. O espaço é segurança e o espaço é liberdade ou, ainda, o espaço é movimento e o lugar pausa: o espaço é mais abstrato e o lugar mais concreto. A valorização do lugar provém de sua concretude embora seja passível de ser engendrado ou conduzido de um lado para o outro, é um objeto no qual se pode habitar e desenvolver sentimentos e emoções. Tal realidade concreta é atingida por meio de todos os nossos sentidos, com todas as nossas experiências tanto mediante a imaginação quanto simbolicamente.<sup>38</sup>

Para o geógrafo sino-americano, conhecer um lugar é desenvolver um sentimento topofílico ou topofóbico, não importando se é um local natural ou construído: a pessoa se liga ao lugar quando este adquire um significado mais profundo ou mais íntimo para ela. Todo lugar adquire identidade mediante as diversas dimensões espaciais tais como a localização, a direção, a orientação, a relação, o território, a espaciosidade, dentre outras coisas.

Para esse autor, haveria uma escala específica para o lugar ou existiriam diferentes níveis de lugaridade? Há fortes razões para se creditar à escala local uma posição especial: devido à possibilidade de deslocamento diário, pela tendência de maior uniformidade linguística, em comparação com escalas mais abrangentes. Entretanto, é plausível considerar a existência de níveis de lugaridade, porém, tais níveis não obedecem a uma hierarquia pré-fabricada. Para uma pessoa específica, por exemplo, a região seria um

---

<sup>38</sup> TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel, 2013, introdução.

referencial identitário forte, mas a ideia de país seria um referencial identitário fraco. Já para outra, se daria o inverso.

Ainda na década de 1970, Henri Lefebvre abordou parte desses problemas em *A Produção do Espaço*<sup>39</sup>, apoiado em uma perspectiva marxista, argumentando que a cidade moderna é uma intersecção dos muitos elementos e aspectos do capitalismo, incluindo bens, pessoas e informações. Os "espaços sociais" de Lefebvre, assim como os "mapas mentais", são espaços vividos através de ideias, imagens e símbolos. Na verdade, sua intenção é alertar contra o perigo de o espaço degenerar em espetáculo, em algo a ser consumido passivamente. Para se tornar mais autorrealizado, um "habitante" deve desenvolver sua própria imaginação espacial, seu próprio "espaço vivido", para resistir não apenas às imposições de cartógrafos, urbanistas e promotores imobiliários, mas também àquelas ideias de espaço que são dadas como corretas e únicas possíveis, herdadas como "senso comum" ou "rotina cotidiana".

Outro geógrafo que discutiu a questão espacial a partir das perspectivas do marxismo foi David Harvey. Seu relato da urbanização oitocentista em *Paris, Capital da Modernidade*<sup>40</sup> é uma crítica não tanto ao consumo, mas à programação espacial. O capitalismo produziria sua própria geografia, construindo formas específicas de ambientes urbanos, que engendram modos particulares de consciência humana. Ao escolher Paris como seu estudo de caso, Harvey pode ser criticado por selecionar uma determinada cidade para fazer um ponto específico sobre política de classe (isso também é verdade em sua cronologia, que termina com a queda da Comuna em 1871, e não em 1900, por exemplo, com a abertura do metrô). No entanto, focalizando os ritmos lentos da transformação capitalista da geografia histórica da cidade para reunir fragmentos da vida urbana parisiense do século XIX, o relato de Harvey coloca ênfase importante na materialidade da cidade e da vida social.

Uma nova geração de historiadores está dando ainda mais importância aos objetos materiais e às práticas sociais – aos efeitos, intencionais e não intencionais, esperados e inesperados, das novas infraestruturas na vida cotidiana. Como exemplo podemos citar a pesquisa de Alice Garner. Diferentemente dos dois autores marxistas, que se concentram na cidade moderna, Garner é uma historiadora do *bassin d'Arcachon*, uma região rural na costa franco-atlântica. Arcachon, argumenta a pesquisadora francesa, era um "espaço disputado" tanto quanto Paris. Ao longo dos séculos XIX e XX, pescadores, turistas,

---

<sup>39</sup> LEFEBRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

<sup>40</sup> HARVEY, David. *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

empresários ferroviários, os líderes municipais da vila de La Teste, governos locais e nacionais, todos competiram para dominar e definir a costa. Mapas, levantamentos hidrográficos e agrícolas, plantas de engenharia, memorandos governamentais, descrições de viajantes, bem como cartões postais e até poesia, todos moldaram o espaço físico para se adequar às suas visões particulares da praia. Garner procura descascar esses "mille-feuilles", para encontrar o que o litoral significava para as pessoas comuns de La Teste.<sup>41</sup>

Procurando capturar a história espacial "vista de baixo", Garner enquadra sua ideia de "espaço vivido" como "experiências corporais que não podem ser facilmente comunicadas ou preservadas para além do momento em que acontecem".<sup>42</sup> Pescadores locais, bem como funcionários do governo, têm imagens ideais da bacia de Arcachon. A reação a uma proposta feita por um oficial naval aposentado que vive no lado oposto do Bassin, para substituir os pequenos barcos por navios de pesca movidos a vapor e com convés, permite que Garner nos revele os teimosos pescadores e as mulheres agarradas às práticas tradicionais de pesca.

Garner também relata que os moradores locais poderiam ter boas razões para resistir à introdução do vapor, em termos das consequências econômicas reais da distribuição desigual de lucros na economia local e da transferência de poder dos pescadores para os comerciantes. Rituais há muito praticados e padrões de trabalho estabelecidos ajudaram a comunidade pesqueira a enfrentar tanto a pressão para modernizar suas práticas quanto os perigos "necessários" de ir para o mar. É importante evidenciar que Garner analisa a disputa pelo espaço em Arcachon de ambos os lados, investigando as posições dos empresários de barcos a vapor e dos pescadores que resistiram a eles, produzindo uma bela descrição das diferentes perspectivas de vivência do espaço.

Algumas das perspectivas iniciadas nos anos 1970 continuaram a produzir frutos nas décadas seguintes. Em 1987, geógrafos preocupados com noções de lugar passaram a produzir pesquisas analisando as conexões entre lugar e identidade, entre lugar e significado. Em seu livro *Place*, por exemplo, Timothy Cresswell argumentou que a descrição e a inscrição de pessoas, coisas e práticas sociais estavam fortemente ligadas a lugares particulares: que os lugares e as práticas sociais neles inseridos tinham um

---

<sup>41</sup> GARNER, Alice. *A Shifting Shore: Locals, Outsiders, and the Transformation of a French Fishing Town, 1823-2000*. Cornell University Press, 2004, p. 8.

<sup>42</sup> Idem.

componente fortemente normativo e moral.<sup>43</sup> Quando as pessoas agiam “fora do lugar”, ou não “sabiam o seu lugar”, elas cometiam algum tipo de transgressão. Em grande parte dessa obra, o lugar foi entendido “através das lentes do conflito social e cultural. Questões de raça, classe, gênero, sexualidade e uma série de outras relações sociais estiveram no centro dessa análise”.<sup>44</sup> Assim, o lugar passou a ser visto não como o local (e nunca apenas o local de determinados eventos sociais), mas como consequência de processos sociais. *O lugar e, paralelamente, o espaço seria uma construção social, produzida pela agência social.*

Algumas dessas discussões ficaram evidentes nas preocupações de Felix Driver e Raphael Samuel em repensar a ideia de lugar. Em artigos reunidos no periódico *History Workshop Journal*<sup>45</sup>, o foco principal desses pesquisadores foi reavivar a ideia de lugar como local inserido na perspectiva da história local. O debate travado não era apenas da noção de lugar como local, mas também da conexão de tal local com o mundo mais amplo e com as implicações de tais conexões para um tipo mais diverso de história por completo: podemos entender a identidade dos lugares de maneiras menos limitadas e mais abertas? Podemos escrever histórias locais que reconheçam que os lugares não são tanto pontos singulares como constelações, produto de todo tipo de relações sociais que atravessam determinados locais de várias maneiras? Que maneiras de contar a história dos lugares poderiam ser apropriadas a tal perspectiva?

Geógrafos brasileiros, desde os anos 2000, também têm participado dessa discussão. Para Angelo Serpa, a distinção entre lugar e território são importantes.<sup>46</sup> Segundo ele, geógrafos mais tradicionais acabaram por convencionar que lugar é o espaço vivido e território é o espaço de poder, o que pressupõe uma generalização que mais oculta do que revela a maneira como ambos os conceitos se manifestam existencialmente, como experiência, antes do exercício intelectual e de qualquer representação teórica. Para Serpa, esse simplismo conceitual é notório, já que o poder, ou sua ausência, é um fenômeno vivido e que o vivido também manifesta relações de poder. O território não é também vivido? E o lugar não está subordinado ao exercício do poder? Então, mais do que associar a priori os conceitos de lugar e território a qualidades específicas

---

<sup>43</sup> CRESSWELL, Tim. *Place: A Short Introduction*. Oxford: Blackwell, 2004; AGNEW, John. *Place and Politics*. Boston: Allen and Unwin, 1987.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> DRIVER, Felix and SAMUEL, Raphael, "Rethinking the Idea of Place," *History Workshop Journal* 39 (1995):

<sup>46</sup> SERPA, Angelo. Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2021, 62.

(lugar/vivido, território/poder), Serpa acredita que as relações que se estabeleçam entre os agentes/grupos/classes/indivíduos são marcadas pelo predomínio da igualdade e da diferença e que a dialética entre a diferença e a igualdade é que vai estabelecer o lugar e o território como modos geo-históricos de existência.<sup>47</sup>

Essas relações podem se manifestar de maneira centrípeta (para dentro) ou centrífuga (para fora) quando se trata de intersubjetividade e modos de existência frente ao diferente ou ao igual (a mim). A forma como agentes/grupos e indivíduos/classes vão reagir ao outro é, enfim, o que “ser lugar” ou “ser território” manifestam enquanto essência nas mais diversas escalas espaço-temporais. Quando nos colocamos para dentro e nos colocamos entre iguais e quando nos voltamos para fora e entre diferentes, é possível perceber a constituição de momentos e princípios existenciais dialeticamente relacionados, mas distintos enquanto manifestação de ser-no-mundo. O lugar é sempre processual e articula diferentes espaços de conceitualização. Essa articulação de recortes e escalas geográficas (do local ao global) será tanto mais ampla como mais complexa conforme a capacidade de articulação dos grupos envolvidos, assim como sua acessibilidade ao meio técnico disponível em cada lugar concreto.<sup>48</sup>

Já para Ana Fari Alessandri Carlos<sup>49</sup>, cada ato e cada atividade prática – realizando-se enquanto momento constitutivo de construção da identidade do homem com o outro em espaços-tempos específicos – evidencia que a vida é produção prática do espaço, tanto como realidade quanto como possibilidade, constituindo uma identidade que sedimenta a memória. Nesse entendimento, o espaço produz-se e reproduz-se como materialidade indissociável da realização da vida e, subjetivamente, como elemento constitutivo da identidade social.<sup>50</sup>

A vida cotidiana se realizaria então concretamente a partir do conjunto de relações que contemplam ações que, por sua vez, se desenrolam em espaços e tempos determinados e que encerram nossa vida, sem os quais ela não ocorreria. A casa, a rua, a praça, o mercado, centros culturais, lugares sagrados e simbólicos e outros espaços correspondem a usos nascidos de uma prática espacial, ligando lugares e pessoas num conjunto de relações que envolvem e permitam que a vida aconteça. As formas materiais arquitetônicas e as paisagens guardam, para o indivíduo, o sentido que é dado pelo

---

<sup>47</sup> Idem., p. 63.

<sup>48</sup> Idem., p. 66

<sup>49</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2021, 55

<sup>50</sup> Idem

conteúdo social que vai constituir-se como suporte da memória, tornando-a ato presente na articulação de espaço e tempo, pela mediação da experiência vivida num determinado lugar. Nesse sentido, a construção de lugar se revela, fundamentalmente enquanto construção de uma identidade, logo, a memória que liga o tempo da ação ao lugar da ação, a um uso e a um ritmo. E a história particular de cada um se realiza uma história coletiva, onde se insere, e em relação à qual ganha significado.<sup>51</sup>

Desse modo, o processo teria uma materialidade visível, e seria percebido com todos os sentidos humanos, nos lugares do acontecer diário, nas atividades mais banais que ligam os homens aos lugares e ao outro da relação social, marcado por um tempo determinado, em espaços circunscritos. Nessa situação, o homem se apropria do mundo, ao se apropriar do espaço, com todos os seus sentidos revelando a importância do corpo e do uso. O uso dos lugares da realização da vida, através do corpo e de todos os sentidos humanos, realização humana produzindo um mundo real e concreto, delimitando imprimindo os rastros da civilização com seus conteúdos históricos final. O uso sinaliza um lugar de realização da vida que, toda via, vai se construindo enquanto referência e nesse sentido alicerce da identidade da memória.

Os argumentos acima expostos também permitem construir a hipótese de que a noção de produção do espaço envolve os momentos de produção e criação, fazendo do espaço, ao mesmo tempo e dialeticamente, obra e produto: como produto da sociedade e como obra de sua história.<sup>52</sup> Em síntese, as relações sociais ocorrem num determinado lugar sem o qual não se concretizariam, num espaço fixado ou determinado que marcaria a duração da ação. Essa prática realiza-se no plano do lugar exponha a realização da vida humana nos atos da vida cotidiana, enquanto o modo de apropriação que se realiza através das formas e possibilidades da apropriação e uso dos espaços tempos no interior da vida cotidiana.

Desse modo, a noção de produção traz questões importantes pois seu sentido desvela os conteúdos do processo produtivo, dos sujeitos produtores, dos agentes da produção material do espaço, das finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade bem como a suas formas de apropriação. Essa produção distingue-se das outras em seu significado e, por essa razão, apresenta outras implicações. Se a produção tem por conteúdo relações sociais, tem também uma localização no espaço.

---

<sup>51</sup> Idem., p. 56.

<sup>52</sup> Idem, 59

Assim, a produção do espaço e produção das atividades no espaço, portanto, as atividades humanas se localizam diferencialmente no espaço criando uma morfologia.<sup>53</sup>

Sintetizando os argumentos de Ana Carlos, é possível constatar que as relações sociais se realizam como relações reais e práticas, revelando-se como relações espaço temporais e exigindo uma teoria da prática socioespacial. Nessa perspectiva, ganha centralidade o conceito de reprodução social do espaço: a sociedade se apropria do mundo ao se apropriar de um espaço-tempo determinado, num momento histórico definido. Nesse contexto a reprodução continuada do espaço se realiza enquanto aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida. Esse processo entre sociedade e natureza segunda implica o entendimento de várias relações sociais, políticas ideológicas jurídicas culturais, por extensão também o modo de vida. A reprodução do espaço recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do poder e da vida humana, sendo, portanto, produto histórico e ao mesmo tempo realidade presente e imediata.

Em suma, podemos dizer que, a despeito da existência de várias acepções da palavra lugar, e em que pese a existência de diversos aspectos mesmo no âmbito da conceituação socioespacial, há, porém, um sentido que veio se afirmando cada vez mais específico, no plano conceitual da década de 70 até os dias atuais: o lugar como espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual desenvolve em si extraem se os sentidos de lugar e as imagens de lugar. O espaço, assim, não seria meramente aquilo que possui raízes; não é apenas a distinção e apreciação de fragmentos de Geografia. O núcleo do significado de lugar se estende em suas ligações inextricáveis com o ser, com a nossa própria existência. Lugar é um microcosmo é onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco. O que acontece aqui neste lugar é parte de um processo em que o mundo inteiro está de alguma forma implicado. Isso é muito existencial e ontológico. Mas é também econômico e social pois em toda parte estamos presos em maior ou menor grau nas forças políticas e econômicas globalizantes.

Apesar de apresentar alguns poucos textos historiográficos na discussão sobre espaço, lugar e lugaridade que mostrei até agora ficou centrada principalmente nas reflexões produzidas por geógrafos. Passemos então para a discussão de algumas dessas questões realizadas no canteiro de obras dos historiadores.

---

<sup>53</sup> Idem, 68

De acordo com Ralph Kingston, nos últimos vinte anos, artigos acadêmicos, simpósios e números especiais de grandes periódicos celebraram a redescoberta do espaço e do lugar pela história.<sup>54</sup> Em sua conferência de 2006, a Sociedade de História Social ampliou sua vertente de mapeamento de intercâmbios transnacionais para incentivar um foco mais amplo em "Espaços e Lugares". No mesmo ano, o *Journal of Social History*, sediado nos Estados Unidos, *identificou* a "questão espacial" como uma das quatro questões-chave para o "futuro da história social". A reunião de 2008 da *American Historical Association* em Washington envolveu pelo menos quinze painéis diretamente envolvidos com questões de "Espaço e Lugar", em áreas tão diversas quanto o estudo da Europa moderna, da América Latina moderna, da Rússia e do sul dos EUA. Superando a história do consumo e a história do livro, o espaço e o lugar estão agora firmemente no mapa.<sup>55</sup>

Muito do trabalho feito sobre o espaço dentro da disciplina da História veio da "Nova História Cultural". Para os historiadores especializados no século XVIII, por exemplo, ela ofereceu um meio de desenvolver ideias de esferas 'públicas' e 'privadas'. Agora canônico livro de Mona Ozouf, *Festivals and the French Revolution* descreve como os políticos e seus planejadores criaram novos espaços para reunir o público, para uni-lo na celebração de símbolos comuns e rituais compartilhados. Os revolucionários buscavam "espaços sem qualidades" para construir uma nova nação. Ambientados ao ar livre e sem deixar vestígios permanentes, os festivais revolucionários podiam ser vistos como "metáforas espaciais" para ideias de liberdade, igualdade e (em manifestações posteriores) fraternidade.<sup>56</sup>

Entretanto, é importante destacar que nenhuma contribuição foi tão importante quanto àquela dada pela chamada *Spatial Turn*. O giro espacial, que ocorre nos anos 90 do século XX, se caracteriza por uma mudança de ordem epistemológica onde passam a ganhar destaque as categorias espaciais. É um movimento de convergência que ocorre nas ciências humanas em relação à dimensão espacial, onde ganha destaque as compreensões simbólicas do espaço dentro de uma perspectiva de que ele é fruto de uma construção social. Ocorre, portanto, no debate a emergência do conceito de localidade a partir da virada metodológica e teórica caracteriza pelo "giro espacial".

---

<sup>54</sup> KINGSTON, Ralph. Mind Over Matter? *Cultural and Social History*, 7:1, 2010, 111-121

<sup>55</sup> Idem., p. 111

<sup>56</sup> OZOUF, Mona. *Festivals and the French Revolution*. Boston: Harvard University Press, 1988.

Investigando o simbolismo do espaço, os historiadores culturais também se basearam fortemente nas teorias pós-modernas do espaço e do lugar como repositórios de significado social. O interlocutor mais frequente desses historiadores é Michel Foucault. Grande parte dos trabalhos recentes sobre a história do espaço investigou, portanto, a produção de 'metáforas espaciais'. O trabalho de Doreen Massey<sup>57</sup>, argumentando que os lugares são construídos a partir de articulações de diferença (gênero em particular, mas também raça e classe), também ofereceu inspiração para historiadores culturais e sociais. Imbuídos de valor simbólico, espaços e lugares específicos encontram seu significado em discursos abrangentes e contextos culturais mais amplos. Assim, com base em alguns dos insights fundamentais de Georg Simmel, Michael de Certeau, Michel Foucault, entre muitos outros, a pesquisa orientada para o espaço se multiplicou: ecologia histórica, espaço público, espaço sagrado, paisagem, cidade, cartografia histórica, uma nova historiografia das viagens e explorações geográficas, e uma historiografia das infraestruturas são testemunho disso.

Beat Kumin, Cornelia Hubson e Gerd Schwerhoff, que há alguns anos tentaram traçar um perfil da "virada espacial na história", insistem no fato de que o interesse atual dos historiadores está no caráter relacional do espaço: não é o espaço absoluto, cartesiano, que atrai os pesquisadores, mas o espaço relacional e a construção mental da qual é produto.<sup>58</sup> Para esses historiadores, o espaço é uma construção social, uma "síntese mental". O convite é para estudar as inter-relações em determinadas áreas (por exemplo, a esfera doméstica, pousadas etc.). Os aspectos privilegiados parecem inteiramente compatíveis com os "estudos culturais": uma abordagem construtivista do espaço e uma predileção pela análise simbólica. Mas, mais uma vez, o espaço é entendido não tanto como uma dimensão objetiva, absoluta, mas como "o meio comum para a construção de sentido". O espaço é uma dimensão comunicativa e resiste a qualquer tentativa de classificação rigorosa (público/privado): são ações e práticas que o preenchem de conotações e o fazem existir.<sup>59</sup>

Há, no entanto, segundo Torre, quem tenha ido mais longe e visto na virada espacial uma transformação mais profunda, de ordem epistemológica. Uma nova

---

<sup>57</sup> MASSEY, Doreen. 'Places and Their Pasts', *History Workshop Journal*, 39(1) (1995), pp. 182–192.

<sup>58</sup> KUMIN, Beat. ed., *Political Space in Pre-industrial Europe* (Farnham: Ashgate, 2009); SPICER, Andrew and COSTER, Will, eds., *Sacred Space in Early Modern Europe* (Cambridge: Cambridge University Press, 2005), dentre outros.

<sup>59</sup> Conforme TORRE, Angelo. "Micro/macro: ¿local/global? El problema de la localidad en una historia espacializada". *Historia Crítica* n.º 69 (2018): 43.

dimensão, a do lugar, parece constituir o desafio mais exigente: se há uma palavra-chave na emergência da "virada espacial" é "lugar", o que explica em qualquer nível semântico a importância da dimensão local. É justamente considerando esse aspecto da discussão que percebemos como a *localidade* não tem analogia com "localização": "lugar" teria uma relação problemática com "espaço".

Como prova do caráter interdisciplinar dessa perspectiva analítica centrada no "lugar", devemos levar em conta as considerações de Arjun Appadurai que, ao avançar para além das dimensões simbólicas do giro espacial, parte da fragilidade constitutiva do espaço local – o fato de que a qualquer momento habitações e bairros podem ser mutuamente opostos ou divididos dentro deles – para teorizar a necessidade constante de técnicas de controle. Por meio de um processo que tem sido definido como "produção de localidades" é possível produzir figuras sociais reconhecíveis, assim dotadas de competências compartilhadas localmente: constroem-se, assim, figuras de "nativos", de cidadãos locais, que incorporam sua cultura, suas práticas, seus modos compartilhados de pensar e agir.<sup>60</sup> Trata-se de um processo básico, ao qual pouca atenção tem sido dedicada até o momento, e que pode explicar aspectos cruciais das sociedades locais e suas conexões mais amplas.<sup>61</sup>

Como observei na introdução dessa primeira parte da tese, Angelo Torre foi, dentre os micro-historiadores, o mais preocupado em discutir essas questões relacionadas ao espaço, local e localidade. Com o intuito de trazer uma das contribuições almejadas nessa pesquisa, vejamos como esse historiador italiano lidou com esses conceitos, discutiu com essa historiografia e como conseguiu produzir, talvez, a discussão mais complexa sobre essas questões no seio da micro-história italiana.

---

<sup>60</sup> APPADURAI, Arjun "The Production of Locality", In: *Counterworks: Managing the Diversity of Knowledge*. Minneapolis: Routledge, 1995, 204-226.

<sup>61</sup> TORRE, Angelo, *Luoghi. La produzione di località in età moderna e contemporanea*. Roma: Donzelli, 2011.

## **Capítulo 2 – Angelo Torre e a produção das localidades**

Angelo Torre é talvez o mais desconhecido dos micro-historiadores cuja obra foi analisada nessa tese. Torre foi um dos principais discípulos de Edoardo Grendi e teve toda a sua trajetória de pesquisa construída a partir da preocupação com o espaço e a localidade, tentando contribuir com a construção de uma micro-história plenamente espacial. Torre foi professor titular de História Moderna na Università del Piemonte Orientale (Itália) até sua recente aposentadoria. Exerceu também funções docentes nas Universidades de Turim, Palermo e Génova. Desde 2013 é editor-chefe da revista *Quaderni Storici* e seu último livro, *Luoghi. Produzione di località nell'età moderna e*

*contemporanea*, de 2011, intenta criar uma abordagem micro-histórica do espaço. Suas pesquisas mais recentes visam examinar o problema dos bens comuns no Piemonte entre os séculos XV e XIX como recursos locais, a partir da convergência de múltiplas disciplinas: história do Direito, Geografia, Ecologia histórica, Antropologia e História. Investiga também os recursos e as práticas sociais de forma "situada", isto é, sem dissociá-las das pessoas que os utilizaram, de suas motivações e de suas aspirações.

De acordo com Maíra Vendrame, além de Osvaldo Raggio, Angelo Torre foi aquele que manteve uma relação conceitual e teórico-metodológica mais próxima àquelas de Edoardo Grendi. Para ambos, os processos de constituição histórica dos territórios, seja ele o da vizinhança, da paróquia ou da comunidade, deveriam ser analisadas através de pesquisas circunscritas, com inspiração topográfica de leitura das fontes. Nesse sentido, a história local não deveria ser apenas a história da localização das práticas para compreensão de problemáticas e fenômenos mais amplos. Dar atenção para a dimensão local estava associado ao interesse em conferir um destaque para o território e as relações que o marcavam e o definiam, fugindo, assim, de uma visão reducionista.<sup>62</sup>

De fato, como já foi dito, para os historiadores, até os anos 1970, o espaço constituía um problema ainda sem solução: não se pensava que o espaço fosse uma “produção” histórica, mas uma “moldura” dentro da qual as coisas aconteciam. É a partir desse contexto que Torre analisa as relações entre micro, macro, local e global. Segundo ele, é comum observarmos na polaridade do local e do global algo análogo ao micro e ao macro, com uma percepção implícita segundo a qual o local seria o micro e o global seria o macro. Nessa configuração, tanto o “micro = local”, quanto a oposição “pequeno vs. grande” são inadequadas, segundo ele. Ambas as perspectivas não levam em consideração que o fundamental nessa abordagem é olhar através do conceito de escala: o local e o micro não são "pequenos", mas "são vistos de perto", assim como o global e o macro "são vistos de longe". Nenhum deles possui um espaço intrínseco, mas aquele que é definido de acordo com a perspectiva escalar da observação.<sup>63</sup>

Para compreendermos o "local" ou "o global" seria necessário introduzir uma dimensão espacial. Os espaços que cada um deles se referem não são de fato comparáveis. Para simplificar, podemos dizer que o global não é a soma das infinitudes locais das quais é composto espacialmente, mas algo mais complexo, com a capacidade de captar cada

---

<sup>62</sup> VENDRAME, Maíra Inês. A produção social de lugares. In: VENDRAME, Maria Inês & KARSBURG, Alexandre. *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023, p. 201.

<sup>63</sup> TORRE, Angelo. “Micro/macro: ¿local/global?... op. cit., p. 39.

uma delas. Da mesma forma, o local não é o global reduzido ao mínimo, mas tem seu próprio ponto de vista insubstituível. Mas para compreendermos adequadamente a contribuição de Torre, precisamos trazer parte da discussão historiográfica a respeito do espaço que alimentou os debates desde o último quartel do século XX.<sup>64</sup>

Desde a década de 1990, de acordo com o historiador italiano, existe uma ênfase no fato de que o local e o global são dimensões complementares, que se reafirmam mutuamente. Uma parcela da chamada História Global argumenta que a dimensão global dos fenômenos é essencialmente verificável no nível local, e que é de fato a dimensão local que permite apreciar a substância da dimensão global. Conceito como "glocalidade" têm sido propostos para descrever o suposto triunfo das forças homogeneizadoras. Mas, nessas abordagens, "local" é entendido como uma simples localização de fenômenos gerais ou, para me limitar à terminologia utilizada neste trabalho, adota-se uma seleção de leituras sobre "espaço" e não sobre localidade.<sup>65</sup>

A perspectiva de Torre rompe com essa questão, fazendo da localidade o resultado de um processo de construção social e cultural diretamente ligado às conexões globais. Sua abordagem difere completamente daquela trazida pela *Spacial Turn*. A *virada espacial*, como vimos, privilegia um espaço abstrato, figurativo, metafórico, visual, e perde de vista o espaço concreto, vivido e denso das práticas que é objeto de estudo nas tradições precedentes. Mas o mais importante, e que é ignorado pelos estudos ancorados nessa perspectiva, é que a abordagem local muda a maneira como lemos os documentos. Enquanto uma história social tradicional (econômica, jurídica, política etc.) privilegia uma leitura tipológica das fontes, a história espacial praticada por Angelo Torre exige uma perspectiva topográfica, ou, para dizer melhor, a torna possível. A leitura topográfica das fontes permitiria restituir à espacialidade o pragmatismo que outras perspectivas lhe retiram, no sentido em que sublinha a co-presença no espaço de fenômenos tipologicamente diferentes: um templo, uma fornalha e uma ovelha podem ocupar o mesmo espaço, e congregar esferas sociais e culturais que de fora tendemos a considerar completamente separadas. Os resultados que podem ser obtidos com uma análise específica de um espaço específico são de grande interesse: episódios que, embora mínimos na dinâmica de ativação dos recursos vegetais de um lugar, têm consequências de grande relevância, alteram a paisagem rural.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> Idem., p. 42

<sup>65</sup> Idem., p. 52

<sup>66</sup> Idem., p. 59.

Já a perspectiva derivada da virada espacial analisa a localidade ou o espaço como um processo de construção social e cultural diretamente ligado às conexões globais. Elas não seriam construídas por meio de ações concretas, mas por meio de sentimentos: constituem "uma estrutura de sentimento" e não uma forma social existente. E aqui se coloca a grande contribuição de Torre: o local não é uma dimensão subjetiva, mas "êmica", ou seja, é construído com práticas e categorias próprias de quem as utiliza. Essa consideração é essencial: o global, que sem dúvida concorre na produção das sociedades locais, é interpretado e representado por meio de categorias próprias da localidade e de seus protagonistas. Desta maneira, como veremos, conectar espaços concretos com as categorias específicas de análise dos atores, que podemos observar na documentação histórica, permite alcançar resultados que seriam impensáveis com outras perspectivas.

Para executar uma leitura topográfica das fontes, Torre se utiliza do conceito de *jurisdição*. É em termos de jurisdição que os atores sociais são definidos e a sobreposição entre as diferentes jurisdições é o aspecto chave que só a análise topográfica pode destacar. Isso significa entrar em contato com as redes de relações, mediar seus próprios comportamentos – e seus privilégios – com os diferentes modos de produção da localidade. Nesse sentido, a ação (local) parece capaz de explicitar e compreender muitos aspectos das sociedades globais e, sobretudo, a reprodução constante de suas diferenças específicas. Em outras palavras, a produção de cultura não é apenas circulação, mas sobretudo – e inegavelmente – seleção.<sup>67</sup>

Como exemplo que discute parte dessas questões, podemos citar aqui o livro de Torre intitulado *Il consumo di devozioni*<sup>68</sup>, no qual ele analisa o papel que religião possuía, com seus símbolos e rituais, em formar agregações sociais sobre o território do Piemonte entre os séculos XVI e XVIII. A religião, nesse contexto, era entendida sobretudo como criadora de direitos entre as famílias e na organização cerimonial da comunidade camponesa. Nesse sentido, a religiosidade popular deve ser vista como um conjunto de práticas que, ao mesmo tempo em que são dependentes de orientações normativas, contribuem para modificá-las. E as atividades religiosas conferem legitimidade aos protagonistas da vida cerimonial, reforçando uma posição social e prerrogativas.

Angelo Torre constata que a vida religiosa nos povoados do Piemonte seria marcada por paróquias conflituosas, marcadas pelo reforço frequente das relações entre o clero e

---

<sup>67</sup> Idem., p. 63.

<sup>68</sup> TORRE, Angelo. *Il consumo di devozioni*. Religione e comunità nelle campagne dell'Ancien Régime. Venezia: Editore Marsilio, 1995.

a população, através de estratégias de legitimação da parentela e das práticas de construção ritual do território. Os rituais religiosos possibilitam a constituição de espaços de direitos abertos a uma multiplicidade de usos, que, por sua vez, conferem validação para as estruturas de poder local.<sup>69</sup> Ao analisar espacialmente as práticas religiosas, Torre percebe que suas dimensões políticas que não podem ser deixadas de lado, pois, juntamente com as dinâmicas de poder local, a vivência religiosa atua diretamente no processo contínuo de construção de território. A compreensão de que o espaço resulta de uma construção contínua por meio de fatos, escolhas e comportamentos daqueles que o usam, surge, portanto, como uma ideia que pode ser apreendida se lermos as fontes de maneira espacializada, buscando perceber as intenções, sentidos e prerrogativas que decisões e fatos assumem localmente.

Já em um artigo publicado recentemente em português<sup>70</sup>, Torre se pergunta qual seria o papel da micro-história nesta passagem de um paradigma baseado na díade sociedade/cultura (modelo tradicional dos trabalhos microanalíticos) para um paradigma baseado na dimensão local/global. Na tradicional análise social da micro-história os atores sociais conservavam um único grau de liberdade, ou seja, a manipulação das normas: o pesquisador agia como um “controlador crítico” da versão dos fatos que contavam os próprios atores. O problema originário da micro-história - a relação entre comportamento (individual, quanto social) e cultura, entre escolhas individuais, percursos e os recursos culturais - não teria sido estudado sistematicamente. Os recursos culturais foram lidos através das relações entre cultura alta e baixa, uma aproximação que permanece no interior de uma interpretação em termos de história das ideias (intelectual).<sup>71</sup>

Ao contrário, Torre percebeu que para analisar as práticas de maneira adequada seria indispensável não ler essas ações separadamente das fontes nas quais estavam atestadas: a comprovação de uma prática era indistinguível da fonte em que a se encontrava assinalada. Não se trata de uma convicção pouco importante: na época, de fato, a discussão sobre as fontes estava pouco presente para a história social italiana – tanto micro, quanto macro – e era completamente absorvida pela questão do realismo e pela sua intrínseca oposição ao relativismo cultural. Logo, de acordo com Torre, o que

---

<sup>69</sup> VENDRAME, Maíra Inês. A produção social de lugares... op. cit., p. 203.

<sup>70</sup> TORRE, Angelo. Comunidade e Localidade. In: VENDRAME, Maíra Inês & KARSBURG, Alexandre. *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023.

<sup>71</sup> Idem., p. 55

deve ganhar atenção não é a compreensão dos comportamentos presentes nas fontes como expressão de determinações objetivas, mas como indicadoras de reivindicações, intenções e prerrogativas. Toda ação esconde uma intenção, como a reclamação por legitimidade. Além dela, quase todas as fontes também são reivindicação de algo, sendo, portanto, importante que seja considerada nas pesquisas a relação entre intenções, argumentos e ações.

Ainda segundo o historiador italiano, para evitar esse risco, é necessário considerar, além do discurso ao qual o documento dá forma, a gênese do documento em si. A definição desta perspectiva de trabalho deriva, a meu ver, da discussão com a História do Direito, sobretudo da incorporação das análises do historiador português Antonio Manuel Hespanha<sup>72</sup>, que evidenciou a indeterminabilidade do campo normativo, a natureza jurisdicional do poder de Antigo Regime e a multiplicidade das tradições jurídicas e das estruturas institucionais que contribuem para a produção das fontes. Sob as várias jurisdições concorrentes, seria possível reconhecer uma difusa “cultura da posse” com base na qual atos, procedimentos e os próprios rituais, podiam adquirir o valor de certificações dos direitos de acesso a recursos de natureza material ou imaterial. Esta cultura seria alimentada por uma relação específica com as instituições e reforçou o entrelaçamento permanente das diversas jurisdições, a convivência em um mesmo espaço, de instituições que faziam referência a sistemas jurídicos e autoridades concorrentes. Desta maneira, a mesma documentação produzida pelas autoridades territoriais, laicas ou eclesiásticas, e formada em consequência de visitas e inspeções, pode ser considerada, não somente como expressão de uma vontade dos detentores do poder de exercitar o direito de controle e legislar, mas também o momento em que se estabelecem relações específicas entre observador e observado.<sup>73</sup>

Algo fundamental a ser notado é que a abordagem de Torre oferece a possibilidade de passarmos da topografia das fontes para a topografia dos fenômenos. De fato, a perspectiva analítica da produção de localidade que ele implementa conduz para a individuação de um específico procedimento de generalização, que se afasta daqueles tradicionalmente em uso: o historiador italiano procura qualificar as ações através de uma reflexão sobre as fontes. Esse caminho parte, precisamente, da gênese da documentação

---

<sup>72</sup> HESPANHA, Antonio Manoel. *A cultura jurídica europeia: a síntese de um milênio*. Lisboa: Almedina, 2012 e HESPANHA, Antonio Manuel. *Como os juristas viam o mundo – 1550/1750*. Lisboa: Almedina, 2015.

<sup>73</sup> *Idem.*, p. 158.

e a identifica nos processos de transcrição que estão à base da produção de informações. O reconhecimento da gênese local das fontes, que os procedimentos de transcrição documentária permitem focalizar, convidam, portanto, a refletir criticamente acerca dos procedimentos habituais de generalização. Esse reconhecimento produz algo de suma importância acerca da discussão sobre especificidades e generalidades. A singularidade do caso se torna um modo de afirmar algumas generalidades por parte dos atores. E é isso que Torre observa em suas pesquisas: uma afirmação de generalidade através da legitimação da singularidade das ações expostas diante do juiz, da administração, do padre, do notário. A produção de localidade, nesta perspectiva, se mostra como um processo de legitimação de tal singularidade frente a um público de competentes, co-interessados e/ou concorrentes. A generalização, então, não estaria somente na pergunta que fazemos para as fontes, mas nas perguntas que escutamos e deciframos nas fontes e nas localidades com as quais trabalhamos.

Com o intuito de concluir esse capítulo e deixar essa discussão mais evidente, examinarei aqui as reflexões que Torre apresenta em seu mais recente livro, publicado originalmente em italiano e traduzido e publicado em inglês em 2020<sup>74</sup>. Essa obra pode ser caracterizada como um estudo micro-histórico de assentamentos e de aldeias piemontesas que visa expandir a noção de lugar, com o intuito de incluir o processo de produção de uma localidade; ou seja, a produção de temas êmicos<sup>75</sup> locais através de práticas, rituais e outras formas de ação coletiva. Para tanto, Torre examina os costumes e práticas associados a assentamentos tipicamente fragmentados e policêntricos de vilas italianas para analisar as tensões territoriais entre vários segmentos de uma aldeia e seus vizinhos. A análise micro-espacial revela como essas tensões são as expressões de relações conflituosas entre órgãos leigos, eclesiásticos e caridosos que culminam em uma "cultura de fragmentação" que impacta as práticas econômicas e políticas locais. O livro também traça como a produção da localidade sobreviveu ao longo dos séculos XIX e XX e ainda é observada até hoje. Trata-se de uma tentativa de espacializar a narrativa história.

---

<sup>74</sup> TORRE, Angelo. *Production of Locality in the early modern and modern age*. London: Routledge, 2020.

<sup>75</sup> Kenneth Pike foi um linguista protestante americano, antropólogo e missionário que em suas pesquisas de campo contrastou dois níveis de análise, a do observador e a do ator, chamado, respectivamente, de análise ética (de fonética) e análise êmica (da fonologia.). Da forma como esses conceitos foram apropriados por Ginzburg, os dados éticos permitem o acesso ao sistema – o ponto de partida da análise. Eles fornecem resultados provisórios e unidades provisórias. Mas a análise final será formulada em unidades êmica. Na análise geral, a descrição ética inicial é gradualmente refinada e finalmente – em princípio, embora provavelmente nunca na prática – é substituída por uma descrição totalmente êmica. Para maiores detalhes sobre a forma que Ginzburg se utiliza dessa metodologia de análise, ver o ensaio: GINZBURG, Carlo. *Le nostre parole, e le loro Una riflessione sul mestiere di storico, oggi*. In: GINZBURG, Carlo. *La Lettera Uccide*. Milano: ADELPHI, 2021(Epub), p. 82.

A principal referência a essa pesquisa produzida por Torre vem das reflexões do antropólogo A. Appadurai<sup>76</sup>. A partir da fragilidade constitutiva do espaço local – o fato de que unidades de assentamento, bairros e indivíduos podem se virar uns contra os outros ou se separar a qualquer momento – Appadurai sugeriu, por meio de um processo que ele chamou de "produção de localidade", a existência de um esforço sustentado e intencional por parte dos assentamentos humanos em produzir sujeitos que saibam pertencer competentemente a um local específico. Nessa perspectiva, a localidade é um contexto gerado por meio de técnicas que fortalecem as relações intrinsecamente frágeis entre os vizinhos. Assim, é possível gerar entidades socialmente reconhecíveis, dotadas de competências locais compartilhadas. Em outras palavras, entidades que podem ser reconhecidas como "nativas" e que encarnam a cultura, as práticas e as formas compartilhadas de pensar e agir. A localidade seria, portanto, também um fator que gera contexto, criando relações mútuas entre os vizinhos. Nesse sentido, a localidade interpreta, aprimora e decreta materialmente o contexto que ela própria gerou. Segundo Torre, embora tenha recebido pouca atenção, este é um processo fundamental que explica alguns dos aspectos mais cruciais das sociedades locais e suas conexões mais amplas.<sup>77</sup>

Vejamos então como Torre lida, na prática, com essas questões. A Parte I do livro é dedicada aos processos sociais de criação de espaço e identifica diversas formas específicas através do uso de estudos de caso. Ele examina os rituais de caridade da Confraria do Espírito Santo, sediada numa pequena vila do Piemonte. Tendo sua atuação desenvolvida majoritariamente no período do Pentecostes, as ações realizadas por seus membros deram vida a um espaço interpretado pelos protagonistas como uma "jurisdição". Essas ações fragmentadas parecem ter determinado a extensão da sua solidariedade: poderiam distribuir alimentos ou outros recursos para os habitantes da aldeia ou para pessoas de fora e assim por diante, dependendo de fatores que nem sempre foram explicitados. As associações de aldeias permitiram que as populações locais expressassem uma dimensão pública maleável e nascidas de baixo, fornecendo evidências de que as comunas – particularmente as da Valsesia – eram instituições inventadas, aparentemente incapazes de representar plenamente as populações locais. A comuna serviu então como interface entre as populações locais e as autoridades públicas supra-locais. Assim, a criação da comuna, particularmente a comuna rural, foi resultado de uma

---

<sup>76</sup> APPADURAI, A. (1995) 'The production of locality', pp. 204–226 In *Counterworks: managing the diversity of knowledge*, London and New York, NY: Routledge, 1995.

<sup>77</sup> TORRE, Angelo. *Production of Locality...* op. cit. p. 5

política deliberada por parte das autoridades centrais – e de partes das populações locais – para selecionar e destilar certos aspectos da vida pública local na tentativa de torná-las formalmente possíveis.

Essa nova perspectiva nos permite redefinir certos termos de transformação histórica para o fim do *Ancien Régime*. Os espaços fragmentados que estamos analisando se mostram particularmente agradáveis ao desdobramento das atividades econômicas ligadas ao transporte e ao trânsito de mercadorias: essas atividades conectam de forma descontínua as diferentes áreas de jurisdição – madeiras, fazendas, locais sagrados – que são identificadas na primeira parte do livro como chave para os processos de produção da localidade. Com a concepção cartesiana de espaço e compreensão do mercado de hoje, essa noção de conexão descontínua pode parecer paradoxal para nós. No entanto, se colocarmos as conexões entre o transporte, as jurisdições entrelaçadas e os locais dentro de uma categoria historiográfica, podemos apreciar seu potencial analítico e identificar as categorias pelas quais o transporte e o trânsito foram interpretados e utilizados: jurisdição e privilégio.

Assim, os fluxos de mercadorias entre os pontos no espaço – e não entre "áreas" – foram lidos e identificados pelos protagonistas através da noção de jurisdição, ou seja, das prerrogativas ligadas a eles: o comércio seria um ato de jurisdição que construiu e identificou uma localidade. O mundo fragmentado identificado por Torre e os processos de produção de localidade que o distinguem não são, portanto, anomalias irrelevantes que nos vieram através de alguma estranha reviravolta do destino. São pistas de processos sociais generalizados e característicos que, neste momento, parece extremamente limitante definir como típico apenas do *Ancien Régime*.

Sua análise se concentrou principalmente, mas não exclusivamente, em documentos jurisdicionais. Isso inclui casos judiciais, é claro, mas também documentos de processos legais e reivindicações de jurisdição, disputas jurisdicionais (especialmente entre os seculares e religiosos, mas também entre os seculares, como os estados territoriais e o Sacro Império Romano-Germânico), e disputas jurisdicionais da administração após a revolução francesa. Essas fontes diferem das utilizadas na década de 1970 por historiadores sociais do crime em busca de testemunhos de pessoas comuns; são o produto da presença generalizada do direito na sociedade e colocam o problema da possível relação entre história social e história do direito em termos de conteúdo jurídico compartilhado sobre práticas e ações coletivas. Trata-se, portanto, não apenas da justiça

criminal, mas também, e talvez principalmente, da justiça civil, seja eclesiástica ou secular.

Utilizando essa abordagem, a leitura topográfica dos documentos jurisdicionais estaria menos preocupada em elaborar mapas ou mapear depoimentos de fatos, e mais com a identificação da lógica micro-espacial das ações aparentes nos procedimentos judiciais e administrativos. Assim, o ritual de consumo e distribuição de alimentos praticado pela confraria é visto como revelador de algumas das tensões territoriais geradas pela "constituição política dos lugares", ou seja, pela distribuição local da carga fiscal e pela emigração sazonal masculina. As localidades produzidas por este ritual exigiam ter voz em operações políticas locais essenciais, particularmente na alocação da carga fiscal. E a "jurisdição" tão fortemente desejada pelos membros da Confraria do Espírito Santo realmente conseguiu dar voz a um "micro-lugar" ao alegar ser um centro de iniciativas sociais, de fardos compartilhados, de devoção, e assim por diante. O valor jurídico de se tornar visível foi claramente útil para ganhar influência na sociedade local.

A leitura topográfica do material jurisdicional permitiu a Torre identificar um processo social e cultural fundamental: a construção de "espaços especiais", ou espaços com estatutos especiais, que também podemos ver sendo reproduzidos sistematicamente em nossas próprias sociedades. Nas sociedades camponesas do *Ancien Régime*, essa dinâmica levou à fragmentação do espaço jurídico em pontos separados que tendiam a diversificar, aumentando assim suas diferenças e posicionando-se nas relações de poder.

Por fim, e de suma importância, são as contribuições teórico-metodológicas trazidas por Torre à micro-história italiana. A principal delas diz respeito ao grau de generalização que pode ser alcançado quando a abordagem micro-histórica é aplicada ao espaço. Torre sustenta que a produção de localidade pode ser entendida como uma "produção de singularidade" e que esse tipo de produção pelos atores representa uma forma de generalização em si mesma. No entanto, esse processo é altamente diferente das formulações usuais dos processos de generalização.

Em vez de pretender a generalização como operação de abstração cuja atribuição é "purificar" o fenômeno a partir de suas determinações contextuais, como na ciência social do século XX, Torre procurou analisar a singularidade dos casos através do estudo da ação. Em outras palavras, acompanhou aqueles que, consideraram a ação em situações específicas em que os atores sociais explicitam o ato de legitimação de suas ações.<sup>24</sup> Isso obrigava os atores a "justificar" situações concretas por meio de técnicas precisas, desde as mudanças de escala até modelos discursivos. Nessa abordagem, o pesquisador é

responsável por reconhecer ou ler os efeitos cumulativos e suas correlações. Nessa perspectiva, nossa concepção de fenômenos muda. Fenômenos são construídos pelos atores. A singularidade do caso torna-se um meio para os atores afirmarem suas generalidades, ou seja, se comunicarem com os outros fazendo seu próprio caso. Nesse sentido, a "produção de singularidade" que podemos traçar nas ações descritas em fontes jurisdicionais produz um processo contínuo de generalização.

Em suma, para existir, um lugar não só deve ser produzido, mas também mantido, pois é fundado em cenários sociais intrinsecamente frágeis e relações interpessoais que podem florescer tão facilmente quanto podem desaparecer. Angelo Torre interpreta a produção da localidade como um processo de construção da cidadania perceptível apenas através de categorias *êmicas* e correspondente perfeitamente à análise topográfica-jurisdicional que tentei conduzir. Para este propósito, ele buscou "especializar" o lugar, ou seja, observá-lo em escalas diferentes. Foi assim que ele conseguiu capturar a dinâmica de diferentes modos de construção da cidadania local: uma instituição de caridade localizada em um vale alpino e conhecida como Confraria do Espírito Santo; um suposto milagre eucarístico em uma cidade do *Ancien Régime*, a busca por imunidade em locais espalhados pelo noroeste da Itália, atividades de trânsito, um gênero de literatura regional entre os séculos XVIII e XIX, dentre outras coisas.

### **Capítulo 3 – Espaço, interdependência e morfologia urbana nas reflexões de Maurizio Gribaudi**

Diferentemente de Angelo Torre, cuja trajetória de pesquisa se confunde com uma análise incessante da questão espacial, Maurizio Gribaudi foi lentamente direcionando suas preocupações de pesquisa para essa temática. Como veremos, é somente a partir dos anos 2000 que a questão espacial, num viés diferente daquele adotado por Torre, começa a aparecer como elemento central e/ou de fundo de seus trabalhos. Devido a essa peculiaridade, adotamos aqui uma abordagem cronológica de sua obra no intuito de identificar e demonstrar o desenvolvimento da temática espacial e como isso foi impactando o resultado de suas análises. Todavia é importante destacar que não examinei toda a vasta produção do autor, nem a mesma sob um aspecto evolucionista, mas somente aquelas pesquisas que julguei apresentar elementos para a discussão que propus nessa tese. Isso me permitiu visualizar melhor a sua trajetória, sem, evidentemente, insinuar uma relação mecânica de causa e efeito, bem como uma leitura anacrônica de sua obra, na qual seus últimos trabalhos, permeados por uma densa discussão sobre a questão do espaço, determinaria as origens de sua pesquisa.

Discípulo de Giovanni Levi, poucos historiadores são mais capacitados do que Maurizio Gribaudi no que diz respeito à produção de análises sobre a história da Paris popular da primeira metade do século XIX. Tendo se especializado em demografia e

morfologia urbana, Gribaudi publicou, no fim dos anos 1980<sup>78</sup>, uma obra inovadora sobre a mobilidade dos operários de Turim no século XX, analisando, por meio da metodologia da *network analysis* e da obra de Fredrik Barth, os elementos que levaram os operários desta cidade, antes socialistas, a abraçarem os ideários do fascismo nos anos 1940. Nesse livro, o historiador italiano é particularmente enfático ao questionar o mito da suposta imutabilidade e solidez do mundo operário de Turim, examinando a mobilidade geográfica e social dos trabalhadores individuais no espaço urbano. Nas várias vicissitudes do grupo de imigrantes de Turim de Borgo San Paolo entre as guerras, a estabilidade ao longo do tempo e a solidez de uma condição imutável da classe trabalhadora não eram tão evidentes quanto a variedade de rotas sociais e espaciais diferenciadas dentro da cidade.

Observa-se nessa pesquisa três abordagens complementares: a do demógrafo, que mede a migração e seu papel decisivo no crescimento de uma cidade industrial; a do historiador, que descobre as modalidades de assimilação do povo rural, imerso em uma condição de classe trabalhadora em rápida mudança e integrando-se da melhor forma possível à vida dos bairros operários; e, por fim, as do cientista político tentando entender como, no coração de uma cidadela do socialismo, se estabelece o reinado do silêncio, prelúdio de uma surpreendente desmobilização ideológica.

Com base em registros civis, censos e uma coleção de genealogias, o autor reconstrói o comportamento familiar, itinerários profissionais e múltiplas trajetórias individuais de duas aldeias piemontesas para construir uma gama completa de caminhos sociais e variantes de mobilidade oferecidas pelo ambiente urbano, a partir da consolidação de um processo de migração campo/cidade. Em seguida, o autor procura apreender os fatores que condicionam as escolhas individuais ou familiares. Para tanto, ele se apropria de um método segundo o qual o indivíduo age racionalmente e desenvolve estratégias que tentam melhorar sua posição, algo aprendido com seu *maestro*, Giovanni Levi, que se utiliza do mesmo método em seu livro *A Herança Imaterial*. A racionalidade, por sua vez, é função das experiências individuais e das informações fornecidas pelos ambientes de sociabilidade.

A partir do final do século XIX, o crescimento de Turim e a renovação de seus habitantes foram quase inteiramente condicionados pela intensidade da migração. Os percursos profissionais e geográficos (pelos bairros operários) revelam então um

---

<sup>78</sup> GRIBAUDI, Maurizio. *Itinéraires ouvriers. Espaces et groupes sociaux à Turin dans la première moitié du XXe siècle*. Paris : EHESS, 1987.

verdadeiro "ciclo de integração urbana". O autor destaca as variáveis que condicionam os diferentes modos de integração ao ambiente urbano: estrutura familiar, idade no casamento, vínculos familiares. Acrescentemos a isso a relação com o espaço urbano; o assentamento no centro ou na periferia, tudo levando em conta a situação econômica. Todas essas variáveis interferem e levam a uma dispersão de estilos de vida e formas de sociabilidade.<sup>79</sup>

Na segunda parte, Gribaudi mostra como essas diferenças culturais tradicionais se articulam, de um lado, e a penetração de uma nova ideologia de cunho fascista. Por volta de 1910-1920, o discurso político defendia a homogeneidade e a coesão. No entanto, uma análise mais profunda revela a persistência de tensões e conflitos latentes. A partir de 1930, a sociabilidade desmoronou, o individualismo tomou conta do mundo operário de Turim. Ao mesmo tempo, houve silêncio em torno do discurso socialista. As aspirações da classe trabalhadora foram sendo substituídas pelo esporte, pelo consumo de massa e pela própria propaganda fascista. A desintegração da coesão foi, em parte, o resultado de contradições entre as aspirações "moderno-socialistas", e aos poucos, muitos jovens aceitam, ora resignados, ora seduzidos, o regime e sua ideologia totalitária.

Os resultados da abordagem adotada nesta segunda parte merecem um comentário. O autor acompanhou a evolução de um grupo de amigos da mesma aldeia. Enquanto os itinerários desses jovens e suas famílias ilustram os mecanismos analisados na primeira parte, a riqueza de informações coletadas por entrevistas, combinada com medidas demográficas, proporciona uma melhor compreensão da relação entre cidade e campo. A "fuga" das aldeias só pode ser entendida como um contraponto à integração de uma enxurrada de imigrantes nos amplos centros industriais, enquanto a penetração do fascismo nos espaços socialistas andava de mãos dadas com a fragmentação da sociabilidade e, portanto, da coesão dos trabalhadores.

Nessa primeira obra de fôlego de Gribaudi, o espaço é ainda abordado como algo predominantemente social. É por meio de estratégias familiares, de migração e de relação com os discursos e práticas socialistas e fascistas que o burgo de San Paolo se transforma lentamente. O espaço funciona aqui mais como cenário; o palco, no qual os atores interagem, mas não como um objeto analisado. Todavia, é importante ressaltar que ainda assim, Gribaudi percebe claramente que os bairros operários, periféricos quase que por definição, atuaram no estreitamento de uma gama de relações sociais que, se num

---

<sup>79</sup> Idem., capítulos 3 e 4.

primeiro momento atuou como canalizador de aspirações socialistas, a partir dos anos 1930, facilitou, juntamente com uma série de fatores, a adoção de elementos ideológicos do fascismo pela classe trabalhadora. O espaço é visto como facilitador de redes de interdependência social.

Já no início dos anos 1990, Gribaudi começa a se interessar e a publicar pesquisas nas quais o espaço, ou a escala, melhor dizendo, se torna seu foco de investigação. É interessante notar que a reflexão adotada por ele nesse momento tem sido retomada, como referência, por historiadores que nos últimos quinze ou dois anos tentam relacionar as contribuições da micro-história com os desafios colocados pelo desenvolvimento da História Global. Discutiremos o assunto no final desse capítulo.

Um artigo que apresenta essas questões foi publicado na revista *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, em coautoria com Alain Blum.<sup>80</sup> Nesse texto, os autores constroem uma crítica às categorias utilizadas para análise de estruturas sociais e mobilidade, que até então eram marcadas por grande rigidez e fundamentos estatísticos. Na primeira seção, os autores descrevem os mecanismos pelos quais esses trabalhos moldam os objetos de análise. Interpretando o mesmo grupo de certidões de casamento do século XIX, eles destacam que a formalização dos dados utilizando gráficos permite, por exemplo, isolar a especificidade dos dados individuais para ir além do agrupamento simples e romper com a tradicional oposição qualitativa-quantitativa. Dessa forma, sugerem que é possível desenvolver modelos para análise quantitativa capazes de levar em conta os mecanismos de determinações microssociais.

De acordo com os dois, se queremos nos tornar capazes de explicar a complexidade dos terrenos sociais e os movimentos que os atravessam, devemos reverter totalmente essa perspectiva e considerar o espaço social não mais através da solidariedade e dos movimentos de grupo, mas dos vínculos e trajetórias individuais realmente vivenciados, ou seja, fazer uso de ferramentas de pesquisa melhor adaptadas a cada conjunto de dados nominativos e ao problema da análise da dinâmica social, portanto, inevitavelmente levando a reduzir a o conflito existente entre uma abordagem macroestrutural e uma abordagem prosopográfica qualitativa. Ainda assim, é possível observar que espaço e interação ainda se confundem como categorias analíticas

Em 1994, Gribaudi publica um capítulo de livro no qual tenta sofisticar as questões acima analisadas, buscando relacionar a questão da escala com a da

---

<sup>80</sup> GRIBAUDI, Maurizio, BLUM, Alain. Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 45e année, N. 6, 1990. pp. 1365-1402.

configuração, analisando o tipo de retórica e narrativa que diferenciariam, de fato, as abordagens micro e macro<sup>81</sup>. É perceptível que, ainda nesse momento, o espaço, seja ele amplo ou circunscrito, não se apresenta como um problema em si, já que a preocupação principal desse autor é com o aspecto interacionista das relações sociais. Segundo ele, naquele momento, o debate micro/macro se desenvolvia em duas frentes: 1) de um lado, tratava-se das capacidades de generalização ou de especificação de cada abordagem; 2) de outro, tratava-se da natureza diferente dos fenômenos sociais que cada nível de escala faz aparecer. Todavia, para Gribaudi essas duas frentes de percepção seriam secundárias para pesquisa histórica, pois a verdadeira oposição das grandezas analíticas deveria ser pensada em termos de modalidades diferentes da formalização causal dos fenômenos sociais e das evoluções históricas. Em outros termos, a grande diferença entre os dois recortes estaria não no tamanho do objeto ou nível de análise, mas nas justificativas empíricas e retóricas diferentes, que seriam irredutíveis uma à outra, tanto que até a questão de uma escolha de escala perderia sua centralidade.<sup>82</sup>

Para Gribaudi, a abordagem macro seria dedutiva e especificaria suas provas por um modelo global. Aqui a construção causal seria dada pelas categorias tiradas do modelo onde os dados empíricos têm função de ilustração feitas por meio de operações retóricas e/ou estatísticas. Já a micro seria indutiva, e individualizaria mecanismos e os generalizariam por meio das fontes. A construção causal não é dada *a priori* e sim feita via documentação que permitiria individualizar os mecanismos sociais que se encontram além do objeto e das categorias historiográficas que o informam. A retórica prioriza o processo das ações, ou seja, é generativa.

Para exemplificar a superioridade analítica da abordagem micro e suas especificidades em relação à causalidade, Gribaudi utiliza o já citado livro de Giovanni Levi. Nessa obra, observamos um processo histórico que se desdobra em dinâmicas que colocam em jogo configurações sociais complexas, não-lineares e imprevisíveis. Assim, a causalidade é pensada como abertura onde as ações individuais e o contexto assumem papéis fulcrais. Entretanto, e paradoxalmente, percebe-se que o contexto perde, nessa abordagem, o estatuto privilegiado de objeto de análise, pois a atenção recai sobre as formas de interação entre os atores social e seu meio, ou seja, recai sobre os mecanismos

---

<sup>81</sup> GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. (Publicado originalmente, em francês, em 1994).

<sup>82</sup> Idem., p. 121.

que geram suas formas. Em suma, o espaço continua a ser percebido aqui como um cenário no qual se desenrolam as interações que constroem as formas de sociabilidade e justificam modelos comportamentais.

Apesar disso, Gribaudi afirma que a sua reformulação do conceito de escala infere uma nova percepção da pesquisa histórica: a causalidade dos fenômenos sociais seria dada, portanto, pelo contexto (mais relacional que espacial) e pela interação. A análise dos indivíduos e suas interações permitiria apreender os conjuntos particulares que pesaram nas escolhas dos atores. Tem-se nesta abordagem, uma tentativa de formular um modelo de causalidade das evoluções sociais menos rígido e hierarquizado, sendo essa uma ruptura radical com as abordagens macros, pois essa opção implica em escolhas de método, de retórica e de níveis de prova radicalmente diferentes. No nível da retórica, por exemplo, não se individualizaria comportamentos típicos para ilustrar normas ou modelos, a preocupação estaria em pegar todas as variantes comportamentais. O significado dos comportamentos e das representações passa a ser encontrado nas intenções dos atores, captadas em seus contextos.<sup>83</sup>

A grande diferença, e talvez a grande contribuição da abordagem micro, estaria no fato de nos atermos a configurações causais onde os protagonistas são indivíduos concretos e não fenômenos estruturais. Estes se situam e se determinam na presença e no interior de configurações relacionais que remetem a ligações, representações e dinâmicas situadas contemporaneamente em níveis diferentes do espaço social. Desta feita, para Gribaudi, deve-se atentar que cada estruturação global do espaço, cada forma sincrônica, é produto de movimentos que se fazem a partir de interesse e perspectivas diferentes, de atores diferentes que utilizam seus recursos no contexto de seu campo de pertencimento, o que ocasiona mudanças e descontinuidades no espaço social.

Entretanto, é importante destacar aqui que o espaço ainda é sobretudo social nesse momento da trajetória de Gribaudi. Mostra disso é que, no final do capítulo, ele assinala a importância do conceito de configuração, adaptado das reflexões de Norbert Elias, que nos permitiria pensar o princípio básico do porquê os indivíduos estão ligados entre si, constituindo configurações dinâmicas específicas. A imagem que se alcançaria seria, portanto, a de uma configuração, ou seja, de uma formação social em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas (interdependências). Estas redes de dependências recíprocas fazem com que cada ação

---

<sup>83</sup> Idem., 134.

individual dependa de toda uma série de outras, que modificam, por sua vez, a própria imagem do jogo social. Só assim se conseguiria, de acordo com o autor, dar conta da descontinuidade que marca o espaço social.<sup>84</sup>

Em suma, para Gribaudi, até esse momento de sua carreira, a questão espacial aparece apenas relacionado às redes de interdependências dos atores sociais e não relacionada de fato com espaço enquanto lugar, que é criado, reelaborado e destruído pelo conjunto de apropriações e ressignificações do mesmo. É somente no final dos anos 1990 que esse quadro começa a se modificar.

Com *Espaces, temporalités, stratification : Exercices sur les réseaux sociaux* Gribaudi abordou os problemas metodológicos envolvidos no crescente interesse em estudar os laços sociais e as redes que os indivíduos tecem na cidade. Essas redes mostram com precisão os mecanismos de agregação social. A análise micro-histórica das trajetórias dos indivíduos individuais, longe de reduzir a observação, pode ser particularmente adequada para a compreensão de dinâmicas sociais mais globais. Desta feita, ele conduziu, juntamente com outros pesquisadores, uma reflexão coletiva ambiciosa, a um só tempo empírica e teórica, sobre os vínculos e as redes sociais nas quais os atores sociais se inscrevem, mas igualmente sobre as relações entre estruturas e dinâmicas sociais<sup>85</sup>.

Trata-se de uma coletânea de artigos que constituem o primeiro fruto de um trabalho de reflexão sobre os conceitos de lugar e de rede. Esses artigos buscam interrogar sobre valor heurístico desses dois conceitos num quadro de pesquisas sobre as formas de coesão e de estratificação de um espaço social. Os conceitos de lugar e de interação estão dentro dessa ótica, profundamente ligados a uma imagem de um sistema dinâmico que evolui perpetuamente e que é sensível ao mesmo tempo aos movimentos de cada um dos seus componentes as suas estruturações particulares e às dinâmicas específicas que as engendram.

Gribaudi afirma que devemos nos atentar para os mecanismos que presidem as interações do grupo, ao estudo do conjunto de lugares exteriores aos atores e que convergem o espaço de um grupo. Todos esses elementos exprimiriam uma concepção das relações das dinâmicas sociais cuja riqueza e complexidade foram totalmente deixadas de lado pelos trabalhos dos americanos que estudaram redes sociais.

---

<sup>84</sup> Idem., 149.

<sup>85</sup> GRIBAUDI, Maurizio. (dir.) *Espaces, temporalités, stratifications. Exercices sur les réseaux sociaux*. Paris : Découverte, 1998.

Segundo ele, mesmo a noção de espaço geográfico varia em função do quadro relacional e das formas de coerência em relação aos quais ela se refere. O espaço físico da cidade varia consideravelmente de acordo com as modalidades das práticas relacionais e os mesmos lugares possuem funções diferentes de acordo com as formas de coerência social nas quais elas se inscrevem. Observa-se aqui reflexões bem próximas àquelas de alguns de Yi-Fu Tuan, analisadas no segundo capítulo. É impossível, para o historiador italiano, pensar o espaço social como estruturado de maneira homogênea pelos mesmos fenômenos. Também seria impossível que atores sociais diversos se utilizassem dos mesmos parâmetros para sondar e analisar o conjunto de um espaço social.<sup>86</sup> Segundo ele, devemos mudar nossas perspectivas analíticas: parar de compreender os fenômenos sociais a partir da difusão e da frequência de uma prática para tentar imaginar os conceitos fundados sobre as modalidades segundo as quais várias práticas se conjugam nos contextos sociais. Isso aponta para a compreensão do lugar social como algo heterogêneo, variando em função das lógicas configuracionais que as engendram. São essas lógicas que parecem caracterizar o espaço social, marcando as diferentes percepções e perspectivas dos atores que dividem e constroem esse mesmo espaço.

Podemos notar até aqui que, para Gribaudi, ao longo dos anos 1990, a ideia de espaço foi modificada, deixando de ser *apenas* o contexto ou cenário nos quais se construíam as redes de interação para um conceito mais próximo daquele desenvolvido pelos geógrafos. Entretanto, é preciso destacar que a ideia de espaço como teia resultante da rede de interdependências dos atores sociais não é abandonada pelo historiador italiano, como veremos a seguir.

No início dos anos 2000, Gribaudi publica um importante artigo na revista *Quaderni Storici*, no qual analisa a trajetória de quatro operários na França do século XIX<sup>87</sup> e cujo objetivo mais amplo era responder uma pergunta complexa: *como apresentar e sobretudo, como descrever percursos que se cruzam num espaço que se modifica a cada movimento?* Para tanto, Gribaudi critica uma perspectiva usual na análise de trajetórias. Segundo ele, a história social mais tradicional teria por característica descrever um indivíduo ou um grupo, um emigrante ou uma comunidade, que se deslocam entre dois espaços físicos e culturais pensados, ao mesmo tempo, como diferentes e

---

<sup>86</sup> Idem., 39.

<sup>87</sup> GRIBAUDI, Maurizio. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, Deivy F. & VENDRAME, Maíra. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

estáveis. O emigrante é aquele que deixa um lugar e uma cultura bem definidos para ir em direção a um outro lugar e uma outra cultura, igualmente compactos e coerentes. Tomando o indivíduo e o contexto como duas entidades separadas, afirma Gribaudi, perde-se a possibilidade de considerar a natureza do espaço social através dos usos concretos feitos pelos indivíduos que o compõem. O indivíduo e o espaço social evoluem e se modificam mutuamente, sendo um parte do outro.

Nesse artigo, ao pensar a experiência individual em toda a sua particularidade como parte indissociável de um contexto, o historiador italiano destacou a natureza pluridimensional do espaço social. As experiências desses indivíduos se inscrevem e adquirem significados dentro de um horizonte social no qual são interpretadas formas específicas de combinar símbolos, recursos, lembranças, expectativas etc. Através dessa ótica, a França do século XIX se mostra, portanto, como um espaço no qual coexistem e se sobrepõem diversas sociedades.

Sob essa ótica, fica claro que o percurso individual aparece não tanto como uma trajetória mais ou menos linear de um conjunto compacto, mas como uma série de deslocamentos e de reajustes de um enorme emaranhado de relações, experiências, lembranças e imagens aglutinadas ao redor de um ponto de uma dessas zonas sociais. Esse emaranhado apresenta nós que se reproduzem ou tendem a reproduzir-se ao longo dos movimentos migratórios, englobando novos elementos, readaptando-os à própria lógica e transformando-se, todavia, por meio dessas mesmas dinâmicas.

Esse é um processo ativo cuja natureza mostra ao menos duas importantes implicações: de um lado, a presença de numerosas relações, abertas entre espaços geográficos os quais estamos acostumados a interpretar por meio dos conceitos de *origem* e *destino*, como definitivamente separadas; do outro lado, cada um desses espaços é dotado e caracterizado pelas modalidades através das quais as experiências e as práticas sociais se transformam continuamente.<sup>88</sup>

Não entrarei aqui nos detalhes das trajetórias analisadas por ele. Meu objetivo é demonstrar como ele percebe essa complexa relação entre interação e espaço. Para tanto, Gribaudi evoca algumas reflexões de C. Geertz, para quem cada indivíduo possui uma *agenda oculta*, uma espécie de lista de relações, interpretações causais, imagens, crenças, tudo quanto possa lhe ser útil, a fim de observar a sociedade, interpretá-la e agir sobre ela.<sup>89</sup> Amparado nessa teoria, o historiador italiano busca *ler* as práticas sociais como

---

<sup>88</sup> Idem., 162 e seguintes.

<sup>89</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. São Paulo: LTC, 1981.

textos que precisam ser decifrados, para deles serem apreendidas as formas e as lógicas internas.

Acontecimentos comuns a muitos indivíduos conjugam-se, portanto, de formas diversas no horizonte individual. A experiência revolucionária evidentemente marcou os percursos e as experiências de vida da totalidade da população francesa durante os séculos XVIII e XIX. Mas o seu peso e seu significado são modulados de formas muito diferentes, de acordo com a natureza dos elementos presentes na configuração específica de símbolos, recursos e referências na qual está inscrita. Assim, os acontecimentos que se seguem e que dão ritmo a trajetórias individuais revelam lógicas análogas: sendo esperados ou imprevistos, desejados ou temidos, eles adquirem o seu significado específico dentro da configuração global das relações, das memórias e das aspirações, na qual evolui. Mas, ao mesmo tempo, cada novo acontecimento e cada nova relação induzem a um reajuste contínuo do conjunto e modificam, portanto, a condução dos elementos presentes.<sup>90</sup> Para Gribaudo, interpretar a natureza de um percurso, com suas permanências e rupturas, suas crises e suas conquistas, significa também reconstruir a configuração dos elementos que constituem a sua lógica particular.

A análise desses percursos individuais confirma, portanto, a natureza, ao mesmo tempo individual e social dessas configurações. Por um lado, é evidente que elas são totalmente estruturadas e definidas em seus conteúdos, pelo conjunto das experiências e das práticas concretas dos indivíduos que as encarnam. Isso é destacado várias vezes. Um recurso, um fato histórico, um discurso, uma relação, um salário ou ainda um acontecimento demográfico, não têm em si nenhum significado. Assumem um significado unicamente no horizonte concreto e preciso da experiência individual. Por outro lado, é igualmente evidente que essas configurações se formam e se mantêm também porque articulam grupos de experiências e de práticas sociais análogas, ou ao menos convergentes em relação ao modo como utilizam certos recursos mais do que outros, como propõe certos tipos de relação mais do que outros, como imaginam e como constroem as hierarquias sociais, como concebem, fabricam e põem em funcionamento as cosmografias sociais.

Assim como as configurações individuais, os espaços profissionais e sociais evocados através das experiências desses personagens, evoluem no sentido da continuidade e da ruptura: continuidade, em função da permanência que o número de

---

<sup>90</sup> GRIBAUDI, Maurizio. Percursos individuais e evolução histórica... op. cit., p. 169.

elementos interagentes confere a cada forma social; ruptura, pela flexibilidade que caracteriza essas mesmas formas em cada mudança ocorrida em qualquer uma das suas partes, seja periférica ou central.

Ao analisar sobretudo a trajetória de dois desses quatro operários, que tiveram histórias de vida muito semelhantes, Gribaudi afirma que o percurso individual nos leva a uma maneira particular de conexão, através da experiência vivida, dos recursos, das relações, das imagens, dos discursos e das representações da sociedade mais ampla. Mais uma vez, essas formas sincréticas nos aparecem como reais e possíveis, como parte das áreas mais vastas povoadas por outras figuras, cujas experiências estão em consonância ou se integram com aquelas que observamos. Enquanto para algumas pessoas *existe um significado* pensar a sociedade como caracterizada pelo pertencimento regional, para outras faz sentido pensá-la como hierarquizada, dividida em classes, mas com ligações diretas de troca, e para outras ainda, faz sentido pensar a prática do ofício não somente como recurso econômico, mas também e, sobretudo, como lugar de construção de identidade social.

Concluindo, o historiador italiano afirma que a relação indissociável de cada percurso com a natureza do espaço social no qual eles se desenvolvem pôde ser vista claramente através das biografias analisadas. Cada um desses personagens vive em uma França diferente, estruturada a partir das suas práticas e das suas emoções, e também, pelas relações de força que se estabelecem dentro do espaço mais vasto. Para Gribaudi, para apreender os sentidos de tais percursos e experiências sociais é, portanto, mais que necessário reconstruir a geografia desses espaços, inventariar a gama de elementos que os compõem, medir a sua consistência e identificar suas proximidades com outros espaços, outras zonas de coerência.

Entretanto, podemos afirmar que a questão do espaço se torna a questão central das pesquisas de Gribaudi em meados dos anos 2000, quando ele começa a publicar um conjunto de artigos e capítulos de livros<sup>91</sup> que, mais tarde, comporiam o material do seu

---

<sup>91</sup> Dentre outros, podemos citar: GRIBAUDI, Maurizio. « Les formes d'un passé lointain – l'intrigue monographique et l'histoire », in *Les Etudes Sociales*, n.138, 2004, pp. 57-98. GRIBAUDI, Maurizio. « Histoire Sociale et Formalisation Statistique », in Antonio Irigoyen López et Sebastián Molina Puche (eds), *Territorios distantes, comportamientos similares : familias, redes y reproducción social en la monarquía hispánica, siglos XIV-XIX*, Murcia, Universidad de Murcia, 2009, pp. 25-43. GRIBAUDI, Maurizio. « Le savoir des relations liens et racines d'une administration centrale dans la France du XIXe siècle », in *Mouvement Social*, septembre 2009. GRIBAUDI, Maurizio. « Ruptures et continuités dans l'évolution de l'espace parisien. L'îlot de la Trinité entre XVIIIe et XIXe siècles », *Histoire & Mesure*, n.2, 2009. GRIBAUDI, Maurizio. « Passages et Phalanstère – espaces urbains et visions utopiques », in *Cahiers Charles Fourier*, n. 21, 2010 (janvier 2011). LENOIR, Joëlle & GRIBAUDI, Maurizio. « Les passages ouverts. La modernité oubliée de Paris capitale », *Histoire urbaine* 2013/1 (n° 36), p. 73-103.

último e mais importante livro, publicado em 2014.<sup>92</sup> Sem deixar de ser visto como o contexto no qual redes de interdependência ocorrem, o espaço passa a ser analisado como um objeto de pesquisa em si mesmo. Vejamos, então, a título de exemplo, um artigo no qual essa discussão aparece de forma mais enfática.

Em *Ruptures et continuités dans l'évolution de l'espace parisien*<sup>93</sup>, Gribaudi critica a forma como a evolução espacial de Paris teria sido tratada pela historiografia. A evolução dessa cidade, ao longo do período contemporâneo, é frequentemente ligada e interpretada como um processo único ao longo do qual a cidade do Antigo Regime se reestrutura para se transformar progressivamente na capital do século XIX. Essa visão, bem conhecida e quase icônica, conjuga o desenvolvimento dos ricos bairros do Oeste com o crescimento de novas formas arquitetônicas e comerciais. Nas representações dos contemporâneos, esses bairros constituem um espaço estrutural imóvel onde se acumula de maneira desordenada uma população colorida de comerciantes, artesãos, trabalhadores e marginais.

Desta feita, em um estudo aprofundado, conduzido sobre uma parte de um bairro do centro parisiense entre o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX, Gribaudi mostra que, longe de serem abandonados e caóticos, esses antigos bairros se revelam como lugares dinâmicos que testemunham o crescimento de uma modernidade “outra” que aquela desenvolvida nos novos bairros do Oeste. Esses bairros conhecem um crescimento extremamente importante ao longo do período. Entre 1800 e 1848, não somente a população local aumenta em 40% e enriquece, mas ainda a própria estrutura das construções se transforma e muda claramente de natureza. A análise detalhada da construção urbana e da população residente destaca um fenômeno de mutação morfológica operada pela conjunção e pela superposição de diferentes fatores. Em algumas décadas, sob a ação convergente desses fenômenos, um trabalho de formigas se apodera do centro da cidade e transforma totalmente sua fisionomia.

Gribaudi nos mostra que o centro da cidade do século XVIII contava, de fato, com várias dezenas de conventos, hospitais e *hôtels particuliers*<sup>94</sup>, embelezados por

---

<sup>92</sup> GRIBAUDI, Maurizio. *Paris, ville ouvrière : une histoire occultée. 1789-1848*, Paris : La Découverte, 2014.

<sup>93</sup> GRIBAUDI, Maurizio. « Ruptures et continuités dans l'évolution de l'espace parisien. L'îlot de la Trinité entre XVIIIe et XIXe siècles », *Histoire & Mesure*, n.2, 2009.

<sup>94</sup> Na França, o vocábulo *hotel particulier*, escrito acima no plural, designa um edifício construído no centro da cidade para moradia de apenas uma família, normalmente pertencendo à alta burguesia, e caracterizado pelo seu luxo. Por não estarem conectados diretamente à rua, suas entradas são precedidas de um pátio e os fundos possuem frequentemente um jardim.

numerosos jardins e pátios em claustros. Por três vezes (pela venda de bens nacionais em 1789, dos da Igreja em 1792 e daqueles dos Hospícios em 1808), todos esses espaços são leiloados. Pátios e jardins são então progressivamente investidos por uma população de fabricantes, artesãos e negociantes que instalam suas atividades, transformando esses lugares em centros especializados na produção de artigos diversos e frequentemente sofisticados.

A chegada massiva e o desenvolvimento dessa população são o fenômeno mais marcante do processo. Essa não ocupa unicamente os pátios e os jardins de outrora; ela constrói pequenas casas e alojamentos, galpões e casas. Em uma dinâmica de construção que guarda tanto da bricolagem quanto da construção planejada, os lotes e os terrenos se tornam densos e se subdividem enquanto os novos laços se produzem a partir e em torno desses centros de produção. Em menos de vinte anos, o espaço se transforma e se torna mais denso. Jardins, pátios e galinheiros dão lugar a um conjunto de casas nas quais se instala uma multidão cada vez mais densa de fabricantes, artesãos, operários e de comerciantes de todo tipo. Um microcosmo de produção muito ativo que incita os proprietários da época a abrir novas passagens e a construir novas casas.

O estudo das transformações morfológicas do espaço urbano exigiu de Gribaudi o georreferenciamento do conjunto dos mapas encontrados em diferentes arquivos em um único referencial espacial. A relação dessas mutações com as informações qualitativas e quantitativas revelam as numerosas interdependências entre morfologia urbana e práticas sociais. Os tratamentos de georreferenciamento e de análise espacial foram realizados com o *software* livre QuantumGIS.

A ligação de fontes numerosas e variadas (hipotecas e títulos notariais; antigas censivas<sup>95</sup> e *terrier*<sup>96</sup> do rei; pequenos cadernos de notas, *sommiers*<sup>97</sup> e folhas cadastrais; certidões de estado civil e registros paroquiais etc.) destaca processos extremamente complexos e, até aquele momento, ignorados. Longe de constituir um espaço abandonado e caótico, o antigo centro da cidade aparece como sede de uma forma de modernidade paralela e oposta àquela desenvolvida nos novos bairros do Oeste e representada pela

---

<sup>95</sup> Do latim medieval *censiva terra*, a *censiva* designava a terra submetida a um censo anual. Algumas informações obtidas junto ao Arquivo Nacional francês permitem afirmar a existência de 154 *censivas* na cidade de Paris, as quais deixarão de existir em 1789. Além disso, à parte o Rei e a Cidade, os principais senhores fundiários são os estabelecimentos religiosos.)

<sup>96</sup> No direito feudal, *terrier* é um registro onde são registradas a extensão e a renda da terra, os limites e direitos de um ou mais feudos de um senhor.

<sup>97</sup> Um *sommier* é um registro financeiro no qual são inscritas cronologicamente as somas recebidas e designam, sobretudo, documentações do Antigo Regime.

cultura dos bulevares. A análise de uma porção significativa do espaço urbano mostra também que as transformações da cidade se fazem sempre em uma dinâmica de interação entre vários fatores e fenômenos. Se a morfologia do tecido arquitetônico determina as evoluções possíveis, sua natureza e suas formas precisas são configuradas pelos investimentos específicos dos atores presentes em cada momento na dianteira do movimento.

Em um ponto central do artigo, Gribaudi nos mostra que a reformulação espacial do centro de Paris gera também uma mudança nos grupos que passam a viver e a trabalhar nessa região. De um lado, temos comerciantes e negociantes em fim de carreira que investem suas economias no ramo imobiliário. Acrescente-se artesãos e sobretudo comerciantes que se asseguram a propriedade do imóvel no qual estabeleceram sua atividade. De outro lado, um grupo mais considerável de comerciantes e negociantes compra imóveis a fim de instalar um comércio. Trata-se de três padeiros, três comerciantes de vinho e um cervejeiro, que testemunham a centralidade e a rentabilidade dessas atividades nessa época e nessa parte específica da cidade.

Gribaudi nos mostra então que a imagem emergente desses espaços está muito distante daquelas evocadas por numerosos administradores e observadores da época. Longe de aparecer como porções da cidade mantidas fora da dinâmica do progresso que teria investido unicamente o Oeste e os *faubourgs* da cidade, esses bairros se mostram mais do que nunca como centros ativos e inovadores. Todavia, ancorados em espaços pensados e representados como antigos e atrasados, retivemos, sobretudo, de sua complexa fisionomia, os elementos que os aparenta mais ao passado, ocultando a novidade das combinações sociais e profissionais que hospedam.

Gribaudi revela assim que a historiografia francesa conhece mal a vida dos antigos bairros parisienses ao longo da primeira metade do século XIX, em virtude do mito construído em torno de uma modernidade parisiense que acamparia unicamente nos cafés e nos teatros dos grandes bulevares ou nos salões dos novos bairros. Em razão também dos olhares contraditórios e jamais bem focalizados, que gerações de higienistas e magistrados, eruditos e romancistas concentraram sobre esses espaços. Mas se lhe concedemos um olhar atento e não generalista, esses espaços, com seus becos, seus pátios e suas tortuosidades labirínticas, estão longe de aparecer unicamente na dimensão da marginalidade opaca e mórbida que emana das representações da época. Longe disso, a trama do tecido urbano e social desses bairros se revela sobretudo como o produto de uma construção coletiva, não programada, mas, entretanto, perfeitamente racional, que soube

reconverter e adaptar, por mil intervenções, as antigas construções às exigências específicas de uma produção em massa de bens de luxo.

Enquanto a imagem de uma nova modernidade se instala nos bulevares, uma outra modernidade se desenvolve nos antigos bairros da cidade. Menos deslumbrante, ela interpela, todavia, pela potência das forças que a animam. Difícil dizer se essas formas teriam se desenvolvido mais dando à luz a um projeto viável, de um outro futuro para a cidade. Mas é certo que 1848 encerra a experiência que Haussman segue de perto, apagando sistematicamente todos os pontos vitais que tinham crescido na cidade.

É claro que estes são apenas aspectos parciais de uma série de dinâmicas mais amplas e, sobretudo, muito mais complexas. Mas eles tornam possível ver que o que caracteriza o presente de uma cidade em qualquer momento de sua evolução não é, portanto, uma única forma e coerência, mas uma configuração de formas que coagulam diferentes coerências dos mesmos materiais, as mesmas referências comuns. É essa configuração específica de formas contraditórias, representações e discursos, que o historiador pode reconhecer como característica da fisionomia de uma cidade num momento específico de sua evolução.

Se as tensões que o atravessam caracterizam o presente de uma sociedade, elas também a animam, a tornam viva e instável, dão-lhe movimento. A sociedade parisiense da primeira metade do século XIX é literalmente empurrada para a frente pelas tensões e contradições que a atravessam. Assim, Gribaudi nos revela que, insistindo nos elementos de continuidade, a maioria das narrativas historiográficas sobre a cidade apagaram totalmente os traços das tensões que a atravessam e dos diferentes futuros que permitiram vislumbrar, cobrindo-os com uma imagem calma e calmante da evolução histórica. Quebrar essa continuidade, pensando na forma como um campo de práticas e representações em permanente tensão, torna possível encontrar a história de uma sociedade em toda sua força e vitalidade, com seus dramas, suas rupturas e seus pontos cegos.

Por fim, Gribaudi lançou, em 2014, uma obra que oferece uma nova interpretação, devido a sua abordagem microanalítica, das formas de organização dos meios populares parisiense desde a Revolução Francesa até a Revolução de 1848<sup>98</sup>. Neste livro, ele sintetiza todos os métodos de pesquisa utilizados ao longo de uma carreira rica na produção de textos de referência, nos quais demonstra a sua percepção acerca dos

---

<sup>98</sup> GRIBAUDI, Maurizio. *Paris, ville ouvrière : une histoire occultée. 1789-1848*, Paris : La Découverte, 2014.

trabalhos e reflexões teóricas de autores como Giovanni Levi, Norbert Elias, Marc Bloch, Charles Tilly, Edward Shorter, Peter Laslett, J. Clyde Mitchel, A. L. Epstein, Jeremy Boissevain, Fredrik Barth, dentre outros.

Com *Paris ville ouvrière. Une histoire occultée, 1789-1848*, Gribaudi explica que essa breve experiência revolucionária só adquire sentido como resultado da longa gestação, durante a primeira metade do século XIX, de uma Paris operária e popular, de bairros operários no centro histórico, como vimos anteriormente dotados de um dinamismo, de uma complexidade industrial e de uma densidade socioespacial que, longe de serem a materialização de um espaço "atrasado" e estruturalmente imóvel, eram, ao contrário, portadores de um modelo de "modernidade operária" tão ou mais relevante que a Paris burguesa das Grandes Avenidas.

O protagonista do livro é o mundo operário. Mas o mais importante é que Gribaudi constrói pacientemente um método de análise onde o espaço urbano é o companheiro indispensável da narração de processos e eventos históricos. Nenhuma de suas reflexões se torna clara para o leitor sem a explicação que *situa* os fatos, que nos diz o *onde*. Como na boa história urbana, a variável espacial mostra-se como sua própria particularidade. O espaço social é o componente essencial da história. Não há compreensão possível do mundo operário sem uma compreensão profunda dos espaços em que ele se desenvolve, desde os espaços de trabalho, até os de vizinhança e os de lazer. O tempo, nessa obra, não pode ser compreendido sem espaço, sem *situar* e analisar o lugar dos acontecimentos e processos. Apesar da *virada espacial* das ciências sociais (que também atingiu a história), ainda não é fácil encontrar no mundo dos historiadores uma narrativa em que o espaço deixa de ser um receptáculo inerte dos processos sociais para se tornar uma variável com capacidade explicativa própria.

O primeiro grande bloco temático do livro aborda as representações dessa cidade operária e industrial e as mudanças na percepção dos discursos burgueses sobre ela até a cristalização do mito da cidade industrial e perigosa, que seria o discurso hegemônico a partir de 1830. Enquanto a venda dos "bens nacionais" libertou enormes bolsões de terras confiscadas sobre as quais a especulação imobiliária ergueria os novos bairros burgueses da zona oeste da cidade, as terras liberadas do centro foram divididas e ocupadas por uma massa de fabricantes, artesãos e comerciantes que montaram fábricas, oficinas e armazéns. Bairros ricos, regularizados e arejados na periferia e adensamento, atividade industrial e superlotação nos bairros antigos do centro.

As primeiras referências e visões do mundo operário nos anos imediatamente seguintes à Revolução de fato falam de uma sociedade ainda entrelaçada, ainda distante da visão polarizadora que se seguiu. Complexidade e convivência denotam aquela Paris artesanal, pré-industrial, mas cada vez mais operária e manufatureira: uma mistura e justaposição de grupos sociais necessariamente diferentes; a vida de bairro como algo essencialmente articulado entre o povo, a burguesia e as elites, uma imagem polimorfa dos bairros populares, que são vistos como um componente normal e necessário do organismo urbano.

A Paris industrial também é descrita como parte integrante e coerente da paisagem urbana. A indústria, a oficina e a manufatura ainda não são rejeitadas ("desde que não incomodem muito, são aceitas, até incentivadas"). A narrativa construída pelas elites industriais e pelos primeiros higienistas olha com respeito e reciprocidade para o mundo da classe trabalhadora porque compartilha interesses diretos e convive com ela, proximidade notadamente devido à crescente centralidade ocupada pelas ciências naturais e, particularmente, pelo desenvolvimento da indústria parisiense.

À medida que a cidade desdobra os sinais de sua nova modernidade ao longo das avenidas e passagens burguesas, aumenta também a distância do que não pode ser facilmente inscrito nessa nova paisagem urbana. Pouco a pouco, o centro antigo da cidade será percebido como uma ruína, como um vestígio, "um espaço caótico e doentio", tomado por miasmas e cólera, cuja existência passa a ser atribuída aos trabalhadores pela burguesia local. Os bairros populares são homogeneizados sob um denominador comum de insalubridade, doença e miséria. As classes populares e suas formas de sociabilidade, suas práticas e sua condição ignorante são responsabilizadas diretamente pela epidemia e pela doença.

As estratégias de intervenção na cidade que emergem da imposição do modelo burguês à cidade popular representam a cristalização desse modo abstrato de intervir a partir de uma visão pré-estabelecida, inconsciente da realidade existente, portadora de um desejo de dominação e de imposição de um modelo social. A insalubridade moral é atribuída à forma urbana, à estrutura labiríntica das ruas. A propagação do cólera é atribuída à ignorância das classes populares.

Por trás do véu de imagens com que as elites parisienses observam o espaço de trabalho, o segundo grande bloco temático do livro revela as "outras modernidades parisienses", as da materialidade autêntica dessa cidade operária, de suas atividades industriais, de seus trabalhadores e artesãos, a vida e as sociabilidades desse mito

distorcido. Um olhar muito mais sensível sobre a complexa dinâmica que se desenrola dentro dos bairros operários agora nos dá imagens completamente diferentes da Paris operária e popular.

Um primeiro elemento de contraste com a visão das elites sobre atraso e estagnação física e moral é dado pela própria demografia. Apesar da densidade que os caracteriza, os espaços centrais quase duplicaram o seu número de habitantes entre 1800 e 1850. Baseada principalmente na imigração, a explosão populacional mais intensa da cidade está ocorrendo justamente nesses bairros do centro. O novo impulso do centro de Paris é acompanhado pelo desenvolvimento espetacular de numerosas atividades industriais e artesanais, incluindo o nascimento e a consolidação de uma indústria particularmente inovadora, baseada na reciclagem intensiva dos resíduos da cidade.

Em seguida, Gribaudi explica aos leitores que essa renovação da fábrica parisiense foi possível pela formação de um tecido socioespacial que permitiu a co-presença de um rico tecido relacional particularmente bem adaptado à troca e integração de diferentes saberes profissionais, em espaços de enorme dinamismo. Ele revela que as operações imobiliárias realizadas no centro antigo da cidade se baseiam principalmente na transformação progressiva do tecido construído sob a ação de novos proprietários e inquilinos. Pouco visíveis e pouco estudadas, essas formas de intervenção têm enorme impacto na estrutura física e social da cidade. Fazendo excelente uso de almanaques e, sobretudo, de fontes cartográficas, fontes notariais e cadastrais, ele revela as inúmeras novas passagens ao ar livre, becos sem saída e pátios são objeto de uma análise detalhada que explica seu progressivo adensamento e conversão em fábricas e oficinas. Longe da imagem de partes da cidade à margem da modernização, os espaços transformados do centro são vistos como centros ativos de outro progresso, de outra modernidade.

Gribaudi percebe que, progressivamente, mas sobretudo a partir de 1830, passa a haver uma consciência aguda e sem precedentes da realidade das relações de dominação que regem não só a organização do trabalho, mas também toda a sociedade. O espaço social de partida, aquele espaço lotado que contém e até gera lógicas econômicas e sociais de toda ordem, facilita e fomenta a consciência de classe, para dizer de forma sucinta. Assim como as relações de trabalho, as relações de sociabilidade estão amarradas no prédio, no quarteirão, no bairro. Os vários planos de ambos, bem como das primeiras sociedades de ajuda mútua de diferentes ofícios, dizem-nos não só das casas dos seus delegados e das instalações onde realizavam as suas assembleias, mas também do espaço relacional dos trabalhadores associados, normalmente adegas e lojas de vinhos e bebidas

espirituosas. Os diferentes bairros e espaços de vizinhança estão claramente desenhados. Ainda não é possível falar de consciência operária ou de movimento operário, mas suas premissas estão sendo estabelecidas. É nesses espaços populares do centro da cidade que os trabalhadores reivindicam a redução da jornada de trabalho para dez horas, o reconhecimento de suas sociedades e o direito de controlar diretamente as formas e a taxa de um trabalho que concebem como uma propriedade que lhes pertence e não ao patrão.

O mais original, a meu ver, é que para Gribaudi, o que há de verdadeiramente único na cidade daqueles anos é que esse sonho operário de associação e, finalmente, de uma república democrática e social com decisões tomadas em nível local e federadas a partir de baixo nasceu concretamente da estrutura específica desses espaços no centro popular da cidade. Gribaudi ressalta que os conteúdos das diversas publicações operárias nascidas na década de 1840, as reivindicações e palavras de ordem dos dramáticos dias de maio e junho de 1848, o debate sobre a associação como palco para a construção de uma futura "comunidade" nasceram e se desenvolveram nas assembleias operárias ou nas salas de leitura das naturezas-mortas dos bairros. É nos lugares da vizinhança cotidiana que se discutem as formas futuras de democracia. É no cotidiano desses bairros operários do centro da cidade que nasce e se desenvolve o discurso operário, um discurso baseado no conhecimento de uma experiência real inseparável do espaço urbano que o abriga. É ali, onde convergem o local de trabalho, residência e lazer, onde a experiência vivida melhor se expressa. A experiência política do mundo operário e popular amadurecida naquela década é, afinal, como enfatiza o historiador, algo que emergiu de baixo.

E é finalmente a partir da compreensão desse contexto, desses espaços e desses lugares que melhor podemos avaliar a força da "modernidade operária" diante da modernidade burguesa; essas duas modernidades opostas que lutaram em 1848 e terminaram com a trágica derrota dos sonhos da República democrática e social. Toda a obra de Napoleão III e do prefeito Haussmann nas duas décadas seguintes não será, e esse seria o corolário dramático do texto, mas a implementação categórica dos projetos mais radicais da burguesia que o autor havia analisado no primeiro bloco temático do livro. A haussmannização nada mais é do que a implementação de um plano especialmente concebido para destruir todos os núcleos físicos e sociais em que o sonho dos trabalhadores se desenvolveu.

Por fim, porém, deve-se notar que o grande mérito da análise realizada está no método utilizado, que deve servir como modelo. Por um lado, Maurizio Gribaudi, um conhecedor das ferramentas da micro-história, sabe como confrontar e fazer falar fontes

muito variadas a fim de compreender a história daqueles que não deixaram traços escritos. A ausência de fontes discursivas tradicionais o forçou a recorrer a fontes indiretas e, assim, perceber muito rapidamente que as representações do mundo do trabalho eram apenas a projeção das representações da burguesia.

Concluindo, a partir do que discuti até aqui, fica claro o papel que a análise espacial toma na obra de Gribaudi. Ao longo de seu percurso como historiador preocupado em entender o desenvolvimento de Paris, o historiador italiano passa a ler a cidade como resultante de um conjunto de fatores ativos em diferentes níveis e em diferentes configurações locais. E para a compreensão desses elementos ele passou a pesquisar não somente as dinâmicas formais dos conjuntos urbanos, mas igualmente as interações complexas que aconteciam entre o nível local e o nível global e que governam esta dinâmica formal. Nessa ótica, ele sentiu necessidade de mobilizar os métodos e técnicas de análise dos sistemas complexos.

Para se aproximar desse objeto complexo em plena mutação (a cidade), a noção de morfogênese pôde trazer para as análises de Gribaudi uma dimensão suplementar ao estudo urbano, àquele da temporalidade, considerado como um *continuum* dinâmico mais que uma sequência de estados distintos. O estudo morfogenético adotado por ele se concentra mais precisamente em iluminar os elementos de organização que sustentam a existência e evolução das formas urbanas. Abordagem necessariamente dinâmica, pluridisciplinar e multidimensional, ela foge das modalidades e representações ditas clássicas que podem congelar a cidade num estado que não corresponde por definição a nenhuma realidade urbana. Em tal perspectiva, várias disciplinas são interpeladas, tanto para a modelização e análise dos elementos formais (teorias dos grafos para a análise das redes urbanas, topologia), de sua dinâmica formal (matemática das formas e sistemas complexos) e para o estudo das interações com os fenômenos sócio-históricos (práticas sociais inscritas no território, formas de representação do espaço e de suas possíveis evoluções, normativas e intervenções institucionais, memórias etc.).

O que Gribaudi sugere é que observemos a evolução de uma cidade não somente a partir de uma visão macro, vista de cima, mas por meio de vários níveis de escala. Todavia, o impacto relativo de cada uma delas muda ao longo do tempo e em função de relações de força que são frequentemente expressões de visões e de interesses diferentes e, às vezes, opostos.

Na verdade, essa leitura mais detalhada realizada por Gribaudi das formas de evolução urbana revela de fato que essas intervenções eram antes de tudo expressão de

uma escolha política que recuperava, através do complexo patrimônio morfológico da cidade, a leitura hierarquizada e burguesa da capital, amparada numa visão centralizada do poder. Os novos boulevards com seus teatros, câmaras de comércio, estações e mercados, assinam claramente essas formas práticas de representação das novas elites. Assim, através das demolições e especulações daí derivadas é estabelecida uma ruptura em relação a evolução social e morfológica do centro da cidade.

Finalizando, é importante comparar as perspectivas espaciais do historiador italiano com algumas daquelas que tratamos anteriormente. A meu ver, Gribaudi complexifica, e muito, relato da urbanização oitocentista produzida por Harvey em *Paris, Capital da Modernidade*.<sup>99</sup> Para este, o capitalismo produziria sua própria geografia, construindo formas específicas de ambientes urbanos, que engendram modos particulares de consciência humana. Ou seja, a burguesia seria, quase que sozinha, responsável por uma nova maneira de se viver o espaço. Não para Gribaudi. O historiador italiano nos mostra uma outra modernidade advinda da ocupação espacial do centro de Paris pelo operariado francês, revelando um processo de luta e conflito de classes na França entre os séculos XVIII e XX. Nesse sentido, ele se aproxima bastante da perspectiva de Garner, produzindo uma bela descrição das diferentes perspectivas de vivência do espaço. O espaço é visto em seus últimos trabalhos não como um local, mas é constantemente reestruturado como consequência de processos sociais.

---

<sup>99</sup> HARVEY, David. *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

#### Capítulo 4 – Christian De Vito e Francesca Trivellato: algumas possibilidades de análise espacial

Após sua invenção como método e prática de pesquisa e escrita histórica nas décadas de 1970, 80 e 90, o recente "renascimento" da micro-história aparece como um notável desenvolvimento historiográfico, apontando para um novo posicionamento da micro-história em uma perspectiva abrangente, isto é, como micro-história global<sup>100</sup>.

De acordo com Sebastian Conrad, a história global nasceu da convicção que os instrumentos analíticos tradicionais utilizados pelos historiadores para estudar o passado já não eram suficientemente adequados. Segundo ele, um dos problemas da história e das ciências sociais enquanto disciplinas é o seu nacionalismo metodológico, ou seja, estão fundamentadas no estado nação como a unidade de análise fundamental. Nesse sentido, para esse autor, o conhecimento do mundo teria sido pré-estruturado, tanto discursiva como institucionalmente, de forma a obscurecer o papel das relações de intercâmbio e conexão para além da escala nacional.<sup>101</sup>

Outro problema identificado por Conrad, que talvez justificaria uma história de contornos globais, é o fato de que as modernas disciplinas acadêmicas tenham nascido profundamente eurocêntricas, colocando em primeiro plano os progressos europeus. Do ponto de vista metodológico, ao impor em categorias que eram próprias da Europa ao passado de todos os outros países, as disciplinas modernas acabaram por transformar as demais sociedades em colônias europeias.<sup>102</sup> O propósito da história global seria então um apelo à superação dessa fragmentação, no intuito de alcançar um conhecimento mais compreensivo das conexões e interações que construíram o mundo moderno. E, para isso,

---

<sup>100</sup> O termo foi apresentado primeiramente por Tonio Andrade em seu artigo: *Achinese Farmer, two African Boys, and a Warlord: toward a global microhistory*, in: *Journal of World History* 21 (2010) 4, 573–591.

<sup>101</sup> CONRAD, Sebastian. *O que é História Global*. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2019, p. 13.

<sup>102</sup> Idem., p. 14.

esse paradigma direcionaria seu foco para as questões da mobilidade, do intercâmbio, e dos processos que transcendem as fronteiras e as barreiras impostas pela ideia de estado-nação, fazendo da circulação e do intercâmbio das coisas, das pessoas, das ideias e instituições os seus principais objetos de análise.

Mesmo com o sucesso que as histórias de matriz braudeliana<sup>103</sup> conheceram ainda nos anos 1940, é justo afirmar que foi somente com o advento da mais recente globalização, que os historiadores começaram a questionar os parâmetros espaciais da sua disciplina, reabilitando o espaço enquanto categoria teórica.<sup>104</sup> A partir de então, a questão da escala adquiriu particular importância nesse campo de estudo.<sup>105</sup> Ao invés de se basearem em territorialidades fixas, os historiadores dessa vertente buscam transcender territorialidades demarcadas, conectando lugares do interior de uma nação com outros níveis, supranacionais, explorando, desta feita, espaços que se sobrepõem.<sup>106</sup>

Uma das estratégias mais populares para ultrapassar o confinamento analítico do estado-nação tem sido trabalhar dentro de espaços mais extensos, supranacionais, que estabelecem a mediação entre as condições locais e as grandes constelações globais. Nesse contexto, os espaços interativos passaram para o primeiro plano; espaços esses que facilitavam as trocas entre diferentes regimes políticos, até mesmo a grandes distâncias, por um longo período de tempo.<sup>107</sup>

É importante ressaltar que, para a História Global, ao contrário da micro-história, nenhuma escala ou unidade é intrinsecamente superior. Não existe uma unidade que seja por definição mais adequada que as outras. Portanto, se as diferentes unidades se complementam, podemos extrair a conclusão de que as perspectivas globais não podem tomar qualquer unidade por garantida, no sentido de componente essencial perfeita para abordar um mundo cada vez mais integrado. Ao invés disso, elas necessitam estar atentas aos processos que geram coesão e impulsionam a própria existência de determinados lugares e regiões.<sup>108</sup>

Muitas dessas novas pesquisas parecem interessadas, inicialmente na história local. Todavia, olhando mais de perto, mas as análises desses pesquisadores não se

---

<sup>103</sup> É importante ressaltar, contudo, que esse sucesso de um modelo inspirado nas obras de Fernand Braudel, não obteve o mesmo sucesso dentre os historiadores anglófonos que se autodefinem como “globais”. Podemos dizer que essa influência esteve mais restrita à Europa continental.

<sup>104</sup> CONRAD, Sebastian, op. cit., p. 141.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 142.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 163.

limitam aos detalhes empíricos de um lugar ou evento. Em vez disso, tais historiadores triangulam informações de fontes variadas, sejam elas oficiais ou populares, locais ou translocais, para ilustrar as estratégias narrativas e o jogo de poder dos atores que ocupam posições multi-escalares. Além disso, buscam articular as dinâmicas estruturantes entre os atores humanos e os ambientes mais “macro” em que se encontram. A partir disso, surgem entendimentos profundos da microdinâmica com um apreço por recursos embutidos em economias políticas amplas, como ecologias regionais, fortunas dinásticas, formação de Estado-nação e fluxos globais de capital. Atualmente, o resultado desse desenvolvimento ainda não está claro, mas pode ser proveitoso esboçar algumas trajetórias das abordagens que estão em curso.

Um dos projetos mais interessantes no campo da conexão micro e global tem sido realizado pelo historiador ítalo-americano Eugenio Menegon<sup>109</sup>. Num primeiro estudo, ele investigou as apropriações e modificações locais da religião cristã católica originalmente trazidas por missionários europeus para a China imperial durante o século XVII. Menegon argumenta nessa pesquisa contra visões simplistas de transferências culturais-religiosas em termos de importação ou exportação. Ele enfatiza a autonomia das crenças religiosas locais no desenvolvimento de novos modos de cristianismo na China durante os primeiros períodos modernos e modernos até hoje. Para tanto, Menegon investiga o papel de um pequeno grupo de europeus, constituído, em sua maioria, por clérigos católicos, que trabalhavam como especialistas técnicos ou científicos muito procurados à margem da corte imperial em Pequim. Mas, ao mesmo tempo, também atuavam como missionários disfarçados, apoiando extraoficialmente as redes de comunidades católicas na China.

Nessa pesquisa, ele busca destrinchar a história da corte imperial em Pequim e, ao mesmo tempo, mostrar como as infraestruturas globais emergentes de conhecimento científico e técnico, do comércio de commodities, principalmente no setor de luxo, e das atividades missionárias em curso da igreja católica colidiram com a vida cotidiana de pessoas e de grupos sociais dentro e fora da sociedade da corte chinesa. O imperador e sua corte fechada não estão mais no centro das atenções, mas fazem parte de uma rede mais ampla de relações, agências e dependências. Em suma, Menegon coloca em foco as interações sino-europeias durante o início do período moderno, a partir de um ponto de observação não-europeu, mas numa perspectiva explicitamente "multiscópica".

---

<sup>109</sup> MENEGON, Eugenio. *Ancestors, Virgins, and Friars. Christianity as a local religion in late imperial China*. Cambridge/MA, 2009.

O fundamento metodológico de perseguir, refletir e praticar explicitamente as abordagens de uma micro-história global não é mais uma tábula rasa. Historiadores de uma nova geração de micro-historiadores nos levaram a novos campos de pesquisa acompanhados de novas perspectivas. Entre eles<sup>110</sup>, Christian De Vito, Sebouh Aslanian, Linda Colley, John-Paul Ghobrial, Emma Rothschild, Francesca Trivellato, dentre outros, impressionam pelas suas abordagens metódicas. Para os objetivos desse capítulo, focaremos em apenas dois deles: De Vito e Trivellato<sup>111</sup>.

Um historiador preocupado em oferecer subsídios para uma melhor relação entre a história global e a micro-história é o italiano Christian G. De Vito. Seus últimos trabalhos tratam da relação entre as práticas punitivas e as práticas imperiais da monarquia espanhola e das repúblicas latino-americanas nos séculos XVIII e XIX. Sem nenhum exagero, podemos dizer que elabora trabalhos que tentam conectar a perspectiva local e global, mediados pela ideia da conexão entre espacialidade e micro-história, desenvolvida inicialmente por Edoardo Grendi e Angelo Torre. Observamos então nas pesquisas de De Vito uma micro-história que aborda a dialética que existe entre as singularidades de cada lugar e as conexões produzidas entre os lugares através da circulação de indivíduos, de objetos, e de ideias que representam as ações de indivíduos e grupos sociais.<sup>112</sup>

De Vito defende a possibilidade de tratar, através de investigações parcialmente circunscritas, questões históricas fundamentais, e reconstruir as dinâmicas concretas de processos históricos que seriam abstratos, colocando no centro da análise a atuação dos protagonistas históricos, sem omitir as trocas e interações de fenômenos históricos ocorridos em lugares específicos com o exterior.

Entretanto, para ele, a partir dessas questões, o foco microanalítico deve ser expandido para uma abordagem mais aberta à dimensão espacial dos objetos históricos e deve fazer referência explícita a produção da localidade, ou seja, a natureza socialmente

---

<sup>110</sup> ASLANIAN, Sebouh David. *From the Indian ocean to the Mediterranean: the global trade networks of Armenian merchants from new Julfa*, Berkeley/CA, University California Press, 2011; COLLEY, Linda. *the ordeal of Elizabeth march: a Woman in world History*, New York, Harper Press, 2007.; GHOBRIAL, John-Paul. the secret life of Elias Babylon and the uses of global microhistory, *Past and Present* 222 (2014), 51–93; ROTHSCHILD, Emma. *the inner life of empires: An eighteenth-century History*, Princeton/NJ, Princeton University Press, 2011; TRIVELLATO, Francesca. *the Familiarity of strangers: the Sephardic Diaspora, Livorno, and cross-cultural trade in the early modern period*, New Haven/CT, Yale University Press, 2009.

<sup>111</sup> Para maiores detalhes, ver o capítulo 5 do meu último livro: *A forma e o Tempo: decifrando Carlo Ginzburg*. São Paulo: Alameda, 2022 (Também disponível em inglês: CARNEIRO, Deivy Ferreira & DIAS, Daniel Rezende Berbert. *Deciphering Carlo Ginzburg: Form and Time*. London, Routledge, 2024)

<sup>112</sup> DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal. In: VENDRAME, Maíra. KARSBURG, Alexandre. *Micro-história, um método em transformação*. 1ª ed. São Paulo: Editora Letra & Voz, 2020.

e historicamente construída dos lugares. Cada lugar não deveria ser visto como uma ilha isolada nem simplesmente como espaço neutro que serviria apenas como pano de fundo de fenômenos que acontecem no abstrato. Deve ser visto como uma espécie de laboratório da realidade histórica situada no cruzamento entre múltiplas conexões. A singularidade de cada lugar deve ser observada como resultante de dinâmicas relacionais, tanto internas quanto externas às suas fronteiras geográficas.<sup>113</sup>

De Vito inova na maneira de conceitualizar algo que, a meu ver, já está presente nos trabalhos de Ginzburg (como veremos no próximo capítulo) e de Levi, por mais que ambos não estivessem, nos anos 1970 e 1980, preocupados com essa relação da micro-história com uma história de características globais. Através de sua história *micro-espacial*, De Vito observa a escala como uma construção social e um objeto de pesquisa histórica, criticando o uso do conceito de escala como ferramenta analítica. Na verdade, seu argumento é que uma abordagem escalar essencializa as divisões que a combinação da micro-história e da história global deveria superar, e obstrui formas mais produtivas de pensar sobre a criação de processos históricos. A perspectiva micro-espacial conceitua processos históricos como resultado de múltiplas práticas sociais ao longo do tempo e em locais singulares, mas conectados. Assim, oferece alternativas aos usos binários "micro" e "macro" — local/global e agência/estrutura — invocados por historiadores globais, ao mesmo tempo em que busca superar a oposição entre análises de curto e longo prazo.<sup>114</sup>

As noções de lugar e local mudam completamente a partir dessa leitura. O local passa a ser visto e compreendido como um espaço de interação, mesmo em uma perspectiva de uma ampla área de investigação (global, inclusive). Teríamos, então, uma abordagem microanalítica que investiga as conexões e relações entre lugares, especialmente aqueles marcados pelas trocas comerciais e pelas migrações. O foco da pesquisa se deslocaria para as redes sociais dos protagonistas históricos (algo não muito diferente da perspectiva de Giovanni Levi), mas conjugadas, ao mesmo tempo, com a especificidade de cada lugar e as múltiplas conexões entre eles.

Segundo De Vito, por mais que os historiadores que poderíamos classificar como pertencentes à segunda geração da micro-história tenham construído análises com uma explícita sensibilidade ao tema da espacialidade (fundamentada no reconhecimento da dupla descontinuidade, no espaço e no tempo, e da evolução cega de uma historiografia

---

<sup>113</sup> Idem., p. 104.

<sup>114</sup> DE VITO. Christian G. History Without Scale: the micro-spatial perspective. *Past & Present*, Supplement 14, 2019, p. 348.

não determinística),<sup>115</sup> eles centraram-se, exclusivamente, em circulações de curta distância. Por outro lado, os estudos microanalíticos relacionados com a história conectada deram prioridade à mobilidade de longa distância e, principalmente, marítima, tal como os próprios trabalhos de De Vito e as pesquisas de Francesca Trivellato, que reconstróem vidas globais, percursos individuais caracterizados pela mobilidade entre várias partes do mundo como o campo mais favorável de pesquisas.<sup>116</sup>

Christian De Vito aponta também para algumas estratégias utilizadas para a montagem daquilo que ele chama de “micro-histórias globais”. A primeira delas seria a construção de “vidas globais”, biografias (comerciantes, missionários, funcionários de Estados, piratas, marinheiros etc.) caracterizadas pela mobilidade entre várias partes do mundo. Essa seria, talvez, o campo mais favorável para esse tipo de pesquisa. Além das biografias globais, uma outra possibilidade seria o estudo da circulação de objetos e ideias; as relações sociais e representações culturais ligadas à produção, transporte, distribuição e consumo de determinados produtos.<sup>117</sup>

Contudo, estudos fundamentados nessa perspectiva devem tomar um cuidado especial: precisariam reforçar as análises das diferenças entre os variados tipos de conexões, e entre as distinções entre lugares ligados, além do desequilíbrio de poder que caracterizam esses espaços de atores sociais que entram em relação entre si. Para superar o problema, o autor oferece o conceito de *translocalidade*, sua original contribuição para o debate micro-história/história global.

A perspectiva translocal que aborda as diferenças e os equilíbrios entre lugares, atores e redes sociais, conjuga-se bem com a epistemologia micro-histórica que coloca no centro da análise as descontinuidades. Ao mesmo tempo, aumenta a sensibilidade espacial da micro-história, na medida em que evidencia a necessidade de estudar, de maneira integrada, as ligações de curta, média e longa distância, dentro ou através de fronteiras políticas, administrativas, linguísticas e culturais. O enfoque fornecido pela translocalidade permitiria discutir a separação e a união entre o global e o local, mediada por uma análise detalhada das relações entre lugares e entre grupos de indivíduos.<sup>118</sup>

---

<sup>115</sup> GRIBAUDI, Maurizio. Des micro-mécanismes aux configurations globales: causalité et temporalité historiques dans les formes d'évolution et de l'administration française au XIXe siècle. In: Schlumbohm, J. (org.) *Mikrogeschichte, makrogeschichte: complementar oder inkommensurabel?* Göttingen: Wallstein Verlag, 1998, p. 83-128.

<sup>116</sup> TRIVELLATO, Francesca. *Familiaridade entre estranhos: a diáspora sefardita, Livorno e o comércio transcultural na Idade Moderna*. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2020.

<sup>117</sup> DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal, op. cit., p. 107.

<sup>118</sup> Idem., p. 109.

A respeito dos trabalhos do próprio De Vito, poderíamos dizer que ele mesmo produziu uma micro-história translocal do processo de reforma psiquiátrica italiana, analisando várias localidades em vários países diferentes. Percebeu que cada lugar é excepcionalmente normal revelando, assim, a superfície normalmente descontinuada da história. Observou também que a experiência dos reclusos deportados, assim como as funções atribuídas pelas autoridades coloniais, eram muito distintas dependendo dos destinos finais.<sup>119</sup>

Os contextos seriam, para ele, as zonas de contato, as conexões uniriam, de fato, os múltiplos contextos que se relacionam: seria útil, então, seguir o rastro (tal qual Ginzburg sugere em seu artigo *O nome e o como*) de indivíduos, grupos, ideias e objetos. No caso do estudo da reforma psiquiátrica, a especificidade de um determinado serviço hospitalar como o manicômio vinha da particular origem social e geográfica dos pacientes e dos funcionários, da circulação das ideias das técnicas profissionais aplicadas, os percursos culturais e profissionais dos expoentes das instituições e dos movimentos sociais ao nível municipal e provincial.<sup>120</sup> Concluindo, a perspectiva translocal e micro-espacial aproximaria a micro-história da história global, visto que o anti-determinismo da primeira forneceria uma base epistemológica da qual carece a segunda.

Já Francesca Trivellato talvez tenha sido a historiadora que mais contribuiu para uma interação entre micro-história italiana e história conectada. Seu livro, *The Familiarity of Strangers – The Sephardic Diaspora, Livorno and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period*,<sup>121</sup> é um dos melhores trabalhos a utilizar as potencialidades da micro-história para resolver problemas ou responder questões típicas da história global. Em suma, ela argumenta como conceber a relação analítica adequada entre as escalas micro e macro e se pergunta como se apropriar das abordagens sincrônicas típicas da micro-história para a realizar análises diacrônicas típicas da história global, sem sacrificar, contudo, o conhecimento de objetos singulares em troca de generalizações.<sup>122</sup>

Trivellato argumenta que a abordagem mais usual para responder essas questões são os estudos de sujeitos e grupos – abordagens biográficas – que transpassem as fronteiras linguísticas, políticas e religiosas, revelando, a seu modo, o imbricamento de

---

<sup>119</sup> DE VITO, Christian G. *I Luoghi della psichiatria*. Firenze: Polistampa, 2011; De Vito, Christian G. Verso uma microstoria translocal (micro-spatial History). *Quaderni Storici*, v. 150, n. 3, 2015, p. 815-833.

<sup>120</sup> Idem.

<sup>121</sup> TRIVELLATO, Francesca. *The Familiarity of Strangers – The Sephardic Diaspora, Livorno and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period*. Yale: Yale University Press, 2009.

<sup>122</sup> TRIVELLATO, Francesca. Is there a future for Italian microhistory in the Age of Global History? *Californian Italian Studies* (2) 1, 2022, 571-611.

tradições culturais produzidas pelo contato e pelos embates entre diferentes sociedades que seguiram a expansão europeia a partir do século XVI.<sup>123</sup> Ela, contudo, se pergunta se analisar essas biografias e trajetórias de pessoas que circulam seria suficiente para nos apropriarmos da potencialidade que a *microstoria* poderia fornecer para análises mais globais. Segundo ela, evocando Dominick LaCapra<sup>124</sup>, um perigo e um erro comum na maioria dessas análises com tons biográficos é que o foco seja principalmente na narração literária, fazendo uso de poucas fontes primárias. Se isso não bastasse, muitos desses trabalhos acabam por construir generalizações a partir de contextos específicos, manipulando as escolhas e vivências através de uma narrativa mais colorida, mais redentora das personagens, na qual as figuras do passado tenderiam a se transformar em veículos ou vocalizadores de valores contemporâneos.

Para resolver esses problemas epistemológicos, Trivellato propõe a apropriação de dois caminhos desenvolvidos pelos pais da micro-história. Em primeiro lugar, a perspectiva que Giovanni Levi desenvolveu no seu *A Herança Imaterial*: a coleta sistemática de dados, com o intuito de que as ações e crenças individuais possam ser colocadas em relação às ações e crenças de parentes, vizinhos, conhecidos e superiores. E em segundo lugar, a perspectiva que Carlo Ginzburg lança mão em vários dos seus trabalhos: um distanciamento progressivo de um texto singular, de forma a identificar ecos e filiações através de uma série de textos selecionados que seriam relacionados a tradições culturais diversas<sup>125</sup> - aquilo que o próprio Ginzburg chama de *Logosformel*.

Foi essa abordagem que ela tentou construir em seu estudo de um conjunto de mercadores judeus sediados na cidade portuária de Livorno, na Toscana, e sua extensa rede comercial construída na primeira metade do século XVIII. Nessa pesquisa, ela procura mais que restaurar a agência de um grupo oprimido ou jogar luz a obscuras rotas comerciais. O plano de fundo de seu trabalho é nos apresentar o papel da cultura e das instituições na ascensão do capitalismo comercial europeu.<sup>126</sup> Do micro para o macro não através de lugares, mas sobretudo, de múltiplas conexões.

Um aspecto interessante nessa pesquisa é que a autora consegue romper com a ideia apriorística de que os comerciantes judeus, sempre vulneráveis a *outsiders*, se tornaram bem-sucedidos devido a uma solidariedade interna étnica e outros traços

---

<sup>123</sup> Idem., p. 571.

<sup>124</sup> LaCAPRA, Dominick. History, Language and Reading: Waiting for Crillon. *The American Historical Review* 100(3), 1995, p. 799-828.

<sup>125</sup> TRIVELLATO, Francesca. Is there a future for Italian microhistory... op. cit. p. 589.

<sup>126</sup> TRIVELLATO, Francesca. *The Familiarity of Strangers*... op. cit.

culturais. E ao fazer isso, ela se apropria do modelo de investigação exaustiva das relações de *network* levada a cabo por Levi no seu estudo sobre o Piemonte. Segundo ela, os sefaraditas de Livorno, por exemplo, não estenderam sua confiança incondicional para outros sefaraditas e, certamente, também deixaram de fora outros judeus (na verdade, eles podiam ser enganados por judeus). Em vez disso, eles construíram *networks* dentro de *networks* que compreendiam numerosos parentes e correligionários, mas também alguns católicos e mesmo alguns hindus de Goa, a capital da Índia portuguesa.<sup>127</sup>

Trivellato demonstra então, empiricamente, como a vida e as estratégias econômicas dos sefaraditas de Livorno tinham ao mesmo tempo uma dimensão global e local. Segundo ela, o local e o global não podem ser concebidos por meio de uma série de círculos concêntricos ordenados hierarquicamente, se expandindo do menor para o maior: as alianças familiares, a diáspora, o Mediterrâneo, os Oceanos Atlântico e Índico, outras comunidades mercantis e a economia política dos estados, todos esses elementos se intersectam um com o outro. E o que é mais importante, nenhum deles oferece um contexto explicativo a priori. Assim, não importa para qual direção rume a história global, pode-se dizer que persistem o problema da definição de “contexto” e qual significado que ele tinha para os atores do passado, reflexões típicas da primeira geração da *microstoria*.<sup>128</sup>

Analisei duas interpretações de como a micro-história pode contribuir para a produção de histórias globais e para a chamada história conectada.<sup>129</sup> Os trabalhos de De Vito e Trivellato guardam enormes semelhanças, mas algumas diferenças importantes, já que o foco conceitual de De Vito está muito ligado a questão da espacialidade; aquilo que ele chama de *translocalidade*. Segundo ele, a micro-história e a história global operam de forma diferente. A micro-história atua no nível analítico e propõe uma visão da história que prevê discontinuidades no espaço e no tempo, e a centralidade dos agentes históricos, suas práticas e suas estratégias. A história global é principalmente uma abordagem metodológica, caracterizada por seu foco em conexões que superam fronteiras políticas e culturais. Ao reconhecer as distintas esferas de operação da micro-história e da história

---

<sup>127</sup>Ibidem.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 588.

<sup>129</sup> Esse rótulo talvez se aplique a estudos focados em fenômenos selecionados, abrangendo vasta área através de fronteiras religiosas, políticas, linguísticas ou econômicas e que, na maior parte das vezes, adotam uma escala macro de análise. Além disso, a história conectada, em seus trabalhos de melhor qualidade, questiona questões sobre o relativismo e o eurocentrismo, buscando incorporar a perspectiva das sociedades não ocidentais. A história conectada, ao modo praticado pelo grande historiador indiano Sanjay Subrahmanyam, embora sem uma discussão direta sobre a micro-história, aponta então para convergências sincrônicas e comparações de evoluções de longa duração no tempo.

global, a história micro-espacial rejeita qualquer conflito do tipo de análise (por exemplo, micro/macro) com seu escopo espacial (por exemplo, local/global).<sup>130</sup>

De Vito afirma também que os trabalhos clássicos de Levi (*A Herança Imaterial*) e de Ginzburg (*O queijo e os vermes*) constroem um olhar detalhado das descontinuidades e rupturas do processo histórico, e a não previsibilidade da mudança social permite uma compreensão mais realista das experiências históricas. Segundo ele, contudo, esses dois pesquisadores pouco contribuíram para o debate acerca da espacialidade e das possíveis relações entre história global e micro-história.

É aqui que as perspectivas de De Vito e Trivellato se afastam. Para além de tudo que falamos a respeito da interpretação “conectada” realizada por Francesca Trivellato, podemos dizer que ela acredita, mais do que De Vito, que tanto Ginzburg quanto Levi conseguiram nos legar um arrazoado completo de como recapturar essa inter-relação entre o local e o global. Ela argumenta que tanto a perspectiva microanalítica de Levi (a coleta sistemática de fontes e a construção de um robusto banco de dados, como o intuito de colocar em relação as ações e crenças individuais) quanto a de Ginzburg, podem ser aplicadas eficientemente na escrita da micro-história numa escala global, isto é, quando o macro também envolve um espaço geográfico translocal.<sup>131</sup>

A partir de agora, o foco da discussão será mostrar que a contribuição de Carlo Ginzburg a esse debate é extremamente profícua e tem muito a oferecer. Segundo o próprio autor, um caso singular analisado em profundidade será suficiente para providenciar a base para comparações extensivas. E como afirmou Trivellato, “poucos estudos empíricos escritos por micro-historiadores italianos assumem expectativas tão amplas”.<sup>132</sup> Assim, veremos que Ginzburg entrega ao debate aquilo que promete: uma micro-história que pode capturar o macrocosmo e uma leitura cuidadosa de como justapor as unidades de análise das micro e das macro-histórias em comparações no espaço e no tempo.

## **Capítulo 5 – De volta à primeira geração: o espaço na reflexão recente de Carlo Ginzburg**

---

<sup>130</sup> DE VITO. Christian G. *History Without Scale...* op. cit., p. 349.

<sup>131</sup> TRIVELLATO. Francesca. *Is there a future for Italian microhistory...* op. cit., p. 588.

<sup>132</sup>Idem.

Em um texto recente, Carlo Ginzburg defende a hipótese de que a micro-história, entendida como história analítica, longe de contrastar com a História Global, é de fato uma ferramenta indispensável para ela.<sup>133</sup> Seu primeiro argumento é o de que haveria uma aparente contradição entre as análises micro e aquelas em perspectiva global, visto que pesquisas analíticas baseadas na análise de fontes primárias são muito difíceis de serem feitas, por motivos óbvios, numa perspectiva mais ampla e global. Contudo, essa contradição é apenas aparente se adotarmos um importante recurso metodológico: a comparação. Ginzburg, na verdade, acentua sua premissa ao afirmar que a melhor maneira para realizarmos uma história comparada em escala global é a adoção de certos pressupostos desenvolvidos pela micro-história. Mas, uma micro-história que precisa ser repensada do zero.

Ao repensar a micro-história, Ginzburg segue um caminho diferente da maioria dos micro-historiadores da sua geração. Ao contrário de Levi e Grendi, que se ampararam em métodos e insights da antropologia social de matriz britânica, o autor de *Os andarilho do bem* busca na história da arte warburguiana e na filologia síntese de Auerbach, elementos para uma historiografia que possibilitou uma conclusões históricas em escala macro e que forneça subsídios da micro-história para a feitura de pesquisas mais empíricas de história global. Para compreendermos suas escolhas epistemológicas, proponho seguir seus próprios passos em um ensaio que ele discute essas questões.

Em seu artigo sobre a “Micro-história e História do Mundo”, Ginzburg analisa um caso anômalo que permite a ele construir uma micro-história experimental que fornece elementos para a construção de uma história em escala macro. E, para compreendermos metodologicamente o que o historiador italiano propõe, devemos seguir detalhadamente o caminho adotado e o estudo de caso realizado por ele.<sup>134</sup>

Ele constrói seus argumentos a partir de uma metodologia que requer bastante erudição, e que consiste na análise profunda de ideias e conceitos de um texto singular para, em seguida, apreender como essas ideias são apropriadas, conscientemente ou não, em outros textos, relacionados a tradições culturais diversas – *uma leitura do cânone literário, historiográfico e filosófico, mas fora das interpretações canônicas.*

---

<sup>133</sup> GINZBURG, Carlo. “Microhistory and world history”. In J. Bentley, J., Subrahmanyam, S. & Wiesner-Hanks, M. (Eds.), *The Cambridge World History*. Cambridge: Cambridge University Press. 2015, pp. 447-448.

<sup>134</sup> GINZBURG, C. Microhistory and world history... op. cit.

Inicialmente ele analisa um livro intitulado *Conformité des coutumes des Indiens orientaux avec celles des Juifs et des autres peuples de l'antiquité*, publicado em 1706 por La Créquinière – um militar que exerceu suas funções em posto colonial francês localizado no sudeste da Índia. Ginzburg afirma que nada conhece da trajetória desse sujeito ou sobre o seu treinamento. A única afirmação feita em um primeiro momento é que *Conformité* é um testemunho eloquente da hipótese formulada por Arnaldo Momigliano: que a etnografia surgiu do conhecimento de antiquários. Por quase dois séculos, antiquários foram considerados pedantes inofensivos, alvo de um tipo de escárnio benevolente. Momigliano redescobriu o significado dessa tradição e a trouxe de volta ao canteiro de obras dos historiadores. A historiografia moderna – esta é a tese defendida por Momigliano, mas também, indiretamente, por Marc Bloch – nasceu da confluência entre os métodos antiquários e a história filosófica de Voltaire.<sup>135</sup> Foram os antiquários quem nos ensinaram a analisar cartas, construções, túmulos, etc., como documentos. E a partir disso, o historiador transformaria os documentos em traços de uma vida real desaparecida.<sup>136</sup>

No início de seu livro, La Créquinière afirma que seu objetivo era agir como alguém que, atualmente, classificariamos como um etnógrafo: coletar informações sobre formas de cultivar a terra, roupas, alimentos, provérbios e peculiaridades linguísticas. Terminando o livro, ele acabou por abandonar comparações etnográficas mais específicas, propondo uma reflexão global sobre dois mundos diferentes: a Europa e o Oriente, analisadas em termos de uma oposição entre a modernidade e a antiguidade. A atitude contraditória de La Créquinière pode ser comparada ao que Ginzburg chama de o lado sombrio do Iluminismo: a Europa falava em nome dos povos colonizados no momento em que estava colonizando o mundo.<sup>137</sup>

Uma edição do *La Conformité*, permeada por anotações manuscritas do próprio autor, arquivados na Biblioteca Nacional da França, em Paris, mostram que La Créquinière possuía uma boa erudição. A gama de suas referências vão desde os textos dos escritores gregos e latinos pagãos até os pais da Igreja (Agostinho, Clemente Alexandria). De acordo com Ginzburg, essa erudição e a análise do Antigo Testamento pode ter despertado a curiosidade do censor de La Créquinière. O autor de *O queijo e os*

---

<sup>135</sup> GINZBURG, Carlo. *Rivelazioni involontarie: Leggere la storia contropelo*. In: GINZBURG, Carlo. *La Lettera Uccide*, op. cit., p. 37.

<sup>136</sup> Ibidem.

<sup>137</sup> GINZBURG, C. *Microhistory and world history...* op. cit., p. 464.

*vermes* também revela as ações do censor (através das suas anotações nas margens do manuscrito de Paris), nos indicando como se deu essa interação. As reflexões de La Créquinière sobre as atitudes indígenas em relação aos europeus não foram de forma alguma censuradas. A inversão de perspectiva – um gesto potencialmente subversivo – não colocava em causa a revelação divina e por isso não ofereciam perigo.

Para Ginzburg, o manuscrito parisiense deve ser apreendido como um espaço no qual duas forças colidem, alternando momentos de conflitos (censura) e interação. Nesse sentido, esse texto pode ser submetido a uma série de experimentações repetidas; um método generativo não a partir da antropologia, mas a partir de uma leitura filológica aprendida com Eric Auerbach e Leo Sptizer. Essa cumplicidade imaginada (experimental) e inesperada entre o censor Raguet e La Créquinière sugeriu ao historiador italiano a reformulação de uma hipótese feita anteriormente. O que parecia ser uma ambivalência do Iluminismo como tal – ora fundamenta elementos para um pensamento em que o europeu se coloca no lugar do outro, ora age de forma imperialista em relação ao outro – resulta de suas raízes cristãs. A ambivalência em relação ao outro começa a ganhar contornos diacrônicos.

Um documento anômalo; excepcional normal, que possibilita a Ginzburg realizar uma reflexão, um experimento mental através de um estudo de caso. Ao analisar o livro do “antiquário etnógrafo” e seu diálogo com Raguet, Ginzburg percebe um tipo de ambivalência como uma característica específica e duradoura do cristianismo, resultante da relação entre o cristianismo e o judaísmo.

A apropriação cristã da Bíblia hebraica como “Antigo Testamento” e como fundamento de uma série de profecias sobre Jesus – sobretudo o livro de *Isaías* – implicou em uma reversão da relação histórica entre as duas religiões.<sup>138</sup> De tudo isso surgiu um entrelaçamento de continuidade e descontinuidade, deferência e desprezo, inclusão e negação. Para Ginzburg, essa atitude ambivalente produziu não apenas duas perspectivas de leitura (alegórica e literal) para a Bíblia hebraica, mas a construção da própria noção de perspectiva histórica.

Assim, através do estudo de caso, mesmo que anômalo, o historiador italiano apreendeu algo mais geral, mais amplo e, por que não, mais global: a ambivalência cristã

---

<sup>138</sup> Na verdade, em seu artigo *Ecce*, Ginzburg argumenta que as passagens de Isaías e outros profetas, interpretadas como profecias de Jesus, realmente *geraram* as passagens correspondentes dos Evangelhos: uma obviedade, da qual quase ninguém discute, mas que tem implicações extraordinárias. Para maiores detalhes ver: GINZBURG, Carlo. “*Ecce*: sobre as raízes culturais da imagem de culto cristã”. In: GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância...* op. cit., p. 104-121.

como um fenômeno histórico duradouro. Segundo ele, essas ferramentas cognitivas – distância, perspectiva, múltiplas estratégias de leitura – funcionavam como armas na expansão colonial europeia.<sup>139</sup> Mas essas mesmas ferramentas filológicas, como veremos agora, também forneceram a Ginzburg uma chave de leitura; a chave interpretativa para observar em um caso aparentemente sem grande importância, repercussões globais, tanto espaciais quanto cronológicas.

Ginzburg nos faz notar que ao longo da história do cristianismo, as leituras tanto figurais quanto literais da Bíblia, e as adaptações dessas leituras mediante artifícios da retórica, nas mais variadas discussões e situações, possibilitou ao europeu cristão relacionar-se com o outro de uma forma singular: servindo também como aparato tecnológico de expansão e subjugação de outras culturas.<sup>140</sup>

Em seu mais recente ensaio,<sup>141</sup> Ginzburg tenta abordar esse assunto de uma maneira diferente, retornando a análise exegética do apóstolo Paulo a respeito do tema da *revelação* e como a interpretação enviesada dessa questão pode ser postulada como uma das muitas causas que gerou perseguição aos judeus no século XX. O historiador italiano inicia o ensaio com o debate envolvendo os conceitos de *profecia/revelação* presentes no *Tratado Teológico-Político* de Spinoza. Para tentar compreender a preponderância da análise do primeiro conceito e a quase ausência do exame do segundo, Ginzburg estabelece uma análise da *revelação*, enquanto termo judaico-cristão, que vai de Paulo a alguns pastores luteranos da Alemanha nazista.

Toda essa digressão nos faz chegar ao cerne da argumentação de Ginzburg: nem os gregos nem os judeus construíram uma noção de perspectiva histórica que nos é familiar. Somente um cristão como Agostinho, refletindo sobre a relação fatal entre o

---

<sup>139</sup> Ibidem, p. 472.

<sup>140</sup> Ibidem. p. 72.

<sup>141</sup> GINZBURG, Carlo. *Svelare la rivelazione: Una traccia*. In: *La Lettera Uccide*, op. cit. p. 221-235. Nesse ensaio, Ginzburg fundamenta suas hipóteses a partir do discurso de Paulo aos Coríntios contido em *2 Cor. 3:12-18*. Nesta passagem, o véu literal de Moisés (κάλυμμα) que era usado por ele após conversar com Deus no Sinai torna-se um véu metafórico (μη ἀνακαλυπτόμενον), que impediria os filhos de Israel de entender a nova aliança. A remoção do véu – revelação – ocorrerá, segundo Paulo, apenas com a conversão do povo judeu à Cristo. O que torna a metáfora da remoção do véu tão significativa é a expressão "velha aliança" (παλαιὰ διαθήκη), que, nas letras de Paulo e nos Evangelhos, é encontrada apenas aqui. A *revelação* de Deus em Cristo se apropriaria corretamente do significado da revelação no Monte Sinai, que teria permanecido obscura para os filhos de Israel. Entretanto, Paulo argumenta que essa revelação é marcada pela continuidade e descontinuidade, entre a nova fé e a antiga. Em suma, Paulo teria desejado enfatizar implicitamente que a apropriação do antigo pacto pela nova fé foi obra do próprio Deus. Apesar de Cristo ser o ápice da revelação, os judeus não estariam de fora dos planos divinos pois, em algum momento, como Paulo mostra em sua *Carta aos Romanos*, os judeus se converteriam a Cristo. Deus nunca rejeitaria seu povo escolhido: os cristãos são os ramos enxertados, mas são os judeus que sustentam a raiz.

cristão e os judeus, entre Velho e Novo Testamento, pôde formular a ideia, que se tornou um elemento crucial da consciência histórica, de que o passado deve ser compreendido tanto em seus próprios termos, quanto como um anel de uma corrente que, em última análise, chega até nós.

Ambivalência da consciência histórica é vista por Ginzburg como uma projeção secularizada da ambivalência cristã para com os judeus: por um lado o modelo baseado na adaptação divina, em que a verdade (judaísmo) conduz a uma verdade superior (cristianismo). E do outro, um modelo puramente secular, baseado no conflito. O antagonismo entre as representações da realidade política nasce das coisas, da sua natureza intrinsecamente conflituosa – uma consciência advinda de uma longa experiência das coisas modernas e de uma contínua lição das coisas antigas.

Nesse sentido, é preciso ressaltar aqui que a leitura da Bíblia em uma chave literal continuou a agir nos mais variados contextos: por exemplo, orientando os projetos de colonização transoceânica de Jean-Pierre Purry.<sup>142</sup>

A partir da análise de suas memórias, Ginzburg examina a relação de ambivalência que marcou a vida de Purry em relação à escravidão e à colonização. Segundo ele, Purry foi capaz de ver a Terra como um todo, algo incomum em sua época. Como Purry conseguiu fazer isso? De acordo com Ginzburg, mesmo que inicialmente, Purry pensasse com a Bíblia (essa lhe fornecia seus argumentos) e, a partir dela, ele projetava palavras, experiências e eventos sobre o Livro Sagrado. Por conta disso, em vários momentos de sua trajetória, por exemplo, a ambivalência de Purry se transformara em conflito: ora justificava a conquista europeia do mundo fundamentando-se em argumentos teológicos do livro do Êxodo, ora defendia os não-europeus da brutalidade expansionista europeia:

Por fim, citarei um último exemplo que amplifica nossos argumentos. Em um estudo que partiu de um fragmento de um fragmento, Ginzburg oferece uma nova interpretação acerca da querela dos ritos chineses, ou seja, da estratégia adotada pelas missões jesuítas na China,<sup>143</sup> através de uma leitura *êmica*.

Em termos gerais, a história é a seguinte: em 1720, Carlo Ambrogio Mezzabarba, foi nomeado legado papal para as Índias Orientais e para o Império chinês. A ele fora

---

<sup>142</sup>GINZBURG, Carlo. “La latitudine, gli schiavi, la Bibbia: Un esperimento di microstoria”. In: *La Lettera Uccide*, op. cit., p. 12-30.

<sup>143</sup>GINZBURG, Carlo. *Ancora sui riti cinesi: Documenti vecchi e nuovi*. In: *La Lettera Uccide...* op. cit., p. 186-201. Publicado originalmente como: GINZBURG, Carlo. “Ancora sui riti cinesi: documenti vecchi e nuovi”. In: *A dieci anni dall’apertura dell’Archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede: storia e archivi dell’Inquisizione* (Roma, 21-23 febbraio 2008), *Scienze e Lettere*, Roma, 2011, pp. 131-44.

atribuída a tarefa de obter do Imperador K'ang-his a aceitação do decreto apostólico *Ex illa die* (1715) no qual o Papa Clemente XI havia proibido os chineses convertidos ao catolicismo para participar do culto dos mortos, em particular no culto de Confúcio. Ao nosso ver, esses missionários partilhavam uma perspectiva, pautada na sua interação direta com o “outro” similar à de Leibniz: a possibilidade coexistência harmoniosa de uma multiplicidade das coisas.

Os jesuítas, em seu impulso missionário, tiveram que aprender chinês; a se vestir e se comportar como alfabetizados chineses, bem como tentaram ser bem-vindos à elite letrada chinesa. Esta atividade multifacetada foi inspirada em um princípio fundamental: a *acomodação*. Matteo Ricci, um desses jesuítas, escreveu sobre os chineses um tratado intitulado *Dell'amicizia*. Nesse texto ele demonstrou que os chineses davam uma importância extraordinária à etiqueta. E no último capítulo, relata os elementos sociais envolvidos nos funerais, casamentos e feriados de vários tipos: "Essa mesma cortesia que fazem com seus Ídolos e na Casa ou nos tempos antes do altar". Segundo ele, a homenagem aos ídolos foi um gesto comparável à saudação dirigida a alguém que se encontrava nas ruas: uma cerimônia civil e social. De acordo com Ginzburg, Ricci sabia que o significado original da palavra latina *ritus* estava próximo de *mos* ("costume"), uma vez que não se limitava à esfera religiosa. *Rite* simplesmente significaria "de acordo com as regras". Assim, os jesuítas olharam para a China através de uma lente antiquária, usando uma linguagem que era para eles, ao mesmo tempo, distante e familiar. O profundo conhecimento da história da Roma antiga e do latim permitiu a eles lançarem um olhar neutro, desapegado e etnográfico sobre a China.<sup>144</sup>

Ao longo de dois milênios, uma pequena seita centrada na memória de Jesus cresceu para se tornar uma religião mundial através de adaptações, acomodações, transformações. Se dissemos mais acima que a perspectiva dos jesuítas em relação ao outro era similar à de Leibniz, a verdade é o oposto disso. Muito tempo depois da morte de Ricci, surgiu uma versão francesa do seu tratado *Dell'amicizia*. Ginzburg demonstra que essa versão foi lida e anotada por Leibniz, que ficou profundamente impressionado com as hipóteses do religioso italiano. E é aqui que o círculo se fecha.

Creio ser possível afirmar que Ginzburg reformulou a micro-história no que diz respeito a maneira de se chegar a conhecimentos globais de longa duração, tanto temporais quanto espaciais, através da análise de um conjunto de estudos de caso. E tudo

---

<sup>144</sup> Idem, p. 196.

isso de uma maneira muito diferente daquela realizada por outros micro-historiadores que analisei até agora. Isso é muito importante visto que o possibilitou perceber algo extremamente global e macro: o fundamento gnosiológico da relação do europeu com o outro em longa duração. O cristianismo, nesse sentido, ao ser visto por seus teólogos como o ramo enxertado na oliveira, cujos galhos originais (judeus) haviam caído devido a sua incredulidade no messias; e ao se ver como o verdadeiro Israel de Deus, fundamentou uma relação de distância e continuidade entre cristãos e judeus; uma relação de proximidade e hostilidade.

A insistência na unicidade da Encarnação produziu assim uma nova percepção da história humana. E para o historiador italiano, o núcleo central do paradigma historiográfico pode ser visto como uma versão secularizada do modelo de adaptação, combinado com doses variadas de conflito e multiplicidade. Nosso modo de conhecer o passado estaria assim impregnado de uma atitude similar àquela cristã em relação aos judeus. Da mesma forma, a própria maneira como o europeu olhou para o “outro” ao longo dos últimos 500 ou 600 anos – permeada por conflito, mas eventualmente composta por doses de um perspectivismo carregado de multiplicidade, como o estudo de caso da trajetória da obra de La Créquinière demonstra – também pode ser remetida a essas questões tratadas aqui.

Talvez seja importante retomar agora algumas questões que discuti acerca de Christian DeVito que são, por outros caminhos, fundamentais para a compreensão da obra de Ginzburg em seu conjunto. Durante muito tempo a micro-história realizada pelo autor de *História Noturna* foi lida como se produzisse uma associação quase que exclusiva entre “o micro” e o “local”. A análise construída por Ginzburg em livros como *O queijo e os vermes* foi lida erroneamente como uma forma de transmitir a ideia de que locais específicos são “fragmentos” através dos quais processos “universais” podem ser observados, da mesma forma que as ciências sociais abordam os estudos de caso como meras exemplificações de teorias predefinidas.<sup>145</sup> O fundamento dessa leitura é que, ao, alternativamente, “ampliar” e “diminuir” o foco do microscópio, diferentes aspectos da vida de camponeses e de outros grupos subalternos tornam-se mais visíveis. Há assim uma confusão entre o tipo de análise (micro/macro) e seu escopo espacial (local/global),

---

<sup>145</sup> Retomo aqui, em um sentido diverso, a reflexão de De Vito acerca da importância de se pensar a história “fora” da ideia de escala. Para maiores detalhes ver: DE VITO. Christian G. History Without Scale... op. cit.

gerando assim diferentes potenciais heurísticos ao micro e à macro, de forma a impedir o estudo das relações entre os locais em todo o espaço.

Minha hipótese caminha em outra direção: assim como a perspectiva micro-espacial de Christian De Vito, a abordagem de Ginzburg enfatiza a natureza social e historicamente construída dos lugares, iluminando a necessidade de investigar as conexões entre os locais, tornando a utilidade do conceito de escala desnecessária. Isso porque, mesmo quando as escalas não são colocadas em uma hierarquia – a escala macro/global/grande sendo geralmente considerada como 'superior' do que a micro/local/pequena – essa visão conceitual atribui características fixas e possibilidades de conhecimento a cada nível histórico e a cada nível de observação. Em suma, a história produzida por Ginzburg a história incorpora as práticas sociais em lugares singulares, mas amplamente conectados.

Nos últimos trabalhos de Ginzburg que eu trouxe exemplificados acima, os locais (de Amsterdã às Índias) surgem como zonas de contato, e as relações sociais dali resultantes fundamentam conexões que “unem” vários locais. Os indícios e sinais produzidos pela circulação de indivíduos, objetos e ideias podem, portanto, ser seguidos pelo espaço e também ao longo do tempo. Indo além da divisão escalar entre macro/micro ao estudar as singularidades conectadas, Ginzburg constrói um programa de história verdadeiramente comparada. Entretanto, diferentemente de Marc Bloch, os estudos de Ginzburg analisados nessa tese permitem a percepção de como os discursos e as ações, por exemplo, foram produzidos pela circulação – “local” ou “global” – de ideias e de pessoas influenciaram de forma diferente as experiências dos indivíduos das pessoas imbricados em outros locais. Esse tipo de análise nos permite ir além das abordagens tradicionais de micro e macro como sinônimos de níveis nos quais agência e estrutura estão respectivamente localizadas.<sup>146</sup>

A história produzida por Ginzburg apresenta, em um mesmo estudo, elementos que se desenrolam de forma multissecular combinados com a epistemologia microanalítica que destaca a complexidade, a descontinuidade e a desigualdade. Nesse sentido, “assim como a singularidade de um lugar é feita por suas conexões simultâneas através do espaço, ela também é estruturada fora da multiplicidade de suas conexões passadas. Daí, a divisão tradicional entre análises sincrônicas e diacrônicas pode ser superada”.<sup>147</sup> Nesse sentido, através do uso da morfologia e das *Logosformeln*, Ginzburg

---

<sup>146</sup> Idem, p. 360.

<sup>147</sup> Idem, p. 366.

consegue destacar as diversas temporalidades dos processos que se reúnem em eventos específicos e produzem dinâmicas não planejadas e inesperadas.

O pesquisador italiano, através de caminhos poucos usuais aos historiadores da sua geração, nos revela que o “macro” não pode ser verdadeiramente conhecido sem antes analisarmos e conhecermos, através de uma leitura êmica, a maneira como as pessoas, em seus locais de interação com os outros, criam perspectivismos fundamentados na distância, conflito, ambivalência e também, na multiplicidade. E para assimilarmos tal coisa, precisamos aprender, através de uma leitura lenta e filológica, como as ideias, pensamentos, imagens e símbolos viajam no tempo e no espaço, para então, serem apropriados, reelaborados e enfim, reformulados.

A micro-história proposta por Ginzburg radicaliza a possibilidade de um conhecimento muito mais amplo de valores e ideias, sem, efetivamente, se voltar para as metodologias da História Social. O que ele propõe, na verdade, é uma história na qual a ideia de escala não faz sentido; uma história em que as noções de sincronia e diacronia acabam por se unir. Também não seria exagero afirmar, que por outros intrincados caminhos, Ginzburg já havia tentado realizar algo semelhante no seu *História Noturna*.<sup>148</sup> Só que ao contrário desse denso trabalho, que provocou acalorados debates, Ginzburg ampliou seus argumentos por meio de um conjunto de artigos e ensaios pautados em estudos de casos, muitas vezes anômalos.

## **Capítulo 6 – Algumas contribuições para uma percepção do espaço através de fontes criminais**

---

<sup>148</sup> Atualmente existe uma tendência, defendida por exemplo, por Francesca Trivellato, de que o livro *História Noturna* seria um dos primeiros livros de micro-história Global. Na verdade, o problema que guia essa obra, como demonstramos ao longo desse livro, é muito mais o embate para resolver problemas em que o contexto do objeto analisado não é passível de ser conhecido. O problema central da obra é a tentativa de responder essas questões através do diálogo entre a História e Morfologia. Apesar de fazer uso da história comparada entre crenças em longa duração espalhadas por uma enorme parte do planeta, dizer que se trata de uma obra que oferece elementos da micro-história para a produção de uma obra de História Global é um pouco anacrônica.

Eu gostaria de apresentar nesse capítulo algumas reflexões desenvolvidas com a colega Maíra Inês Vendrame sobre algumas potencialidades, pouco exploradas atualmente, da utilização dos processos criminais como fontes de pesquisa.<sup>149</sup> Argumentamos que apesar de correta, é insuficiente a abordagem que examina os processos criminais apenas como possíveis reveladores de um determinado contexto social a partir das informações fornecidas por réus, vítimas, juízes, advogados e escrivães. Tal documentação também deve ser entendida como um meio que também produziu contextos, espaços e jurisdições a partir das ações determinados atores sociais. Em suma, essa abordagem revela que tais fontes não eram apenas um simples reflexo da realidade, mas que devem ser vistas como uma tentativa de modificá-la ou mesmo de criá-la.

Como todas as fontes documentais, os processos criminais precisam ser analisados levando-se em consideração as características que envolvem a sua produção. Nenhum documento foi produzido pensando em um possível uso que o pesquisador faria dele no futuro. Estando ligados a um momento específico, apresentam elementos parciais de uma realidade e situações que aparecem congelados no registro documental. As fontes, contudo, não são apenas produtos de um contexto, mas também produtoras de contextos. Esse é um aspecto que se percebe claramente ao se trabalhar com fontes judiciais, pois, além de indicarem para aspectos variados da realidade social em que foram produzidas, elas podem ser percebidas como meio que viabiliza a construção de realidades. Logo, a discussão sobre prova e verdade é algo fundamental. Para além do conteúdo presente numa documentação judicial, interessa compreender os sentidos por trás de determinadas ações, como a construção das provas, das verdades e das prerrogativas. Refletiremos, posteriormente, sobre isso no presente artigo.

A utilização de fontes judiciais marca os trabalhos dos pesquisadores que se tornaram referência quando o assunto é a micro-história italiana. Mais que considerar a validade dos referidos registros para a realização das pesquisas no campo da história, somado a uma diversidade de outras tipologias de documentos, os processos judiciais, criminais e inquisitoriais geram discussões relevantes para se pensar a construção da prova, a busca pela verdade e a atenção para os diversos filtros, especialmente quando a preocupação central é a de apreender as vozes dos perseguidos, mais que aquelas dos perseguidores. Enquanto procedimento metodológico, a micro-história, através de uma

---

<sup>149</sup> CARNEIRO, Deivy; VENDRAME, Maíra Inês. Uso e possibilidades das fontes judiciais a partir da micro-história italiana. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 15 Nº 31, Jul - Dez de 2023, p. 11-37.

leitura aproximada e atenta de situações e eventos aparentemente insignificantes, procura encontrar significados e sugerir novos questionamentos para a compreensão de movimentos mais gerais. Ao fazer isso procura atentar para a complexidade da realidade social, cultural e política de uma determinada sociedade. Por meio da referida perspectiva, são acessados contextos e racionalidades não visíveis por meio de outra abordagem analítica.

A partir do aparato metodológico da micro-história italiana, observamos não apenas os usos mais comuns dessa documentação, ou seja, sua capacidade de revelar elementos contextuais de uma dada realidade, mas analisamos, sobretudo, sua capacidade de produzir contextos e espaços a partir das ações determinados atores sociais. Somado a isso, evidenciaremos o caráter experimental da micro-história através dos exemplos das pesquisas que serão mencionadas, uma vez que utilizaram a referida perspectiva metodológica.

Os documentos judiciais aparecem como fontes que possibilitam perceber as tensões em determinados espaços, a maneira como determinadas ações e práticas são definidas e legitimadoras de direitos territoriais. Isso porque, se analisados em termos espaciais, os documentos permitem discutir a relação entre comportamento, prova, domínio e constituição de espaços de prerrogativas. As ações, de diferentes naturezas, são comunicadoras de algo que vai além do conteúdo existente no registro documental. Cada ato indica para uma intenção, um contexto e sentidos que assumem localmente. O acionamento dos recursos jurídicos do Estado deve ser percebido como um comportamento que busca legitimar direitos, sendo um duplo ato de legitimação, pois carregam interesses e significados diversos<sup>150</sup>. A análise de conflitos e violências entre imigrantes e negros nas regiões de colonização aponta para o papel de determinadas práticas de domínio local enquanto recursos que garantiam a constituição e defesa de um território de direito dos estrangeiros. E a escolha por um tipo de punição e o acionamento dos mecanismos da justiça do Estado legitimava o controle territorial por parte de determinados atores sociais e grupos.

A elaboração de um documento é uma decisão que busca sempre garantir ou legitimar algo, tal qual direitos, controle e reconhecimento num espaço e perante um

---

<sup>150</sup> Sobre a discussão entre localidade, comunidade e a produção dos lugares através da perspectiva da micro-história, consultar: TORRE, Angelo. Comunidade e localidade. VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (org.). *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023, p. 147-186; TORRE, Angelo. *Production of Locality in the early modern and modern age*. London: Routledge, 2020.

grupo. As intenções por traz das ações precisam emergir quando se analisa fontes judiciais. Procurar compreender os usos que os indivíduos fazem dos recursos oficiais e o sentido que conferem a determinadas práticas, ajuda a pensar nos modos pelos quais são construídos os pertencimentos, garantidos os privilégios, reforçadas hierarquias e estruturas de poder local. Refletir sobre a maneira como as pessoas percebem, usam e manipulam os mecanismos de controle do Estado, bem como problematizar os contextos de produção das fontes, as prerrogativas que legitimam ou garantem, são debates realizados em pesquisas que utilizam fontes judiciais.<sup>151</sup> Nessa mesma linha, para apreender as intenções e usos, se faz necessário a realização de uma leitura das fontes a partir de dentro, que parte da compreensão, da racionalidade e categorias conferidas pelos sujeitos analisados<sup>152</sup>.

Ao longo do artigo citado, Maíra Vendrame e eu apresentamos vários exemplos de possibilidades de apreensão da construção de espaços através do uso de processos criminais como fonte principal de pesquisas. Para fins heurísticos, eu gostaria de citar as reflexões que utilizei no meu livro *Uma justiça que seduz? Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941)*.<sup>153</sup> Ao analisar 294 processos de calúnia e injúrias produzidos pelo judiciário de Juiz de Fora (MG), percebeu-se que o acesso à justiça local por meio da abertura desses processos, protegeu importantes interesses sociais e pessoais que eram altamente valorizados por parte da população local analisada no período citado e colocou nas mãos da população o poder de requerer a manutenção da ordem em momentos que as interações sociais se tornavam caóticas, isto é, em momentos em que as reputações particulares e familiares eram ameaçadas. Desta feita, a partir sobretudo dos anos 1860, homens e mulheres, aos serem ofendidos publicamente eram

---

<sup>151</sup> Ver: CERUTTI, Simone; GRANGAUD, Isabelle. Fontes e contextualizações: comparando instituições do norte africano e oeste europeu do século XVIII. VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. *Territórios da história: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023, p. 79-118. TORRE, Angelo. A produção histórica dos lugares. VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020, p. 69-100; VENDRAME, Maíra Ines. Spazio di diritti. Violenza e pratiche di giustizia nei luoghi di colonizzazione europea del Brasile meridionale tra la fine del XIX e l'inizio del XX secolo. *Quaderni Storici*, n. 167, 2, Il Mulino, 2021, p. 537-565.

<sup>152</sup> Reflexões sobre as abordagensêmica e ética nas pesquisas histórias, suas distinções, como atenção conferida pela primeira na apreensão da linguagem e no ponto de vista dos atores sociais, enquanto a segunda trata das categorias dos pesquisadores, são debatidas por GINZBURG, Carlo. Micro-história e História do Mundo. VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). *Territórios da história: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023, p. 41-78 e CERUTTI, Simone. Microstoria: relações sociais versus modelos culturais? Algumas reflexões sobre estereótipos e práticas históricas. CARNEIRO, Deivy; VENDRAME, Maíra. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. [e-book]. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 39-58.

<sup>153</sup> CARNEIRO, Deivy. *Uma justiça que seduz? Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941)*. São Paulo: Paco Editorial, 2019.

imediatamente informados por amigos, vizinhos ou parentes da possibilidade da abertura de um processo como meio de salvaguardar sua honra.

O argumento defendido é que a existência de um “remédio legal” – no caso o processo – para se mediar esse tipo de conflito colocava alguma pressão sobre a vítima para fazer uso desse mecanismo. Assim, tão logo a abertura do processo foi percebida como uma consequência possível de um conflito envolvendo calúnias e/ou injúrias, essa percepção influenciou cada vez mais abertura de novos processos, gerando um *habitus*, nos dizeres de Norbert Elias.<sup>154</sup> Na medida em que mais processos eram abertos, estes reforçavam essa própria percepção, que novamente atuava numa maior procura pela justiça. A possibilidade de acesso à justiça para resolução de um conflito comunitário criou um novo espaço social no qual o ordenamento social passa a ser mediado pelas instituições do aparato jurídico.

A pressão sobre o autor para abrir um processo dependia, em parte, da frequência dos casos na comunidade na qual ele vivia. Na década de 1850, por exemplo, a maior parte das querelas ocorreu nas ruas centrais da cidade de Juiz de Fora, no bairro de São Mateus e nos distritos de Chapéu D’uvas, Simão Pereira e Rio Preto. Na década seguinte, surgiram novos casos em outros locais, contudo, as ruas do centro urbano e os distritos citados foram responsáveis por 62,3% dos processos abertos nesta década. Este padrão segue por todo período: os casos surgidos numa localidade aumentam consideravelmente na década seguinte. Essa frequência explica em parte a quantidade de casos num lugar e a inexistência em outros, ou seja, as práticas da comunidade gerando um tipo específico de ação social.<sup>155</sup>

Um novo contexto, no qual a elite operadora do Direito passava cada vez mais a ter legitimidade social na produção de um discurso, foi também percebido na análise do perfil social e discursos dos advogados que defenderam vítimas e réus desses processos. Desde a década de 1850, todos os advogados escolhidos, mesmo quando rábulas, eram membros da elite local, sendo vereadores, deputados, senadores e cafeicultores. Devemos ter em mente que a escolha de tais pessoas como advogados foi uma estratégia clara de réus e vítimas para que fossem bem-sucedidos durante o desenrolar do processo e serviu também como um caminho para que eles maximizassem seus ganhos.<sup>156</sup>

---

<sup>154</sup> ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

<sup>155</sup> CARNEIRO, Deivy F. *Uma justiça que seduz...* op. cit., p. 181 e 182.

<sup>156</sup> BARTH, Fredrik. Models of social organization I: Introduction. The analytical importance of transaction. In: *Process and form in social life*. London: Routledge, 1981, p. 32-47.

A população optou por pagar altos honorários para quem possuía respeito e legitimidade social em Juiz de Fora, mesmo que em alguns casos os defensores não possuíssem nem formação em Direito. Enquanto membros de uma elite política, econômica e letrada, advogados e juízes possuíam reconhecimento e autoridade na cidade para colocar suas definições particulares da realidade e seus juízos de valores como válidos e verdadeiros. Em outros termos, pelo fato desses advogados e juízes serem membros da elite local, acabaram atuando como agentes formadores de normas sociais, possibilitando a perpetuação de determinadas crenças e valores. Dito de outro modo, no curso da elaboração destes processos criminais estes funcionários se utilizavam de ideias e valores vigentes na sociedade, atribuindo significado às “histórias” que eram julgadas nos tribunais. Como suas versões eram aceitas como versões verídicas da realidade, estes valores passaram a ser reificados publicamente e passaram a estabelecer “verdades” sobre o mundo social, criando assim um novo contexto social. Mais do que isso, esses membros da elite local, atuando na esfera da justiça e do direito buscaram impor uma noção de ordem social que perpassava pelas relações comunitárias, condenando aqueles com atitudes públicas consideradas impróprias. O direito deve ser, portanto, considerado um agente formador da sociedade analisada e um veículo utilizado para ordenar as relações sociais, sobretudo na esfera comunitária e nos negócios.

Neste sentido, o processo era aberto devido ao seu aspecto disciplinador; a denúncia procurada pela vítima para mostrar que o ato do ofensor teria consequências e que tal situação sairia cara para o réu e, desta maneira, criava um novo espaço, uma nova jurisdição na qual a justiça local e as prerrogativas do Direito mediavam parte dos comportamentos sociais e os usos do espaço público. Devemos nos lembrar que o simples fato de ser citado pela justiça já implicaria em transtornos e custos para o réu capazes de refrear e “disciplinar” possíveis ações futuras, sendo assim afirmada a contenção de condutas indesejáveis e indiretamente, uma apologia à ordem, reconduzindo a vida comunitária a um ritmo desejável. Esta situação agradava tanto o autor do processo, quanto à justiça, que afirmava o poder público do Estado através da manutenção das relações sociais e da necessidade de garantir ordem social.

Na abertura de um processo atuava uma enorme pressão externa de amigos, parentes e vizinhos. Essa existia no sentido de mostrar para a vítima que a não abertura do processo geraria a perda da sua reputação, pois em última instância, a vítima calada

---

consentia com as afirmações dos ofensores. Processava-se para evitar que fatos ofensivos similares se repetissem, ou seja, como uma forma concomitante de defesa e ameaça, calando assim pessoas que pudessem ser ameaçadoras das reputações alheias. Os grupos que mais pressionavam a vítima para a procura da mediação da justiça eram os amigos, os vizinhos, em alguns casos, o patrão. Como não temos acesso direto a tais “pressões”, tais constatações são presumidas nos casos de desistência, em que os mesmos grupos pressionavam para que o autor abandonasse o processo em prol da harmonia entre a vizinhança. Agindo desta forma, a população de Juiz de Fora acabava atuando como defensora de certas formas de relação social requeridas pela justiça, principalmente aquelas relacionadas aos negócios, às boas formas de vizinhança, ao trabalho e ao lazer.

Nesse sentido, sigo as premissas de Angelo Torre quando ele afirma que o espaço não é uma dimensão absoluta e cartesiana, mas relacional. Trata-se, portanto, de uma construção mental e uma construção social, suscetível ao simbólico como plano de análise privilegiada. O espaço é entendido aqui não tanto como uma dimensão objetiva e concreta, mas como "o meio comum para a construção do significado": um meio que resiste a qualquer tentativa de classificação rígida (como a dicotomia público-privada), sendo marcado por ações e práticas nele realizadas. A leitura topográfica das fontes restaura a natureza concreta da dimensão espacial que outras perspectivas expurgam. Enfatiza a *co-presença em* um espaço de fenômenos politicamente diferentes.<sup>157</sup>

Em Juiz de Fora, principalmente entre as décadas de 1850 e de 1890, observou-se o funcionamento da faceta mediadora da justiça. O judiciário se constituiu, pelo menos até o final do século XIX, como um *locus* privilegiado do processo de negociação da ordem, sobretudo no período imperial. Ao mesmo tempo em que estabelecia regras impessoais, conformando códigos morais e valores, afirmava a presença e intervenção do poder público como um espaço de mediação, cuja legitimidade apresentava-se através do discurso normativo, impessoal e universalizante. É nesse sentido que se observa o aparecimento, nos processos analisados, de negociantes, lavradores, trabalhadores manuais, costureiras e lavadeiras não apenas como objetos da ação de controle social e imposição da ordem, mas como demandantes da lei e da ordem, com o intuito de obterem direitos e garantias legais.

As camadas pobres e intermediárias da localidade procuravam a justiça para solucionar seus conflitos verbais, demandando assim um espaço de ordem e

---

<sup>157</sup> TORRE, Angelo. *Production of Locality...* op. cit., p. 2 e 3.

previsibilidade para viver e trabalhar. Havia assim uma confluência de interesses tanto da justiça quanto dos atores para a construção da ordem. Isso teria assegurado as bases de legitimação da lei e o acatamento dos preceitos reguladores das relações sociais, na medida em que a atuação dos juízes, promotores e advogados construíram as possibilidades de sua implementação e avalizavam as expectativas sociais quanto à ordem legal. Nesse sentido, a percepção e uso da justiça levou, pelo menos durante um certo tempo, à criação de um novo contexto.

Uma das razões que levava os indivíduos a procurar a justiça residia no cálculo razoável a respeito das possibilidades de atendimento de suas demandas; indicando uma racionalidade que revela noções sobre ordem coletiva e o papel das instituições em administrá-la, em oposição àqueles que movidos por impulsos e paixões decidiam resolver suas rixas e negócios por conta própria. A demanda por justiça mediada pelo aparato judiciário revela uma escolha que implica o acatamento prévio das regras que a regem, bem como um nível de crença na instituição e na sua eficácia resolutiva. Essas expectativas pareciam girar menos em torno da imposição de penas e reparação do que na possibilidade de tornar público o conflito, pelo seu registro na arena jurídica e sinalizar ao oponente uma disposição de enfrentá-lo legalmente e legitimar sua posição em relação ao outro.

Desta maneira, o poder judiciário mostrou-se acessível exatamente aos que necessitavam de proteção e mediação do Estado, visto que os envolvidos nos processos se enquadravam nas categorias de trabalhadores braçais, pequenos e médios comerciantes, lavadeiras, entre outros. Sua função ia, portanto, além de uma mera engrenagem a serviço dos poderosos. Mesmo porque, para assim atuar, necessitava constituir-se como arena legítima cujos procedimentos pudessem ser tomados como razoavelmente neutros e universais. Além disso, era necessário que se tornasse cada vez mais presente no cotidiano daqueles sobre os quais teria de impor suas regras e procedimentos, transformando-se em mediadora preferencial das soluções privadas.

É possível afirmar que em Juiz de Fora, no período analisado, ocorreu uma espécie de produção de localidade: a constituição de sujeitos que passam a ter consciência de pertencer competentemente a um local específico. Nessa perspectiva, o lugar passa a ser um contexto gerado por meio de técnicas que fortalecem as relações intrinsecamente frágeis entre os vizinhos, colegas de trabalhos, amigos, etc., gerando sujeitos socialmente reconhecíveis, dotadas de competências locais compartilhadas.

Em outras palavras, atores sociais que se reconheciam como "nativos", como cidadãos do local, e que encarnam as culturas, as práticas e as formas compartilhadas de pensar e agir. A localidade é percebida, portanto, também um fator que gera contexto, criando relações mútuas entre os vizinhos, estranhos, colegas de trabalhos e negociantes, como no caso analisado. Embora tenha recebido pouca atenção, esse é um processo fundamental que explica alguns dos aspectos mais cruciais das sociedades locais e suas conexões mais amplas. Esse contexto em Minas Gerais foi alimentado por relações particulares com instituições formais e experimentado pela produção de documentos como os processos criminais. Por sua vez, reforçou o contínuo entrelaçamento da jurisdição local e a co-presença de práticas e estratégias competindo dentro de um mesmo espaço. Essa co-presença, juntamente com as práticas de criação de documentos judiciais (os processos criminais), nos ajudam a entender que as fontes muitas vezes não eram apenas um simples reflexo da realidade, mas uma tentativa de modificá-la ou mesmo de criá-la.<sup>158</sup>

Enfim, nos casos de calúnia e injúria envolvendo a população de Juiz de Fora no período analisado, era extremamente pragmática, o funcionamento satisfatório da justiça, pautada na sua rapidez de julgamento e no alto número de condenações resultou na formação de um *habitus* entre a população local. Esse *habitus* consistiu na regulamentação da escolha de se procurar a justiça por parte da população local quando um indivíduo fosse ofendido verbalmente em certas situações e de certas formas.

Por outro lado, a baixa condenação nesses mesmos casos, a partir da década de 1890, levou as vítimas a deixar de procurar à justiça devido ao retorno social que não era mais alcançado, gerando uma modificação no *habitus* anterior, ou melhor, gerando a criação de um novo. Portanto, quando uma interação social deixa de ser bem-sucedida, ou seja, quando uma das partes ou ambas deixam de maximizar seus ganhos, os valores compartilhados serão modificados e corrigidos na direção de uma maior consistência e integração e outro padrão de escolha e comportamento será gerado sucessivamente. Esses novos valores então serão institucionalizados quando forem usados reciprocamente em transações, ou seja, quando eles passarem a reger as escolhas

Neste sentido, o grande meio sedutor da justiça estava em assegurar certos e possíveis benefícios sobretudo para camada mais carente da população. A justiça assim representava o campo possível de luta pela efetivação de direitos e isso ocorria em função

---

<sup>158</sup> TORRE, Angelo. *Production of Locality...* op. cit., p. 7.

da capacidade do aparato judiciário tornar-se acessível às camadas subalternas, o que por sua vez representou uma pressão no sentido de fazê-lo operar em níveis razoáveis de atendimento à lógica jurídica.

A atuação da justiça revelou-se em vários momentos capaz de garantir um quadro estável de referências e previsibilidades nos quais muitos se pautaram, gerando a maximização de ganhos – e um certo equilíbrio de poderes, nos dizeres de Norbert Elias – esperada pelos subalternos em sua interação com ela. Cumpriu, entre as décadas de 1850 e início da década de 1890, a sua função pedagógica de convencer os homens de que as regras podem ser vantajosas e o arbitramento desejável, criando um novo contexto. Contudo, quando deixou de condenar significativamente, a partir da década de 1890, perdeu a legitimidade de mediar os conflitos, mudando a configuração do *habitus*, fato este demonstrado na diminuição da abertura de processos a partir de então.<sup>159</sup>

Concluindo, espero ter apresentado de forma clara as possibilidades que as análises que atentam para a relação entre as diferentes ações e a produção social dos lugares abrem para a pesquisa histórica. O entendimento de que toda escolha reflete uma intenção, um desejo, a busca de garantir algo, faz com que se olhe para as fontes como produtos e produtoras de contextos. Nesse sentido, o acionamento de determinados recursos oficiais, como o da justiça, tem como objeto garantir prerrogativas, reforçar diferenças e privilégios de forma implícita na ação e nos seus desdobramentos numa realidade social e espacial, que pode ser uma vizinhança, comunidade e bairro. A maneira como as pessoas se relacionam com as instâncias de poder externa, os usos que fazem dos mecanismos da justiça do Estado, indicam para algumas das ações geradoras de espacialidades.

As práticas de justiça extrajudicial, assentadas em vinganças, violências e acordos de reparação, somadas ao acionamento das instâncias de poder oficial, como o recurso da denúncia pública, aparecem como ações que buscam garantir direitos, o respeito a regras morais e lógicas do que é justo ou não na esfera local, sendo, portanto, escolhas e estratégias que produzem lugares.

Nessa perspectiva, a localidade é, na verdade, um contexto gerado por meio de técnicas que fortalecem as relações intrinsecamente frágeis de vizinhos, colegas de trabalhos, imigrantes etc. Ao acionarem ou serem acionados pela justiça criminal,

---

<sup>159</sup> Para maior aprofundamento sobre essa questão, ver: CARNEIRO, Deivy F. Uma justiça que seduz... op. cit., p. 328-330.

acabaram por relações que passaram a ser socialmente reconhecíveis, dotadas de competências locais compartilhadas. Em outras palavras, relações que também passam a ser reconhecidas como "nativas", como próprias dos membros daquelas comunidades locais, e que encarnam a cultura, as práticas e as formas compartilhadas de pensar e agir. A localidade é, portanto, também um fator que gera contexto, criando relações mútuas entre os atores sociais. Nessa perspectiva, a localidade interpreta, aprimora e decreta materialmente o contexto que ela própria gerou e as fontes criminais são recursos fundamentais para a compreensão desse processo.

## **Parte II**

### **Micro-História e Temporalidade: abstrações e compreensões**

Existem duas perspectivas sobre o tempo que, a princípio, parecem irreconciliáveis: uma baseada na física e outra na filosofia. Não é meu interesse discutir as questões

relacionadas à primeira, mas a respeito da segunda, nós historiadores não podemos escapar. A filosofia, antes mesmo da disciplina histórica, refletiu sobre as mudanças movidas pela consciência, mas também sobre a irreversibilidade, sucessividade, intensidade e duração do tempo.

De acordo com Henri Bergson<sup>160</sup>, um dos aspectos que nos torna humanos é a capacidade de perceber a passagem do tempo de forma consciente. Nós sentimos o tempo passar, ou melhor, como o Bergson afirma, sentimos a sedimentação do tempo: ele não passa; ele se sedimenta em nós. Em um mundo estático, o tempo acontece. Essa percepção consciente ou biológica do tempo, na visão bergsoniana, é uma perspectiva que permite uma percepção de dilatação temporal: o tempo aumenta ou diminui dependendo da situação em que se vive. Um trauma, um momento de angústia ou um momento de estresse pode fazer com que o tempo seja percebido de forma dilatada e que segundos cruciais pareçam nunca passar. Essa dilatação é importante para a percepção humana sobre o tempo, sobretudo para compreendermos como esse é registrado em nossa memória.

Entretanto, como nos mostra E. P. Thompson<sup>161</sup>, desde a modernidade, algo muito grave acontece à humanidade. Ocorre uma mudança na percepção do tempo biológico e cultural, que passa a ser regido pelas máquinas, pelos instrumentos, especialmente pelo relógio. Surge assim uma nova percepção do tempo, fundamentada no maquinário, que não teria outra função histórica senão sincronizar toda a humanidade nos mesmos fluxos produtivos. Não temos mais uma percepção de tempo ligado ao desenvolvimento de nossas vidas, mas apenas aquele ligado a um projeto de civilização que explora a humanidade e a natureza.

O investimento na temporalidade talvez seja aquilo que distingue a História das demais ciências humanas. Não que a perspectiva temporal esteja ausente na pesquisa de antropólogos, geógrafos ou sociólogos, mas na História a questão é visceral. Quando se afirma que a disciplina histórica é o estudo dos homens no tempo e no espaço<sup>162</sup>, isso quer dizer que o cerne da historiografia é a compreensão das ações humanas – mudanças e permanências – ao longo de um espaço, mas também ao longo de um período. Seja uma abordagem sincrônica ou diacrônica, em sua narrativa, o historiador terá que lidar com os

---

<sup>160</sup> BERGSON, Henri. *A ideia de tempo*. São Paulo: Unesp, 2022, p. 96.

<sup>161</sup> THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

<sup>162</sup> BLOCH, Marc. *A apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001, p. 55.

efeitos da contração ou dilatação da percepção temporal e com as discussões filosóficas que antecedem, talvez as análises historiográficas sobre essa temática. Da mesma forma, terá que lidar com a apreensão do fluxo histórico; com as relações entre presente, passado e futuro; com as melhores maneiras de se conceber e representar o tempo e o impacto disso nos modos narrativos utilizados pelos historiadores

Não entrarei aqui nas várias concepções de tempo que a humanidade tem criado ou experimentado desde que nossa espécie passou a sentir conscientemente a passagem do tempo. Minha preocupação nessa parte é compreender como alguns historiadores pensaram a relação específica da nossa disciplina com o tempo. Esse é único ou é múltiplo, existindo para além da cronologia, impactando de forma profunda a historiografia e a escrita da História? Pensamos no tempo, estamos impregnados de tempo e de questões temporais que nos acompanham cotidianamente. Em suma, com um conceito extremamente amplo, complexo, e multidisciplinar por natureza, é preciso ter cuidado. Desta feita, procurarei apenas trazer ao leitor algumas contribuições, realizadas no campo da historiografia, referente a importantes análises acerca da temporalidade e sua utilidade nas pesquisas históricas. Desta maneira, esse capítulo de “contextualização” do conceito de temporalidade e afins teve um objetivo diferente daquele do capítulo similar sobre o espaço: observei as contribuições trazidas sobretudo por Koselleck, Ricoeur e Hartog no intuito de apresentar um contraponto (com exceção as teses de Koselleck que, a meu ver, se aproximam bastante àquelas de Walter Benjamin, esse sim, acionado por Gribaudi e Ginzburg) às concepções de temporalidade adotadas pelos micro-historiadores em análise nessa tese. Feita essa breve introdução, examinei, no capítulo 8, como algumas das reflexões histórico-temporais elaboradas por Aby Warburg contribuíram na construção da maneira pela qual Carlo Ginzburg entende a relação entre passado e presente e, sobretudo, como ele compreende e aborda o modo que pensamentos e percepções da realidade viajam no tempo e no espaço. Já no capítulo 9, abordei questões similares, mas a respeito da obra de Maurizio Gribaudi e, sobretudo, a sua relação com as percepções de temporalidade e duração desenvolvidas tanto por Warburg quanto por Walter Benjamin. E por fim, no último capítulo, analisei como Giovanni Levi entende esse conceito a partir de um diálogo com Sigmund Freud

## **Capítulo 7 – A multiplicidade dos tempos históricos**

Tornou-se um lugar comum a assertiva de que o tempo, assim como espaço, é uma variável constitutiva fundamental da história, qualquer que seja a designação dada a este último termo, diante da sua reconhecida polissemia. Assim, falar dos múltiplos tempos históricos obriga-nos também ao enfrentamento de um certo paradoxo que tende a perpassar diferentes perspectivas sobre o conhecimento histórico. Trata-se de um descompasso entre a expressiva relevância atribuída ao tempo nas inúmeras tradições historiográficas e, por outro lado, a escassa reflexão teórica dos historiadores sobre esse

conceito. Essa atitude pode ser justificada pelas dificuldades teóricas encontradas ao procurarmos uma definição para um conceito tão abstrato e enigmático como o de tempo. Daí a necessidade, de um lado de elaboração de uma teoria dos tempos históricos para uma forma de conhecimento que não poderia mais alicerçar a sua epistemicidade num tempo supostamente construído à imagem de uma certa ideia de ciência e, do outro, de estabelecer conceitos ferramentas em um vocabulário disponível aos historiadores.

De acordo com Marlon Salomon, no início do século 20, o tempo identificado à cronologia era posto em questão. Em 1927, Lucien Febvre esboçava em linhas gerais uma redefinição da noção de anacronismo indissociavelmente ligada a uma nova percepção do que deveria ser a temporalidade histórica. Todavia, se a própria história deveria se tornar a ciência das dos homens no tempo, como queria Marc Bloch, os historiadores se esquivaram de transformar o tempo em objeto de sua reflexão. Deixaram, da mesma forma, de afirmá-lo como multiplicidade acêntrica, visto que isso poderia levá-los a se chocar com o novo estatuto científico que queriam atribuir à sua disciplina.<sup>163</sup> O conceito de duração dos historiadores da chamada *Escola dos Annales* poderia demarcar com precisão a diferença entre sua nova concepção de temporalidade e aquela dos seus predecessores. Em uma época de abertura e de pluralização do tempo os historiadores ligados aos *Annales*, de certa forma, com seu conceito de duração e em torno do princípio da mentalidade, trabalharam para desconstruir a heterocronização da história. A posição de Fernand Braudel, em 1958<sup>164</sup>, sugere uma confirmação disso, ao defender, contra o tempo social multiforme; contra as temporalidades múltiplas da Sociologia, o tempo uniforme dos historiadores. Um tempo heterocrônico, plural, descontínuo e acêntrico parecia comprometer qualquer possibilidade científica almejada por essa historiografia.

Essa discussão é longa e complexa, fugindo ao objetivo dessa tese. Basta dizer que, objeto tradicional de números estudos e reflexões no âmbito da filosofia, o tempo ainda não se converteu em um objeto de estudo profundo no campo da História, não obstante alguns raros esforços por parte de historiadores de ofício que privilegiam a questão do tempo - majoritariamente apenas enquanto tempo histórico – em suas análises. Podemos citar os trabalhos do historiador alemão Reinhart Koselleck<sup>165</sup> sobre a semântica

---

<sup>163</sup> SALOMON, Marlon. *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018, p. 16

<sup>164</sup> BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1990, p. 36.

<sup>165</sup> Dentre outros, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

dos tempos históricos, além dos estudos do historiador francês François Hartog<sup>166</sup> sobre os regimes de historicidade, sem contar as contribuições de Paul Ricoeur<sup>167</sup>.

Nosso objetivo, neste capítulo, é analisar a contribuição ao debate dada por esses três pensadores no intuito de fornecer ao leitor alguns parâmetros desse debate a fim de que seja facilitada a percepção do tipo de temporalidade e tempo histórico aplicados por Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Maurizio Gribaudi em algumas de suas obras.

### 7.1 – Reinhart Koselleck: espaço de experiência e horizonte de expectativas

Foi em seu livro *Futuro Passado*<sup>168</sup>, publicado em 1979, que Koselleck deu uma forma mais sofisticada à sua teoria acerca da temporalidade histórica. De acordo com o historiador alemão, cada Presente não apenas reconstrói o Passado a partir de problematizações geradas na sua atualidade – como sabemos desde a criação da História Problema pelos historiadores franceses ligados aos Annales — mas também que cada Presente ressignifica tanto o Passado (referido na conceituação de Koselleck como “campo da experiência”) como o Futuro (referido conceitualmente como “horizonte de expectativas”). Para Koselleck, cada Presente concebe também de uma nova maneira a relação entre Futuro e Passado, ou seja, estabelece a assimetria entre estas duas instâncias da temporalidade, na qual cada uma delas pode conceitualmente se alterar, contrair ou se expandir conforme cada época ou sociedade, modificando-se também a maneira como são pensadas e sentidas as relações entre eles.

Para compreender melhor esse sistema temporal criado por Koselleck, talvez seja melhor explicarmos seus dois principais conceitos: espaço de experiência e horizonte de expectativas. Em relação ao primeiro, talvez seja melhor observarmos o que o próprio autor escreveu:

“A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias”.<sup>169</sup>

---

<sup>166</sup> HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

<sup>167</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. 3 Vol. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

<sup>168</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 308 e seguintes.

<sup>169</sup> Idem., p. 309.

Em relação às expectativas – que seriam uma espécie de antecipação do Futuro – correspondem a todo um universo de sensações daquilo que ainda virá. Tudo o que aponta para o futuro, todas as nossas expectativas, fazem parte deste “horizonte de expectativas”. A expectativa é tudo aquilo que em um determinado Presente aponta para o Futuro, crivando-o das sensações as mais diversas. É por isto que Koselleck lembra que, tal como a experiência (esta herança do passado) se realiza no Presente, “também a expectativa se realiza no hoje”, constituindo-se, portanto, em um futuro presente.

É importante destacar que as duas categorias não se opõem entre si: são complementares, visto que cada conjunto de experiências abre possibilidades para um certo horizonte de expectativas. Assim, todo e qualquer vestígio de passado que se projeta hoje no presente de alguma maneira está concentrado neste espaço que é fundamental para a vida, e particularmente vital para os historiadores – pois estes só podem acessar o que foi um dia vivido através deste espaço de experiências que se aglomeram sob formas diversas, e dos quais eles extraem as suas fontes históricas. Como esclarece Koselleck, a experiência elabora acontecimentos passados e tem o poder de torná-los presentes, e neste sentido está “saturada de realidade”.<sup>170</sup> Já em relação ao futuro, conforme as próprias palavras de Koselleck, “horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado; a possibilidade de se descobrir o futuro, embora os prognósticos sejam possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada”.<sup>171</sup>

E o presente, como é representado no pensamento do historiador alemão? Estaria comprimido entre o espaço concentrado que representa o Passado (se incorporando a ele quase que instantaneamente) e a linha fugidia que representa o Futuro; uma linha eternamente móvel, visto que seria um eterno campo de possibilidades. Além disso, é necessário destacar que a relação entre as três temporalidades nunca é simétrica. O campo de experiência, o Presente, e o horizonte de expectativas podem produzir as relações mais diversas, e assim ocorre no decorrer da própria história. Isso porque existe uma tensão, que permeia de forma diferente grupos, classes, castas etc. em cada presente, seja pelas possibilidades de apreensão dos passados, seja pela tentativa de criar projeções de um determinado futuro que já estaria em vigor num presente específico. Na prática, o que há é uma eterna tensão entre experiências e expectativas.

---

<sup>170</sup> Idem., p. 312.

<sup>171</sup> Idem., p. 311.

Assim, além da questão temporal, temos em Koselleck a questão da velocidade da interação entre as temporalidades. Em outro livro, o historiador alemão nos apresenta uma estratificação temporal que permite tratar das diferentes velocidades de mudança (acelerações e atrasos) ao fugir das concepções lineares e circulares do tempo. Uma teoria dos estratos do tempo nos mostra as relações complexas entre os acontecimentos singulares e as estruturas de maior duração, que podem transcender a experiência de indivíduos e gerações. Essas mudanças implicam a articulação antropológica em que a história da experiência (a realidade no curto, médio e longo prazo) e a história dos métodos (a aquisição de conhecimentos históricos por meio do registro, continuação e reformulação da história) se constituem reciprocamente, porém não derivam por completo uma da outra.<sup>172</sup>

Ainda de acordo com Koselleck, essa teoria criada por ele permite uma leitura original acerca da modernidade, como uma época com temporalidade “acelerada”. A principal característica da modernidade – para a análise realizada pelo historiador – está na possibilidade de perceber de imediato quando há mudança estrutural. Conforme a percepção quase unânime dos contemporâneos aos eventos de 1789, a aceleração do processo político foi mais sensível do que a revolução técnico-industrial. O calendário revolucionário, por exemplo, inaugurava uma nova época da história. Essa constatação de um novo tempo no presente leva o autor a indagar: o que é história contemporânea? De acordo com as evidências levantadas, a história contemporânea sempre existiu. Somente a partir da Revolução Francesa, o conceito de tempo presente passa a ser limitado à atualidade sincrônica do passado mais recente. Assim, teríamos uma temporalidade específica da modernidade que seria estruturada pela constante tensão entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, gerando uma grande diferença e assimetria entre as duas categorias históricas. Essa assimetria entre o que já foi vivido e o que estimavam viver (ou seja, entre a experiência e a expectativa) foi interpretada como progresso, o axioma fundamental da filosofia da história que ecoou em todas as esferas da modernidade. Desta feita, antes do século XVIII, a sequência e o cálculo dos eventos históricos eram compreendidos principalmente por meio de duas categorias do “tempo natural”: o movimento das estrelas e a sequência de governantes e dinastias. Com as ideias advindas da filosofia da história, o tempo deixa de ser estruturado por essas

---

<sup>172</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: estudos sobre a História*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2014.

categorias e passa a ser estruturado pelo progresso, agora considerado “transcendente à natureza e imanente à história”.

Como veremos, esse arcabouço conceitual de Koselleck guarda profundas semelhanças com aquelas desenvolvidas por Aby Warburg, mas, sobretudo por Walter Benjamin, ambos fundamentais nas construções sobre temporalidade realizadas por alguns dos micro-historiadores em análise nesta tese.

## 7.2 – Paul Ricoeur: tempo e narrativa

Paul Ricoeur foi um filósofo que buscou ponderar sobre as questões relacionadas à construção da narrativa histórica, se ocupando da problemática do tempo. Ele identificou uma estreita relação entre a operação historiográfica de narrar e a temporalidade. Em particular, a temporalidade constitui o fio condutor da trilogia de *Tempo e Narrativa*.<sup>173</sup> É sob esta perspectiva que analisarei o pensamento deste pensador e, para nossos objetivos, focarei apenas na citada trilogia, sobretudo no terceiro volume, me atentando particularmente à relação que dá título à obra, visto que para Ricoeur, “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo”.<sup>174</sup> Observa-se assim uma circularidade hermenêutica entre o tempo e a narrativa. O potencial explicativo-narrativo trazido pela dimensão analítica da História, e a narratividade inerente à mesma – ambos orientados pela intenção de verdade – constitui em Ricoeur o ponto nodal que permite definir a História como um gênero (narrativo) específico.

Paul Ricoeur dedicou uma longa reflexão ao que ele chamou de a problemática fundamental da temporalidade em relação ao pensamento que tenta apreendê-la. Ele também a denomina de “a aporética da temporalidade”, isto é, a dificuldade entre uma interpretação cosmológica do tempo, que se depara com o tempo objetivo dos fenômenos naturais, e uma interpretação fenomenológica, que considera o tempo vivido pelos homens, com suas articulações entre o passado rememorado, o presente que seria seu aspecto vivo, e o futuro que seria objeto de projeção e de expectativa.

Para o francês, a integração entre a experiência do “vivido” e a Lógica, expressa através da construção da “intriga”, deveria constituir a base essencial do trabalho do historiador. Essa nova maneira de entender a “narrativa histórica” também pressupõe a redefinição de uma série de conceitos afins, tal como o próprio conceito de “evento”. Para

---

<sup>173</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

<sup>174</sup> Idem., volume 3, p. 15.

Paul Ricoeur, o evento não corresponde necessariamente ao “tempo curto” e ao acontecimento factual da história braudeliana. O “evento” é, na verdade, tudo aquilo que produz algum tipo de mudança no interior de uma narrativa. Não é a extensão de tempo que define o evento, mas sim a sua qualidade, o seu poder de transformação ou de intensificação no interior da narrativa que o inclui. Onde existe “evento”, existe narrativa; e onde existe narrativa, existem eventos. Se estes eventos se aproximam da escala cósmica na sua extensão ou duração, se o “vivido” se apaga aparentemente (mas nunca totalmente), o máximo que pode acontecer é que a totalidade construída pelo historiador adquira a aparência de uma “quase narrativa”.<sup>175</sup>

Para Ricoeur, a narrativa histórica trabalharia com um “terceiro tempo”, que produz uma mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico. Em outras palavras, é um tempo histórico que é simultaneamente o tempo da experiência humana de cada indivíduo que integra a trama, mas que também os ultrapassa e a todos abrange em um arco mais amplo; no limite, além de constituir-se em tempo individual que se abre à narrativa de cada vivência, o tempo histórico é também a narrativa da espécie humana. Tempo individual e coletivo, o tempo histórico estará apto a expressar estas duas instâncias do vivido: a do indivíduo e a da espécie. Contudo, para cada narrativa efetivamente realizada, já configurada em elementos específicos que se singularizam em uma “trama”, esse tempo encontrará o seu recorte. O tempo vivido vai encontrar o seu reconhecimento na intriga logicamente construída, isto é, no âmbito do tempo construído pela lógica narrativa do historiador. Deste modo, enfim, a Intriga agencia os fatos dispersos da experiência em um sistema, em uma totalidade de sentido.<sup>176</sup>

Ricoeur nos mostra que o historiador, através da intriga que constituirá a base de seu trabalho, tem diante de si a possibilidade de estabelecer uma Concordância a partir das Discordâncias da experiência vivida, ao “agenciá-las criativamente em uma totalidade de sentido”, fazendo-se notar mesmo que a “competição entre concordância e discordância” é um dos traços essenciais do “modelo trifásico” que estabelece a operação historiográfica. À discordância concordante da temporalidade corresponde a concordância discordante do entrelaçamento narrativo. O tempo visto desta maneira não é um tempo único, universal e comum a todos. A própria alma de um único indivíduo não condiz com uma única percepção do tempo, pois aquele, em sua aventura pessoal, irá

---

<sup>175</sup> BARROS, José D’Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur. Considerações sobre o círculo hermenêutico. *Fênix – Revista de História*. Janeiro-Abril de 2012, p. 8-9.

<sup>176</sup> Idem., p. 11 e 12.

conviver necessariamente com diversos estados de espírito, variadas formas de confrontar o seu “campo de experiências” (o seu Passado) ao seu “horizonte de expectativas” (o Futuro), no sentido que Koselleck oferece aos termos. O homem narra o seu agir e seu sofrer; através dessa narração ele opera uma refiguração da sua experiência temporal. É uma narração feita no tempo que assume os traços da temporalidade; esta última se torna tempo humano mediante a operação de narrar.

A aporética da temporalidade, ressalta Ricoeur, é a obra do pensamento reflexivo e especulativo que trabalha fora do contexto da teoria da narrativa. Se tratará de ver como e com quais meios a atividade narrativa responde e corresponde à aporia derivada da oposição entre as duas perspectivas sobre o tempo: aquela da fenomenologia e aquela cosmológica. Ele elaborará a sua resposta em âmbito narrativo cruzando as perspectivas referenciais da história e da ficção. O pensador francês assumirá como ponto de partida uma posição de máxima diferença entre essas duas perspectivas ontológicas para depois chegar, em modo gradual e progressivo, à sua fusão no trabalho concreto de “refiguração do tempo”.

A história responde às aporias da fenomenologia do tempo na elaboração de um terceiro tempo: “o tempo propriamente histórico”, que faz a mediação entre o tempo vivido e o tempo cosmológico. O tempo histórico se situa entre o tempo da fenomenologia e o tempo que a fenomenologia não consegue constituir: o tempo do mundo, o tempo objetivo. Ricoeur observa que é possível colher no contexto da prática histórica alguns “procedimentos de conexão” que asseguram a “reinscrição do tempo vivido sobre o tempo cosmológico” e “realizam o papel de conectores entre o tempo vivido e o tempo universal.<sup>177</sup>

Ainda com esses recursos, a experiência humana torna-se narrável. O historiador, em sua narrativa, constrói uma intriga, que é uma síntese do heterogêneo, que integra em uma história total, completa e complexa, eventos múltiplos e dispersos. A intriga não narra o vivido tal como aconteceu, embora tenha essa ambição, pois o vivido humano não é apreensível em sua integralidade e pureza. Portanto, o tempo histórico tanto como organização da vida coletiva, efetiva, como conhecimento reconstruído da vida passada, representaria um terceiro tempo, um mediador. Apesar de importante e complexa, essa perspectiva acerca da temporalidade teve pouca aplicabilidade e outros trabalhos para além daqueles produzidos pelo próprio Ricoeur. Apesar disso, ela oferece um

---

<sup>177</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa...* op. cit., p. 156.

complemento, talvez, acerca daquilo que Koselleck apresentou em suas reflexões e que, a semelhança de Benjamim e Warburg, partilham elementos apropriados por alguns dos micro-historiadores analisados nessa tese.

#### 7.4 – François Hartog e os Regimes de Historicidade

De acordo Reinhart Koselleck, a definição do que seja o tempo histórico nos leva necessariamente ao campo da teoria da história. Mais que isso: percebendo a existência de vários ritmos temporais, ele defende a existência não de um, mas de vários tempos históricos sobrepostos. Para ele, da mesma forma como a relação entre aquilo que já foi vivido e aquilo que ainda se espera viver é articulada de maneira diferente por uma pessoa dependendo do contexto e da situação dada, o tempo histórico não apenas é uma palavra sem conteúdo, mas também uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa.<sup>178</sup>

Tendo em vista que, para fortalecer o Estado na disputa com a Igreja quanto ao domínio do futuro, os prognósticos racionais precisavam satisfazer as demandas salvacionistas e destruir as previsões apocalípticas, Koselleck defende que a noção de Progresso nasceu no século XVIII justamente desta combinação audaciosa entre política e profecia. Este novo futuro que começa a se desenhar já antes da Revolução Francesa é caracterizado por um tempo que se acelera em si mesmo, e que por isso é completamente desconhecido, pois comprime o campo da experiência e foge sempre em direção ao não experimentável. A aceleração do tempo, que outrora significava o adiantamento do fim do mundo, tornou-se então algo que passou a compor o planejamento temporal, antes mesmo que o desenvolvimento tecnológico justificasse tal experiência.

A introdução da ideia de progresso enquanto motor da história é sintomático da instituição de um tempo novo, determinado exclusivamente pela história, que destruiu o que havia de essencialmente “natural” na relação entre passado e futuro. Segundo Koselleck, o caráter principal desta nova experiência temporal moderna semanticamente inscrita na palavra “*Geschichte*” é a aceleração, que a partir de então se transformou em um conceito histórico ligado à expectativa de um futuro desejado e proporcionado pelo progresso. Com a subsequente Revolução Francesa e o contínuo processo de

---

<sup>178</sup> KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado... op. cit., p. 309.

desenvolvimento tecnológico, a aceleração do tempo adquiriu ainda um rígido teor de realidade. Com a descoberta de um novo horizonte de expectativa mais “aberto”, centrado no conceito de progresso, a perfeição, antes buscada no além, agora era tarefa passível de ser realizada pela própria humanidade, à qual cabia a missão de acelerá-lo.

Portanto, ao aplicar as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa à história, Koselleck conclui que na era moderna a diferença entre estas aumenta progressivamente, ou seja, que “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”.<sup>179</sup>

Foi a partir das categorias de “experiência” e “expectativa” utilizadas por Koselleck, que o historiador francês François Hartog elaborou os seus *regimes de historicidade*. Para ele, um regime de historicidade nada mais é do que o modo como uma sociedade trata seu passado e o modo como uma comunidade toma consciência de si, a saber, o conjunto dos discursos pelos quais ela formula sua experiência do tempo que em contrapartida molda seu modo de narrar e de viver. Em suma é “uma maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias”.<sup>180</sup> Poderíamos afirmar que se trata, portanto, da relação que certa realidade social mantém com seu próprio tempo, do modo como ela se projeta para o futuro e considera o que ele acredita ter atrás de si. O regime de historicidade seria, portanto, um instrumento heurístico de caráter comparativo que nos permitiria identificar configurações históricas da temporalidade, ou seja, as diferentes formas de relação entre passado, presente e futuro estabelecidas em diferentes sociedades.

Essa perspectiva é muito próxima àquela utilizada por Koselleck para a definição de um dado tempo histórico, o qual se constitui a partir do processo de determinação da distinção entre passado e futuro. No entanto, em Hartog, fica mais evidente a valorização do “presente” como categoria, algo que, mais do que uma inovação teórico-metodológica, está intimamente ligado à hipótese central que norteia o seu livro, o presentismo. Para Hartog, o crescente distanciamento entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa, característico dos tempos modernos, como apontado por Koselleck, teria enfim chegado ao limite da ruptura, resultando na “experiência contemporânea de um

---

<sup>179</sup> Idem., p. 314.

<sup>180</sup> HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 11.

presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico”.<sup>181</sup>

Assim como o fez Koselleck, Hartog esclarece que um regime de historicidade não é uma realidade que pode ser encontrada nas fontes, mas sim algo que é construído pelo historiador. Com um procedimento idêntico ao de Koselleck, que analisa textos nos quais a experiência temporal manifesta-se à superfície da linguagem, de maneira explícita ou implícita, os estudos realizados por François Hartog elegem alguns personagens famosos e leem ou releem vários textos, questionando todos do ponto de vista das formas da experiência do tempo que os constituem ou os habitam, sem que eles se deem conta às vezes.

De acordo com o historiador francês, regime de historicidade moderno teria se estendido até o segundo terço do século XX, quando haveria surgido uma ordem do tempo que detém uma maneira específica de articular o presente em relação ao passado e ao futuro, para a qual criou o neologismo presentismo. Sobre o questionamento de este presentismo poder ser apenas um momento de pausa do futurismo ou realmente configurar um novo tempo histórico, seu autor adverte que a instauração de um regime de historicidade, além de ser lenta e durar muito tempo, é desde o início contestada. Assim, na impossibilidade de afirmar se a experiência contemporânea do tempo corresponde ou não à superação do regime moderno de historicidade, Hartog é enfático ao constatar uma “crise do tempo” que tem a queda do Muro de Berlim em 1989 por marco simbólico. É a esta experiência de uma expectativa ao mesmo tempo fechada em um presente estagnado e aberta para a mobilidade e a aceleração em direção a um futuro no mínimo ameaçador, que ele dá o nome de presentismo.

Portanto, o principal legado da tese de Hartog para a História do Tempo Presente, entendida mais do que um recorte temporal pouco recuado que implica em problemas específicos como a relação entre história e memória, por exemplo, seria atribuir-lhe um objeto de estudo específico, qual seja um novo regime contemporâneo de historicidade e tudo que ele traz em seu bojo.

Concluindo este capítulo, é importante destacar que meu objetivo não foi trazer uma exaustiva discussão sobre os conceitos de temporalidades nem o conjunto de historiadores e pensadores que construíram discussões acuradas sobre essa temática. Procurei, na verdade, apresentar ao leitor algumas possibilidades de se pensar o tempo

---

<sup>181</sup> Idem., p. 39.

histórico de maneiras mais complexas, mostrando que o tempo é composto por uma miríade de temporalidades sobrepostas, cuja compreensão depende fortemente da posição do observador no contexto no qual ele se insere. Passado, presente e futuro estão relacionados de formas distintas e complexas em cada momento histórico e seus “usos” dependem de uma série de fatores que são encontrados na análise historiográfica de um dado objeto.

Como veremos, nenhum micro-historiador criou uma teoria específica acerca da ou das temporalidades. Entretanto, alguns deles, tais como Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Maurizio Gribaudi, refletiram sobre a relação dos agentes históricos com o passado e o futuro e adotaram teorias que visavam melhor explicitar como as ações e pensamentos dos indivíduos estavam atrelados a determinados usos do passado e, de certa forma, a percepção de horizontes de expectativas. Vejamos então, como o autor de *O queijo e os vermes* lidou com a questão temporal em algumas de suas obras.

## Capítulo 8 – Carlo Ginzburg: entre Logosformeln e Nachleben

Desde a Antiguidade Clássica a discussão sobre as tensões, conflitos e interdependências entre a palavra e a imagem é um elemento central dos caminhos e cruzamentos entre as artes. O cerne desse debate foi a percepção de que texto e imagem se coadunam em vários momentos e de várias formas, colaborando para a fruição da arte enquanto tal e para os deslocamentos operados entre a visualidade e a linguagem verbal.

A máxima de Horácio “*Ut pictura poesis*” (poesia como pintura) foi exaustivamente discutida por intelectuais, já em sua contemporaneidade, mas sobretudo no período do Renascimento e ao longo dos séculos XVIII e XIX. Essa passagem, escrita em uma epístola dedicada aos Pisões, filhos de uma família nobre do império romano, fez com que ressurgisse – como *sobrevivência*? – em vários contextos, importantes debates que discutiram semelhanças e divergências entre as duas artes. Os fundamentos mais

amplos dessa querela não cabem agora em nossa discussão, mas é importante destacar que Warburg proporá uma teoria acerca dessas relações, ainda no século XIX, que será fundamental para o método analítico de Carlo Ginzburg e sua compreensão.

Aby Warburg foi sagaz em perceber que a imagem contém em si um potencial cinético; um *Pathosformel* mnésico que carrega algo que poderíamos traduzir como uma vida póstuma (*Nachleben*); como uma sobrevivência de um passado cuja origem pode estar perdida. Essa percepção é fundamental para a história. Através dessa operação historiográfica, as imagens – e também ideias, ritos, mitos e conceitos – transmitidas pelas gerações ganham nova vida e um passado que parecia concluído se recoloca, sempre em movimento, tornando-se novamente passível de ser conhecido.<sup>182</sup>

É interessante notar que outro judeu na diáspora, Walter Benjamin, poucos anos depois de Warburg, em seu livro sobre as passagens parisienses, percebeu o aspecto dialético das imagens. Segundo Benjamin, elas só podem ser captadas e definidas por meio do movimento, sendo seus significados compreendidos na dialética entre a imobilidade e a retomada do movimento; na pausa carregada de tensão entre essas duas. Somente nesse momento, dialeticamente, um instante do passado é colocado em relação com o presente.<sup>183</sup> É preciso ressaltar, contudo, que essa reflexão de Benjamin não vale apenas para a imagem, mas para toda a sua compreensão da História.<sup>184</sup> Segundo ele, o tempo histórico deve ser visto de forma descontínua, sem respeitar linearidades, causalidades. Ao contrário, é justamente pelos saltos e pela instalação de um novo tempo que abandone o tempo histórico “oficial”, que seria possível uma compreensão dialética da realidade.<sup>185</sup>

Veremos que essa discussão, cuja superfície apenas arranhamos, tão fundamental para a História da Arte warburguiana e para a filosofia de Benjamin, é indispensável para que tenhamos uma verdadeira ideia da operação historiográfica realizada por Carlo Ginzburg. A partir, principalmente, de seu *História Noturna*, as imagens, ritos, mitos e ideias são, de alguma maneira, apresentadas aos leitores, carregadas de uma ambivalência latente, que em contato com as lentes do historiador, readquirem vida; seja como sobrevivência, seja como reelaboração. Ginzburg, também em outros trabalhos, ao

---

<sup>182</sup> CANTINHO, Maria João. “Aby Warburg e Walter Benjamin: a legibilidade da Memória”. *Hist. R.*, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 24–38, maio/ago. 2016, p. 37.

<sup>183</sup> BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018. A respeito dessa questão, ver, em especial, o fragmento N 3,1.

<sup>184</sup> CRUZ, Cláudio Celso Alano. O livro das passagens e o conceito de imagem dialética em Walter Benjamin. *Caderno de Letras*, nº 30, Jan-Abr – 2018, p. 117.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 124.

analisar a transmissão de ideias e imagens pelo tempo e pelo espaço, nos mostra que essas questões se encontram numa espécie de entroncamento entre o individual e coletivo; entre o presente e o passado.

### **8.1 – Memórias, símbolos e teorias viajando pelo espaço: o diálogo com Aby Warburg.**

Aby Warburg foi um historiador autodidata e sua produção não constituiu um conjunto organizado de forma coerente em livros ou em publicações planejadas pelo próprio autor. Os livros editados com seus escritos foram produtos do interesse e sistematização de outrem. Enfrentou em boa parte da vida crises de depressão e colapsos de ordem psicológica. Sua atividade acadêmica geralmente foi voltada para palestras em conferências onde expunha resultados de suas pesquisas, bem como na consolidação de sua biblioteca. Grande parte de seus textos permaneceu inédita até o final de sua vida.<sup>186</sup> A primeira reunião deles ocorreu no início da década de 30, produto de um projeto editorial liderado por Gertrud Bing, que dirigia, naquele momento, a biblioteca do instituto Warburg ao lado de Fritz Saxl.

Os conceitos warburguianos devem ser vistos como um importante marco na viragem da historiografia contra uma visão redutora da história, sobretudo aplicada a temas como a fotografia, o cinema e a história de arte. Mas não só isso: sua obra também abre uma perspectiva importante acerca dos símbolos e das memórias e de como elas “viajam” pela e ao longo da História. É a partir dos conceitos de “sobrevivência ou vida póstuma dos antigos” (*Nachleben der Antike*) e de *Pathosformel* que Warburg segue na definição de sua contribuição historiográfica.<sup>187</sup>

Edgar Wind, contemporâneo de Bing e Saxl, ao analisar os fundamentos teóricos de seu pensamento, destacou a concepção de totalidade da cultura, no interior da qual a arte preenche uma função necessária. Além disso, ele apresentou em alguns de seus trabalhos as diferenças entre o método de Warburg e o formalismo de autores como Riegl e Wölfflin. Segundo Wind, para Warburg a imagem jamais poderia ser desligada de sua relação com a religião e a poesia, com o culto e a arte dramática antiga, pois isso seria o

---

<sup>186</sup> FERNANDES, Cássio. Introdução. In: Aby Warburg. *A presença do Antigo. Escritos Inéditos – Volume I*. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 14-15.

<sup>187</sup> CANTINHO, Maria João. Aby Warburg e Walter Benjamin, op. cit. p. 24.

mesmo que suprimir seu elemento vital.<sup>188</sup> Esse mesmo historiador destaca o papel crucial do conceito de memória social no pensamento teórico de Warburg, criador de um paradigma de investigação, segundo Wind, que poderia ser chamado de “sobrevivência da antiguidade” [*Nachleben der Antike*], no qual chega-se ao tema das leituras e recepções da Antiguidade como formas de configuração dos símbolos e da memória. Nesses termos, seu programa de pesquisa poderia ser resumido no problema da função da memória histórica da antiguidade nos fenômenos da tradição europeia.<sup>189</sup>

Já nos anos 1960, pode-se observar uma importante retomada dessas questões através de autores como Carlo Ginzburg, William Heckscher e Ernst Gombrich, que se debruçaram de maneira mais detida sobre a obra do historiador da arte alemão. No final do século XX, as contribuições de Aby Warburg ao estudo da arte e da cultura passaram por um novo reconhecimento, por meio de reedição de suas obras e publicação de textos até então inéditos, fazendo com que a influência de seu pensamento alcançasse novas dimensões. Se até os anos 1980 o pensamento de Warburg era apropriado, grosso modo, mediado pelas análises e trabalhos de E. Gombrich, E. Panofsky, E. Wind e G. Bing, a partir de então, a publicação de sua obra completa, incluindo palestras e trabalhos desconhecidos até sua morte, propiciou aos interessados acesso direto aos seu pensamento e às suas contribuições historiográficas. A partir de então, o historiador de Hamburgo se torna uma referência incontornável para a História da Arte e para a análise das imagens.

Mas, afinal, quais eram seus objetos de pesquisa? Para os nossos propósitos, em linhas gerais, podemos dizer que ele esteve imerso, ao longo da sua trajetória de pesquisa, na análise sobre o ingresso do estilo antiquizante na arte do primeiro Renascimento florentino, com ênfase nas últimas décadas do *Quattrocento*. É esse o tema principal de sua tese sobre o *Nascimento de Vênus* e a *Primavera* de Sandro Botticelli.<sup>190</sup> Segundo ele as duas pinturas, surgidas da encomenda do "príncipe" do estado de Florença, Lorenzo de Médici, foram concebidas sob a base iconográfica formulada pelo humanista, dramaturgo e poeta da referida república, Angelo Poliziano, que atuou como mediador da relação de Botticelli com poeta romano Ovídio. Warburg analisa como, em sua representação da

---

<sup>188</sup> VIEIRA NETO, Serzenando Alves. Reflexões sobre a recepção crítica de Aby Warburg. *Revista de Teoria da História*. Goiânia, Vol. 22, n. 2, dezembro de 2019, p. 306.

<sup>189</sup> *Ibidem*.

<sup>190</sup> WARBURG, Aby. “O nascimento de Vênus e A primavera de Sandro Botticelli”. In: WARBURG, Aby. *Histórias de fantasmas para gente grande: escritos, esboços e conferências*. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2015, p. 27-86.

Antiguidade Clássica, as obras do pintor florentino teriam sido influenciadas pela perspectiva de leitura humanista da tradição homérica transmutada por Ovídio.

A imagem é concebida como um fenômeno antropológico total, uma cristalização de uma condensação particularmente significativa do que era uma cultura em um determinado momento de sua história. Assim a imagem não deveria nunca ser dissociada do agir global dos membros de uma sociedade nem do saber próprio de uma época.<sup>191</sup> Segundo ele, a história da arte deveria disponibilizar seu material a uma “psicologia histórica da expressão humana” ainda inexistente e desvencilhar-se dos esquematismos da história política e da doutrina dos gêneros a fim de encontrar seu próprio caminho evolutivo.<sup>192</sup> Em suma, a categoria histórica que permanece como objeto de análise de Warburg durante toda sua vida é o paganismo, em sua acepção mais ampla de um fenômeno cultural primitivo, o qual retorna de forma culturalmente dominante em vários momentos históricos como *Nachleben der Antike* (sobrevivência dos antigos) e permanece como potência dormente em vários grupos e nos próprios indivíduos.<sup>193</sup>

Um conceito fundamental para a compreensão do pensamento de Warburg, a *Pathosformel* ou “Fórmula de Pathos”, expressaria inicialmente esse encontro entre o homem e o mundo, entre o homem, o trauma e o medo, resultando em uma fixação visual, baseada em um processo de mimetização de algumas qualidades (biomórficas) que se tornam petrificadas e fixadas como imagem. O referente original se caracteriza por exceder os limites da consciência cotidiana humana, ameaçando sua segurança e coerência.<sup>194</sup> Além disso, a imagem, que é o resultado do encontro, registra a excessiva vitalidade da força externa em formas que usualmente expressam movimento. Em suma, A “Fórmula de Pathos” guardaria uma memória do encontro traumático com essa força ameaçadora da natureza e no curso do tempo, sendo fixada como um produto cultural, expressando conteúdos diferentes e particulares à medida que a história se desenvolve.<sup>195</sup>

Segundo Felipe Charbel, o conceito de *Pathosformel* deve ser compreendido também à luz da teoria psicanalítica de fins do XIX e início do século XX, sobretudo a partir da teoria de Richard Semon, bastante citado por Warburg. De acordo com Semon,

---

<sup>191</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagem Sobrevivente: História da Arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. 1ª ed. São Paulo: Contraponto, 2013, p. 40.

<sup>192</sup> VIEIRA NETO, Serzenando Alves, op. cit., p. 308.

<sup>193</sup> STEINBERG, Michael. Aby Warburg's Kreuzlingen lecture. In: WARBURG, Aby. *Images from the region of the Pueblo Indians of North America*. 1st ed. Ithaca: Cornell University Press, 1995, p. 70.

<sup>194</sup> EFAL, Adi. “A “fórmula de Pathos” de Warburg nos contextos psicanalítico e Benjaminiano”. *Arte & Ensaios*. Revista do ppgav/eba/ufjf Rio de Janeiro, n. 35, agosto 2018, p. 198.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 198.

a memória é concebida como a capacidade de reagir a um evento ao longo de um período; ou seja, uma forma de preservar e transmitir energia desconhecida para o mundo físico deixando engramas. A energia potencial conservada neste “engrama” pode, em condições adequadas, ser reativada e descarregada. A partir da leitura de Semon, Warburg entende que o exame da permanência das *Pathosformeln* associadas às práticas primordiais de paganismo uma etapa decisiva para a compreensão da arte renascentista, condição decisiva para que ela alcançasse um historicamente reconhecido grau de excelência.<sup>196</sup>

Para Warburg, cada época seleciona e elabora determinadas *Pathosformeln* de acordo com suas necessidades de expressão. Essas fórmulas se mantêm vivas e em contato com a “vontade seletiva” de uma época, elas podem se modificar trazendo novos significados. Neste sentido, ao perceber uma dimensão dionisíaca do Renascimento, oposta à visão habitualmente defendida, de um Renascimento apolíneo no qual triunfariam a ordem, a clareza e a harmonia, tal como defendera Jacob Burckhardt, referência importantíssima para ele; Warburg consegue apontar as hibridizações características dos objetos artísticos, ao sobrepor temporalidades distintas.<sup>197</sup>

Deste modo, para Warburg o homem do Renascimento recorria às fórmulas do patético na tentativa de romper com as formas medievais de expressão. O Renascimento italiano se constitui, pois, como o campo privilegiado de estudos para Warburg, já que tal período se configura como o exemplo histórico que melhor apresenta o funcionamento da memória cultural e das sobrevivências primitivas, e para ele somente através da noção de *Pathosformel* as representações dos mitos antigos poderiam ser compreendidas como testemunhos de estados de espírito transformados em imagens.<sup>198</sup>

De acordo com Ginzburg, foi somente na introdução ao Atlas *de Mnemosyne*, escrito na véspera de sua morte (1929), que Warburg evocou uma questão importante: os “engramas da experiência emocional [que] sobrevivem como o patrimônio hereditário da memória”. Vemos encarnado, por um lado, no diagrama que retrata a transmissão histórica reconstruída para explicar, por exemplo, a iconografia dos afrescos de Schifanoia; por outro, as imagens justapostas, que evocam paralelos e oposições antitéticas, que se aglomeram nas mesas de *Mnemosyne*. Durante décadas, a mente de

---

<sup>196</sup>TEIXEIRA, Felipe Charbel. Aby Warburg e a pós vida das *Pathosformeln* antigas. *História da Historiografia*. Ouro Preto, número 05, setembro de 2010, p. 144.

<sup>197</sup>TAVARES, Marcela Botelho. *O(s) tempo(s) da imagem: uma investigação sobre o estatuto temporal da imagem a partir da obra de Didi-Hubermam*. Dissertação de Mestrado. Ufop, Ouro Preto, 2012 p. 44.

<sup>198</sup>Idem., p. 75.

Warburg se deslocou entre essas duas alternativas. A noção de *Pathosformel*, segundo Ginzburg, deve ser percebida dentro dessa tensão pendular.<sup>199</sup>

A partir dessas questões, podemos fazer algumas afirmações sobre a tese de fundo que apareceria em quase todos os trabalhos do historiador da arte de Hamburgo. Para ele, os gestos “clássicos” presentes nas artes da Antiguidade remontariam, em suas formulações primordiais, a um período no qual a representação dos mitos era uma realidade ritual que comovia profundamente aqueles povos, repercutindo em seus gestos e feições como reações biológicas. Desta feita, esses gestos estariam presentes e naturalizados nas esculturas e pinturas antigas como uma espécie de sobrevivência primitiva.<sup>200</sup> O fato de um pintor, um escritor etc. usar uma imagem que tem sua fonte em uma “Fórmula de Pathos” é, para Warburg, evidência da necessidade de a cultura conectar-se a movimentos e qualidades primordiais que animavam a imagem ancestral.

Aplicando essa perspectiva no exame dos detalhes e dos indícios da arte renascentista, Warburg compreendeu que o movimento dos acessórios das imagens (cabelos, vestimentas, movimento, etc.) que até então eram interpretados como dados puramente decorativos, possuíam suas raízes na Antiguidade.<sup>201</sup> O movimento transforma-se, assim, em sujeito principal de análise, cujo fundamento estaria também nas fontes literárias (poéticas e filosóficas).<sup>202</sup> No vento renascentista que faz movimentar a vênus recém-nascida para a beira da praia, Warburg descobre que esse elemento exterior às figuras era indicativo de influência da Antiguidade. Dessa problemática, surgiria um dos conceitos centrais em nossa análise, *Pathosformel*, empregado por Warburg em seus estudos posteriores.

A partir de então, essa tese aparece como substrato de praticamente todas as pesquisas produzidas por Warburg ao longo de sua vida, como em seu texto sobre a arte do retrato e a burguesia florentina;<sup>203</sup> em seu estudo sobre o antigo romano na oficina de

---

<sup>199</sup> GINZBURG, Carlo. *Le forbici di Warburg*. Schifanoia: notizie dell'istituto di studi rinascimentali di Ferrara. 2012, p. 42 e 43.

<sup>200</sup> FERNANDES, Cássio, op. cit., p. 22.

<sup>201</sup> WARBURG, Aby. “De Arsenal a Laboratório”. In: WARBURG, Aby. *A presença do Antigo*, op. cit., p. 40.

<sup>202</sup> CAMPOS, Daniela Queiroz & FLORES, Maria Bernardete Ramos. A nudez desconcertante de vênus: Botticelli, Aby Warburg e Georges Didi-Huberman. *História e Arte: temporalidades do sensível*. Ana Lucia Vilela, Maria Elizia Borges (organizadoras). Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 106.

<sup>203</sup> WARBURG, Aby. “El arte del retrato y la burguesia florentina”. In: Aby Warburg. *El renacimiento del paganismo: aportaciones a la historia cultural del Renacimiento europeo*. Madrid: Alianza Editorial, 2005, p. 147-176.

Ghirlandaio.<sup>204</sup> Está presente em “A aparição do estilo ideal *all’antiqua* na pintura do primeiro renascimento”. No mesmo sentido, observa-se ainda nas análises de Warburg referente à astrologia, em seus estudos sobre os afrescos do Palácio disse Schifanoia de Ferrara,<sup>205</sup> sobre o impacto da profecia da atividade pagã nos textos e imagens nos tempos de Lutero,<sup>206</sup> e também em um estudo sobre a influência da *Sphaera barbarica* nas tentativas de ordenação cósmica do Ocidente.<sup>207</sup>

Além disso, estava presente no centro do estudo sobre as trocas culturais entre o sul e o norte da Europa no século XV quando analisou o efeito da arte italiana em Dürer e nos gravadores germânicos<sup>208</sup> e nas pinturas e tapeçaria flamenca,<sup>209</sup> bem como a arte religiosa e cortesã em Landshut.<sup>210</sup> Nessas pesquisas, Warburg faz notar que, ao contrário da luminosidade mediterrânica dos italianos, os germanos encontraram no reconhecimento de sua angústia o mais profundo *pathos* da alma.<sup>211</sup> É assim que a “Melancolia” de Dürer pode ser vista não apenas como manifestação das forças mais obscuras e imobilizantes, mas também como a emergência da reflexão e do pensamento; é assim que a “polaridade” se torna, uma categoria interpretativa de todos os fenómenos culturais.<sup>212</sup>

Warburg começa a encarar, como dissemos, a história da arte em termos de uma memória errática de imagens que regressam constantemente como sintomas de uma psicologia histórica da expressão humana e a “sobrevivência dos antigos” se consolida como objeto central do seu programa historiográfico:<sup>213</sup> mais precisamente, os modos com que certos motivos característicos da arte e literatura pagãs foram retomados nos

---

<sup>204</sup> WARBURG, Aby. “O antigo romano na oficina de Ghirlandaio”. In: WARBURG, Aby. *A presença do Antigo*, op. cit., p. 197-216.

<sup>205</sup> WARBURG, Aby. “Arte italiana e astrologia internacional no Palazzo Schifanoia em Ferrara”. In: WARBURG, Aby. *Histórias de fantasmas para gente grande*, op. cit., p. 99-128.

<sup>206</sup> WARBURG, Aby. “A profecia da Antiguidade pagã em texto e imagem nos tempos de Lutero”. In: WARBURG, Aby. *Histórias de fantasmas para gente grande*, op. cit., p. 129-198.

<sup>207</sup> WARBURG, Aby. “A influência da *Sphaera barbarica* nas tentativas de ordenação cósmica do ocidente”. In: WARBURG, Aby. *Histórias de fantasmas para gente grande*, op. cit., p. 189-348.

<sup>208</sup> WARBURG, Aby Warburg. “Dürer e a Antiguidade italiana”. In: *Histórias de fantasmas para gente grande*, op. cit., p. 87-98.

<sup>209</sup> WARBURG, Aby. “Arte flamenco y primer Renacimiento florentino”. In: WARBURG, Aby. *El renacimiento del paganismo*, op. cit., p. 229-244; WARBURG, Aby. “El trabajo campesino em los tapices flamencos”. In: WARBURG, Aby. *El renacimiento del paganismo*, op. cit., p. 257-264.

<sup>210</sup> WARBURG, Aby. “Arte religioso y cortesano en Landshut”. In: WARBURG, Aby. *El renacimiento del paganismo*, op. cit., p. 147-176.

<sup>211</sup> WARBURG, Aby. “A posição do artista nórdico e do artista meridional a respeito do tema das imagens”. In: WARBURG, Aby. *A presença do Antigo*, op. cit., p. 88-90.

<sup>212</sup> GUERREIRO, António. Aby Warburg e os arquivos da memória. *Enciclopédia e Hipertexto*. s/d

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 72.

séculos XV e XVI, não necessariamente como tópicos figurativas, mas como forças psíquicas ativadas pela memória cultural.<sup>214</sup>

O conceito de *Nachleben* é central dentro do esquema de cognoscibilidade da história proposto por Warburg. A origem do conceito é detalhadamente descrita por Didi-Huberman, que esclarece sua analogia direta com os trabalhos do etnólogo britânico Edward B. Tylor, fundador da Antropologia Sociocultural na Inglaterra. Tylor formulara a noção de *survival* para pensar os detalhes triviais, tendo tentado, inclusive, formular uma teoria da linguagem emocional e imitativa.<sup>215</sup> Enquanto os defensores da teoria da seleção natural pensavam na sobrevivência dos mais adaptados, Tylor pensou a sobrevivência dos elementos culturais mais inadaptados e inapropriados.<sup>216</sup>

Depois de Tylor, foi Jacob Burckhardt quem forneceu as principais referências na formulação do conceito de *sobrevivência* warburguiano. Em seus estudos sobre a arte do Renascimento, Burckhardt afirmou que a Renascença não criou nenhum estilo orgânico próprio, sendo impura, nos seus estilos artísticos como na temporalidade complexa de suas idas e vindas entre o presente vivo e a Antiguidade rememorada. Warburg irá nomear o modo temporal dessa impureza de sobrevivência.<sup>217</sup>

É também em Nietzsche que encontramos um dos fundamentos de onde Warburg parte para pensar a sobrevivência e a polaridade fundamental entre o dionisíaco e o apolíneo ganha um valor central. A ideia de polaridade para Warburg se torna uma categoria interpretativa vital, pois lhe permitiu compreender como algumas formas, ou fórmulas, vindas do passado, principalmente da Antiguidade clássica, podiam ressurgir em determinadas épocas, sendo acolhidas e reatualizadas, enquanto outras não. Essas formas que sobrevivem possuem força para ressurgir em uma nova época, tendo muitas vezes seu sentido invertido. Desta feita, Nietzsche forneceu para Warburg elementos para pensar uma estética das forças e considerar o pathos na sua potência formadora.<sup>218</sup>

O conceito de *Nachleben* implicaria, nesse sentido, uma complexificação do tempo histórico, já que pressupõe a convivência de tempos heterogêneos em um mesmo presente. Aquilo que sobrevive, a forma sobrevivente, segundo Warburg, não sobrevive triunfalmente à morte dos seus concorrentes. Ao contrário, ela sobrevive, sintomaticamente e fantasmaticamente, à sua própria morte, talvez, em um eterno

---

<sup>214</sup> TEIXEIRA, Felipe Charbel. Aby Warburg e a pós vida das Pathosformeln antigas, op. cit., p. 136.

<sup>215</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges, op. cit., p. 58.

<sup>216</sup> TAVARES, Marcela Botelho, op. cit., p. 42.

<sup>217</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges, op. cit., p. 58.

<sup>218</sup> Ibidem, p. 113.

retorno.<sup>219</sup> Trata-se da justaposição de tempos distintos na imagem, ou seja, as *Nachleben* remetem a uma sobreposição temporal da História, em que o passado estaria em parte detido no presente, e ao mesmo tempo o presente seria constituído por passados múltiplos. Dessa forma, afirmar que o presente carrega a marca de inúmeros passados é afirmar antes de tudo a indestrutibilidade da marca do – ou dos – tempo sobre as formas mesmas de nossa vida atual.<sup>220</sup>

Assim, as *Nachleben* de Warburg são um conceito estrutural e constitui um modelo temporal próprio às imagens, abrindo fendas nos modelos de temporalidade, logo, nos modelos de historicidade, pois ela revelaria paradoxos, ironias do acaso e mudanças não retilíneas<sup>221</sup> que surgem não somente na história das obras de arte, como também em todo o mundo da cultura, em todo o mundo das imagens. E é devido a isso que as imagens nos permitem ler a história, já que nos apresentam o tempo, não o tempo linear, cronológico, mas um tempo repleto de anacronismos, saltos, irrupções, revoluções.<sup>222</sup>

A partir do que foi dito, é possível perceber que a *sobrevivência* não oferece nenhuma possibilidade de simplificar a temporalidade histórica, vista como uma ideia transversal a qualquer recorte cronológico. Descreve um outro tempo e impõem o paradoxo de que as coisas mais antigas às vezes vêm depois das coisas menos antigas, assim por exemplo astrologia do tipo indiana, a mais remota que existe, encontrou um valor de uso na Itália todo século XV depois de ter sido suplantada e tornado obsoleta pelas astrologias grega e árabe medieval.

A *sobrevivência*, portanto, torna complexa a temporalidade histórica, liberando uma margem de indeterminação na correlação histórica dos fenômenos. Isso quer dizer que as ideias de tradição e transmissão possuem uma complexidade atemorizante: são históricas, mas são também anacrônicas, feitas de processos conscientes e processos inconscientes, de esquecimento se redescobertas, de inibições e destruições e assimilações inversões de sentido de sublima ações e alterações.<sup>223</sup> Nesse sentido, o projeto warburgiano pode ser definido, segundo ele, como uma ciência da cultura, como uma efetiva “ciência arqueológica do *pathos* da Antiguidade e seu destino na Renascença italiana e flamenga”.

---

<sup>219</sup> TAVARES, Marcela Botelho, op. cit., p. 42.

<sup>220</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges, op. cit., p. 58.

<sup>221</sup> TAVARES, Marcela Botelho, op. cit., p. 50.

<sup>222</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>223</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges, op. cit., p. 69.

E não seria apenas a sobrevivência de certas formas representacionais, como a Ninfa, o cabelo, o drapeado das roupas, entendidas como tópicos figurativos mobilizados conscientemente pelos pintores, mas o revigoramento mesmo de certas forças psíquicas arraigadas na memória coletiva, cristalizadas como espectros em imagens dotadas de intensa força.<sup>224</sup> Estas imagens “sobrevivem”, já que nunca morrem completamente e estão sempre ressurgindo, quando menos se espera. A sobrevivência atravessa toda a animação da imagem, num conflito entre o *éthos* apolíneo e o *pathos* dionisiaco, como abordado por Nietzsche em *O nascimento da tragédia*. Tratar-se-ia de um conflito, de uma instabilidade já identificada na cultura clássica. “O *Quattrocento*, conclui Warburg, soube apreciar esta dupla riqueza da Antiguidade pagã”.<sup>225</sup>

De acordo com José Geraldo de Oliveira,<sup>226</sup> teríamos assim na obra de Warburg uma extensa análise da relação da memória com a imagem. Antes, entretanto, é importante uma pequena digressão acerca dessa relação. A *Mnemosyne* rege, desde o início dos tempos, as relações entre memória e criação, conhecimento e poesia, ciência e artes. Sob a sua égide, há 2.700 anos, iniciam-se as artes da memória na Grécia, abrindo caminho para uma arte global, combinando, pela primeira vez, o lugar e a memória, o espaço e o tempo, a representação e o movimento e a imagem e o pensamento. A associação entre o pensamento, o lugar e a imagem, talvez, seja o primeiro dispositivo criado pelo homem para armazenar e organizar a memória. É também onde podemos encontrar a ideia de uma paisagem mental que já não está mais separada do lugar, uma vez que as artes da memória expõem a ligação entre pensamento, lugares (*loci*) e imagens (*imagine*).<sup>227</sup>

Nessa perspectiva, Warburg elabora uma teoria dos símbolos, afirmando que eles são portadores de uma carga energética, transmitidos aos artistas num estado de tensão elevada ao máximo. A polarização dar-se-ia – na sua carga negativa ou positiva – quando houvesse um reencontro de uma nova época e das suas necessidades vitais, podendo causar uma reinversão completa da significação. Tal concepção constitui o pressuposto de onde Warburg parte para explicar a “sobrevivência” das imagens e dos símbolos, no sentido em que essa mesma polarização possui o poder da reativação.<sup>228</sup>

---

<sup>224</sup> TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Aby Warburg e a pós vida das Pathosformeln antigas*, op. cit., p. 139.

<sup>225</sup> TAVARES, Marcela Botelho, op. cit., p. 109.

<sup>226</sup> OLIVEIRA, José Geraldo de. “Arqueologia de interface: Warburg, memória e imagem”. *Revista Comunicare*. São Paulo. Volume 16 – Nº 2 – 2º Semestre de 2016, p. 143 e seguintes.

<sup>227</sup> Idem., p. 144.

<sup>228</sup> CANTINHO, Maria João, op. cit., p. 27.

Os sinais imagéticos migrariam através das suas transformações, conquistando, em alguns casos, novos significados, o que permitiria novas leituras. A imagem abre-se então a uma leitura dos seus extremos opostos – a tensão entre dionisiaco e apolíneo nas obras de Dürer, por exemplo – procurando apreender neles a sobrevivência das formas (*Nachleben*) e o deslocamento dos sinais iconográficos.<sup>229</sup> As imagens viajariam a partir de um modelo temporal acronológico, não-sucessivo; uma temporalidade de “dupla-face”, anacrônica e “sintomática”.

Essa concepção historiográfica apresenta um modelo complexo de temporalidade da história que não é compatível com o conceito de devir, já que as cadeias da tradição não se dão através uma transmissão e uma recepção passiva, precisamente porque cada época particular transforma o material mnésico de acordo com as suas exigências.<sup>230</sup> É por isso que o passado nunca é um tempo concluído, pois está constantemente a emergir no presente sem que este o possa dominar. Para Warburg, a memória anulava o abismo entre o passado e o presente. Desenvolvendo uma teoria do símbolo, Warburg revela que as sobrevivências seriam imagens simbólicas, materializando e condensando esta tensão entre o passado e o presente, quebra o continuum da história.<sup>231</sup> A investigação histórica traria à luz conflitos tipológicos e trans-históricos, focando naquilo que permanece e como permanece.

Realizada essa breve exposição de parte da obra e desenvolvimento das reflexões de Aby Warburg, analisarei a partir de agora como os conceitos warburgianos explorados são fundamentais para a compreensão do fazer história de Ginzburg: desde a maneira como ele entende a transmissão de símbolos e memórias ao longo do tempo, até a forma como analisa crenças, mitos e ritos como expressões de *Nachleben der Antike*,<sup>232</sup> e como adapta e modifica o conceito de *Pathosformel* na construção do conceito de *Logosformel*.

Quando lemos, em vários textos,<sup>233</sup> o papel que a obra e os métodos desenvolvidos por Aby Warburg desempenharam na formação e no trabalho historiográfico de Ginzburg,

---

<sup>229</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>230</sup> GUERREIRO, António, op. cit.

<sup>231</sup> Ibidem.

<sup>232</sup> Em uma conversa recente, Ginzburg argumentou conosco que desde o início do seu contato com a obra de Warburg, percebeu o conceito de *Nachleben* como algo muito vago e que não deu a ele muita atenção. Acreditamos, contudo, como demonstraremos nas próximas páginas que, mesmo de forma indireta, Ginzburg se apropria das “sobrevivências” ao formular e aplicar seu conceito de *Logosformel*. In: GINZBURG, Carlo. (*sem assunto*). Mensagem recebida por e-mail – [deivycarneiro@gmail.com](mailto:deivycarneiro@gmail.com) – em 11/12/2021.

<sup>233</sup> Ver, por exemplo: DIERS, Michael; GIRST, Thomas and VON MOLTKE, Dorothea von. “Warburg and the Warburgian Tradition of Cultural History”. *New German Critique*, No. 65, Cultural History/Cultural Studies (Spring - Summer, 1995), pp. 59-73; IMPETT, Leonardo & MORETTI, Franco. Totentanz.

aquele aparece não mais como uma nota de rodapé no pensamento do italiano. Muito se diz da relevância que as reflexões de Warburg tiveram no pensamento de Ginzburg apenas através da referência do artigo, escrito em 1966, “De Warburg a Gombrich”, publicado posteriormente na Coletânea “Mitos, Emblemas e Sinais”. Neste artigo, Ginzburg propôs-se a desenvolver as contribuições metodológicas que Aby Warburg e os seus continuadores forneceram à disciplina da história da arte.

O objetivo desse ensaio historiográfico foi, segundo o historiador italiano, rever a viabilidade da utilização de documentos figurativos – ou seja, pinturas, desenhos ou gravuras – como fontes documentais para a investigação histórica. Nesse ensaio, o “problema do método que ocupou a atenção de Ginzburg foi “o uso de evidências visuais (testemunho figurado) como fontes históricas”. As fontes habituais dos historiadores de arte nos dizem algo sobre a cultura em que foram produzidos? O que as obras de arte nos dizem sobre a sociedade e, ao contrário, como pode uma compreensão das tendências culturais e sociais gerais iluminar nossa compreensão das obras de arte? Nesta análise, o que se deve fazer das estruturas formais, especialmente estruturas estéticas (ou estilísticas), que têm influência na produção desses objetos? Além disso, quais serão os critérios para decidir se obras de arte devem ser consideradas artefatos culturais?<sup>234</sup> Nesse sentido, esse ensaio é, em parte, a expressão, por parte de Ginzburg, da sua admiração pela intenção de Warburg em reconstruir a ligação entre imagens [*figurazioni*] e as necessidades práticas, gostos, mentalidade de uma determinada sociedade — neste caso, a de Florença no Quattrocento. Por fim, é importante ressaltar que nesse ensaio não aparece nenhuma filiação de Ginzburg a um tipo de método warburguiano, mas sim o diálogo com os discípulos de Warburg (Bring, Saxl, Panofsky e Gombrich) sobre a possibilidade de se pensar um conceito de cultura mais amplo, que será encontrado apenas em um diálogo posterior com M. Bakhtin na formulação da “circularidade cultural” que permeia suas reflexões a respeito de Menocchio.

---

“Operationalizing Aby Warburg’s Pathosformeln”. *Pamphlets of the Stanford Literary Lab*, 16, November 2017. WOOD, Christopher S. “Aby Warburg, *Homo victor*”. *Journal of Art Historiography* Number 11, December 2014. No Brasil, Espada Lima percebe a influência de Warburg na construção do pensamento de Carlo Ginzburg, mas foca especificamente as obras do historiador italiano produzidas nos anos 1960, não discutindo a relevância do pensamento de Warburg na maneira em que Ginzburg analisa a anomalia, o desvio e o excepcional, desconsiderando o historiador de Hamburgo como um dos principais fundamentos do método indiciário ginzburguiano. LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; p. 295-300 e 367-358.

<sup>234</sup> MOLHO, Tony. Carlo Ginzburg: Reflections on the intellectual cosmos of a 20th-century historian. *History of European Ideas*, Florence, 30, 2004, p. 126.

Esse ensaio é então uma das poucas obras em que Ginzburg lida extensivamente com a obra de Aby Warburg e o seu legado intelectual e institucional, com relativamente poucas alusões ao historiador alemão nos seus escritos posteriores.<sup>235</sup> Encontramo-las, por exemplo, no texto publicado em 2012, em que o historiador italiano narra a experiência com o legado de Warburg ao descrever o contato com a biblioteca Warburg pela primeira vez no verão de 1960, mediado por Delio Cantimori, seu orientador, que na época passava uma temporada de pesquisa por lá.<sup>236</sup> Essa relação se estreitou no verão de 1964, quando foi convidado a passar um mês no Instituto Warburg: foi lá que ele teve a ideia de colocar o caso dos Benandanti, numa perspectiva comparativa de larga escala, aprofundando assim suas análises que apareceriam posteriormente em “Os Andarilhos do Bem”.<sup>237</sup>

Em suma: a relação de Ginzburg com o *Warburg Institute* e uma certa “filiação” ao pensamento e à obra de Warburg remonta ao início dos anos 1960. A nossa hipótese central é a de que essa relação se mantém direta e indiretamente por toda a carreira de Ginzburg. Em algumas obras a aproximação é mais direta, como veremos a seguir. Em outras, aparece de forma mais intuitiva, até mesmo inconsciente, mas ainda sim de forma densa e fundamental.

Uma maneira de observarmos o tom dessa interação talvez seja através do exame de alguns textos nos quais essa relação seja mais óbvia; livros que tratam diretamente de temas relacionados à história da arte, como o livro dedicado ao estudo de obras de arte de Piero della Francesca e a coletânea de ensaios *Medo, Reverência e Terror*.

*Investigando Piero* publicado originalmente em 1981, como título inaugural da famosa coleção “Microstorie” e cuja pesquisa e escrita datam da segunda metade dos anos 1970, (ou seja, planejado no mesmo contexto de *O queijo e os Vermes* (1976), *Sinais: raízes do paradigma indiciário* (1977), *O nome e o como* (1979), e mais de 10 anos após de A. Warburg a E. H. Gombrich (1966)<sup>238</sup> surge como uma obra de clara inspiração em Warburg (e também em Gombrich).

Assim como Warburg, que em toda sua trajetória buscou combater uma história da arte apenas formalista, Ginzburg, ao examinar três quadros de Piero, rechaça um

---

<sup>235</sup> GARCÉS, Federico Ardila. “Entre el nachleben y el paradigma indiciario: Carlo Ginzburg y el método Warburgiano en la historia del arte”. *Historia Y Sociedad*. N. 30, Medellín, Colombia, 2016, p. 21.

<sup>236</sup> GINZBURG, Carlo. *Une Machine à Penser*. *Common Knowledge*, Volume 18, Issue 1, Winter 2012, p. 79.

<sup>237</sup> Idem., p. 84.

<sup>238</sup> GINZBURG, Carlo. *Investigando Piero: o Batismo, o ciclo de Arezzo, a Flagelação de Urbino*. 1ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2010, 312 pp.

modelo de história da arte pautada na identificação de paralelismos entre processos artísticos e processos socioeconômicos. Esse livro de Ginzburg testemunha claramente o rico uso de instrumentos analíticos de reconhecimento e interpretação de símbolos identificados com o método warburguiano, evitando os excessos interpretativos que as vezes incorreram continuadores da obra de Warburg, tal qual Erwin Panofsky.<sup>239</sup>

Nessa obra, Ginzburg analisa três das principais obras de Piero della Francesca – “O Batismo de Cristo”, “A Flagelação” e o “Ciclo de Arezzo”. Rompendo com análises tradicionais da História da Arte e se recusando a fazer uma análise dos aspectos propriamente formais, o historiador italiano critica a primazia, e a quase exclusividade da datação das obras baseadas exclusivamente em fatos estilísticos. Segundo ele, datar uma obra sobre essas bases apresenta fragilidades evidentes: como acontece em muitas pesquisas iconológicas, a obra se torna apenas um pretexto para uma série de associações livres realizadas pelo historiador da arte, em geral baseadas numa pretensa decifração simbólica.<sup>240</sup>

As pinturas desse artista, como o próprio Ginzburg demonstra, têm sido alvo de múltiplas interpretações devido, em parte, à pouca informação que está disponível sobre elas e ao quão enigmáticos são em termos do seu significado temático e da sua proveniência. O método que Ginzburg utiliza na sua investigação inclui a análise conjunta de aspectos estilísticos e dados específicos sobre os diretores das obras, que são alimentados para chegar a conclusões sobre as questões acima referidas.

Para evitar esses problemas, Ginzburg buscou amparo, como fez em outros trabalhos ao longo dos anos 1970, nas reflexões de Gombrich e Warburg. Do primeiro, o historiador italiano retira a perspectiva de partir da análise não tanto dos símbolos, e sim das instituições ou dos gêneros, para evitar a produção de uma análise iconológica selvagem. Para complementar, investiga também os comitentes. Tal forma de análise colocaria em questão a relação entre a obra de arte e o contexto social em que ela nasce.

Do segundo, se apropria metodologicamente da decifração dos símbolos, mantendo a atenção ao contexto social e cultural da produção da obra de arte. Isso se traduz numa reconstrução analítica da intrincada rede de relações microscópicas que todo produto artístico, até mesmo o mais rudimentar, pressupõe.<sup>241</sup> Temos então como

---

<sup>239</sup> BURUCÍA, José Emilio. *Historia, arte, cultura: De Aby Warburg a Carlo Ginzburg*. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2003, p. 136.

<sup>240</sup>GINZBURG, Carlo. *Investigando Piero*, op. cit., p. 17.

<sup>241</sup>Ibidem, p. 18-20.

resultado uma análise micro-histórica, poderíamos dizer, de matriz warburguiana, aplicando seu próprio paradigma indiciário para remontar a trajetória de Piero e da construção das possibilidades dos contextos em que as obras em questão foram produzidas, a data de sua conclusão, a inserção ou não de personagens contemporâneas nos quadros, as inspirações (reliquias, colunas etc.) usadas por Piero em suas composições, as implicações políticas e religiosas dos quadros e a rede de relações do pintor.

Os quatro ensaios do livro *Medo, Reverência e Terror*<sup>242</sup> tem como elo a análise da iconografia política, um projeto explicitamente warburguiano: o próprio autor afirma que o elemento central que os unifica é o instrumento analítico utilizado em sua feitura – a noção de *Pathosformel*. Nesses textos busca, de várias maneiras, apreender e explicitar como gestos de emoção extraídos da antiguidade foram retomados por vários artistas e elementos iconográficos, em alguns casos, de forma invertida, ou como sintomas freudianos. Ele afirma que a transmissão das *Pathosformeln* depende sobretudo de contingências históricas. Já as reações humanas a essas fórmulas, dependeriam de circunstâncias completamente diferentes, em que os tempos mais ou menos curtos da história se entrelaçam com tempos bastante longos da evolução. Nesse sentido, eu gostaria de dedicar algumas linhas a dois ensaios.<sup>243</sup>

No ensaio “*Seu país precisa de você*”: *um estudo de caso em iconografia política*, percebe-se uma exemplar aplicação da metodologia warburguiana no intuito de apreender a poderosa eficácia do gesto de Lord Kitchener. Fazendo uso do conceito de *Pathosformel*, Ginzburg examina como um gesto pode ser algo, longe de neutro, aberto a interpretações diferentes e mesmo opostas. Analisando a História Natural, de Plínio, o velho, observa algumas passagens permeadas pela importância do gesto: O dedo com o raio que parece estar fora do quadro; o olhar que tudo vê e o desenho do boi, não de perfil, mas de frente. Esses elementos da antiguidade são reelaborados na iconografia política da primeira guerra mundial e Ginzburg esboça a trajetória histórica de transmissão dessas “fórmulas do patético”. Ele demonstra a difusão desses elementos iconográficos pela Europa, perpassando por Plínio, Aristóteles, Nicolau de Cusa, sendo cristianizado por

---

<sup>242</sup> GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência e terror: quatro ensaios de iconografia política*. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

<sup>243</sup> Terror e veneração estão no centro da análise do ensaio dedicado ao *Marat* de David, onde Ginzburg demonstra a trajetória histórica de uma iconografia pagã e depois, cristã, a serviço da pintura revolucionária, revelando as raízes religiosas de pinturas seculares. Noutro ensaio revela a justaposição do antigo e do contemporâneo buscado por Picasso, no qual o uso de espadas e lâmpadas ajudam a lançar luzes sobre *Guernica*.

Caravaggio e outros até chegar ao cartaz de Lord Kitchener e o uso do dedo que aponta como elemento comercial, desde a venda de cigarros à promoção de alistamento militar, que incutiria no observador um misto de terror, angústia, distanciamento hierárquico e admiração. Enfim, Ginzburg consegue demonstrar historicamente a trajetória de como artifícios visuais inventados por pintores helenísticos – fórmulas do patético – foram adaptados com êxito à vida do século XX e suas exigências.<sup>244</sup>

No primeiro ensaio, que leva o mesmo nome do livro e que iconologicamente explora o frontispício da primeira edição do *Leviatã*.<sup>245</sup> Ginzburg considera as raízes do termo *awe* (em que horror e veneração confluem), usado por Hobbes para traduzir o verbo grego *apeirgein*, “manter sob controle”, na sua versão de *A guerra do Peloponeso*. A análise de Tucídides, autor desse livro, sobre o vazio de poder e dissolução da lei causada pela peste que assolou Atenas em 429 a.C teria influenciado a ideia de Hobbes que o medo e a origem do estado estariam relacionados. Há, contudo, uma mudança central nessa apropriação: a *sobrevivência* aqui ocorre com modificações. O que em Tucídides indica a manutenção do controle por parte do Estado, em Hobbes se transforma em sujeição ao Estado, fazendo com que o medo, no pensamento do filósofo inglês, se torne o mecanismo de sujeição do povo: para Hobbes o poder do Estado não estaria apenas na força, como em Tucídides, mas na subjugação e resignação. Nesse sentido, Ginzburg, analisando as apropriações do conceito de medo em Hobbes, propõe uma nova leitura do pensamento do autor de *O Leviatã*: reinterpretando Tucídides, o filósofo inglês percebe que o poder político secular se funda na força, mas não apenas nela. Ele se fundamenta no medo. O estado incute terror, sentimento no qual se misturam o conceito de medo e sujeição.<sup>246</sup> O conceito de medo em Hobbes seria, na verdade, uma *fórmula de ideia ou de pensamento*, advinda de Tucídides, uma *Logosformel*.

Concebido pelo próprio Ginzburg, o termo *Logosformel* aparece a primeira vez em seu ensaio *Estilo*,<sup>247</sup> ao evidenciar o uso que Agostinho e Baldassare Castiglione fazem do argumento retórico de “adequação” de Cícero, demonstrando que esse funciona como um modelo cognitivo. Se a noção de *Pathosformel* ilumina as raízes antigas de imagens modernas e a maneira como tais raízes foram reelaboradas, funcionando como

---

<sup>244</sup> GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência e terror*; op. cit, p, 95.

<sup>245</sup> GINZBURG, Carlo. Medo, Reverência e terror: reler Hobbes hoje. In: *Medo, reverência e terror*, op. cit.

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>247</sup> GINZBURG, Carlo. “Estilo: inclusão e exclusão”. In: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 143.

sua paráfrase, a *Logosformel* pode nos ajudar a perceber a raízes de ideias e até mesmo de uma ideia cujo objeto seja uma emoção como seria o caso do já citado frontispício do *Leviatã*.

Esse instrumento analítico aparece desde então como elemento metodológico fundamental em diversos ensaios produzidos pelo historiador italiano. Em outro ensaio, aquele que trata da *Utopia*, de Thomas More, o detalhe da palavra “*festivus*” presente no título completo da obra, serve para que Ginzburg demonstre a apropriação das ideias do escritor satírico da antiguidade romana, Luciano de Samósata, feita na obra de More e por Erasmo de Roterdã.<sup>248</sup> Em outro ensaio do mesmo livro a “intuição de uma afinidade morfológica”<sup>249</sup> que une *Tristram Shandy*, o famoso livro de Laurence Sterne e o *dicionário histórico e crítico* de Pierre Bayle, serve para pôr fim demonstrar-se que o segundo influenciou tanto estrutura formal da obra, assim como a personalidade do narrador do primeiro.<sup>250</sup> Aqui a noção de *Logosformel* se expande ainda mais, já que não uma ideia propriamente dita, mas a relação entre texto e notas do dicionário de Bayle, que Ginzburg chama de “centrípeta” (ao contrário das notas de uma bíblia comentada por exemplo em que a relação seria centrífuga) é similar aos diagramas de Sterne em seu livro, demonstrando a imensa capacidade de fazer associações pouco convencionais, porém esclarecedoras que tal ferramenta apresenta.

Já *Relações de Força*,<sup>251</sup> coletânea de textos teóricos publicado no Brasil dois anos depois de seu lançamento, culmina com o ensaio “Além do exotismo: Picasso e Warburg”. Nesse artigo o autor demonstra, ao analisar a ausência da análise do cubismo no grande livro de Panofsky, *O significado nas artes visuais*, que tal “esquecimento” fez o historiador da arte perder de vista um feito revolucionário na estética do início do século XX; uma ruptura irreversível com os cânones clássicos do Ocidente realizada por Picasso ao pintar as *Senhoritas de Avignon*. Ginzburg coloca-se então a analisar a obra e a importância do cubismo, que não cabe aqui. Entretanto, mesmo ao ressaltar o aspecto revolucionário em Picasso, como a ruptura com a questão clássica das proporções, o texto foca também na questão da permanência (*Nachleben der Antike*) e da persistência de elementos do mundo clássico e renascentista.

---

<sup>248</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>249</sup> GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha*, op. cit., p. 11.

<sup>250</sup> Idem., p. 64.

<sup>251</sup> GINZBURG, Carlo. *Relações de Força*, op. cit.

Baseados nessa leitura, acredito que uma parte significativa dos artigos e livros de Ginzburg, resultantes de seu método indiciário aplicado aos problemas dos significados das obras literárias e artísticas, estejam interligados, em termos de identificação, a alguma variação de aplicações da *Nachleben der Antike*, das *Pathosformeln* e das *Logosformeln*. E como apresentarei a seguir, essa questão está presente em um dos livros mais polêmicos e mais criticados já produzidos por Carlo Ginzburg: *História Noturna*.

## 8.2 – História Noturna: o passado e o presente entre permanências e adaptações

Para Ginzburg, é da tensão não resolvida entre o histórico e o morfológico (ou biológico, também) que nasce a riqueza e os paradoxos presentes na obra de Warburg.<sup>252</sup> Algo similar pode ser afirmado sobre *História Noturna*, em que a terceira parte consiste justamente na tentativa de desfazer uma tensão semelhante. Diante desse “parentesco” temático chega ser no mínimo curioso que o nome de Warburg não apareça uma única vez no livro de um autor que tanto fora por ele influenciado.

Numa tentativa de leitura justaposta da obra desses dois autores, buscaremos um propósito duplo: perceber mais acuradamente a relevância do pensamento e da escrita de Warburg em *História Noturna*,<sup>253</sup> e refletir sobre até que ponto as conclusões desse livro podem lançar luz sobre os dilemas não resolvidos do historiador da arte alemão.

*História Noturna* é um livro metodologicamente ousado: com o intuito de decifrar o sabá, acaba por fim, revelando a “origem de todos os mitos”. Para tanto, Ginzburg inova em relação às abordagens típicas de seus trabalhos de até então. Apesar de utilizar de ferramentas típicas da micro-história e de fazer uso de ampla documentação empírica, ele se utiliza pela primeira vez de reflexões e aparatos estruturalistas, sobretudo levi-straussianas, e busca através de análises morfológicas, ligar o micro ao muito macro. Ginzburg organiza o livro em três partes. Na primeira parte, ele reconstrói, a partir de uma análise ricamente documentada, o emergir da imagem inquisitorial do sabá. Em seguida, examina o denso e profundo estrato mítico e ritual do qual nasceram as crenças populares que depois, via aparato inquisitorial, foram forçadas a confluir no sabá. Por fim, em uma análise mais morfológica, oferece possíveis explicações dessa dispersão de mitos e ritos pela Ásia e Europa.

---

<sup>252</sup>GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror*, op. cit., p. 11.

<sup>253</sup>GINZBURG, Carlo. *História Noturna*, op. cit.

As três partes do livro tiveram recepções muito diferentes. A primeira, histórica, tem sido amplamente aceita – embora, como é a norma, tenha sido minuciosamente corrigida em vários lugares. A segunda e a terceira partes têm sido frequentemente criticadas, e em alguns casos rejeitadas em massa: mas por trás das objeções apontadas, mais ou menos bem fundamentadas, sentimos a necessidade de voltar ao elo entre morfologia e história, e suas implicações metodológicas.<sup>254</sup>

Essa amplitude metodológica da obra tem uma grande influência na perspectiva narrativa dela. Observamos que na primeira parte do livro, devido ao próprio tema ser melhor circunscrito e amparado em um corpus documental denso, o andamento narrativo acaba sendo mais linear, respeitando os domínios cronológico e geográfico. Já na parte central do livro, Ginzburg abandona as continuidades espaciais e cronológicas, e constrói relações, por meio de afinidades morfológicas, de algumas configurações míticas e rituais, documentadas num espaço de milênios e por vezes com milhares de quilômetros de distância. Já na parte final, Ginzburg alterna história e morfologia com o intuito de tentar relacionar metodologias díspares ou mesmo contraditórias.<sup>255</sup>

De acordo com Cora Presezzi,<sup>256</sup> um dos problemas centrais de *História Noturna*, exposto pelo próprio Ginzburg na introdução do livro, é o da legitimidade da generalização do caso dos *Benandanti*, analisado em seu primeiro livro publicado em 1966, em face a excepcionalidade da documentação inquisitorial analisada: poderia o Friuli se transformar em uma porta para um horizonte mais amplo, báltico, eslavo, siberiano e até mesmo eurasiático?

Entretanto, o problema da generalização implicava outro ainda mais complexo: o da possibilidade ou mesmo necessidade de recorrer à morfologia no contexto de um estudo histórico pautado na comparação de materiais míticos, registrado em documentos algumas vezes até datáveis cronologicamente, mas certamente atestando tradições orais pré-existentes, muito mais difíceis de serem colocadas de maneira absoluta numa cronologia.<sup>257</sup> Todavia, Ginzburg fez um interessante uso da pesquisa morfológica como uma espécie de sonda, utilizada para examinar o extrato mais profundo de mitos e ritos, inacessíveis, segundo ele, por outros meios, tentando sempre não cair na tentação de um

---

<sup>254</sup>GINZBURG, Carlo. *Medaglie e conchiglie: ancora su morfologia e Storia. Postfazione alla nuova edizione di "Storia Nottura"*. Milano: Adelphi, 2019, p. 349.

<sup>255</sup>GINZBURG, Carlo. *História Noturna*, op. cit., p. 26.

<sup>256</sup>PRESEZZI, Cora. "Rileggere Storia Noturna". In: *Streghe, sciamani, visionari: in margine a Storia Notturna di Carlo Ginzburg*. Roma: Viella, 2020, p.11.

<sup>257</sup>Ibidem, p. 13.

difusionismo simplista ou em um uma noção infantil de arquétipo.

Na segunda parte de *História Noturna*, Ginzburg mostra as similaridades, mas com algumas variações, de uma série de mitos, ritos e cultos de fundo xamânico presentes em boa parte da Europa. Na sua interpretação, o sabá é um evento não ritual, mas mítico, no qual encontramos elementos originais, arcaicos e elementos espúrios, derivados da incursão culta da repressão eclesiástica. A hipótese de Ginzburg é a de que a bruxaria testemunha a permanência, na Europa, em séculos recentes, de uma cultura xamânica.

O xamanismo analisado por ele não seria uma religião, mas uma manifestação, um comportamento que pode pertencer, e de fato pertence, a diversos sistemas religiosos; e o xamã não é um sacerdote, mas uma personagem que dispõe de poderes particulares, adquiridos após uma difícil iniciação e uma dura preparação.<sup>258</sup> A faculdade suprema do xamã é aquela de poder acessar, entrar no mundo dos mortos, de saber descer ao inferno e ascender ao céu, de poder guiar no mundo dos mortos a alma saída do corpo, ou ainda acompanhar o espírito de uma vítima sacra. Pode curar, porque pode ir em busca da alma perdida do doente, todavia, não é um “curador”, estritamente falando. É capaz de “voar”, de percorrer longas distâncias, e essas maravilhas que ele realiza ocorre durante um transe estático, durante o qual a alma sai do corpo e viaja.<sup>259</sup> Se hoje o xamanismo sobrevive numa zona periférica, todavia vasta, existem indícios que em tempos antiquíssimos veio a ser praticada em um espaço vastíssimo; os celtas certamente o praticavam, e houve séculos nos quais a Europa era quase exclusivamente céltica, gerando extratos culturais que permaneceram como *Nachleben der Antike* em crenças no período moderno.

Para organizar seus argumentos e hipóteses, Ginzburg reúne uma série de mitos e ritos que teriam permeado culturas europeias de origens célticas. O primeiro deles seriam as *viagens extáticas em companhias de divindades predominantemente femininas*, como as fadas na Escócia, Diana na França, Renânia e Itália centro-setentrional e as “Mulheres de fora” na Sicília. Em segundo lugar, *batalhas travadas em êxtase*, tendo como função principal a garantia da fertilidade dos campos e boas colheitas: os Benandanti (Friuli); Mazzeri (Córsega); Kresniki (Ístria, Eslovênia, Dalmácia, Bósnia, Montenegro; Táltos (Hungria); Lobisomens (Livônia) e Xamãs (Lapônia). Em terceiro, *aparições semi-animalescas durante os doze dias* (Grécia); Em penúltimo lugar, *grupos de jovens disfarçados de animais, principalmente durante os doze dias*: Regôs (Hungria); Eskari

---

<sup>258</sup>MANGANELLI, Giorgio. *Concupiscenza Libraria*. A cura di Salvatore Silvano Nigro. Milano: Adelphi, 2020, p. 111.

<sup>259</sup>Ibidem, p. 111.

(Macedônia, Bulgária); Calusari (Romênia); Koljadanti (Ucrânia). Por fim, aparição de mortos em dias pré-determinados: Benandanti (Friuli); Armiers (Ariège) e Mesultane (Geórgia).<sup>260</sup>

A partir desse resumo, percebe-se que as evidências que Ginzburg apresenta são enormes. Tanto os Benandanti do Friuli quanto os Lobisomens da Livônia estão inseridos numa gama de exemplos comparáveis que surgem desde documentos carolíngios até os sermões de Nicolau de Cusa e de processos inquisitoriais de bruxaria na Escócia. E as evidências advindas da Europa oriental, são mais ricas ainda. Essa análise de cunho morfológica não se baseia em uma identidade estrutural perfeitamente demonstrável, mas numa classificação politênica, na qual fenômenos são agrupados com base na quantidade de elementos compartilhados e no qual nenhum elemento isolado é essencial para fazer que um desses fenômenos seja classificado como pertencente a um dos grupos.

Ginzburg esclarece que todos esses mitos e crenças tem em comum, como elementos compartilhados, certos sinais físicos: nascer com a pelica ou dedos extras, que habilitariam a pessoa a se comunicar com os mortos; a possibilidade de entrar em transe de caráter extático; voos mágicos em espírito em forma de algum animal; batalha contra bruxas no intuito de proteger a colheita ou, alternativamente, algum tipo de visita ao mundo dos mortos. E por fim, voos noturnos ou transe em alguma época especial do ano. Possuíam também em comum um substrato celta.

Enfim, para Ginzburg, nessas regiões, por séculos ou milênios, matronas, fadas e outras divindades benéficas e mortuárias habitaram, invisíveis, a Europa de influência céltica. Teríamos então elementos mais antigos e mais recentes que contribuiriam para a cristalização estereótipo do sabá: o mais antigo seria formado por reelaboração literária e inquisitorial do antigo mito celta da viagem ao mundo dos mortos (sendo mais preciso, um estrato muito profundo de origem celta, grega ou mesmo mediterrânea); e mais recentemente, substratos dessas crenças cristalizadas no tema do complô a partir da presença de grupos heréticos e/ou marginais. Para Ginzburg haveria uma confluência, com adaptações, sobrevivências, sintomas de elementos xamânicos advindos da Ásia central e da Sibéria e que formaria uma parte importante da mitologia popular e na maioria dos casos desprovida de algum componente ritual.

A partir dessas discussões realizadas, meu objetivo agora é revelar ao leitor a hipótese principal que guia a discussão neste capítulo: para além das questões que o autor

---

<sup>260</sup>GINZBURG, Carlo. *História Noturna*, op. cit., p. 103-104.

trata como objetivo do livro (análise dos substratos mais antigo de crenças e sobreposições sucessivas que levaram até o mito do sabá através da desfiguração realizada pelos inquisidores), há em toda a obra uma latente da metodologia warburguiana. Mesmo sem Ginzburg citar Aby Warburg em *História Noturna*, pode-se perceber a relevância do historiador de Hamburgo na forma como constrói e compreende a influência dos mitos e ritos de um passado até mesmo pré-histórico (*Pathosformeln*) em formas e sobrevivências (*Nachleben*) em vários presentes analisados ao longo da obra.

Os mitos e ritos com fundo xamânicos que Carlo Ginzburg estuda em seu *História Noturna* partilham também a capacidade de se dispersar geograficamente e serem afixados por culturas variadas: “Caçadores siberianos, pastores nômades da Ásia central, citas, trácios, celtas: a cadeia que havíamos sugerido para explicar a difusão das crenças xamânicas da Ásia à Europa, das estepes ao Atlântico...”<sup>261</sup>

Contudo, essa rota de difusão que o historiador italiano partindo de percepções basicamente morfológicas, demonstra ser conciliável com uma trama documentada por relações históricas<sup>262</sup> não assimila satisfatoriamente um motivo iconográfico particular: um cavalo com barriga no chão, quase esmagado contra o solo, conhecido como “galope voador”.<sup>263</sup>

“... ignoramos onde e quando o “galope voador” teve origem e como se propagou. Naturalmente, não se pode excluir a possibilidade de o motivo ter sido inventado várias vezes em civilizações diversas, de maneira autônoma. Mas o que levou a supor o contrário foi sua convencionalidade: trata-se de uma fórmula ao mesmo tempo extremamente eficaz e sem equivalente na realidade. A analogia de fundo com as questões colocadas pelos mitos e ritos examinados até aqui (surgiram de maneira independente? Propagaram-se a partir de um ponto e de um lugar precisos?) é evidente.”<sup>264</sup>

Nesse ponto do livro a tensão entre história e morfologia, que aparentemente tinha sido desfeita com a inserção dos citas, como mediadores entre oriente e ocidente, novamente se complexifica. O tema do galope voador por aparecer em objetos com origem e fisionomia distinta escapa a esse esquema:

“Seja como for, ela propõe uma hipótese muito mais geral: a possibilidade de que culturas fugidas e tenazes dos nômades das estepes tenham deixado traços, profundos embora dificilmente documentáveis, em outras culturas mais próximas de nós, a começar pela grega. Talvez a circulação de imagens e crenças que delineamos se tenha tornado possível graças a uma sedimentação

---

<sup>261</sup>GINZBURG, Carlo. *História Noturna*, op. cit., p.228

<sup>262</sup>Idem., p.229.

<sup>263</sup>Ibidem, p. 229

<sup>264</sup>Ibidem, p.230.

preexistente.”<sup>265</sup>

Diante dessas questões e suas duas explicações possíveis - a difusão temporal ou derivação de uma fonte comum - , Ginzburg tenta seguir um outro caminho: integrar na análise os dados históricos externos e as características internas, estruturais do fenômeno transmitido. E tudo isso em escala reduzida, “isolando do conjunto de fenômenos examinados até agora um elemento específico - um pequeno detalhe.”. Antes de prosseguir com nosso raciocínio, é inevitável ressaltar já aqui o caráter warburgiano desse “terceiro caminho” que tenta compreender permanência e dispersão conjugando *dados históricos e características internas*, ainda mais quando nos vemos diante da expressão *um pequeno detalhe*.

Esse pequeno detalhe vem através da leitura de Lévi-Strauss. A partir de um mito dos índios terenas da Amazônia sobre a origem do tabaco, em que o protagonista se torna manco após os sortilégios de sua mulher, que o antropólogo francês nota que a coxeadura aparece em inúmeros mitos e ritos, desde as Américas à China, da Europa continental ao Mediterrâneo. E segundo o antropólogo francês, todos esses mitos estariam ligados à mudança das estações: “Uma conexão transcultural que cobre uma área tão imensa não pode, evidentemente, restringir-se a causas explicativas particulares. Se não se quer fazer remontar o rito da dança claudicante ao paleolítico (o que, observa o antropólogo, explicaria sua distribuição, mas não a sua sobrevivência)”<sup>266</sup>.

Considerando a resposta de Lévi-Strauss inadequada<sup>267</sup> a tal constatação, Ginzburg, através de uma profunda reflexão acerca da estrutura de diversos mitos que vão da Grécia a China, de Édipo a Jacó, percebe que o desequilíbrio deambulatório simboliza nos seus mais variados isomorfismos uma conexão permanente ou temporária com o mundo dos mortos. Mas até esse ponto permanece a pergunta de “como é possível que mitos e ritos semelhantes ressurgam com tanta insistência em âmbitos culturais tão heterogêneos?” diante a qual o historiador italiano objeta que na coxeadura mítico-ritual haveria um arquétipo: um símbolo elementar que faria parte do patrimônio psicológico inconsciente da humanidade. “[...] Nascida (a noção arquétipo) para captar algumas constantes de fundo da psique humana [...] ela pressupõe a existência de símbolos evidentes por si mesmo, universalmente difundidos - os arquétipos -, cujo significado

---

<sup>265</sup>Ibidem, p.230.

<sup>266</sup>Ibidem, p.234.

<sup>267</sup>Ibidem, p. 234.

seria compreensível de maneira intuitiva.” Mas negando tais pressupostos, o autor de *História Noturna* tenta sua própria explicação:

“O mito nos convida a reconhecer na simetria uma característica dos seres vivos. Se a ela acrescentarmos uma característica mais específica [...] - manter-se de pé -, depararemos com um ser vivo, simétrico bípede. A difusão transcultural dos mitos e ritos centrados na assimetria deambulatória talvez tenha sua raiz psicológica nessa percepção elementar, mínima, que a espécie humana tem de si mesma - da própria imagem corpórea. Assim, o que altera essa imagem, num plano literário ou metafórico, parece particularmente adequado a exprimir uma experiência além dos limites do humano: a viagem ao mundo dos mortos, realizada em êxtase ou por meio dos ritos de iniciação [...] Com isso, a noção de arquétipo é reformulada de maneira radical, por estar solidamente apoiada no corpo. Para ser mais exato, em sua autorrepresentação. Podemos apresentar a hipótese de que essa autorrepresentação opere como esquema, uma instância mediadora de caráter formal, capaz de reelaborar experiências ligadas a características físicas da espécie humana, traduzindo-as em configurações simbólicas potencialmente universais”.<sup>268</sup>

As respostas, ou ao menos as trilhas pelos quais viriam as respostas, que Warburg propôs para tentar harmonizar o conflito entre história e morfologia, aparentemente orbitam em alguma região entre o caminho que divide essas duas noções de arquétipo. Na palestra sobre as memórias de sua viagem à América do Norte<sup>269</sup> ele se pergunta como se originam as expressões linguísticas e em forma de imagem. Se pergunta também se é acordo com que sensação ou ponto de vista que elas são armazenadas no arquivo da memória. Se existe alguma lei que rege o modo pelas quais se sedimentam e vêm novamente à tona,<sup>270</sup> questões que ele respondeu da seguinte forma:

“O problema da “memória como matéria organizada”, que Hering formulou com tanta felicidade, deve ser respondido com os meios de minha biblioteca, e também deve ser concebido, de um lado, mediante uma psicologia do homem primitivo — isto é, o homem que reage iletradamente e de imediato, por reflexo —, e, de outro, mediante a do homem histórico e civilizado, que, consciente de si, lembra a formação sedimentada (histórica) de seu próprio passado e do de seus antepassados. No caso do homem primitivo, a imagem mnêmica leva à ação religiosa; no do homem civilizado, à anotação. Toda a humanidade é — o tempo todo e para sempre — esquizofrênica. Talvez, em termos ontogenéticos, seja possível designar um comportamento frente às imagens mnêmicas como sendo precedente e primitivo, que, contudo, permanece latente. Nos estágios posteriores, a imagem mnêmica já não desencadeia um movimento reflexo imediato e prático — seja ele bélico ou religioso; em vez disso, as imagens da memória passam a ser conscientemente armazenadas em imagens ou sinais. Entre esses dois estágios situa-se o tratamento recebido pela impressão que se pode

<sup>268</sup> Ibidem, p.257.

<sup>269</sup>WARBURG, Aby. Memórias da viagem à região dos índios pueblos na América do Norte, op. cit., p.238.

<sup>270</sup> Ibidem, p.250.

designar como forma simbólica de pensamento.”<sup>271</sup>

Warburg acreditava que, junto com seu *Atlas Mnemosyne*, o cotejo entre a psicologia do homem primitivo e do homem “histórico e civilizado” trariam a solução para o *problema da memória como matéria organizada* (que de forma indireta lançaria luz sobre o embate entre história e morfologia). Na tentativa de resolver essas questões, tanto ele como Ginzburg se viram lançados cada vez mais em direção ao passado longínquo da espécie humana, cada vez mais próximos da região limítrofe que separa o homem dos outros animais.

A partir dessas considerações fica explícito que em *História Noturna* é utilizado com certa frequência, por Ginzburg, um processo analítico muito parecido com o que Warburg em alguns de seus textos: a busca por determinado elemento morfológico numa variada gama de fontes e sua transmissão temporal para inúmeros contextos.

Assim, durante toda a parte dois de *História Noturna*, algum elemento morfológico aparece para expandir a série documental, nas quais estariam incluídos elementos culturais que depois confluíram no núcleo folclórico do sabá. Diferente da análise mais ou menos desconectada, do ponto de vista histórico, da iconografia da serpente na antiguidade que Warburg nos apresenta, esse tipo de classificação (por semelhança de família) muitas vezes permite que anomalias e pequenas variações funcionem como pontes entre duas séries distintas, estabelecendo a possibilidade de uma derivação de mesma fonte, indicando já na análise puramente morfológica algum senso temporal-histórico. “As múltiplas variantes de um detalhe aparentemente marginal contêm uma história de milênios”.<sup>272</sup>

Um exemplo fundamental desse processo é o caso do lobisomem livônio: “um velho de oitenta anos chamado Thiess, que os conterrâneos consideravam um idólatra” levado à inquisição “confessou aos juízes que o interrogavam ser um lobisomem.” Afirmou que três vezes por ano os lobisomens da Livonia iam até o inferno combater o demônio e seus feiticeiros pela fertilidade dos campos: “os bruxos roubam os brotos de trigo, e, caso não se consiga arrancá-los deles, vem a carestia.”<sup>273</sup> E de forma alguma cedeu à pressão dois inquisidores e confessou ter feito pacto, pelo contrário com obstinação continuou a afirmar que era inimigo do Diabo e seus feiticeiros.<sup>274</sup>

---

<sup>271</sup> Ibidem, p.251.

<sup>272</sup> Ibidem, p. 280.

<sup>273</sup> Ibidem, p. 164.

<sup>274</sup> Ver também as considerações feitas recentemente por Ginzburg acerca da relação entre história e morfologia: GINZBURG, Carlo. *Conjunctive Anomalies – a reflection on werewolves*. In: GINZBURG,

Segundo Ginzburg, os relatos do velho Thiess invertiam um estereótipo antigo, mas não apenas. Questionavam um esquema interpretativo relativamente recente, que inseria os lobisomens num conjunto mítico germânico mais amplo, de natureza belicosa, tendo como eixo o tema *exército dos mortos*.<sup>275</sup> As batalhas pela fertilidade, e também o nascer com pelico aparecem nessa altura do livro para unir lobisomens bálticos aos *benandanti* e esses aos feiticeiros e bruxas. Como já dissemos, elementos morfológicos anômalos diversos servem como vínculos para aumentar cada vez mais a abrangência espacial e temporal de fenômenos culturais e que por fim ligarão o êxtase xamânico ao sabá das bruxas. Ao fim do livro somos apresentados a diversos extratos mítico-rituais, que mesmo variando se sobrepõem ou correlacionam-se parcialmente, todos de algum modo ligados ao tema antiquíssimo da viagem, real ou metafórica, ao mundo dos mortos.

Sem usar declaradamente o conceito de *Nachleben*, temos claramente nessas formas de análise demonstradas até aqui uma argumentação que vai mostrando e guiando o leitor para a percepção de *sobrevivências* de crenças, mitos ou resíduos, ora vivenciados de maneira direta, mas na maioria das vezes como sintomas, no sentido freudiano do termo. O conceito warburgiano de *Nachleben* (e talvez, o de imagem dialética de Walter Benjamin) está presente na forma como Ginzburg, “amarra” as relações entre história e morfologia e tenta responder de alguma maneira a difusão de mitos, ritos e crenças no espaço geográfico e temporal tão amplo. São perspectivas warburgianas; perspectivas essas que perpassam, como dissemos anteriormente, o grosso de sua obra, mas que incrivelmente se encontram - pelo menos nas citações – ausentes em *História Noturna*. Mas como vimos até aqui, essa ausência é apenas formal. Ginzburg carrega também nessa obra uma visão de história permeada por *insights* desenvolvidos por Aby Warburg.

Observei, já ao fim da parte três de seu livro, como a escrita de Ginzburg carrega consigo, para além do conceito de *sobrevivência*, outra ideia cara a Warburg, a de “inversão energética”: tudo num movimento muito parecido com o que o historiador alemão faz em seu texto, quando depois de analisar a serpente como demônio, carrasco, numa visão pessimista, encontra-a enrolada no cajado de Esculápio, “na qual enfim podemos saudar o gênio amigo do homem”:<sup>276</sup>

Até agora, analisamos um traço mítico e ritual em contextos extremamente heterogêneos, mostrando que à persistência da forma correspondia substancial

---

Carlo & LINCOLN, Bruce. *Old Thiess, a Livonian werewolf*. 1<sup>st</sup> ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2020, p. 109-126

<sup>275</sup>GINZBURG, Carlo. *História Noturna*, op. cit., p. 164.

<sup>276</sup>WARBURG, Aby. *Imagens da região dos índios Pueblos*, op. cit., p. 223.

constância do significado. Agora, examinaremos a situação oposta, em que a uma forma quase idêntica correspondem conteúdos diversos. Por que a forma se manteve?<sup>277</sup>

Concluindo, é importante destacar aqui que cada época seleciona e se apropria de determinadas *sobrevivências*, à medida das suas necessidades expressivas. Como Ginzburg nos mostra ao longo da terceira parte de *História Noturna*, as cadeias da tradição não têm nada de uma transmissão e recepção passivas; um dispensionismo mecânico, visto que cada época particular transforma o material mnésico de acordo com aquilo que poderíamos chamar de necessidades contextuais. Teríamos aqui uma concepção de história na qual o passado fica detido no presente. Assim, em *História Noturna*, assim como em vários trabalhos de Warburg, observamos um passado que nunca é um tempo concluído, pois está constantemente a emergir no presente, de acordo com as necessidades e leituras feitas a partir desse. Perspectiva extremamente próxima àquela de Walter Benjamin, que por outras vias, concebeu que cada momento do passado nunca é definitivo. Há assim tanto em Warburg quanto em Benjamin (como veremos), uma ruptura de uma noção linear de tempo histórico, mas uma percepção de um constante conflito entre presente e passado.

Em *História Noturna* é oferecida a ideia de que a imagem pertence ao tempo, mas não a um tempo único; um tempo dialético carregado de sobrevivências. Das *sobrevivências em movimento*, operantes como fantasmas e sinais dos que já foram e dos que ainda estão. “Telas, ilustrações, gravuras são interpenetradas por apresentações de diferentes passados, uma vez que o passado tal como foi é inacessível, logo, não poderia, por si só, ser o objeto da História. Ao olhar traços e cores, pode-se perceber significações muito além das contidas no cenário vivido pelo autor da obra”.<sup>278</sup>

No prefácio de seu *Mito, emblemas e sinais*, podemos vislumbrar o modo como essas hipóteses, ainda em processo de construção, se articulam. Conta-nos Ginzburg que ele havia se colocado em apuros, com a decisão de retornar aos problemas surgidos com a documentação que tinha dado origem ao seu primeiro livro, a semelhança entre *os Benandanti e xamãs*, projeto que por fim se tornou o livro *História Noturna* e sobre o qual naquele momento ele reflete:

Não excluo a hipótese de que tal projeto também esteja fadado a um parcial fracasso. Mas vejo claramente que as dificuldades teóricas a ele ligadas

---

<sup>277</sup>GINZBURG, Carlo. *História Noturna*, op. cit., p. 280.

<sup>278</sup>Ibidem, p. 105.

reapresentaram-se a mim, porém, num outro plano, referente não a mitos, mas a pinturas.<sup>279</sup>

O que aproxima mitos e obras de arte segundo o historiador italiano, é tanto o fato de “terem nascido e serem transmitidos em contextos culturais e sociais específicos” e por também possuírem uma “dimensão formal” e, como já pudemos demonstrar, essas duas faces da arte eram objeto constante da reflexão de Warburg. Percebemos também uma afinidade entre a visão da arte como fruto de um impulso mágico-primitivo na tentativa de influenciar a natureza ao redor e o pensamento xamânico, e por conseguinte, em todos muitos extratos de mitos e ritos estudados ao longo do livro. Essa percepção que liga mitos (e também ritos) às pinturas (e obras de arte em geral) de certa forma orientou nossos esforços de demonstrar a relevância não apenas método warburguiano em *História Noturna*, mas também da própria concepção de história do historiador hamburguês.

Todavia, o que espero ter deixado evidente é que a relação entre morfologia e história que estamos analisando não se deu de forma simplista: sem citar ou dialogar com Warburg, Ginzburg retoma elementos das *Nachleben* e das *Pathosformeln* para compor, historicamente a transmissão temporal e cultural de mitos e ritos de origem xamânica.

---

<sup>279</sup>GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*, op. cit. p. 12.

## Capítulo 9 – Entre Warburg e Benjamin: as temporalidades na obra de Maurizio Gribaudi

Assim como Carlo Ginzburg, Maurizio Gribaudi é devedor das reflexões de Aby Warburg acerca da transmissão temporal de informações ao longo e através da História. Em um artigo plenamente teórico<sup>280</sup>, Gribaudi nos apresenta, através de um breve artigo de Warburg<sup>281</sup>, a sua compreensão da relação entre passado e presente, ou seja, como a História se desenrola no tempo.

Gribaudi inicia suas reflexões afirmando que as abordagens mais tradicionais da História são frequentemente pautadas em uma representação da história pensada como uma projeção gradual e uniforme de fenômenos globais sobre o conjunto de uma dada sociedade, desde suas estruturas mais importantes até suas formas simbólicas e racionais. Ou seja, de forma irrefletida, acabam por sustentar a ideia de que a sociedade progride de forma linear e é pressionada por um número limitado de fenômenos.<sup>282</sup> O resultado disso seria uma construção narrativa na qual os mesmos fenômenos afetariam da mesma maneira toda a sociedade. Além disso, o efeito dessa perspectiva se daria também no eixo temporal, visto que os mesmos fenômenos desdobrariam suas lógicas por vários anos, dando origem a longos períodos e épocas.

O historiador italiano, todavia, rejeita essa percepção do desenvolvimento histórico. Segundo ele, o que observamos, na verdade, não é uma estrutura única, ordenada de maneira coerente acerca dos mesmos fenômenos, mas uma nebulosa de objetos, um campo de forças que se desenvolvem de forma configuracional, ou seja, a realidade, tanto passada quanto presente, seria melhor entendida como sistema complexo de elementos em constante interação que revelam de forma simultânea as sensibilidades locais e globais, no qual cada elemento seria sensível ao seu ambiente local. Assim, cada mudança em qualquer ponto dessa configuração implica, portanto, numa redefinição mais ou menos importante de todos os elementos que compõem uma configuração. A cada

---

<sup>280</sup> GRIBAUDI, Maurizio. Forma, tensão e movimento: a plasticidade da História. In: VENDRAME, Maíra Inês e KARSBURG, Alexandre. Micro-história: um método em transformação. São Paulo: Letra & Voz, 2020, p. 49-69.

<sup>281</sup> WARBURG, Aby. “L’Art du portrait el la bourgeoisie Florentine. Domenico Ghirlandaio a S. Trinitá: les portraits de Laurent de Medicis et son entourage. In: Essais Florentins. Paris: Klincksieck, 1990.

<sup>282</sup> GRIBAUDI, Maurizio. Forma, tensão e movimento... op. cit., p. 49-50.

momento, cada elemento do sistema reatualiza sua posição e seus conteúdos em função das mudanças que ocorrem paralelamente à sua própria trajetória.

É nessa parte do texto que Gribaudi tipifica sua compreensão da dimensão temporal da História: essa seria caracterizada fundamentalmente pela descontinuidade e não pela continuidade, já que a cada momento, as formas do passado reatualizam seus conteúdos num movimento simultâneo, o que implicaria que tudo aquilo que nós herdamos do passado acaba por ser atualizado constantemente, se ancorando na sempre nova configuração de símbolos, imagens, objetos, práticas, aspirações, bem como no conjunto de elementos que formam o horizonte dos presentes históricos.<sup>283</sup>

Desta feita, o presente estaria sobrecarregado de temporalidades, de incontáveis referências, memórias ou representações do passado, bem como de inumeráveis antecipações de futuros percebidos como possíveis. Através de um estranho paradoxo, o presente aparece como o alicerce, como o ponto de convergência da historicidade, algo que nos remete às reflexões de Reinhart Koselleck, mas também, como veremos, a Walter Benjamin. E isso fornece ao italiano uma perspectiva de como a história se desenrola: para Gribaudi, as concretizações históricas seriam apenas uma pequena parte desse processo, uma vez que o número de imagens e representações de eventos passados reavivados diariamente, bem como o número de antecipações do futuro forjadas ao mesmo tempo pelo conjunto de seres que compartilham o mesmo horizonte temporal.

E aqui observamos a concepção de História defendida por Gribaudi, atrelada também a uma noção de temporalidade. Segundo ele, e de forma benjaminiana, como veremos, é no presente que se constrói o percurso da história; neste espaço de fronteira tensionado entre as inúmeras memórias daquilo que foi o passado e também das inúmeras e contraditórias possibilidades acerca do que poderia ser o futuro. Isso faz com que tenhamos a percepção de que nenhum elemento da evolução histórica aparece como totalmente determinado a priori. E essa percepção muda completamente a percepção de como se dá a pesquisa e a escrita da História.

O fundamental, então, não é uma pesquisa que simplesmente descreva um processo linear de causa e efeito, simplista e aparentemente dedutivo. O elemento central é, através de uma análise imersiva num conjunto de documentos, tentar perceber as inúmeras possibilidades abertas em um determinado presente para os atores sociais em questão e, a partir daí, tentar compreender como esses inúmeros passados foram lidos e

---

<sup>283</sup> Idem., p. 51.

vivenciados naquele momento e porque aquelas e não outras possibilidades de futuro acabaram se “concretizando” a partir das interdependências dos sujeitos históricos. Isso porque, de acordo com Gribaudi, a cada momento, vários futuros são considerados, concebidos e percebidos como realmente possíveis. É por isso que podemos dizer que o presente não é apenas uma questão de historicidade, mas que é também uma chave, um momento de bifurcação no qual estão em jogo as formas realmente possíveis da evolução histórica. Estudar a história, portanto, significa também ser capaz de entender o alcance dessas possibilidades. Nessa perspectiva, os elementos do passado constituem apenas o solo fértil a partir do qual se engendram as formas e as práticas que encorajam a linha de frente da história: a ideia de um desenvolvimento histórico não planejada e que determina suas formas e direções à medida que avança, em função das dinâmicas que marcam o horizonte do presente.

### **9.1 – Gribaudi e as sobrevivências no estilo de Aby Warburg**

De acordo com o historiador italiano, parte dessa compreensão de como a História se desenvolve no tempo e no espaço; da complexidade das tramas que atravessam e estruturam uma configuração histórica em um momento e um lugar preciso de sua evolução, lhe surgiram a partir da leitura do já citado artigo de Aby Warburg.

Nesse artigo, Warburg revela que para compreendermos o contexto do Renascimento florentino em toda a sua complexidade, devemos apreender não apenas o que esse momento histórico apresenta de novo, mas a sobrevivência ativa de crenças e de práticas tribais, um sincretismo religioso que mistura dimensões pagãs e cristãs, bem como um ideal de um estado jamais visto na história, ao mesmo tempo principesco e comunitário.<sup>284</sup>

O objeto de pesquisa de Warburg foi então uma série de afrescos encomendados a Ghirlandaio pelo banqueiro Francesco Sassetti para adornar a capela funerária de sua família, em um anexo da Igreja da Santa Trinitá, em Florença. Além de retratar seis momentos da vida e obra de São Francisco, os afrescos figuram de forma clara e individualizada as figuras do doador, sua família e seus aliados. Nesse conjunto de obras, segundo Warburg, Ghirlandaio consegue revelar o sincretismo de práticas, representações, expectativas e tensões que marcam o contexto de Sassetti e de seus

---

<sup>284</sup> Idem., p. 56.

contemporâneos, que só podem ser expressos neste momento preciso da evolução da sociedade florentina, drasticamente diferente de tudo aquilo que a precedeu, mas também daquilo que irá se desenvolver a partir desta configuração. O significado de um presente histórico, afirma Warburg, é dado pela natureza dos sincretismos temporais que o caracterizam. Nesta perspectiva, compreender a história é também compreender a singularidade de um momento. Ainda de acordo com Warburg, o que marca a especificidade de um dado presente seria a mistura particular de sobrevivências e antecipações, de tensões contraditórias que podem aparecer sob uma dada forma apenas em um momento, único e preciso, na história. O presente somente poderia ser parcialmente reconstituído pelo historiador na medida em que consigamos reconstruir o conjunto completo de tensões e temporalidades que se concentram em um evento. Primeiro, apresentando a dinâmica do passado que ainda atua sobre o presente. Em seguida, revelando os possíveis desenvolvimentos futuros. Finalmente, restituindo, no centro desses campos de tensão, toda a incerteza da ação presente, ainda aberta a diferentes soluções.<sup>285</sup>

Em seu último livro<sup>286</sup>, sobretudo nos primeiros três capítulos, Maurizio Gribaudi tentar fazer algo parecido com aquilo que foi proposto por Warburg. Para entender as mudanças trazidas pela modernidade operária, ele constrói uma densa análise acerca das representações visuais de Paris construídas através de gravuras, imagens e litografias. Assim, o centro da cidade como sobrevivência do passado é também a ideia subjacente às imagens mais especificamente dedicadas, durante os mesmos anos, à representação do povo parisiense e suas profissões. Existem dois tipos de representações desse tipo: por um lado, estampas ilustrando lugares e formas de sociabilidade popular; por outro, aquelas dedicadas às aglomerações e comércios da rua parisiense. Em ambos os casos, são sobrevivências de repertórios antigos, muitas vezes reproduções mais ou menos fiéis de pinturas ou cenas famosas.

Esses dois modelos litográficos, mesmo se concentrando em diferentes aspectos, apresentam tons semelhantes. Em ambos os casos, a representação do espaço popular insiste sobretudo na dimensão de um pitoresco que se destaca das descrições adotadas para os locais e da sociabilidade da cidade burguesa. Aqui, sem modernidade arquitetônica ou social. O espaço e a população são representados em uma dimensão que

---

<sup>285</sup> Idem., p. 59

<sup>286</sup> GRIBAUDI, Maurizio. Paris, ville ouvrière: une histoire occultée (1789-1848). Paris: La Découverte, 2014, p. 65.

retrata, com benevolência paternalista, a sobrevivência de formas, culturas e práticas vistas como fundamentalmente arcaicas. Essa lacuna que se abre, sob a Restauração, entre várias representações iconográficas do espaço arquitetônico e social da cidade, também é a mesma que irritará a sensibilidade de muitos críticos do final do século, ligados à estética específica aos cânones da nascente "modernidade parisiense".<sup>287</sup>

Apesar da presença de algumas dissonâncias, as várias leituras e representações que se cruzam sobre a cidade do Império e a Restauração parecem desenhar uma estrutura relativamente coerente, se não inequívoca. A imagem geral que emerge é a de uma cidade cuja fisionomia é identificada pela complexidade e diversidade de seus componentes. Certamente, Paris já é plenamente percebida como o centro por excelência da cultura e lazer europeus. Mas também é vista como uma cidade da história e como um centro econômico muito importante para a quantidade e qualidade de suas produções. Nesse contexto, o olhar sobre o espaço popular está sempre imbuído de uma curiosidade que hesita entre os tons de benevolência e os da observação etnográfica.

Nesse momento, entre os anos 1800 e 1820, as imagens analisadas por Gribaudi revelam que até esse momento estaríamos longe da imagem de desolação criada alguns anos depois para o centro da cidade antiga. Mesmo as áreas que provocaram debate na época, como o Mercado de Cavalos ou a ponte sobre o Bièvre, ainda são representadas como exalando a serenidade mais pacífica. Em uma série de litografias dessa região, realizadas entre os anos de 1828 e 1829, nada poderia evocar os tons severos que marcam o debate sobre a insalubridade deste antigo afluente do Sena. Nessas obras, toda a composição exala um frescor agressivo. Casas de perfil de fazenda com jardins verdes, caminhos e escadas descem até o braço do rio em que há duas lavadoras, uma trabalhadora atravessando a ponte, enquanto uma mãe desce ao longo da encosta com seu filho. Tudo em uma atmosfera ensolarada que as poucas nuvens que aparecem no fundo não podiam escurecer.

Entretanto, tudo mudou durante os primeiros cinco anos da década de 1830. Em primeiro lugar, em julho de 1830, um evento inesperado e emocionante que marcou a entrada dos trabalhadores na cena pública parisiense. Uma ação esmagadora, que provoca o entusiasmo dos observadores elogiando a participação decisiva dos trabalhadores na luta de julho: ondas de greves e coalizões que se seguem a partir de setembro, gerando uma série de tumultos e revoltas que eclodem nos meses e anos seguintes. Tudo isso foi

---

<sup>287</sup> Idem., p. 68.

acompanhado por uma terrível epidemia de cólera que atingiu a cidade em fevereiro de 1832 e matou mais de 18.000 pessoas pertencentes a todos os grupos da população, mas com preferência por bairros da classe trabalhadora. Estabelece-se uma ligação entre doença e pobreza. É nesse momento que se começa a questionar as responsabilidades das camadas mais baixas e instáveis da população na disseminação do flagelo.

Assim, uma nova representação visual do povo começa a surgir a partir desse momento. A complexidade do espaço popular desaparece para se tornar uma massa dilapidada na qual é necessário cavar para fazer aparecerem os monumentos góticos de suas garras. Com isso em mente, as imagens do espaço popular deslizam mais em direção aos tons da escuridão que contrastam efetivamente com as luzes das novas galerias parisienses.

A caricatura política, desenvolvida com força e exuberância na breve liberalização do período pós-julho, segue um caminho paralelo. Sob a pressão de uma censura que retorna, brutalmente, recuperando seus velhos reflexos toda vez que um ataque parece comprometer o poder, literatos e caricaturistas gradualmente abandonam a crítica política e social pelos temas menos dramáticos da cultura dos boulevards. Os rostos dos oprimidos, que apareciam por um momento na frente do palco, são rapidamente apagados. Em seu lugar, as estatuetas de um povo estereotipado em que *dandies* e carrinhos de bebê deixam pairar um olhar condescendente.

Em 1830 ocorre um caso dramático de cólera em Paris, com foco no centro da cidade: para a burguesia o transmissor da cólera é o pobre. Começam a relacionar insalubridade e pobreza e relacionar mortalidade e classe – assim cria-se uma representação ideal do centro operário da cidade, distanciado da uma representação empírica. Ocorre uma mudança de percepção do espaço popular – formado agora por marginais que não seguem as regras da civilização; ignorantes – fazendo surgir daí a correlação entre miséria e doença. Desta feita, a correlação estabelecida entre miséria e doença induz uma ideia de responsabilidade coletiva e direta das camadas populares na ampliação da epidemia.<sup>288</sup>

O discurso higienista talvez seja o primeiro a completar sua trajetória, chegando à identificação definitiva entre a doença física e a doença moral de um mundo popular que definitivamente renunciamos a observar em sua complexidade. Ao longo das investigações, surge um único retrato no qual uma população doente, depravada e

---

<sup>288</sup> Idem., p. 74.

potencialmente perigosa está acampada, um retrato que será diretamente ocupado por filantropos e moralizadores.

À medida que o universo imagético começa a ser reduzido aos *Grands Boulevards*, o mundo popular só pode continuar a desempenhar seu papel como um coadjuvante. Se e quando aparecer, é apenas através das estatuetas e litografias estereotipadas dos gritos e comércios de Paris. São numerosas as figuras pitorescas que sempre permanecem no fundo da cena, mas que abrilhantam a caminhada de um carrinho de bebê mais ou menos filósofo, mais ou menos *bon vivant*.

Todos as personagens estereotipadas que já haviam se anunciado gradualmente em litografias produzidas nas décadas de 1810 e 1820 aparecem a partir desse momento para formar um universo fechado e hierárquico. No topo das novas representações imagéticas estão as práticas dos dândis e aristocratas, com sua comitiva de jornalistas, cortesãs, escritores e artistas. Ao redor e abaixo desse grupo central, segue *o agente empresarial, o acompanhante, através do motorista da diligência* e chegando ao *atendente de viagem*, representações de grupos da pequena e média burguesia, entre a esperança de sucesso social e o medo da marginalização brutal. Por fim, e apenas no fundo, o espaço popular é mais uma vez rejeitado na postura do pitoresco: *o garoto de Paris, os varredores, os carregadores de água, dentre outros*.

Assim, se da República ao Império, e ainda durante os primeiros anos da Restauração, a maioria dos observadores parecem examinar com indulgência e curiosidade as mudanças em curso, o olhar de todos gradualmente endurece. A diferenciação do espaço urbano e a fragmentação física e social que parece acompanhá-lo preocupam e tensos os outros. Paradoxalmente, em vez de trazer maior clareza sobre a natureza desses espaços e os processos que os cruzam, essa multiplicação de olhares parece desfocar suas características.

## 9.2 – Walter Benjamin e as relações entre passado, presente e futuro

Em suas reflexões sobre o desenvolvimento da História e sobre a temporalidade histórica, Maurizio Gribaudi não é apenas herdeiro de Warburg, mas também constrói um amplo diálogo com as perspectivas históricas temporais desenvolvidas por Walter Benjamin. Assim como o filósofo alemão, Gribaudi considera equivocada a crença de que vivemos no único presente possível, que surgiria mecanicamente e linearmente de um passado, que por sua vez é ele mesmo o único passado possível. Ambos acreditam que a

História que nos chega através da maior parte das produções historiográficas, foram produzidas por meio de “retrodições”, isto é, foram produzidas por pensadores que eliminaram tudo aquilo que não se encaixava nos projetos que triunfaram. Cria-se assim uma História que elimina “centelhas de esperança” que foram importantes em algum momento no passado e que seriam importantes para agir com vistas a um certo futuro.

Como o pensamento do filósofo alemão, no que diz respeito a temporalidade, é amplo e complexo, antes de continuarmos a análise das reflexões temporais de Gribaudi, façamos uma digressão para compreendermos como as questões até aqui tratadas aparecem no pensamento de Benjamin.

Experiência e rememoração são dois conceitos-chave na obra de Walter Benjamin, que estão subjacentes à sua análise da história, principalmente a partir da década de 1930. Sob a influência da memória involuntária de Marcel Proust e da experiência do choque de Freud, Benjamin propõe uma nova ideia de história em que a relação entre passado e presente é realizada por meio das imagens dialéticas. A rememoração é a categorização de imagens que lampejam do passado, de modo que o historiador possa ser capaz de conectá-las transformando as em atualização da imagem do passado em tempo- de-agora. Os ensaios em que a rememoração é o âmago, como *A Imagem de Proust* (1929) e *Experiência e Pobreza* (1933)<sup>289</sup>, refletem e buscam entender o espaço-tempo que o autor vivenciou, a catástrofe produzida pelo desenvolvimento da técnica moderna, principalmente, o trauma (freudiano) dos indivíduos que voltaram da experiência das trincheiras.<sup>290</sup>

Ao analisar a interação ou conexão entre passado e presente, para Benjamin, examinar o passado historicamente não é concebê-lo “como ele de fato foi”, mas sim atualizá-lo. E para tal, o fragmento tem que ser arrancado pela explosão do *continnum* e ser analisado no processo de seu devir, este trabalho é realizado pelo procedimento da rememoração. Para Benjamin, a conexão entre o passado vivo e o presente ativo é denominado de “imagem dialética”, a qual nasce do processo de rememoração.<sup>291</sup> Passados que nunca serão capturados como realmente aconteceram, surgiriam apenas

---

<sup>289</sup> BENJAMIN, Walter. *A Imagem de Proust*. In: *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 36-49; BENJAMIN, Walter. *Experiência e pobreza*. In: *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 119-114.

<sup>290</sup> Danillo Freire Pacheco e Manoel Gustavo de Souza Neto WALTER BENJAMIN: REMEMORAÇÃO E IMAGEM DIALÉTICA. Revista Eletrônica Trilhas da História, v. 12, n. 23

<sup>291</sup> MATE, Reyes. *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”*. Tradução: Nélcio Schneider. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011.

como lampejos em direção ao presente. E o conceito central no qual ele expressa essas e outras questões é o de rememoração, desenvolvido em um ensaio publicado em 1929, intitulado *A imagem de Proust*, abordando-a como uma “noção operatória fundamental para a análise da experiência humana”. De acordo com Benjamin:

O importante, para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência. Ou seria preferível falar do trabalho de Penélope do esquecimento? A memória involuntária, de Proust, não está mais próxima do esquecimento que daquilo que em geral chamamos de reminiscência. Não seria esse trabalho de rememoração espontânea, em que a recordação é a trama o esquecimento a urdidura, o oposto do trabalho de Penélope, mais que sua cópia? Pois aqui é o dia que desfaz o trabalho da noite. Cada manhã, ao acordarmos, em geral fracos e apenas semiconscientes, seguramos em nossas mãos apenas algumas franjas da tapeçaria da existência vivida, tal como o esquecimento a teceu para nós.<sup>292</sup>

Compreende-se então que Benjamin utiliza-se da rememoração para analisar as imagens que lampejam do passado e se tornam agora no presente. A rememoração é o fio condutor que religa a memória com o passado, o coletivo e o individual. Benjamin defende que o passado sempre está em aberto e passível de transformações, pois:

A história não é apenas uma ciência, mas igualmente uma forma de rememoração. O que a ciência “estabeleceu”, pode ser modificado pela rememoração. Esta pode transformar o inacabado (a felicidade) em algo acabado, e o acabado (o sofrimento) em algo inacabado. Isto é teologia; na rememoração, porém, fazemos uma experiência que nos proíbe de conceber a história como fundamentalmente ateológica, embora tampouco nos seja permitido tentar escrevê-la com conceitos imediatamente teológicos<sup>293</sup>.

Ao analisar o passado, o historiador deve revolver o solo inúmeras vezes, a fim de atingir o cognoscível de um dado período histórico, com vistas a captar no lampejo da imagem dialética (relação passado e presente) o agora do período, no qual mostram, as ideias, seu verdadeiro rosto. Como afirma Michael Löwy, a rememoração tem por tarefa “a construção de constelações que ligam o presente e o passado. Essas constelações, esses momentos arrancados da continuidade histórica vazia, são mônadas, ou seja: concentrados da totalidade histórica”<sup>294</sup>. É a imagem dialética que promove o despertar histórico.

---

<sup>292</sup> BENJAMIN, Walter. *A Imagem de Proust...* op. cit. p. 37.

<sup>293</sup> BENJAMIN, Walter. [N 8, 1] *Passagens*. Willi Bolle (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2018. p. 766-777.

<sup>294</sup> LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 131.

O convoluto N, intitulado “Teoria do Conhecimento, Teoria do Progresso”, é o âmago de sua concepção sobre a história, onde o desenvolvimento da imagem dialética sustenta suas teses. Benjamin propõe uma desconstrução da história linear, objetivando a libertação do passado pelo historiador materialista, o qual analisa as ruínas deixadas pela história. Segundo Benjamin:

Tornar cultiváveis regiões onde até agora viceja apenas loucura. Avançar com o machado afiado da razão, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda, para não sucumbir ao horror que acena das profundezas da selva. Todo solo deve alguma vez ter sido revolvido pela razão, carpido do matagal do desvario e do mito. É o que deve ser realizado aqui para o solo do século XIX [N 1, 4].<sup>295</sup>

O filósofo judeu recorre à metáfora do arqueólogo para designar o historiador, este que procura vestígios do passado no presente, à medida em que escava, deve revolver o solo inúmeras vezes, a fim de atingir o índice de cognoscibilidade e torná-la imagem no agora. Além disso, a imagem dialética, isto é, a dialética parada, é ambivalente: é sonho e despertar, o arcaico e o atual.<sup>296</sup> A imagem dialética é o salto (*sprung*), no qual a relação entre passado e presente é extraída da continuidade temporal. Essa imagem é constituída da técnica da montagem, cabendo ao historiador materialista formar os pontos dessa constelação de ideias. Benjamin caracteriza esse fato como um “despertar” ao descrever sobre a imagem dialética:

Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras, a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta. – Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não-arcaicas), e o lugar onde as encontramos é a linguagem.<sup>297</sup>

A característica gnosiológica da imagem dialética é a ruptura do tempo cronológico tradicional, no qual o passado lança sua luz sobre o presente, cabendo ao historiador a compreensão do passado pelos lampejos, rompendo com “a historiografia que mostrou ‘como as coisas efetivamente aconteceram’, foi o narcótico mais poderoso do século”. Benjamin, com a análise da imagem, quis demonstrar outra característica da História: a relação entre o passado e o presente, onde o agora surge no lampejo, formando

---

<sup>295</sup> BENJAMIN, Walter. [N 1, 4] Passagens... op. cit.

<sup>296</sup> MURICY, Katia. *Alegorias da dialética: imagem e pensamento em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Nau, 2009, p. 237.

<sup>297</sup> BENJAMIN, Walter. [N 2a, 3] Passagens... op. cit.

uma constelação.<sup>298</sup> Assim, o índice histórico das imagens, diz que não apenas que elas pertencem a uma determinada época, mas, sobretudo, que elas só se tornam legíveis numa determinada época. E atingir essa “legibilidade” constitui um determinado ponto crítico específico do movimento em seu interior. Todo presente é determinado por aquelas imagens que lhe são sincrônicas: cada agora é o agora de uma determinada cognoscibilidade. Nele, a verdade está carregada de tempo até o ponto de explodir.<sup>299</sup>

De acordo com Seligmann-Silva, “o passado é lido como um texto o é – mas ele só se abre para a leitura num ‘agora’ determinado. Não apenas não existe conhecimento desenraizado do seu tempo, mas o próprio objeto desse saber deve mirar o presente para ser ‘conhecido’”<sup>300</sup>, e é este que Benjamin vai denominar de tempo-de-agora, onde apresenta-se a cognoscibilidade do índice histórico.

Retornando ao pensamento de Gribaudi, ele percebe que assim como Warburg, mas de maneira mais explícita, Benjamin expandiu e aprofundou a singularidade e a especificidade de um objeto através das noções de imagem e de constelação. Para ele, a natureza da imagem é próxima àquela da obra de arte e oposta à da reprodução ou à da forma narrativa. Como ele enfatiza nesses textos mais teóricos, a imagem constitui uma forma perfeita para apreender, em um único movimento, o conjunto de elementos que mudam de significado em um dado espaço e em um dado momento, pois a relação do Outrora com o Agora é dialética e irregular.

Como Warburg, Benjamin sugere para Gribaudi pensar a historicidade como uma constelação de diferentes elementos que formam, em sua relação recíproca, uma coerência única e específica. Também para ele, o caráter e a especificidade de um presente histórico são dados pelas modalidades de manter unidas coerências diversas e muitas vezes contraditórias.<sup>301</sup> Como em um indivíduo, a identidade de um momento histórico não é dada apenas por uma coerência única, mas pela combinação particular na qual se solidifica e consegue coexistir em várias e diversas dimensões.

Foi fundamentado nessas perspectivas benjaminianas que Maurizio Gribaudi produziu um dos seus mais importantes livros, dedicado à revolução de 1848<sup>302</sup>, qualificada por ele como “esquecida”, na qual analisa os mecanismos e o apagamento

---

<sup>298</sup> Idem., p. 769.

<sup>299</sup> BENJAMIN, Walter. [N 3, 1] Passagens... op. cit.

<sup>300</sup> ELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o livro do mundo: Walter Benjamin: Romantismo e Crítica Poética*. São Paulo: Iluminuras, 1999, p. 152.

<sup>301</sup> GRIBAUDI, Maurizio. *Forma, tensão e movimento...* op. cit., p. 60

<sup>302</sup> GRIBAUDI, Maurizio. *1848 – La révolution oubliée*. Paris : La Découverte, 2008.

historiográfico deste evento em setores inteiros da historiografia francesa. Nessa pesquisa, seu interesse foi resgatar do esquecimento – no sentido que Benjamin dá ao termo, em suas teses sobre a História – o trágico episódio revolucionário que inaugurou a breve experiência da Segunda República. Segundo ele, havíamos esquecido o verdadeiro protagonista desse acontecimento: os trabalhadores e seu discurso utópico. Uma extraordinária profusão de projetos, manifestos, cartazes e artigos de jornal que depositavam suas esperanças na "associação", no "governo dos trabalhadores" e em uma "república democrática e social" construída a partir de baixo.

Os pilares deste livro residem em dois fundamentos. Seu objetivo é "restaurar as esperanças dos insurgentes", explorar o "tempo das possibilidades", mostrar quão violenta e como a esperança de uma república social foi destruída. Para isso, os autores se inspiram em um projeto benjaminiano e privilegiam o uso dos próprios textos das testemunhas, das fontes dispostas de modo a revelar as passagens e os ressurgimentos da sensibilidade popular. Além disso, este livro também reúne uma iconografia riquíssima: gravuras, cartazes, pinturas, manuscritos são assim representados e permitem muitas descobertas.

Seguindo a lógica Benjaminiana, o cerne da discussão se dá ao mostrar aos leitores as expectativas e as "possibilidades" dos insurgentes: reconstroem o papel desempenhado por 1848 no desenvolvimento da paisagem política e cultural parisiense, a igualdade política, a fraternidade, o direito ao trabalho, a abolição da escravatura, o feminismo etc., propondo uma leitura mais contraditória, mais chocante, menos obrigatória e mais aberta do arranjo de proclamações e confrontos.

Sem me ater aqui sobre aspectos factuais desse processo, gostaria apenas de lembrar que, depois da Revolução de Fevereiro de 1848, que viu uma grande parte da burguesia e das camadas populares derrubar, em três dias de combate, a Monarquia de Julho, vemos a instalação de um governo provisório que parece ser capaz de permitir que os diferentes integrantes da sociedade parisiense implementem muitos projetos amadurecidos nos anos anteriores. Este é o caso para o mundo operário, que trabalhava para a fundação de uma República Democrática e Social baseada na fraternidade e na igualdade de todos os cidadãos e, portanto, numa perspectiva de democracia direta e de uma total reorganização do sistema de produção baseada na livre associação.

Esses projetos, fortemente enraizados nas experiências de anos anteriores, se apresentavam no horizonte de 1848 como uma possibilidade real de desenvolvimento. Sabemos que, após quatro meses frenéticos marcados por momentos inebriantes de esperança e de tantas tensões, impulsionados pelo desemprego e pelas numerosas

provações dos grupos conservadores, os trabalhadores e as camadas populares parisienses se insurgiram para defenderem seus projetos.

Atacadas com armas pesadas pelo exército e pelos guardas nacionais dos bairros conservadores, os trabalhadores se defenderam durante quatro dias, mas foram cruelmente dizimados. Oficialmente, foram contabilizados 3.700 mortos, mas a contagem dos historiadores varia entre dez mil e vinte e cinco mil – mais provavelmente entre dezesseis e dezoito mil: a maioria morta depois dos combates, assassinados com armas brancas ou fuzilados na esquina de uma rua.

Para Gribaudi, 1848 é um divisor de águas. Pois não são apenas as possibilidades imaginadas pelos trabalhadores que se apagam após esta data trágica, mas também tudo o que poderia ter sido imaginado como possível por todos os outros grupos e atores sociais. Tudo o que foi imaginado como possível no presente de fevereiro de 1848 foi, portanto, totalmente esquecido, apagado e ignorado nas muitas narrativas realizadas desde o Segundo Império e, especialmente, a partir de uma Terceira República que sempre buscou sua legitimidade em relação direta com a revolução de 1789.

Seguindo os passos de Walter Benjamin, Gribaudi nos mostra nesse livro que o esquecimento, ou melhor, apagamento da memória daquilo que poderia ter surgido com o movimento de 1848, foi produto da ação consciente daqueles que se encontram, pela sua posição, na possibilidade de construir e impor uma narrativa para suas histórias. Ainda em diálogo com Benjamin, o historiador italiano nos mostra que, para ele, a narrativa histórica não é senão um rosário que une a série de narrativas autossustentadas dos grupos dominantes, conforme é explicitado em sua sétima tese sobre a História:

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos herança cultural da humanidade. Esse legado (...) é devido não apenas à labuta dos gênios e dos grandes pesquisadores, mas também à obscura servidão de seus congêneres. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. Essa barbárie é até mesmo decretada no modo pelo qual, no curso das eras, essa herança caía das mãos de um conquistador e acaba nas mãos de outro. O historiador materialista estará, portanto, mais apto a libertar-se dela. Ele é forçado a escovar a contrapelo o muito luzidio pelo da história.<sup>303</sup>

---

<sup>303</sup> BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. Tese 7. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Sobre o conceito de História: edição crítica*. São Paulo: Alameda, p. 121.

Em termos koselleckianos, o que percebi aqui é que Gribaudi trabalha com o campo de experiências dos trabalhadores parisienses e os efeitos disso em seus horizontes de expectativas. Ele nos mostra como as perspectivas de futuro foram modificadas pela violência estatal, gerando, posteriormente, o apagamento de um enorme campo de possibilidades abertas pela classe trabalhadora. Aqui estamos novamente no cerne de nossas questões e da necessidade de pensar a complexidade das dinâmicas que carregam e animam os presentes que formam o processo histórico.

O objetivo central de Gribaudi em suas pesquisas mais recentes é encontrar a complexidade dos presentes em análise com o intuito de “exumar”, como diria Benjamin, não somente os numerosos traços apagados que pontuam o caminho passado, mas também aqueles dos futuros possíveis que não chegaram a se desenvolver. Pensar a história desta maneira torna possível também entender que nenhum elemento do desenvolvimento histórico é totalmente determinado a priori e que cada presente, influenciado por um sem número de fatores, se apropria de sobrevivências do passado, determinando seu percurso.

Em seu último livro, Gribaudi nos mostra como o “campo de experiências” dos trabalhadores parisienses foi formado. Assim, a primeira gama de experiências que marcam e acompanham a “ascensão à política” dos operários foi constituída pelas formas de sociabilidade dos trabalhadores que se desenvolvem em torno da música e dança. Uma verdadeira instituição, o canto se desdobra especialmente nos *goguettes*, encontros populares com práticas muito ritualizadas que eram realizadas pelos comerciantes de vinhos, nos quais se bebia e cantava em tons muitas vezes paternalistas, mas que muitas vezes deslizavam para a crítica social.

A sociabilidade dos trabalhadores também foi gradualmente estruturada em torno das *sociedades de ajuda mútua*. Nascidas e desenvolvidas sob os auspícios da filantropia liberal e do governo conservador, essas associações gradualmente descobriram a dimensão política acompanhando as primeiras greves dos trabalhadores. Neste caso também, é o espaço físico dos antigos bairros da classe trabalhadora que está no centro da ação, testemunha e personagem principal do nascimento de uma consciência cujo perfil estamos começando a ver. Durante esta fase, não há ligações com o movimento republicano. Eles só se desenvolverão mais tarde, após a Revolução de Julho e por uma temporada limitada. Nas ruas e praças, podia-se ver as manifestações de estudantes pertencentes às sociedades republicanas e às das coalizões dos trabalhadores. Tantos elementos dispersos que talvez não nos permitam falar da consciência e do movimento

social dos trabalhadores, mas que são certamente foram parte de seu início. Ir além da simples função de assistência é óbvio.

Apesar das limitações estabelecidas pelos empregadores e autoridades, amplamente aceitas pelos membros fundadores, as sociedades mútuas constituem espaços relacionais que promovem encontros diretos entre trabalhadores que compartilham a mesma profissão ou as mesmas condições de trabalho. Através das trocas que ocorrem nos muitos momentos, mais ou menos ritualizados, que entoam a vida de uma sociedade, inevitavelmente surgem questões de trabalho e, em momentos de crise, cada sociedade desliza tão facilmente da função mutualista à da organização para as coalizões dos trabalhadores.<sup>304</sup> A partir de 1830, por outro lado, com a radicalização das lutas e o surgimento de uma nova consciência dos trabalhadores, outras formas de organização e protesto parecerão mais importantes, sem se impedirem de depender da estrutura dos muitos mútuos existentes.

Sem entrar em maiores detalhes, percebe-se também o papel importante desempenhado pela sociabilidade nas fábricas, bem como na rede de vizinhança dos bairros operários. De acordo com a documentação analisada por Gribaudi, mais de 60% dos combatentes de 1848 pertenciam ao meio de artesãos, trabalhadores e pequenos comerciantes que habitavam o centro da cidade e os subúrbios da classe trabalhadora parisiense.<sup>305</sup> O que é único na experiência política da classe trabalhadora e do mundo popular amadurecido nos distritos do centro da cidade parisiense, é o fato de que a política não desce de uma *teoria* para *se estabelecer* no social, mas que, pelo contrário, ela *surge* diretamente *da experiência prática*. Em todos os artigos e nos muitos panfletos escritos e publicados durante esses anos, analisados por Gribaudi, cada discurso e cada proposta é a tradução de uma experiência, a expressão de um conhecimento íntimo de uma área da cidade, uma forma de relacionamento e uma relação específica com o trabalho. Fortemente enraizados em um conhecimento direto não só dos mecanismos de produção, mas também da resistência do poder, os projetos dos trabalhadores são construídos com base em cálculos muito precisos dos custos envolvidos em cada forma de organização.

Assim, o projeto operário de uma República democrática e social nasce concretamente nesses espaços. É nesses espaços e nas malhas do tecido das relações locais que um modelo de modernidade específico para o mundo da classe trabalhadora está sendo gradualmente construído, a partir da demanda pela democracia local e em uma

---

<sup>304</sup> GRIBAUDI, Maurizio. *Paris ville ouvrière...* op. cit., p. 243-245.

<sup>305</sup> Idem., p. 295.

visão participativa da sociedade. As demandas do movimento operário, que foram formadas a partir dos primeiros experimentos de coalizão, primeiro timidamente sob a Restauração, depois aberta e vigorosamente a partir de 1830, expressavam sobretudo uma demanda por protagonismo direto. Os trabalhadores das 1830 e 1840 queriam ser reconhecidos como atores individuais, proprietários, da mesma forma que fabricantes e comerciantes, de seu próprio trabalho: de suas formas, seus ritmos e seu real valor econômico.

Desta feita, paralelamente ao modelo de modernidade da Paris burguesa, há, portanto, um modelo de modernidade dos trabalhadores que pensa e propõe uma forma radicalmente diferente, mais justa e democrática da sociedade. Confrontado com esse modelo, a visão burguesa, liberal ou republicana é totalmente incapaz de compreender o escopo profundo dessas propostas. No projeto político apresentado pelos trabalhadores, por isso, considera decepcionante, sobretudo, uma rejeição corporativa e retrógrada do sistema econômico liberal aberto à concorrência e à centralização das formas de produção que marcaram o horizonte de sua modernidade. Neste contexto, o drama de junho de 1848 encontra uma explicação nova e mais clara. As duas formas de modernidade desenvolvidas em paralelo ao longo das décadas anteriores, que atingiram a maturidade durante a luta comum em fevereiro se chocam assim que a luta terminou. O trágico desfecho dessas lutas marca, na opinião de Gribaudi, o fim da experiência de uma República democrática e social.

Mesmo com toda preocupação espacial acerca do desenvolvimento operário no núcleo urbano de Paris, Gribaudi nos mostra que, se observarmos o desenvolvimento histórico de uma cidade na complexidade de sua dinâmica e na especificidade de várias configurações que a compõem nos diferentes momentos de sua evolução, podemos facilmente ver que ela é mais marcada pela ruptura do que pela continuidade de suas formas. Os elementos de continuidade que vemos observando a mudança das formas físicas ou institucionais de uma cidade a partir do nosso presente, são dados mais pelas formas que esses organismos complexos têm de alterar as muitas rupturas que marcam seu curso do que por uma continuidade fenomenológica. Nesse ponto, Warburg e Benjamin se encontram na obra de Maurizio Gribaudi.

## Capítulo 10 – Giovanni Levi, Freud e a questão temporal

Além de ser considerado um dos pais fundadores da micro-história italiana, juntamente com Edoardo Grendi e Carlo Ginzburg, Giovanni Levi talvez seja o mais importante apologeta dessa corrente historiográfica. Após a publicação de seu principal livro *L'eredità immateriale*<sup>306</sup>, em 1985, na coleção *microstorie*, e sua posterior tradução

---

<sup>306</sup> LEVI, Giovanni. *L'eredità immateriale. Carriera di un exorcista nel Piemonte del Seicento*. (Microstorie 10). Torino: Einaudi, 1985.

em dezenas de línguas, Levi tornou-se um historiador de grande projeção internacional e iniciou a publicação de uma série de artigos desfazendo os mal-entendidos relacionados à micro-história, sobretudo aqueles relacionados com a História Local e a História Global<sup>307</sup>, bem como mostrando sua superioridade analítica frente à História Cultural de matriz francesa e as análises inspiradas na obra de Clifford Geertz<sup>308</sup>. Ademais, o historiador italiano pautou grande parte de sua carreira escrevendo e palestrando sobre a importância da análise micro e que a corrente microanalítica não é uma escola; que não possui uma ortodoxia, mas que é sim uma prática empírico-metodológica e, em especial, uma aposta, uma discussão: é uma tentativa de trabalhar mudando a escala de leitura da realidade.

Apesar de não ser um historiador fortemente preocupado em discutir questões relacionadas à teoria e filosofia da História, Levi nunca se furtou ao debate acadêmico, ficando, contudo, mais restrito à reflexão metodológica e conceitual. Mas meu objetivo aqui não é tratar das contribuições historiográficas gerais elaboradas por Giovanni Levi, algo já realizado com perspicácia por Henrique Espada Lima, dentre outros.<sup>309</sup> Minha intenção é examinar como Levi tratou a questão temporal, que juntamente com o espaço, formam o binômio central que fundamentam a pesquisa histórica. Levi não produziu em suas obras, ao contrário de Ginzburg e Gribaudi, reflexões mais profundas sobre a questão espacial e temporal, nem se preocupou profundamente em discutir esses conceitos de forma mais densa em seus trabalhos empíricos. Todavia, para minha surpresa, ao discutir o assunto em questão, o historiador italiano recupera um intelectual judeu que normalmente não é relacionado, com raras exceções<sup>310</sup>, às discussões historiográficas, muito menos às da micro-história: Sigmund Freud.

---

<sup>307</sup> LEVI, Giovanni. Micro-história: a ciência das perguntas gerais e das respostas locais. In: VENDRAME, Máira Inês, KARSBURG, Alexandre. *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda Editorial, 2023; LEVI, Giovanni. Frail Frontiers? *Past & Present*. Vol 242 (14), november 2019, p. 37-49.

<sup>308</sup> A título de exemplo ver: LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992; LEVI, Giovanni. Os perigos do geertzismo. *História Social*. Campinas, n.6, 1999, p. 137-146; LEVI, Giovanni. O pequeno, o grande e o pequeno. *Revista Brasileira de História*, 37(74), Jan-abril, 2017.

<sup>309</sup> LIMA, Henrique Espada. *A micro-história Italiana: escalas, indícios e singularidades*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006

<sup>310</sup> Um exemplo de historiador que debateu profundamente as interfaces entre a História e a psicanálise freudiana foi Peter Gay. Para maiores informações ver: GAY, Peter. *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012; GAY, Peter. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória à Freud*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. GAY, Peter. *Um judeu sem Deus: Freud, o ateísmo e a construção da psicanálise*. São Paulo: Imago Editora, 2007 e GAY, Peter. *Freud para historiadores*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Em dois textos recentes<sup>311</sup> Levi problematizou algumas das contribuições de Freud para a pesquisa histórica. Seu objetivo central foi analisar as múltiplas visões de temporalidade apresentadas pelo pai da psicanálise e relacioná-las àquelas mais tradicionais adotadas pelos historiadores. Seu propósito nesses artigos não foi uma proposta de aplicação da psicanálise à história, mas sim de um confronto com as questões que as “ciências irmãs” colocam, com o intuito de observar como e em que medida podemos fazer uso dos avanços produzidos por elas. Especificamente, ele não enfatizou as opiniões de Freud sobre a história, nem a questão das implicações diretas que a psicanálise coloca à historiografia. Em vez disso, ele se referiu às reflexões de Freud sobre a história da civilização, que assumem de forma particularmente complexa as questões relacionadas à temporalidade, o que nos permitirá examinar como o historiador italiano entende a relação entre história e tempo.

De acordo com Levi, os historiadores mantêm uma relação ambígua com o tempo. Nossa concepção temporal dominante, aquela marcada por um processo contínuo e imanente, cronológico e secular, teria nascido, tardiamente, do ponto de vista histórico, estando atrelada tanto ao processo de secularização, que é experimentado na Europa a partir do século XV e do concomitante crescimento da investigação científica a partir do século XVIII. A primeira consequência disso, segundo ele, foi a adoção de uma perspectiva temporal que ficou marcada como aquilo que veio a ser chamado de historiografia historicista: a ideia de um processo linear e homogêneo, que compreende indiscriminadamente todos os eventos imagináveis. Várias consequências decorrem disso, mas sobretudo, uma perspectiva específica de evento: ele passa a ser inscrito em uma série temporal linear e adquire significado por sua localização nessa mesma série, o que sugere relações causais que derivam da sequência contínua de eventos. Essa linearidade tende a sugerir a ideia de desenvolvimento e progresso contínuo em direção a um futuro melhor.<sup>312</sup>

Sabemos que essa visão linear sobre o desenvolvimento temporal, pautado numa relação de causa e efeito que tente a um futuro melhor, há muito foi abandonado pelos historiadores e, como vimos nos capítulos anteriores, foi substituído por perspectivas

---

<sup>311</sup> LEVI, Giovanni. El tiempo, los historiadores y Freud. In: *Microhistorias*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Ediciones Uniandes, 2019 e LEVI, Giovanni. Historiadores, psicoanálisis y verdad. In: *Microhistorias*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Ediciones Uniandes, 2019. (publicado originalmente em: CASTREN, Anna-Maija, LONKILA, Markku e PELTONEN, Matti (editores). *Between Sociology and History. Essays on Microhistory, Collective Action and Nation-building*. Helsinki: Finnish Literature Society, 2004, 147-60).

<sup>312</sup> LEVI, Giovanni. El tiempo, los historiadores y Freud... op. cit., p. 448.

mais complexas e múltiplas, desenvolvidas por intelectuais como Koselleck, Ricoeur, Hartog, dentre outros.

Para ajudar a enterrar de vez a perspectiva iluminista de tempo, e contribuir para o debate, Levi se apropria de algumas metáforas construídas de Siegfried Krakauer para mostrar sua compreensão de uma temporalidade heterogênea e não linear. Em um livro clássico<sup>313</sup>, o teórico de cinema alemão compara o tempo histórico à forma como as obras de arte devem ser organizadas de acordo com o historiador da arte George Kubler. Este afirma que as obras de arte deveriam ser organizadas em forma de sequências setoriais, onde a posição é mais relevante do que o andamento da composição. Cada sequência evolui, de fato, com ritmos específicos e diferentes. Assim, obras de arte cronologicamente simultâneas ocupam diferentes lugares em sua sequência específica, criando assim um mosaico de peças em diferentes estágios de desenvolvimento. Segundo Levi, assim também é o tempo. Seu fluxo é dialético e permite inúmeras relações entre presente e passado, fugindo da sequência linear de causa e efeito.

### **10.1 – Intelectuais judeus, identidade étnica e de grupo e as visões sobre a História**

Mas antes de examinarmos detalhadamente como Levi desenvolve sua perspectiva, eu gostaria de trazer uma primeira discussão de fundo que me parece ter alguma importância. O leitor mais atento talvez tenha percebido que todos os teóricos acionados por Gribaudi, Ginzburg e por Levi, são intelectuais judeus de origem germânica que viveram na transição do século XIX até o final da primeira metade do século XX. Esse diálogo de alguns micro-historiadores com intelectuais judeus (lembrando que Ginzburg e Levi também são judeus) sempre me pareceu algo relacionado à identidade de grupo; como uma forma de analisar a história, mas também de construir e manter identidade; maneiras de estar e pensar o mundo. Acredito que essa seja uma leitura válida, mas evidentemente, insuficiente.

Se analisarmos à fundo, existe uma conexão entre Warburg, Benjamin, Freud, Krakauer, dentre outros, não só a respeito da questão temporal, mas sobretudo da maneira como eles enxergam o desenvolvimento histórico; de como uma multiplicidade de passados atua em um determinado presente e abre, assim, possibilidades de futuro. É importante destacar que isso ocorre em autores com tradições intelectuais diversas –

---

<sup>313</sup> KRAKAUER, Siegfried. "Time and History". In: *History and the Concept of Time*, Beiheft, 6, 1966, p. 65

marxismo, psicanálise e História da Arte. De certa forma, isso explica a semelhança entre as perspectivas temporais de Ginzburg, Gribaudi e Levi, mesmo que eles acionem autores diferentes para chegarem às suas próprias conclusões.

Uma hipótese sobre essa questão é que talvez ela esteja relacionada à religião judaica e seus textos sagrados, bem como à diáspora e que ambas tenham atuado, tanto na formação étnica dos judeus, quanto numa visão específica de História e que as duas tenham fundamentado a criação e recriação de suas identidades grupais. Acredito que a maneira(s) que esse povo, e alguns de seus intelectuais, projetam seus mitos e identidades para o passado, e do passado para seus respectivos presentes, tenha fomentado o surgimento de perspectivas históricas semelhantes entre intelectuais judeus de um contexto similar (Europa central, na transição do século XIX para o XX) atuando na criação uma identidade não apenas de fundo religioso, mas também de organização temporal, criando novas formas de pertencimento para judeus não religiosos que viram na História uma possibilidade de autocompreensão.

De acordo com Michel Löwy esta foi uma geração de sonhadores e utópicos: aspiravam um mundo radicalmente outro, ao Reino de Deus na Terra, ao Reino do espírito, ao Reino da Liberdade e ao Reino da paz final seu ideal era uma comunidade igualitária a revolta a revolta antiautoritária, a revolução permanente do espírito. Não há dúvida de que essa geração romântica e messiânica era atravessada por correntes políticas e ideológicas as mais diversas e contraditórias, mas que eram perpassadas por uma rede subterrânea de correspondência que ligavam entre si os seus criadores, ou seja, aquela do romantismo libertário messiânico judaico que perpassava por uma nova concepção de história, por uma nova percepção da temporalidade, numa ampla ruptura com o evolucionismo e a filosofia iluminista do progresso.<sup>314</sup>

Além das teorias desenvolvidas nessa época, o contexto histórico também marca presença diretamente nessa forma de estar e pensar no mundo. A eclosão da Grande Guerra em 1914 e a destruição da civilização da *belle époque* gerou um movimento de decadência em direção à barbárie. Por fim, temos a ascensão do nazismo em 1933 e a aplicação da lei racial alemã de 1937 e todo o horror da Segunda grande Guerra.

Presencia-se então, sobretudo após 1870, o surgimento de uma elite liberal germânica que, de alguma maneira, questiona os desenvolvimentos intelectuais herdados do iluminismo, percebendo que eles não eram mais adequados há um novo contexto

---

<sup>314</sup> LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa Central*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

sócio-histórico que vinha crescendo sobretudo nas metrópoles. Esse movimento gerou, segundo Coetzee<sup>315</sup>, um traço obstinadamente retrógrado na cultura germânica que era sua tendência a manter o intelecto e o sentimento em compartimentos separados, para em seguida entregar-se a estupidez irrefletida das emoções. Esse elemento encontrava-se mais claramente na divisão entre os cientistas que vivenciavam suas vidas eróticas separadas da sua visão de ética. E tal processo, acredito, possibilitou também uma nova perspectiva de temporalidade e uma nova forma de percepção relação entre presente e passado, presentes inclusive em grandes nomes da literatura, tal como Robert Musil (casado com uma judia), Italo Svevo (judeu), Robert Walser, Franz Kafka (judeu), dentre outros.

Svevo, por exemplo, leu e dialogou profundamente com a obra de Freud e de Darwin e refletiu em suas obras literárias acerca do quanto a vida das pessoas comuns é repleta de lapsos, parapraxias e símbolos. Em seu principal livro, *A consciência de Zeno*, apresenta uma visão muito analítica da realidade – realista? – sempre atento aos movimentos da consciência e do inconsciente. Segue a trajetória de um jovem bancário que lentamente vai tomando consciência que tem uma vida desprovida de qualquer desejo e ambição e, segundo o autor, vai tomando uma atitude correta do ponto de vista evolucionista, se suicidando. Zeno é mais que uma simples aplicação da psicanálise há uma vida ficcional. É uma exploração das paixões, inclusive as mais mesquinhas, como a cobiça o ciúme; paixões para as quais a psicanálise acabava sendo apenas um guia muito parcial nesse momento. A doença da qual zeno não conseguia ser curado, uma espécie de depressão melancólica, talvez possa ser interpretada como aquilo que Freud descreveu como *mal-estar da civilização europeia*, ou seja, a dicotomia moderna da vontade de individualidade (impulsos pulsionais) do sujeito frente as limitações comportamentais e de valores impostas pela sociedade burguesa europeia e pela crise de um pensamento histórico pautado no progresso iluminista.

Svevo apresenta, nessa obra, a sensação de que as pessoas de sua época nunca estavam à vontade com o mundo. Alguns, cnicamente, tentavam se adaptar ao meio. Outros preferiam o contrário. De qualquer forma, ambos estavam insatisfeitos com aquilo que um futuro imprevisível poderia lhes trazer. Nessa obra literária, percebe-se algo comum em muitas outras desse período, uma insatisfação com o presente, uma sensação melancólica ao futuro, restando talvez, como vimos, a possibilidade de retorno ao passado

---

<sup>315</sup> COETZEE, J. M. *Mecanismos internos. Ensaios sobre literatura (2000-2005)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, p. 57.

para a compreensão desse estado de ser no presente. Rompe-se com a perspectiva linear e de progresso do pensamento iluminista (contexto mostrava diariamente que o progresso necessário atrelado ao futuro não era verdadeiro) e procura-se novas relações entre presente, passado e futuro.

Robert Musil, por exemplo, pertenceu a essa mesma geração de intelectuais germânicos que viveu nesse conturbado contexto. Assim como Freud, Musil apresenta em seus dois principais livros – *O homem sem qualidades* e *O jovem Törless* – uma visão cética em relação à ideia de que a razão poderia servir como guia a conduta humana. Sua metáfora principal em suas obras é de que o mundo real irracional não tem bases reais, mas estão calcadas nos sentimentos, aquilo que para Freud seriam os traumas, considerando a época em que vivia como um momento maldito da humanidade. Esses dois exemplos mostram a crise temporal na qual se vivia a Europa central no contexto citado. E essa crise, como estamos analisando, perpassou e produziu interessantes frutos no campo da História, Filosofia e Psicanálise.

Tanto Warburg quanto Krakauer e Freud superaram a ideia cronológica de tempo. Além deles, Walter Benjamin, em suas *Teses sobre o conceito de História*, nos mostra que a ideia de um progresso da raça humana ao longo da história é inseparável da ideia segundo a qual a história procede de um tempo homogêneo e vazio. Para ele, a crítica à ideia desse modo de proceder temporal deve constituir o fundamento da crítica da própria ideia de progresso. Portanto, o continuum da história teria que ser quebrado para que classes revolucionárias se libertassem da dominação, inclusive aquela incrustada na escrita da história a partir da perspectiva dos vencedores. A título de exemplo, desenvolverei aqui algumas das semelhanças entre Benjamin e Freud.<sup>316</sup>

De acordo com Levi, o tema das rupturas, que encontramos em Walter Benjamin, tem uma longa genealogia. Freud, um judeu amplamente secularizado, ainda estava imerso em uma densa atmosfera de debate dentro do judaísmo do século XIX. Além disso, essa leitura da essencialidade dos eventos traumáticos para a história humana manteve conexões estreitas com o conflito dentro da cultura judaica.<sup>317</sup> Entre os contendores estavam, por um lado, os tradicionalistas - que negavam o significado da história após a destruição do Segundo Templo - e os adeptos do *Wissenschaft des Judentums* - que enfatizavam a necessidade de estudar todos os eventos do povo judeu, em cuja história

---

<sup>316</sup> Em relação às semelhanças entre Warburg e Benjamin acerca das questões temporais, acredito que o capítulo sobre Maurizio Gribaudo as tenha deixado explicitadas.

<sup>317</sup> LEVI, Giovanni. *El tiempo, los historiadores y Freud...* op. cit., p. 452.

eles viram uma evolução interrompida de eventos de relevância fundamental que alteraram o fluxo linear: a destruição do templo, a expulsão da Espanha, o caso de Shabtai Tzvi. Um comportamento que ainda preservava uma hierarquia de relevâncias peculiares, mas que pelo menos recuperavam a descontinuidade. Para Freud, as rupturas são inúmeras: o assassinato do pai por parte da horda de filhos; a morte de Moisés; a vitória do cristianismo; a revolução copernicana; viagens de exploração; A Revolução Darwiniana e a Descoberta do Inconsciente. Assim, tanto para Benjamin quanto para Freud, a história não é contínua e unidirecional: há eventos históricos que produzem pontos de inflexão fundamentais, às vezes positivos, às vezes contrários ao processo de civilização e até mesmo à felicidade dos homens.

Podemos então afirmar que entre a obra de Freud e os estudos de Walter Benjamin existem fortes analogias. Uma delas, aquela que nos interessa mais de perto, é a da temporalidade, examinada em seus desdobramentos anímicos pelo psicanalista, e sócio-históricos pelo filósofo. Na leitura das teses benjaminianas *Sobre o conceito de história* e da *Interpretação dos sonhos* de Freud<sup>318</sup>, o encontro entre esses pensadores torna-se muito nítido, de acordo com Alessandra Parente<sup>319</sup>. Segundo ela, um exemplo elementar dessa aproximação está se encontra na tese III do texto de Benjamin, que afirma:

O cronista que narra profusamente os acontecimentos, sem distinguir grandes e pequenos, leva com isso a verdade de que nada do que alguma vez aconteceu pode ser dado por perdido para a história. Certamente, só à humanidade redimida cabe o passado em sua inteireza. Isso quer dizer: só à humanidade redimida o seu passado tornou-se citável em cada um dos seus instantes. [...]<sup>320</sup>

Não é difícil ler parte dessa passagem com os óculos da psicologia freudiana. Ao transpor o terreno sócio-histórico, ao qual Benjamin se dedica, para as tramas do aparelho psíquico, analisadas por Freud, íntimas coincidências afloram. Sendo a lógica do discurso que alimenta a história muito próxima daquela que enreda a memória psíquica, não é difícil pensar que a ideia de redimir a parte oprimida pela versão oficial da história equivale à ideia de trazer à luz os conteúdos rechaçados pelo processo de recalque do aparelho psíquico advindos do trauma. Se esse é um aparelho de memória, formado por

---

<sup>318</sup> FREUD, S. “A interpretação dos sonhos”. In: *Obras completas brasileiras*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.15-721.

<sup>319</sup> PARENTE, Alessandra Affortunati Martins. Entre as ruínas do tempo: Walter Benjamim e Sigmund Freud. *CADERNOS WALTER BENJAMIN* V.12(12):57. June 2014, p. 58.

<sup>320</sup>BENJAMIN. (1940) “Sobre o conceito de história” In: LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. (J. M. Gagnebin, trad.) São Paulo: Boitempo, 2005, p. 130.

impressões mnemônicas e pela força inexorável do infantil atemporal, o trauma inaugura uma multiplicidade de influências temporais diversas no indivíduo e, assim, na sociedade.

Essa ideia de interdependência temporal também é cara a Benjamin. Como um sonho que se esvai, um ato falho não notado ou um deslize remediado, “a verdadeira imagem do passado passa célere e furtiva”. Por isso, *é somente como imagem que lampeja justamente no instante de sua recognoscibilidade, para nunca mais ser vista, que o passado tem de ser capturado*. Ou seja, é também no cruzamento entre dois momentos do tempo que Benjamin examina as bases da história.<sup>321</sup> Essa citação da tese V de *Sobre o conceito de história* pode ser mais bem esclarecida quando se recorre ao prefácio de *Origem do Drama Barroco Alemão*. Explicando que a categoria “origem” é histórica, Benjamin afirma que no fenômeno originário estão refletidas as determinações da imagem que figuram uma ideia permanentemente colidida com relances da história. A unicidade assim como a repetição fazem parte da dialética originária, em que o essencial se mescla ao circunstancial. Nesse movimento, aquilo que é próprio da “origem” nunca é perceptível no plano manifesto.<sup>322</sup>

É aí que Benjamin atribui ao verdadeiro materialista-dialético a tarefa de capturar lances efêmeros do passado que afloram nas tessituras no presente. O ato de redenção ocorre nesse instante que quase se esvai, mas que antes de partir, suplica pela sua salvação da cadeia opressora de tempos remotos. É com esse gesto de resgatar fragmentos do passado na atualidade que Benjamin articula sua filosofia da história, buscando a origem de novas versões para o discurso oficial. Para o filósofo, essa faísca do passado, que emerge do atrito com algum acontecimento que sobrevém no agora (*Jetztzeit*) nasce de um choque<sup>323</sup>. O presente como o locus no qual o Outrora e o Agora se encontram.

Já Freud, em seu *Além do princípio do prazer*, nos mostra que os traços mnemônicos são o fundamento a partir do qual se sustentam todas as teias da memória. Com a construção dessa imagem fictícia, Freud expõe o caráter conservador do aparelho psíquico, que tende a se manter alheio aos estímulos que invariavelmente incidem sobre ele. Esses estímulos provêm tanto de fora como do interior do organismo, mas a camada protetora é capaz de desviar apenas daqueles à acometerem do exterior.<sup>324</sup>

---

<sup>321</sup> PARENTE, *Alessandra Affortunati Martins*. Entre as ruínas do tempo... op. cit., p. 64.

<sup>322</sup> Idem., p. 63.

<sup>323</sup> BENJAMIN. (1940) “Sobre o conceito de história” ... op. cit.

<sup>324</sup> PARENTE, *Alessandra Affortunati Martins*. Entre as ruínas do tempo... op. cit., p. 66.

Neste ponto é que finalmente nos aproximamos verdadeiramente do processo psicanalítico. A regra básica da psicanálise pode ser justamente um meio de provocar a emersão desses acasos, invariavelmente conectados a conteúdos transferências. Aqui vemos ser necessária uma sensibilização para que estes aspectos abandonados pela consciência como dejetos, sejam experimentados ou até mesmo percebidos. Servindo como artifício para tal empreendimento, os detalhes da relação transferencial são tomados como fragmentos atuais que têm consistência análoga a de outros tempos e espaços. Quando, porém, certas defesas se armam diante das representações involuntárias, estas se tornam restos do dia que alimentam os sonhos da noite – elementos de um dentre vários passados que fundamentam comportamentos e pensamentos no presente. Assim, se é verdade que para mudar o curso da história é preciso reconhecer semelhanças que conectam diferentes tempos e espaços, é também verdade ser necessário desemaranhar os traumas presentes nas tramas da vida. Assim, para Freud, o conceito de sujeito pressupõe, portanto, não somente sua localização no espaço da cultura/família, mas, ainda, a abertura de uma série temporal estabelecida por algum marco zero. Podemos, portanto, afirmar que, para a psicanálise, onde há sujeito, há alguma forma de referência ao tempo ou, em outro termos, que o tempo é inerente ao sujeito, que ele só existe em relação ao sujeito, a uma maneira de ser que lhe é intrínseca.

## **10.2 – Levi, Freud e as relações entre História e Tempo**

De acordo com Levi, Sigmund Freud, em muitos de seus textos, faz uma série de referências à realidade histórica ou à verdade, em contraste com a experiência direta e a realidade material. Para o psicanalista, a memória consciente do homem maduro é comparável à historiografia subjacente e, na realidade, seus eventos correspondem à história da época primitiva, reordenada de forma tardia e tendenciosa. Se removêssemos todas essas distorções por meio do conhecimento das forças em vigor em cada época, descobriríamos a verdade histórica por trás do material lendário. Isso vale para as memórias de infância. No nível do trabalho da psicanálise individual, assim como no nível geral da civilização, a ideia tácita é que a terapia psicanalítica consiste em recuperar

uma memória traumática reprimida por uma espécie de amnésia, que encontra a verdade histórica que foi apagada pela reelaboração realizada por meio da repressão.<sup>325</sup>

Nos *Estudos Sobre a Histeria*<sup>326</sup> onde, com o conceito de a posteriori (*Nachträglichkeit*), procura formular uma concepção da temporalidade em sua relação com a causalidade psíquica. Para tanto, nos afirma que a memória é um conjunto complexo de operações psíquicas, ilustrando essa complexidade ao contrapor o tempo inicial do trauma ao tempo do acontecimento atual que desperta o traço mnésico, criando-se assim o sintoma. Trata-se de uma causalidade em dois tempos, também encontrada no trabalho de análise quando alguma interpretação só tem seu efeito a posteriori. O novo e o antigo (o trauma e o traço mnésico, articulados na elaboração do sintoma) ao serem contrapostos, subentende-se uma temporalidade complexa entre ambos, que afasta, pois, a idéia de uma causalidade linear dentro da concepção freudiana de história (de tempo histórico). Desta feita, Freud então acentuou, desde cedo, que o sujeito modifica posteriormente os acontecimentos passados, lhes conferindo um novo sentido (eficaz ou patogênico).

Encontramos então no pensamento de Freud uma certa analogia entre o trabalho da psicanálise e o do historiador; entre as constatações do historiador dos fatos esquecidos e o trabalho terapêutico sobre as experiências reprimidas. De acordo com Levi, mesmo que nosso conhecimento acerca do passado seja extremamente limitado, ele só é possível por meio de um processo de aproximações contínuas e infinitas da realidade, e que nossas certezas mais profundas se baseiam nos limites de nosso conhecimento. Quando os historiadores avaliam as evidências, devem lembrar que qualquer ponto de vista da realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de poder que condiciona, por meio da possibilidade de acesso à documentação, e da imagem geral que uma sociedade deixa de si mesma.<sup>327</sup>

Assim, a história seria um conhecimento parcial e localizado que utiliza ferramentas de argumentação e evidências válidas, no contexto do conhecimento compartilhado, que permitem a verificação e interpretação dos fatos e sua precisão. Depois de abandonar uma fé positivista nos fatos, e a possibilidade de reconstruí-los totalmente, hoje a História oscila entre uma hipótese inteiramente idealista de comparação entre textos que expressam diferentes formas de construir a realidade, e uma imagem processual e sempre

---

<sup>325</sup> LEVI, Giovanni. *Historiadores, psicoanálisis y verdade...* op. cit., p. 338.

<sup>326</sup> FREUD, Sigmund. *Estudos sobre a histeria*. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

<sup>327</sup> LEVI, Giovanni. *Historiadores, psicoanálisis y verdade...* op. cit., p. 341.

incompleta de compreensão da realidade, um conhecimento contextual baseado em evidências prováveis, e na certeza de que é importante apenas no contexto de uma cultura compartilhada.<sup>328</sup>

De acordo com Levi, os historiadores trabalham em três momentos distintos. Em primeiro lugar, a história envolve pesquisa de arquivo; um processo semelhante às investigações policiais ou judiciais, onde as linhas de investigação muitas vezes se desviam para becos sem saída e onde novos documentos e tendências geralmente não são identificados na ordem exata, na busca de evidências relacionadas a pistas para problemas e ideias. A pesquisa geralmente leva anos, às vezes sem obter respostas consistentes. A segunda etapa é a comunicação através da forma de escrita. O material deve ser apresentado ao leitor de forma abrangente, o que ao mesmo tempo implica uma sedução em termos persuasivos e estéticos. Finalmente, como leitor. O leitor não é neutro, na medida em que pertence a um contexto cultural e lê através de um filtro dado por suas informações e opiniões pessoais.<sup>329</sup>

Portanto, a primeira etapa, estamos falando da verificação dos fatos e de seu significado, bem como da verificação de sua exatidão, ou melhor, do significado dos documentos. É daí que vêm muitas das ilusões dos historiadores. Documentos são fragmentos distorcido da realidade, parcial e imperfeito. Os documentos são enganosos, e quanto mais existem, mais eles dão a falsa ilusão de completude. Não é por acaso que os historiadores são mais habilidosos na medida em que não confiam apenas em documentos e registros diretos. Quanto mais investigarmos, mais teremos a possibilidade de compensar a falta de informação, usando inteligência e imaginação.

Para o historiador italiano, pode-se dizer que a história para os historiadores, e também em um sentido geral, é em essência uma reinterpretação contínua de algo que já é conhecido. Uma interpretação platônica ou psicanalítica da obra do historiador, que enfatizaria a anamnese e a coleção, seria incorreta. A base do trabalho do historiador não é recuperar algo que foi esquecido, mas apreender porque algo foi esquecido. E é aqui que a questão da temporalidade se torna fundamental. Giovanni Levi, usando Freud como guia, acredita num tempo heterogêneo e adota uma pluralidade de concepções de tempo que não são mutuamente excludentes.

De acordo com Levi, em suas obras Freud refere-se a duas questões principais relacionadas à temporalidade: por um lado, a origem dos seres vivos e sua evolução desde

---

<sup>328</sup> Idem., p. 343.

<sup>329</sup> Idem., p. 345.

os tempos mais remotos; por outro, a sucessão de idades e a definição de um tipo de escala cronológica que indique essa evolução. No início de sua obra, sua concepção é dominada por um modelo genético bastante linear, no qual a inscrição na memória é feita sob o signo de uma metáfora geológica ou arqueológica em estratos sobrepostos. Freud se afastará dessa concepção com base em seu conflito com Fliess e sua teoria dos períodos. O mais interessante é que, inspirado pela teoria evolutiva de Charles Darwin, Freud nega uma perspectiva evolucionista linear.

Para ele, a evolução não é boa nem ruim em si mesma; a evolução humana segue o modelo da história individual, na qual a transmissão pode ser neurose. Portanto, ainda para o psicanalista, uma história evolutiva, com uma progressão linear, pode levar, não à adaptação, mas à extinção da raça humana. É contra essa leitura linear que aparece um aspecto um tanto imprevisível no contexto do pensamento freudiano: quebras na evolução, não linearidade. Na verdade, sua leitura é composta por uma teoria das rupturas que determinam o processo. A evolução não significa melhoria, mas acumulação e, talvez, também reversibilidade. Freud nos apresenta uma concepção temporal não linear, algo bastante similar à ideia de Benjamin: a ordem do tempo que vai do presente ao passado e ao futuro, e não na ordem tradicional passado-presente-futuro. Para o psicanalista vienense, o inconsciente está acima de tudo fora do tempo; são atemporais e, portanto, não são ordenados temporalmente, e não são alterados pela passagem do tempo, não têm relação com o tempo linear.

Do ponto de vista historiográfico, Freud cria um questionamento das cadeias causais e das formas cronologicamente ordenadas das influências de um acontecimento sobre os sucessivos acontecimentos: a distância cronológica é abandonada por uma visão da história que renuncia a um processo historicista linear, para redescobrir relevâncias e causas por vezes distantes no tempo, afastadas, esquecidas e alteradas, mas que ainda mantêm sua própria relevância.<sup>330</sup> Na Psicanálise, tanto o tempo quanto a memória só podem ser considerados no plural. Há temporalidades diferentes funcionando nas instâncias psíquicas e a memória não existe de forma simples: é múltipla, registrada em diferentes variedades de signos.

O trauma, em Freud, é então fundamental para a sua percepção de um tempo descontínuo e não linear. O fenômeno traumático é imperceptível como tal no imediato, que reaparece com um significado completamente diferente e com uma força muito maior

---

<sup>330</sup> LEVI, Giovanni. El tiempo, los historiadores y Freud... op. cit., p. 456.

após um período de latência: uma memória não se torna trauma até mais tarde; gera um efeito que não havia produzido no estado de experiência daquele presente. Freud fundamenta assim uma teoria da memória ao afirmar que o material das marcas mnêmicas se reordena de tempos em tempos, formando novos nexos. Na constituição da lembrança há, portanto, uma mistura de tempos. Os tempos não mantêm uma cronologia, passado, presente e futuro se misturam, se confundem. A lembrança traumática é como um quadro. O espaço do enquadramento é dado pelo próprio texto da lembrança, no qual se combinam traços. Traços que revelam as marcas de erotização e também os processos de luto vividos que deixaram as marcas do objeto ausente. Ou seja, há um passado que se cria e se recria em novas articulações. E tal teoria da memória contém variadas semelhanças, como vimos, sobretudo com a noção de sobrevivência em Warburg e na perspectiva do encontro do Outrora com e Agora, em Benjamim.

Retomando Levi, ele acredita que a percepção de uma temporalidade não linear, tal qual aquela desenvolvida por Freud para o estudo dos traumas, nos ajudaria a compreender o tempo de forma completamente diferente daquela desenvolvida pelos historicistas: uma evolução progressista rumo ao futuro. Por essa razão, a ideia de reler Freud lhe pareceu sugestiva: nós, historiadores, discutimos a temporalidade de várias formas, com uma torrente de excelentes trabalhos, mas sempre limitada ao campo restrito da história, da historiografia. Já com a psicanálise, conseguimos analisar o tempo, ou a temporalidade, a partir de um fragmento local (o trauma individual) e propor questões gerais sobre como passado, presente e futuro se relacionam, formando uma percepção temporal distante da linearidade.

Infelizmente Giovanni Levi não produziu nenhuma obra empírica na qual tentou aplicar a perspectiva freudiana de tempo, o que, de certa forma, limita minhas reflexões nesse último capítulo da tese. Todavia, é importante destacar que, assim como Ginzburg e Gribaudi, Levi conseguiu em suas pesquisas enterrar um tempo histórico linear através da análise do detalhe, do estudo de caso e das redes de interdependência dos atores históricos, apreendendo a maneira como inúmeras possibilidades de passado foram sendo vividas e acabaram sendo recuperadas na região do Piemonte no século XVI e XVII, contexto de seu mais famoso livro, abrindo assim horizontes de expectativas para indivíduos e grupos na sua luta diária pela sobrevivência.

### **Considerações Finais**

Meu objetivo nessa tese foi trazer algumas contribuições para uma melhor compreensão da natureza da micro-história italiana, que tem sido meu objeto de pesquisa nos últimos oito ou nove anos. Busquei analisar como conceitos tão naturalizados na nossa prática de trabalho – espaço e tempo – foram trabalhados de formas extremamente interessantes por alguns historiadores que possuem forte relação com essa corrente historiográfica.

Espero ter deixado claro aos leitores a originalidade da perspectiva espacial de Angelo Torre. Em várias pesquisas ele procurou mostrar a localidade como o resultado de um processo de construção social e cultural diretamente ligado às conexões globais. Sua abordagem difere completamente daquela trazida pela *Spacial Turn* que privilegia um espaço abstrato, figurativo, metafórico, e que deixa de lado o espaço concreto, vivido e denso das práticas. Todavia, o mais importante na obra de Torre, a meu ver, é que sua a

abordagem espacial muda a maneira como lemos os documentos. Enquanto uma história social tradicional (econômica, jurídica, política etc.) privilegia uma leitura tipológica das fontes, a história espacial praticada por Angelo Torre exige uma perspectiva topográfica, ou, para dizer melhor, a torna possível.

Espero também ter contribuído para uma melhor percepção do papel que a análise espacial toma na obra de Gribaudi. Ao longo de seu percurso como historiador preocupado em entender o desenvolvimento de Paris, o historiador italiano passa a ler a cidade como resultante de um conjunto de fatores ativos em diferentes níveis e em diferentes configurações locais. E para se aproximar desse objeto complexo em plena mutação (a cidade), a noção de morfogênese pôde trazer para as análises de Gribaudi uma dimensão suplementar ao estudo urbano. O estudo morfogenético adotado por ele se concentra mais precisamente em iluminar os elementos de organização que sustentam a existência e evolução das formas urbanas. Maurizio Gribaudi adota uma abordagem dinâmica que foge das modalidades e representações ditas clássicas que tendem congelar a cidade num estado que, por definição, não corresponde a nenhuma realidade urbana.

Outro historiador preocupado em oferecer subsídios para uma melhor compreensão da questão espacial é Christian G. De Vito. Seus últimos trabalhos tentam conectar a perspectiva local e global, mediados pela ideia da conexão entre espacialidade e micro-história, desenvolvida inicialmente por Edoardo Grendi e Angelo Torre. De Vito analisa a dialética que existe entre as singularidades de cada lugar e as conexões produzidas entre os lugares através da circulação de indivíduos, de objetos, e de ideias que representam as ações de indivíduos e grupos sociais. Ele argumenta acerca da possibilidade de tratar, através de investigações parcialmente circunscritas, o espaço. Para ele, cada lugar deve ser visto como uma espécie de laboratório da realidade histórica situada no cruzamento entre múltiplas conexões. A singularidade de cada lugar deve ser observada como resultante de dinâmicas relacionais, tanto internas quanto externas às suas fronteiras geográficas. A partir disso, as noções de lugar e local mudam completamente. O local passa a ser visto e compreendido como um espaço de interação, mesmo em uma perspectiva de uma ampla área de investigação (global, inclusive). O foco da pesquisa se deslocaria para as redes sociais dos protagonistas históricos, mas conjugadas, ao mesmo tempo, com a especificidade de cada lugar e as múltiplas conexões entre eles. Os trabalhos de De Vito e Trivellato guardam enormes semelhanças, mas algumas diferenças importantes, já que o foco conceitual de De Vito está muito ligado a questão da espacialidade; aquilo que ele chama de *translocalidade*. Ao reconhecer as

distintas esferas de operação da micro-história e da história global, a história micro-espacial rejeita qualquer conflito do tipo de análise (micro/macro) com seu escopo espacial (local/global).

No caso de Carlo Ginzburg, suas últimas pesquisas apresentam os locais como zonas de contato, e as relações sociais dali resultantes fundamentam conexões que “unem” vários lugares em diferentes escalas. Os textos de Ginzburg analisados nessa tese permitem a percepção de como os discursos e as ações, por exemplo, foram produzidos pela circulação – “local” ou “global” – de ideias e de pessoas influenciaram de forma diferente as experiências dos indivíduos das pessoas imbricados em outros locais. Esse tipo de análise nos permite ir além das abordagens tradicionais de micro e macro como sinônimos de níveis nos quais agência e estrutura estão respectivamente localizadas.

Também tentei apresentar uma contribuição pessoal ao debate espacial. Utilizando Juiz de Fora como laboratório de pesquisa, espero ter apresentado de forma clara as possibilidades que as análises que atentam para a relação entre as diferentes ações e a produção social dos lugares abrem para a pesquisa, sobretudo aquela ligada aos preceitos da micro-história. O entendimento de que toda escolha reflete uma intenção faz com que olhemos para as fontes como produtos e produtoras de contextos. De forma empírica apontei que o acionamento à Justiça Criminal, teve como objeto garantir prerrogativas, reforçar diferenças e privilégios de forma implícita. A maneira como as pessoas se relacionais com as instâncias de poder externa, os usos que fazem dos mecanismos da justiça do Estado, revelaram algumas das ações geradoras de espacialidades.

Na segunda parte da tese demostrei que apesar de dialogarem com autores diversos, tais como Warburg, Benjamin, Freud, dentre outros, alguns micro-historiadores construíram e aplicaram perspectivas de temporalidade histórica muito semelhantes. No caso de Carlo Ginzburg, através do conceito de *Logosformel*, ele realizou uma adaptação criativa da perspectiva histórica de Aby Warburg. Verifiquei que este foi extremamente sagaz em perceber que a imagem contém em si um potencial cinético; um *Pathosformel* mnésico que carrega algo que poderíamos traduzir como uma vida póstuma (*Nachleben*); como uma sobrevivência de um passado cuja origem pode estar perdida. Essa percepção é fundamental para a história. E através dessa operação historiográfica que as imagens – e também ideias, ritos, mitos e conceitos – transmitidas pelas gerações anteriores a nós ganham nova vida e que um passado que parecia concluído em si, se recoloca para nós, sempre em movimento, tornando-se novamente passível de ser conhecido.

É interessante notar que outro judeu na diáspora, Walter Benjamin, poucos anos depois de Warburg, ao trabalhar em seu livro sobre as passagens parisienses, percebeu claramente o aspecto dialético das imagens. Essas, segundo Benjamin, só podem ser captadas e definidas por meio do movimento, sendo seus significados compreendidos na dialética entre a imobilidade e a retomada do movimento; na pausa carregada de tensão entre essas duas. Somente nesse momento, dialeticamente, um instante do passado é colocado em relação com o presente. É preciso ressaltar, contudo, que essa reflexão de Benjamin não vale apenas para a imagem, mas para toda a sua compreensão da História: Segundo ele, o tempo histórico deve ser visto de forma descontínua, sem respeitar linearidades, causalidades. Ao contrário, é justamente pelos saltos e pela instalação de um novo tempo que abandone o tempo histórico “oficial”, que seria possível uma compreensão dialética da realidade. E como vimos, tal perspectiva, associada àquela de Warburg, foi fundamental para que Gribaudi construísse sua perspectiva temporal de desenvolvimento histórico e a aplicasse para a uma melhor compreensão das relações que perpassaram Paris ao longo dos séculos.

Não menos importante, verificamos que Giovanni Levi, apesar de não realizar nenhuma aplicação empírica que ressaltasse claramente sua discussão sobre a multiplicidade de tempos históricos, trouxe uma leitura interessante da visão freudiana sobre o tempo. A perspectiva temporal que o pai da psicanálise desenvolve para entender e tratar o trauma acaba se aproximando fortemente daquela desenvolvida por Benjamin para a compreensão da História e do cortejo dos vencedores. O tempo para Levi, assim como para os demais que analisamos nessa parte da tese, aparece como algo descontínuo, que modifica a linearidade passado – presente – futuro. O tempo é visto então como algo dinâmico e a partir do presente, cujos indivíduos aí inseridos, selecionam de forma consciente ou não, alguns elementos do passado, seja como trauma ou sobrevivência, e a partir dessa interação, criam expectativas de futuro.

Essas análises da temporalidade na micro-história nos abre um campo de possibilidades analíticas: devemos examinar não as relações simplistas de causa e efeito apresentadas por uma temporalidade única e linear. Devemos examinar quais passados são acionados num determinado presente por um determinado grupo e como eles atuam no intuito de abrir um campo de possibilidades e sonhos para os atores históricos. E assim, através da adoção dessa perspectiva, sejamos capazes de responder adequadamente algumas das questões que certo desconstrutivismo pós-moderno tem colocado para a História enquanto área de conhecimento.

Por fim, gostaria que os leitores tivessem em mente algo importante: as reflexões sobre os objetos em questão nos mostram um caminho não-linear, de simples causa e efeito, entre as “três gerações” de micro-historiadores, visto que não houve uma evolução mecânica entre elas. Tanto Ginzburg quanto Levi, da primeira geração, apresentam, sem seus termos, reflexões tão sofisticadas e refinadas quanto aquelas desenvolvidas nos últimos anos. Não existe aqui uma ideia de gerações como linha evolutiva, nas quais a geração seguinte supera e melhora as ideias da geração anterior. Existem, de fato, debates comuns entre eles, mas que não respeita a cronologia; não se trata de evolução de ideias.

Se De Vito e Torre, por exemplo, questionam até onde a primeira geração contribuiu para uma melhor compreensão do papel do espaço no seio da micro-história italiana, Trivellato nos mostra que os métodos desenvolvidos por ela são diretamente devedores de Levi e Ginzburg e muito pouco – ou quase nada – à segunda geração. É preciso destacar então que certos momentos deste debate (a micro-história espacial, por exemplo) são resultantes de demandas (o surgimento da História Global) que não estavam no horizonte historiográfico dos anos 1970 e 1980, mas que ainda sim receberam atenção, como vivos, de Levi e Ginzburg. Percebi então que não houve uma “evolução” teórica de uma geração para a outra, mas uma relação dialética marcada por permanências e descontinuidades em certas reflexões, algo que, de alguma maneira, faz jus àquilo que há de mais central na micro-história italiana: seu aspecto experimental e questionador.

## Bibliografia

AGNEW, John. *Place and Politics*. Boston: Unwin Hyman, 1990.

AGO, Renata, *Il gusto delle cose. Una storia degli oggetti nella Roma del Seicento*, Roma: Donzelli Editore, 2006.

APPADURAI, Arjun “The Production of Locality”, In: *Counterworks: Managing the Diversity of Knowledge*. Minneapolis: Routledge, 1995, 204-226.

ASLANIAN, Sebouh David. *From the Indian ocean to the Mediterranean: the global trade networks of Armenian merchants from new Julfa*, Berkeley/CA, University California Press, 2011.

BANTI, Alberto M. “*Storie e microstorie: L’histoire sociale contemporaine en Italie*”, *Genèses*, n. 3, mars, p. 134-147.

BARROS, José D’Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur. Considerações sobre o círculo hermenêutico. *Fênix – Revista de História*. Janeiro-Abril de 2012.

BARTH, Fredrik. Models of social organization I: Introduction. The analytical importance of transaction. In: *Process and form in social life*. London: Routledge, 1981, p. 32-47.

BELL, David A. Total History and Microhistory: The French and Italian paradigms. In: KRAMER, Lloyd and MOZA, Sarah. *A companion to western historical thought*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002, p. 262-276.

BENJAMIN, Walter. A Imagem de Proust. In: *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 36-49.

- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 119-134.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018. A respeito dessa questão, ver, em especial, o fragmento N 3,1.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. Tese 7. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Sobre o conceito de História: edição crítica*. São Paulo: Alameda, p. 121.
- BENJAMIN. “Sobre o conceito de história” In: LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. (J. M. Gagnebin, trad.) São Paulo: Boitempo, 2005.
- BERGSON, Henri. *A ideia de tempo*. São Paulo: Unesp, 2022.
- BLOCH, Marc. *A apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1990.
- BROWN, Judith. *Immodest Acts: the life of a lesbian nun in renaissance Italy*. Oxford: Oxford Press, 1986.
- BURUCÚA, José Emilio. *Historia, arte, cultura: De Aby Warburg a Carlo Ginzburg*. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2003.
- CAMPOS, Daniela Queiroz & FLORES, Maria Bernardete Ramos. A nudez desconcertante de vênus: Botticelli, Aby Warburg e Georges Didi-Huberman. *História e Arte: temporalidades do sensível*. Ana Lucia Vilela, Maria Elizia Borges (organizadoras). Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- CANTINHO, Maria João. “Aby Warburg e Walter Benjamin: a legibilidade da Memória”. *Hist. R.*, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 24–38, maio/ago. 2016.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2021.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira & DIAS, Daniel Rezende Berbert. *Deciphering Carlo Ginzburg: Form and Time*. London, Routledge, 2024.
- CARNEIRO, Deivy; VENDRAME, Máira Inês. Uso e possibilidades das fontes judiciais a partir da micro-história italiana. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 15 Nº 31, Jul - Dez de 2023, p. 11-37.
- CARNEIRO, Deivy. *Uma justiça que seduz? Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941)*. São Paulo: Paco Editorial, 2019.
- CARVALHO, Eugênio Rezende. A história em Krzysztof Pomian. In: SALOMON, Marlon. *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018.
- CERUTTI, Simona. *La ville et les métiers. Naissance d'un langage corporatif (Turin, 17e-18e siècles)*, Paris: Éditions de l'EHESS, 1990.
- CERUTTI, Simone; GRANGAUD, Isabelle. Fontes e contextualizações: comparando instituições do norte africano e oeste europeu do século XVIII. VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre. *Territórios da história: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023, p. 79-118.

- CERUTTI, Simone. Microstoria: relações sociais versus modelos culturais? Algumas reflexões sobre estereótipos e práticas históricas. CARNEIRO, Deivy; VENDRAME, Máira. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. [e-book]. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 39-58.
- COLLEY, Linda. *the ordeal of Elizabeth march: a Woman in world History*, New York, Harper Press, 2007.
- CONRAD, Sebastian. *O que é História Global*. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2019.
- CRESSWELL, Tim. *Place: A Short Introduction*. Oxford: Blackwell, 2004; AGNEW, John. *Place and Politics*. Boston: Allen and Unwin, 1987.
- CRUZ, Claudio Celso Alano. O livro das passagens e o conceito de imagem dialética em Walter Benjamin. *Caderno de Letras*, nº 30, Jan-Abr – 2018.
- DAVIES, Natalie Z. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DE VITO, Christian ‘Verso una microstoria translocale (micro-spatial history)’, *Quaderni storici*, 150: 2015, 815–833.
- DE VITO, Christian G. *I Luoghi dela psichiatria*. Firenze: Polistampa, 2011.
- DE VITO. Christian G. History Without Scale: the micro-spatial perspective. *Past & Present*, Supplement 14, 2019.
- DE VITO. Christian G. Por uma micro-história translocal. In: VENDRAME, Máira. KARSBURG, Alexandre. *Micro-história, um método em transformação*. 1ª ed. São Paulo: Editora Letra & Voz, 2020.
- DEMOS, John. *The Unredeemed Captive*. New York: Vintage, 1995.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagem Sobrevivente: História da Arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. 1ª ed. São Paulo: Contraponto, 2013.
- DIERS, Michael; GIRST, Thomas and VON MOLTKE, Dorothea von. “Warburg and the Warburgian Tradition of Cultural History”. *New German Critique*, No. 65, Cultural History/Cultural Studies (Spring - Summer,1995), pp. 59-73.
- DRIVER, Felix and SAMUEL, Raphael, "Rethinking the Idea of Place," *History Workshop Journal* 39 (1995).
- EFAL, Adi. “A “fórmula de Pathos” de Warburg nos contextos psicanalítico e Benjaminiano”. *Arte & Ensaios*. Revista do ppgav/eba/ufrij Rio de Janeiro, n. 35, agosto 2018.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o livro do mundo: Walter Benjamin: Romantismo e Crítica Poética*. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- FARGE, Arlette; REVEL, Jacques. *Logiques de la foule : l’affaire des enlèvements d’enfants*, Paris 1750. Paris: Puf, 1988.
- FARINATTI, Luiz Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Revista Anos 90*, Vol. 15, n. 28, 2008.
- FERNANDES, Cássio. Introdução. In: Aby Warburg. *A presença do Antigo. Escritos Inéditos – Volume 1*. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

- FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto e SAMPAIO, Antonio Carlos. *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.
- FREUD, S. “A interpretação dos sonhos”. In: *Obras completas brasileiras*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GARCÉS, Federico Ardila. “Entre el nachleben y el paradigma indiciario: Carlo Ginzburg y el método Warburgiano en la historia del arte”. *Historia Y Sociedad*. N. 30, Medellín, Colombia, 2016.
- GARNER, Alice. *A Shifting Shore: Locals, Outsiders, and the Transformation of a French Fishing Town, 1823-2000*. Cornell University Press, 2004.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória à Freud*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GAY, Peter. *Freud para historiadores*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- GAY, Peter. *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- GAY, Peter. *Um judeu sem Deus: Freud, o ateísmo e a construção da psicanálise*. São Paulo: Imago Editora, 2007.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. São Paulo: LTC, 1981.
- GHOBRIAL, John-Paul. the secret life of Elias Babylon and the uses of global microhistory, *Past and Present* 222 (2014), 51–93.
- GIL, Tiago. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação da social network analysis. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Vol. 3 N° 6, dezembro de 2011.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O Nome e o como: trocas desiguais no mercado historiográfico”. In: GINZBURG, Carlo. *Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1987.
- GINZBURG, Carlo. “Ancora sui riti cinesi: documenti vecchi e nuovi. In: A dieci anni dall’apertura dell’Archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede: storia e archivi dell’Inquisizione (Roma, 21-23 febbraio 2008), *Scienze e Lettere*, Roma, 2011, pp. 131-144.
- GINZBURG, Carlo. “Estilo: inclusão e exclusão”. In: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- GINZBURG, Carlo. “Latitude, Slaves, and the Bible: An Experiment in Microhistory. *Critical Inquiry*, XXXI, 3 (primavera 2005), p. 665-683.”
- GINZBURG, Carlo. “Microhistory and world history”. In J. Bentley, J., Subrahmanyam, S. & Wiesner-Hanks, M. (Eds.), *The Cambridge World History*. Cambridge: Cambridge University Press. 2015, pp. 447-448.
- GINZBURG, Carlo. Conjunctive Anomalies – a reflection on werewolves. In: GINZBURG, Carlo & LINCOLN, Bruce. *Old Thiess, a Livonian werewolf*. 1<sup>st</sup> ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2020, p. 109-126.
- GINZBURG, Carlo. *Investigando Piero: o Batismo, o ciclo de Arezzo, a Flagelação de Urbino*. 1ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- GINZBURG, Carlo. *Le forbici di Warburg*. Schifanoia: notizie dell’istituto di studi rinascimentali di Ferrara. 2012, p. 42 e 43.

GINZBURG, Carlo. *Le nostre parole, e le loro* Una riflessione sul mestiere di storico, oggi. In: GINZBURG, Carlo. *La Lettera Uccide*. Milano: Adelphi, 2021.

<sup>1</sup>GINZBURG, Carlo. *Medaglie e conchiglie: ancora su morfologia e Storia. Postfazione alla nuova edizione di "Storia Nottura"*. Milano: Adelphi, 2019.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência e terror: quatro ensaios de iconografia política*. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

GINZBURG, Carlo. Micro-história e História do Mundo. VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (org.). *Territórios da história: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023, p. 41-78.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

Ginzburg, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

GINZBURG, Carlo. Une Machine à Penser. *Common Knowledge*, Volume 18, Issue 1,

GREGORY, Brad. "Is Small Beautiful? Microhistory and the History of Everyday Life", *History and Theory* 38/1 (1999).

GRENDI, Edoardo *Il Cervo e la repubblica. Il modello ligure di antico regime*, Torino 1993.

GRENDI, Edoardo. Norbert Elias: storiografia e teoria sociale. *Quaderni Storici*, n. 50, 1982.

GRENDI, Edoardo. *Storia sociale e storia interpretativa*, Quaderni Storici, 1986, 61, pp. 201-210.

GRENDI, Edoardo. *Polanyi: Dall'Antropologia Economica alla Microanalisi Storica*. Milano: Etas Libri, 1978.

GRIBAUDI, Maurizio, BLUM, Alain. Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 45e année, N. 6, 1990. pp. 1365-1402.

GRIBAUDI, Maurizio. « Histoire Sociale et Formalisation Statistique », in Antonio Irigoyen López et Sebastián Molina Puche (eds), *Territorios distantes, comportamientos similares : familias, redes y reproducción social en la monarquía hispánica, siglos XIV-XIX*, Murcia, Universidad de Murcia, 2009, p. 25-43.

GRIBAUDI, Maurizio. « Le savoir des relations liens et racines d'une administration centrale dans la France du XIXe siècle », in *Mouvement Social*, septembre 2009.

GRIBAUDI, Maurizio. « Les formes d'un passé lointain – l'intrigue monographique et l'histoire », in *Les Etudes Sociales*, n.138, 2004, p. 57-98.

GRIBAUDI, Maurizio. « Ruptures et continuités dans l'évolution de l'espace parisien. L'îlot de la Trinité entre XVIIIe et XIXe siècles », *Histoire & Mesure*, n.2, 2009.

GRIBAUDI, Maurizio. « Passages et Phalanstère – espaces urbains et visions utopiques », in *Cahiers Charles Fourier*, n. 21, 2010 (janvier 2011).

GRIBAUDI, Maurizio. (dir.) *Espaces, temporalités, stratifications. Exercices sur les réseaux sociaux*. Paris : Découverte, 1998.

GRIBAUDI, Maurizio. *1848 – La révolution oubliée*. Paris : La Découverte, 2008.

- GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- GRIBAUDI, Maurizio. Forma, tensão e movimento: a plasticidade da História. In: VENDRAME, Maíra Inês e KARSBURG, Alexandre. *Micro-história: um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020, p. 49-69.
- GRIBAUDI, Maurizio. *Mondo operaio e mito operaio. Spazi e percorsi sociali a Torino nel primo Novecento*, Torino: Einaudi, 1987.
- GRIBAUDI, Maurizio. *Paris, ville ouvrière : une histoire occultée. 1789-1848*, Paris : La Découverte, 2014.
- GRIBAUDI, Maurizio. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, Deivy F. & VENDRAME, Maíra. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.
- GUERREIRO, António. Aby Warburg e os arquivos da memória. *Enciclopédia e Hipertexto*. s/d
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HARVEY, David. *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- HESPANHA, Antonio Manoel. *A cultura jurídica europeia: a síntese de um milênio*. Lisboa: Almedina, 2012.
- HESPANHA, Antonio Manuel. *Como os juristas viam o mundo – 1550/1750*. Lisboa: Almedina, 2015;
- IMPETT, Leonardo & MORETTI, Franco. Totentanz. “Operationalizing Aby Warburg’s Pathosformeln”. *Pamphlets of the Stanford Literary Lab*, 16, November 2017.
- KINGSTON, Ralph. Mind Over Matter? *Cultural and Social History*, 7:1, 2010, p.111-121.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: estudos sobre a História*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KRAKAUER, Siegfried. “Time and History”. In: *History and the Concept of Time*, Beiheft, 6, 1966, p. 65
- KUMIN, Beat. ed., *Political Space in Pre-industrial Europe* (Farnham: Ashgate, 2009).
- LEFEBRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.
- LENOIR, Joëlle & GRIBAUDI, Maurizio. « Les passages ouverts. La modernité oubliée de Paris capitale », *Histoire urbaine* 2013/1 (n° 36), p. 73-103.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. El tiempo, los historiadores y Freud. In: *Microhistorias*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Ediciones Uniandes, 2019.
- LEVI, Giovanni. Frail Frontiers? *Past & Present*. Vol 242 (14), november 2019, p. 37-49.

- LEVI, Giovanni. Historiadores, psicoanálisis y verdade. In: *Microhistorias*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Ediciones Uniandes, 2019.
- LEVI, Giovanni. *L'eredità immateriale. Carriera di un exorcista nel Piemonte del Seicento*. (Microstorie 10). Torino: Einaudi, 1985.
- LEVI, Giovanni. Micro-história: a ciência das perguntas gerais e das respostas locais. In: VENDRAME, Máira Inês, KARSBURG, Alexandre. *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda Editorial, 2023.
- LEVI, Giovanni. O pequeno, o grande e o pequeno. *Revista Brasileira de História*, 37(74), Jan-abril, 2017.
- LEVI, Giovanni. Os perigos do geertzismo. *História Social*. Campinas, n.6, 1999, p. 137-146.
- LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história Italiana: escalas, indícios e singularidades*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006
- LORIGA, Sabina. *Soldats. Un laboratoire disciplinaire : l'armée piémontaise au XVIIIe siècle*. Paris : Mentha, 1991.
- LOURENÇO, Frederico. *A Bíblia – Volume 1: Novo Testamento – os quatro evangelhos*. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.
- LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa Central*. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MANGANELLI, Giorgio. *Concupiscenza Libraria*. A cura di Salvatore Silvano Nigro. Milano: Adelphi, 2020.
- MASSEY, Doreen. ‘Places and Their Pasts’, *History Workshop Journal*, 39(1) (1995), pp. 182–192.
- MATE, Reyes. *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”*. Tradução: Nélio Schneider. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2011.
- MENEGON, Eugenio. *Ancestors, Virgins, and Friars. Christianity as a local religion in late imperial China*. Cambridge/MA, 2009.
- MOLHO, Tony. Carlo Ginzburg: Reflections on the intellectual cosmos of a 20th-century historian. *History of European Ideas*, Florence, 30, 2004.
- MURICY, Katia. *Alegorias da dialética: imagem e pensamento em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Nau, 2009, p. 237.
- OLIVEIRA, José Geraldo de. “Arqueologia de interface: Warburg, memória e imagem”. *Revista Comunicare*. São Paulo. Volume 16 – Nº 2 – 2º Semestre de 2016.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- OZOUF, Mona. *Festivals and the French Revolution*. Boston: Harvard University Press, 1988.

- PARENTE, *Alessandra Affortunati Martins*. Entre as ruínas do tempo: Walter Benjamim e Sigmund Freud. *CADERNOS WALTER BENJAMIN* V.12(12):57. June 2014.
- POMIAN, Krzysztof. *El orden del tiempo*. Madrid: Júcar Universidad, 1990.
- POMIAN, Krzysztof. Tempo/Temporalidade. *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 29. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- PRESEZZI, Cora. “Rileggere Storia Noturna”. In: *Streghe, sciamani, visionari: in margine a Storia Notturna di Carlo Ginzburg*. Roma: Viella, 2020.
- RAGGIO, Osvaldo. *Faide e parentele. Lo Stato genovese visto dalla Fontanabuona*, Torino: Einaudi, 1990.
- RAMELLA, Franco. *Terra e telai. Sistemi di parentela e manifattura nel Biellese dell'Ottocento*, Torino, Einaudi, 1984.
- RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. London: Pion, 1976.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. 3 Vol. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Micro-história italiana: modo de uso*. Londrina: EDUEL, 2012.
- ROTHSCHILD, Emma. *the inner life of empires: An eighteenth-century History*, Princeton/NJ, Princeton University Press, 2011.
- SABEAN, David W. *Power in the blood: popular culture and village discourse in early modern Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- SALOMON, Marlon. *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018.
- SERPA, Angelo. *Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia*. São Paulo: Contexto, 2021.
- SPICER, Andrew and COSTER, Will, eds., *Sacred Space in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- STEINBERG, Michael. Aby Warburg's Kreuzlingen lecture. In: *WARBURG, Aby. Images from the region of the Pueblo Indians of North America*. 1<sup>st</sup> ed. Ithaca: Cornell University Press, 1995.
- TAVARES, Marcela Botelho. *O(s) tempo(s) da imagem: uma investigação sobre o estatuto temporal da imagem a partir da obra de Didi-Huberman*. Dissertação de Mestrado. Ufop, Ouro Preto, 2012.
- TEIXEIRA, Felipe Charbel. Aby Warburg e a pós vida das Pathosformeln antigas. *História da Historiografia*. Ouro Preto, número 05, setembro de 2010.
- THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- TORRE, Angelo. “Micro/macro: ¿local/global? El problema de la localidad en una historia espacializada”. *Historia Crítica* n.º 69 (2018).
- TORRE, Angelo. A produção histórica dos lugares. In: *VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (org.). Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020.

- TORRE, Angelo. Comunidade e Localidade. In: VENDRAME, Máira Inês & KARSBURG, Alexandre. *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023.
- TORRE, Angelo. *Il consumo di devozioni. Religione e comunità nelle campagne dell'Ancien Regime*, Venezia 1995.
- TORRE, Angelo. *In altri termini: etnografia e storia di una società di antico regime*. Milano: Feltrinelli, 2004.
- TORRE, Angelo. *Luoghi. La produzione di località in età moderna e contemporanea*, Roma: Donzelli Editore, 2011.
- TORRE, Angelo. *Production of Locality in the early modern and modern age*. London: Routledge, 2020.
- TRIVELLATO, Francesca. *Familiaridade entre estranhos: a diáspora sefardita, Livorno e o comércio transcultural na Idade Moderna*. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2020.
- TRIVELLATO, Francesca. *The Familiarity of Strangers – The Sephardic Diaspora, Livorno and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period*. Yale: Yale University Press, 2009.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel, 2013, introdução.
- TUAN, Yi-Fu. *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.
- TUAN, Yi-Fu. *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes and Values*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1974.
- VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro F. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. *Micro-História: os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.
- VENDRAME, Máira Inês. A produção social de lugares. In: VENDRAME, Máira Inês & KARSBURG, Alexandre. *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023.
- VENDRAME, Máira Ines. Spazio di diritti. Violenza e pratiche di giustizia nei luoghi di colonizzazione europea del Brasile meridionale tra la fine del XIX e l'inizio del XX secolo. *Quaderni Storici*, n. 167, 2, Il Mulino, 2021, p. 537-565.
- VIEIRA NETO, Serzenando Alves. Reflexões sobre a recepção crítica de Aby Warburg. *Revista de Teoria da História*. Goiânia, Vol. 22, n. 2, dezembro de 2019.
- WARBURG, Aby. “El arte del retrato y la burguesia florentina”. In: Aby Warburg. *El renacimiento del paganismo: aportaciones a la historia cultural del Renacimiento europeo*. Madrid: Alianza Editorial, 2005, p. 147-176.
- WARBURG, Aby. “L’ Art du portrait el la bourgeoisie Florentine. Domenico Ghirlandaio a S. Trinitá: les portraits de Laurent de Medicis et son entourage. In: *Essais Florentins*. Paris: Klincksieck, 1990.
- WARBURG, Aby. “O nascimento de Vênus e A primavera de Sandro Botticelli”. In: WARBURG, Aby. *Histórias de fantasmas para gente grande: escritos, esboços e conferências*. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2015, p. 27-86.

WITHERS, Charles W. J. Place and the "Spatial Turn" in Geography and in History. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 70, No. 4 (Oct., 2009), pp. 637-658.

WOOD, Christopher S. "Aby Warburg, *Homo victor*". *Journal of Art Historiography* Number 11, December 2014.